UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULA ROSANA CAVALCANTE

**Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões
sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do
Estado de São Paulo**

São Paulo

2015

PAULA ROSANA CAVALCANTE

**Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões
sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do
Estado de São Paulo**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva

São Paulo

2015

Nome: CAVALCANTE, Paula Rosana.

Título: Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu amado filho Vitor; minha fonte de amor,
energia, alegria e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada mãe, Helena, por sempre apoiar-me em meus projetos, com sua postura doce e acolhedora;

Às minhas queridas irmãs, Sandra e Sílvia, e ao meu querido irmão, Sérgio, pelo companheirismo de uma vida;

Ao meu saudoso pai, Erlito, que se despediu recentemente, mas que nos deixou lições inesquecíveis sobre cidadania e amor;

Ao meu admirável orientador, professor Luís Galeão, que ao longo deste projeto sempre se mostrou prestativo e atencioso;

Às minhas queridas amigas e colegas com as quais tenho o privilégio de trabalhar, Lidiane, Marília, Melina e Virgínia, que muito contribuíram e contribuem para minhas aprendizagens profissionais e pessoais;

Às entrevistadas e ao entrevistado que participaram desta pesquisa, tão interessadas/os e tão interessantes, que tanto enriqueceram meu trabalho com suas experiências e reflexões;

A todas/os as/os colegas do CAM, com as/os quais juntas/os temos construído um rico espaço de trabalho. Esta dissertação é fruto das muitas de nossas conversas e discussões coletivas;

À Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a todas/os as/os profissionais desta instituição que, direta ou indiretamente, me auxiliaram no desenvolvimento deste estudo.

Da Justiça à Democracia

Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste.

José Saramago

RESUMO

CAVALCANTE, Paula Rosana. **Contribuições da Psicologia no acesso à Justiça: reflexões sobre a atuação de psicólogas/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

A presente dissertação é fruto de um estudo acadêmico que procurou fazer um resgate histórico e uma análise crítica de como tem sido a inserção de psicólogas e psicólogos em um novo campo de atuação: as Defensorias Públicas. Utilizamos como referência o trabalho que vem sendo desenvolvido na Defensoria Pública do Estado de São Paulo desde 2010. A intenção foi refletir sobre alguns aspectos desta atuação e levantar possíveis contribuições da Psicologia no acesso à justiça, principalmente para potencializar este acesso à garantia de direitos às/aos mais pobres, construindo práticas implicadas em projetos emancipatórios para estas pessoas. Para isso, entrevistamos algumas e alguns das/dos primeiras/os psicólogas/os que iniciaram esta atuação, bem como analisamos o conteúdo destas entrevistas semidirigidas realizadas. Também fizemos uso de referências bibliográficas relacionadas ao tema, o estudo da atuação em contextos próximos, a análise de documentos e normativas técnicas dos Conselhos Profissionais de Psicologia, legislações e deliberações ligadas à Defensoria Pública. A população mais pobre, alvo de discriminações e humilhações sociais, historicamente vem encontrando muitos obstáculos para verem respeitados os seus direitos fundamentais. É justamente esta parcela da população brasileira que pode ser representada nas Defensorias Públicas. Há uma ideia de justiça e garantia de direitos que é integral e interdisciplinar. Portanto, vai além do trabalho de profissionais do Direito. A Psicologia foi inserida neste contexto para colaborar e já começou a apresentar possibilidades interessantes de atuação, propiciando espaços de escuta e cuidado que têm sido oferecidos a essa população, que foi historicamente cerceada de seus direitos e da oportunidade de participação em processos decisórios que possibilitam o acesso à Justiça. Ao longo deste estudo apresentamos conceitos como Reconhecimento, Empoderamento legal, Emancipação e Autonomia, elementos que permitem uma avaliação de que há uma construção de práticas comprometidas com a melhoria de vida destas pessoas. Além disso, abordamos de que maneira as/os psicólogas podem contribuir, trazendo a dimensão subjetiva das pessoas, ingrediente fundamental para a garantia de direitos e efetivação da cidadania, mas que muitas vezes é esquecida no sistema de justiça tradicional, repleto de burocracias, procedimentos e relações de poder, que frequentemente funcionam como medidas de controle à população, principalmente aos mais pobres.

Palavras-chave: Psicologia Sociojurídica, Defensoria Pública, Acesso à Justiça, Desigualdade Social, Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

CAVALCANTE, Paula Rosana. **Contributions of Psychology in access to justice: reflections on the role of psychologists in the Public Defender's Office of the State of São Paulo.** Dissertation (Master's Degree). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

This dissertation is the result of an academic study that sought to make a historical and critical analysis as has been the inclusion of psychologists on a new playing field: the Public Defender's Office. Used as reference the work being developed in the Public Defender's State of São Paulo since 2010. The intention was to reflect on some aspects of this action and raise potential contributions of psychology in access to justice, especially to enhance this access guarantee rights to poorest, building practices involved in emancipatory projects for these people. To do this, we interviewed some of the first psychologists who initiated this action and analyze the content of these semi-structured interviews. We also made use of references related to the topic, the study of performance in contexts close, the analysis of documents and technical regulations of Professional Councils of Psychology, laws and resolutions related to the Public Defender's Office. The poorest people, discriminated against and social humiliation, has historically found many obstacles to see respect for their fundamental rights. It is this portion of the population that can be represented in the Public Defender's Office. There is a sense of justice and guarantee rights that is comprehensive and interdisciplinary. Therefore goes beyond legal professionals work. Psychology was inserted in this context to collaborate and has begun to present interesting possibilities for action, providing listening spaces and care that have been offered to this population, which has historically been curtailed their rights and opportunities to participate in decision-making processes that enable the access to justice. Throughout this study we present concepts such as recognition, Legal Empowerment, Empowerment and Self-Government elements that allow an assessment that there is a building practices committed to improving the lives of these people. Besides, we discuss how the psychologists can contribute, bringing the subjective dimension of persons, a fundamental ingredient for the guarantee of rights and effective citizenship, but that is often overlooked in the traditional justice system, full of bureaucracies, procedures and power relations, which often act as population control measures, especially to the poorest.

Keywords: Legal social Psychology, Public Defender's Office, Access to Justice, Social Inequality, Interdisciplinarity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATP	Assessoria Técnica Psicossocial
CAM	Centro de Atendimento Multidisciplinar
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CRAVI	Centro de Referência e Apoio à Vítima
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDEPE	Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDPESP	Movimento pela criação da Defensoria Pública do Estado de SP
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PAJ	Procuradoria de Assistência Judiciária

PGE	Procuradoria Geral do Estado
PL	Projeto de Lei
PROCON	Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor
SINDIPROESP	Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Regionais e Unidades de Atendimento na DPESP	p. 23
Tabela 2 -	Distribuição das primeiras/os psicólogas/os e assistentes sociais na DPESP	p. 34
Tabela 3 -	Primeiras/os profissionais de Psicologia na DPESP	p. 64

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	p. 13
2. OBJETIVO DA PESQUISA	p. 14
2.1 Tarefas realizadas para investigar o objetivo	p. 14
3. JUSTIFICATIVA	p. 15
4. PERCURSO DA PESQUISA	p. 15
5. INTRODUÇÃO	p. 18
5.1 A Defensoria Pública do Estado de São Paulo	p. 18
5.2 Judicialização da vida, Judicialização da pobreza e interdisciplinaridade ...	p. 26
5.3 Defensoria Pública e formações profissionais diversas	p. 27
5.4 A população que é atendida na Defensoria Pública	p. 41
6. A PSICOLOGIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA: ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARESp.	50
6.1 Psicologia, Políticas Públicas e Compromisso Social: o papel da Psicologia no sistema de garantia de direitos.....	p. 50
6.2 A Psicologia no Sistema de Justiça: da perícia à garantia de direitos.....	p. 53
6.3 Psicólogas/os na Defensoria: caminhos possíveis	p.60
6.4 As primeiras psicólogas e psicólogos da Defensoria	p.64
7. AS ENTREVISTAS	p. 67
7.1 Estrutura e categorias de análise	p.69
7.2 Conteúdo e análise das entrevistas	p.72
8. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO ACESSO À JUSTIÇA	p.242
8.1 Acesso à Justiça: da assistência judiciária à garantia de direitos.....	p.242
8.2 Reconhecimento, Empoderamento legal, Emancipação e Autonomia	p.253
9.3 O papel da Psicologia	p.256
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.261
REFERÊNCIAS	p. 266
ANEXOS	p. 276

1. APRESENTAÇÃO

A presente dissertação é fruto de um estudo acadêmico que procurou fazer um resgate histórico e uma análise crítica de como tem sido a inserção de psicólogas e psicólogos em um novo campo de atuação: as Defensorias Públicas. Utilizamos como referência o trabalho que vem sendo desenvolvido na Defensoria Pública do Estado de São Paulo desde 2010. Para isso, entrevistamos algumas e alguns das/dos primeiras/os psicólogas/os que iniciaram esta atuação¹, bem como analisamos o conteúdo destas entrevistas semidirigidas realizadas. Também fizemos uso de referências bibliográficas relacionadas ao tema, o estudo da atuação em contextos próximos, a análise de documentos e normativas técnicas dos Conselhos Profissionais de Psicologia, legislações e deliberações ligadas à Defensoria Pública. Este trabalho foi feito na forma de ensaio, de modo que as fontes de dados, citações bibliográficas e entrevistas são apresentadas ao longo dos capítulos, concomitantemente com análises críticas e reflexões. Cabe desde já ressaltar que o desenvolvimento deste estudo, a realização das entrevistas e sua posterior publicação foi autorizada pela instituição².

Em se tratando de pesquisadora que também está inserida em seu campo de estudo, produtora e produto deste espaço laboral, enquanto psicóloga da Defensoria Pública paulista, consideramos que esta imersão pode ter enriquecido o trabalho, no sentido de incrementar as análises e críticas devido à proximidade e vivência diária no cenário que é objeto da pesquisa. Com isso, reuniões institucionais de equipe, organização e participação em eventos de capacitação que debateram assuntos correlatos, além das próprias práticas profissionais cotidianas auxiliaram a pesquisadora em suas análises, complementando o que se estudava. Por outro lado, sabemos que tal observação participante influencia o olhar da pesquisadora podendo lhe trazer direcionamentos para algumas questões e não para outras, assim como a existência de “pontos-cegos”. Mas partimos do princípio de que todo estudo acaba sendo

¹ Talvez possa causar estranheza à leitora ou ao leitor o flexionamento, ao longo de todo o trabalho, entre os gêneros feminino e masculino das palavras, seja através da aparente repetição, como em “psicólogas e psicólogos”, seja pelo uso da barra “/”, como utilizado em “psicólogas/os”. Gostaríamos de ressaltar que entendemos ser relevante este uso. Apesar do risco de tornar a sua leitura mais cansativa, consideramos tal tipo de escrita um posicionamento político desta pesquisadora quanto à questão de gênero, marcada pelo histórico de dominação e desigualdade em nossa sociedade, sempre machista e patriarcal, dominação esta que na escrita se manifesta pelo comum uso de nomes apenas no masculino. Aqui faremos diferente.

² Vide ANEXO D.

interessado por alguns aspectos em detrimento de outros, por mais que o discurso científico ainda pregue a ideia de que existam ciências e estudos neutros. O que mantemos é o compromisso com uma análise crítica e interpretativa dos dados.

De qualquer maneira, a intenção é refletir sobre alguns aspectos desta atuação e levantar possíveis contribuições da Psicologia no acesso à justiça, principalmente para potencializar este acesso à garantia de direitos às/aos mais pobres, construindo práticas implicadas em projetos emancipatórios para estas pessoas.

2. OBJETIVO DA PESQUISA

Este estudo procurou refletir sobre a inserção das/os profissionais de Psicologia na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o enfoque em quais seriam as contribuições da Psicologia no acesso à Justiça ou na garantia de direitos, a partir da experiência das psicólogas e psicólogos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Queremos levantar quais são as possibilidades de atuação de psicólogas/os nessa instituição. Investigar os obstáculos e potencialidades, os desafios e as conquistas. Interpretar as condições e possibilidades para que a/o psicóloga/o desenvolva uma atuação ética, política, crítica e que proporcione uma real intervenção potencialmente emancipatória e transformadora para a/o cidadã/ão que procura a Defensoria Pública paulista.

2.1 Tarefas realizadas para investigar o objetivo:

- Apresentação da Instituição e histórico da atuação de psicólogas/os neste contexto;
- Mapeamento de referências normativas e teóricas sobre a atuação de psicólogas e psicólogos no sistema de justiça e, em particular, na Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

- Pesquisa e análise de conceitos relevantes para a área, tais como Justiça/ Acesso à Justiça, Cidadania, Direitos/ Sujeito de Direitos e Interdisciplinaridade entre Psicologia/ Direito e Psicologia/ Serviço Social; Campo Sociojurídico;
- Realização de entrevistas e análise de conteúdo das mesmas.

3. JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, a Psicologia tem sido chamada para contribuir em novos campos de atuação e/ou em diferentes instituições, como é o caso da Defensoria Pública. Entendemos que trabalhos acadêmicos e estudos que se proponham a refletir sobre estes novos espaços laborais tornam-se fundamentais para que as/os psicólogas/os potencializem suas práticas e reflitam sobre as consequências de suas intervenções.

Em relação ao embrionário trabalho multiprofissional, que começou a ser implantado nesta jovem instituição, faz-se importante a análise reflexiva e contínua sobre suas especificidades, através de estudos acadêmicos dentre outros, visando o fortalecimento do órgão e, principalmente, a constante melhoria na qualidade do atendimento prestado à população.

4. PERCURSO DA PESQUISA

Para abordar os objetivos traçados, utilizamos a análise bibliográfica, a avaliação de normativas técnicas do campo sociojurídico, além da realização e análise do conteúdo de entrevistas.

Foram entrevistadas/os psicólogas e psicólogos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), ingressantes do primeiro concurso público para este cargo na instituição. Ou seja, foram ouvidas/os algumas/ns das/os primeiras/os psicólogas/os que iniciaram a construção da atuação neste novo campo.

Para análise das entrevistas, adotamos a metodologia qualitativa para compreender quais as contribuições das psicólogas e psicólogos no acesso à Justiça, a partir da atuação na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tal abordagem foi construída a partir dos pressupostos de Rey (2003) e Minayo (2010; 2011).

Preferimos esta metodologia qualitativa por permitir um encontro aberto e real do pesquisador com o sujeito, possibilitando uma participação original do pesquisador (REY, 2003, p.168). Nesta perspectiva, a subjetividade é entendida como um sistema em desenvolvimento permanente, a partir de processos de produção de sentido. A expressão dessas subjetividades produz-se de forma diferenciada através dos contextos e dos sujeitos envolvidos em determinados momentos de produção de sentido. Sua aparição vai depender de um cenário facilitador que tem como elemento central o diálogo. Portanto, o sentido não se apresentaria diretamente “pronto” ao conhecimento, porque deve ser construído, processo que tem lugar através de uma multidão de indicadores produzidos por fontes diferentes, que serão compatíveis com o modelo teórico em desenvolvimento ao longo do processo de pesquisa. Nesta lógica, o sentido é uma expressão do sujeito e seu significado aparece através das relações entre o que o sujeito expressa num instrumento e todas as outras fontes de informação organizadas no curso da pesquisa (REY, 2003, p. 179).

Para esta análise, a produção de sentido não é tida como pontual. Entende-se que o sujeito expressa o sentido através de conjuntos diversos de expressões, que ganham inteligibilidade através da definição de um indicador capaz de integrá-las. Os processos de definição dos indicadores e de construção da informação representam, assim, dois momentos permanentes da pesquisa qualitativa. Neste caso, o pesquisador, considerado também como sujeito do processo de pesquisa, seria o produtor de ambos os momentos e deve estar sempre comprometido com a qualidade do conhecimento produzido (REY, 2003, p. 181).

Assim, a ideia é articular o material das entrevistas, percepções da pesquisadora enquanto observadora e objeto também, imersa no campo de estudo e o material teórico, bibliografia e referências técnicas que norteiam a prática das/os psicólogas/os. Assim, o material teórico vai nos ajudar a significar e dar sentido aos discursos e conteúdos das falas das/os entrevistadas/os.

Após a sistematização e análise do material, fruto das entrevistas realizadas, esperamos ter avançado nos seguintes pontos:

- a) Analisar como tem se dado, nesta instituição, o trabalho entre profissionais com formações em diferentes áreas do saber; se de maneira multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar;
- b) Analisar quais são as possíveis dificuldades e possibilidades que as/os profissionais que atuam nesta instituição vivenciam;
- c) Refletir sobre práticas consideradas exitosas neste contexto e qual a colaboração da atuação de psicólogas/os no acesso à justiça e cidadania.

5. INTRODUÇÃO

5.1 A Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) é uma instituição permanente cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, de forma integral e gratuita, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos. Tem como referência o disposto no artigo 5º da Constituição Federal brasileira, inciso LXXIV, segundo o qual *“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”*³. Foi um marco histórico o fato da Constituição de 1988 ter consagrado o acesso à justiça como um direito fundamental, o qual pode ser o primeiro passo para a realização dos demais direitos da/o cidadã/ão e, assim, o acesso à justiça passa a ser condição para que o Estado Democrático de Direito no Brasil não permaneça no universo retórico (HADDAD, 2011b, p.24).

Cada estado brasileiro criou a sua Defensoria Pública a seu tempo. Apesar de ser um órgão de função essencial à Justiça e previsto desde a Constituição Federal de 1988, no Estado de São Paulo a Defensoria Pública foi criada apenas em 2006, através da Lei Complementar Estadual nº 988 de 09 de janeiro. Antes disso, quem acabava atendendo a demanda de assistência judicial gratuita era a Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ), criada por lei estadual em 1947. A PAJ era um sub-órgão da Procuradoria Geral do Estado (PGE), instituição prevista para prestar serviços jurídicos ao Governo do Estado. Segundo Haddad (2011b) *“os crescentes impasses gerados pela impossibilidade de conciliação das funções exercidas pela PAJ – defensora dos direitos da população desprovida de recursos – com as da PGE – defensora do Estado – anunciavam a necessidade de uma solução”* (p.76). Os procuradores do Estado que atuavam na PAJ puderam optar pela Defensoria Pública e 87 procuradores realizaram essa opção.

³ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

Destaque-se que o estado de São Paulo, o mais rico do país e com a maior população prisional (que demanda acompanhamento jurídico integral e gratuito), foi um dos últimos estados a criar a sua Defensoria Pública⁴. Sobre este atraso na implantação deste órgão, Haddad (2011b) diz que:

[...] aponta, num primeiro plano, a resistência à ampliação do acesso à justiça aos segmentos sociais historicamente desprovidos de direitos e, ao mesmo tempo, as contradições no universo do aparato de justiça, as disputas corporativas, o descaso do Poder Público aos mandamentos constitucionais, a fragilidade do Estado Democrático de Direito brasileiro.

(HADDAD, 2011b, p.14).

Para esta autora, isto mostrava a indiferença do poder público em todos os seus campos de ação para dinamizar a concretização da dignidade da pessoa humana, como também, expunha os segmentos da sociedade civil que buscam manter mecanismos de controle e limites (HADDAD, 2011b, p.20).

A promulgação da lei de criação da Defensoria Pública paulista ocorreu em função de crescente pressão feita por diversos setores da sociedade civil – o que culminou na criação do “Movimento pela criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo” (MDPESP), em meados de 2002, que contou com a participação de mais de 400 entidades da sociedade civil.⁵

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo é instituição estadual, mas não está vinculada ao governo (poder executivo). Sua autonomia é prevista pela Constituição Federal e é uma garantia para que as/os defensoras/es públicas/os possam representar os direitos da população sem possíveis constrangimentos. As defensoras e defensores públicos são formadas/os em Direito e prestam concurso público específico para prestar assistência jurídica nas áreas cível, família, criminal e execução criminal, no caso das Defensorias estaduais, como esta que será objeto de nosso estudo. Cabe diferenciar que as demandas

⁴ Apenas os estados do Paraná (2011) e Santa Catarina (2012) implantaram posteriormente.

⁵ O Comitê de Organização do Movimento pela Defensoria Pública contou com os seguintes membros: Conselho estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV), Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (SINDIPROESP), Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil), Fala Preta Organização das Mulheres Negras e Centro de Direitos Humanos do Sapopemba (CDHS), com envolvimento das 440 entidades reunidas em torno do movimento pró-Defensoria. Mais informações a este respeito, disponíveis em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2869>>, acesso em 01/07/2014 e http://www.apesp.org.br/publicacoes/j_procurador/procurador_19/perfil.htm, acesso em 01/11/2014.

trabalhistas ou previdenciárias são da esfera federal e, portanto, de responsabilidade da Defensoria Pública da União⁶.

A Defensoria Pública compõe o sistema de Justiça, juntamente com o Poder Judiciário e o Ministério Público, instituições distintas e autônomas entre si. O Poder Judiciário (no qual os membros são os juízes) tem como função típica a chamada função jurisdicional ou de julgamento, competindo-lhe, coercitivamente, aplicar o direito às controvérsias submetidas a ele. Já o Ministério Público é destinado à preservação dos valores fundamentais do Estado enquanto comunidade, à defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis⁷. Os membros do Ministério Público (promotores) atuam ainda na “persecução penal, deduzindo em juízo a pretensão punitiva do Estado e postulando em repressão ao crime”.⁸

A Defensoria Pública, por sua vez, trata-se de uma instituição que tem como objetivo a orientação jurídica integral. Por jurídica ou jurídico, entendemos “1. *Aquilo que está conforme as leis*; 2. *O que é feito por via da justiça*; 3. *Referente ao direito*” (Diniz, 1998). Esta orientação jurídica visa o acesso à Justiça⁹ ou aos direitos garantidos por lei, sendo que estes podem ser alcançados por via judicial ou extrajudicial. Por judicial consideramos “1. *O que se realiza perante o poder judiciário*; 2. *Relativo a juiz ou ao Tribunal*; 3. *Forense*; 4. *Documento, ato ou fato alusivo a juízo ou decorrente do poder judiciário*; 5. *O que se faz em juízo*” (Diniz, 1998). Assim, os direitos podem obtidos, via processo judicial que terá tramitação forense e todas as suas premissas, ou extrajudicialmente, ou seja, a partir de ações que não tem, necessariamente, vinculação com o Poder Judiciário nem com uma ação judicial formal.

Para refletirmos sobre Defensoria Pública paulista, observemos alguns pontos de sua lei de criação, na qual temos que:

Artigo 3º - A Defensoria Pública do Estado, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a prevenção dos conflitos e a construção

⁶ Vide site da Defensoria Pública da União (DPU): <http://www.dpu.gov.br/> (acesso em 19/01/2015).

⁷ Entendem-se como direitos indisponíveis aqueles que aparentemente estão na órbita privada, porém são inalienáveis pela lei, por serem considerados indispensáveis à dignidade humana. Assim, o titular não pode alienar a coisa dela objeto, e, conseqüentemente, não depende da vontade da pessoa a abertura de ação judicial. FONTE: <http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/1467249>.

⁸ <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1113/Ministerio-Publico>, acesso em 19/10/2013.

⁹ O amplo conceito “Justiça” será retomado mais à frente.

de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.¹⁰

Apenas neste trecho, já podemos perceber que esta instituição tem preocupações com questões complexas e multifatoriais, tais como desigualdade social, historicamente e estruturalmente arraigada em nossa sociedade. Isto torna seus objetivos ambiciosos, já que envolveriam ações de profunda transformação social e que não poderiam ser efetivadas pelo empenho de uma instituição, isoladamente.

É interessante notar que o foco da Defensoria Pública, como vimos, é o atendimento “*aos que comprovarem insuficiência de recursos*”¹¹, ou seja, os que não tem recurso para contratação de advogados (os que representam judicialmente as pessoas), que são também os que historicamente acabavam não tendo acesso à justiça, exatamente devido às desigualdades estruturais, que foram se perpetuando pelos anos e gerações, conforme apontou Portugal Gouvêa:

[...] a distribuição de recursos jurídicos, necessários para a proteção de direitos perante cortes judiciais, é desigual. A consequência de tal desigualdade é que aqueles que têm maior acesso a recursos jurídicos terão maior proteção de seus direitos. Como resultado, a proteção judicial de direitos econômicos e sociais por meio do Judiciário tende a proteger mais aqueles indivíduos com mais recursos, contradizendo assim o objetivo da proteção constitucional de tais direitos, que é o de reduzir a desigualdade econômica e social. (2012, p. 21)

A partir desta análise, segundo a qual o acesso à justiça foi sendo desigual, ao longo da história brasileira, já que os recursos jurídicos acabavam distribuídos aos que detinham maior poder econômico, este autor aponta as Defensorias Públicas como possibilidade de garantia de acesso à Justiça a esses grupos economicamente desfavorecidos.

¹⁰ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006.

¹¹BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

Constam na lei que delimita a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a já citada 988/2006, atribuições institucionais relacionadas a esta preocupação e respectivas funções, como por exemplo:

- “prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias” (artigo 5º, inciso I);
- “informar, conscientizar e motivar a população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais” (artigo 5º, inciso II);
- “Fornecer orientação jurídica e informação sobre direitos humanos e cidadania em prol das pessoas e comunidades carentes, de forma integrada e multidisciplinar” (Artigo 5º/ inciso VI/ j);
- “Contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais” (artigo 5º, inciso XII) ¹².

Para cumprimento dessas e outras atribuições, a DPESP ¹³ conta hoje com 719 defensoras/es públicas/os e 793 servidoras/es, entre agentes de Defensoria (profissionais de ensino superior), oficiais (ensino médio) e comissionadas/os. Está dividida e aparelhada em Unidades de Atendimento. Estas Unidades são definidas em consonância com a lógica forense de atendimento à população de uma determinada região e estão organizadas em Regionais. Hoje temos 65 Unidades de Atendimento, alocadas em 43 cidades do estado de São Paulo e distribuídas pela Capital (22 Unidades), Região Metropolitana (11 Unidades) e Interior (32 Unidades)¹⁴, conforme podemos ver na tabela da próxima página:

¹² ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006.

¹³ DPESP: sigla para Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que a partir de agora utilizaremos neste trabalho.

¹⁴ Vide locais de atendimento no portal da instituição: www.defensoria.sp.gov.br.

Tabela 1: Regionais e Unidades de Atendimento na DPESP

REGIONAL	QUANTIDADE DE UNIDADES
REGIONAL CENTRAL/ Capital	4
REGIONAL CRIMINAL/ Capital	4
REGIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE/ Capital	1
REGIONAL LESTE/ Capital	5
REGIONAL NORTE-OESTE/ Capital	5
REGIONAL SUL/ Capital	3
Total Capital	22
REGIONAL GRANDE ABCD	4
REGIONAL GUARULHOS	2
REGIONAL MOGI DAS CRUZES	3
REGIONAL OSASCO	2
Total Região Metropolitana	11
REGIONAL ARAÇATUBA	1
REGIONAL BAURU	2
REGIONAL CAMPINAS	4
REGIONAL JUNDIAÍ	2
REGIONAL MARÍLIA	2
REGIONAL PRESIDENTE PRUDENTE	1
REGIONAL RIBEIRÃO PRETO	3
REGIONAL SANTOS	4
REGIONAL SÃO CARLOS	3
REGIONAL SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	4

REGIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1
REGIONAL SOROCABA	3
REGIONAL TAUBATÉ	1
REGIONAL VALE DO RIBEIRA	1
Total Interior	32

FONTE: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/> (atualizada em 19/11/2014 e consultada em 30/12/2014).

Percebemos que ainda há uma centralização na distribuição das Unidades, localizadas a sua maioria na Capital e Região Metropolitana do Estado. Se considerarmos que o estado de São Paulo possui hoje 645 municípios, vemos que a DPESP ainda precisa se expandir muito para cobrir todas estas cidades e conseguir prover atendimento à toda esta população. Nos locais em que não há Unidade da DPESP, o órgão conta com convênios – principalmente com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – para acolher a população que estiver no seu perfil para atendimento¹⁵. Desta forma, as/os advogadas/os dativos registradas/os na OAB e neste convênio são nomeados e remunerados pela instituição¹⁶. Segundo estudo de Haddad (2011b, p.17), até 2011 a DPESP estava presente em menos de 10% das comarcas paulistas, o que exigia a manutenção do convênio com a OAB.

Em 2014 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho¹⁷, importante marco para o crescimento das Defensorias Públicas no país. A norma estabeleceu o prazo de oito anos para que União, Estados e Distrito Federal garantam a presença de defensoras/es públicas/os em todas as unidades jurisdicionais do país, priorizando as regiões de maior exclusão social e adensamento populacional. Com isso, vemos que as Defensoria Públicas deverão se expandir nos próximos anos.

Além das Unidades de Atendimento e dos órgãos administrativos, a DPESP possui os *Núcleos Especializados*, que são compostos por defensoras/es públicas/os, dentre outras/os funcionárias/os, e tem como objetivo promover uma atuação estratégica da instituição em

¹⁵ Falaremos mais sobre o perfil da população atendida na DPESP na página XXX.

¹⁶ Mais informações sobre este convênio em <http://www.oabsp.org.br/subs/igarapava/assistencia-judiciaria/integra-do-convenio-dp-oab> (acesso em 01/01/2015).

¹⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc80.htm (acesso em 01/01/2015).

áreas de sensível importância, coordenando debates e materiais produzidos, no sentido de promover constante capacitação e respaldos ao público interno e externo da DPESP, com temas relacionados à sua área específica. Estes Núcleos podem *compilar e remeter informações técnico-jurídicas, propor medidas judiciais e extrajudiciais, para a tutela de interesses individuais, coletivos e difusos*¹⁸, além de *realizar e estimular o intercâmbio com entidades públicas e privadas, dentre outras funções*¹⁹. Os Núcleos Especializados existentes no momento são: da Cidadania e Direitos Humanos; de Infância e Juventude; de Habitação e Urbanismo; de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher; de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito; dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; de Situação Carcerária; de Defesa do Consumidor e o de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

Diante do exposto, vimos que a Defensoria Pública paulista é uma instituição nova e em expansão, que vem buscando recursos financeiros, estruturais, humanos e ideológicos para se consolidar. Ela tem objetivos ambiciosos e complexos, tais como alcançar uma *“sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade, e a redução das desigualdades sociais e regionais.”*²⁰ Mas para que esses objetivos gerais realmente permeiem suas práticas cotidianas, entendemos como necessário um olhar sempre crítico e reflexivo para suas próprias ações. Afinal, como bem colocou Martins:

Toda a ação social intencionalmente transformadora, em graus variáveis e em diferentes circunstâncias, tanto concorre para a inovação social e a transformação social quanto concorre para a reprodução das relações sociais existentes.

(2002, p. 42, grifo nosso).

Ou seja, apesar das atribuições formais da DPESP serem voltadas para a transformação social, há possibilidade de que, na prática, suas ações apenas reproduzam o que já está

¹⁸ “Direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”. <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/859/Direitos-difusos> (acesso em 22/10/2013).

¹⁹ ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006, artigos 52-55.

²⁰ ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006.

estabelecido, sem a possibilidade de mudança efetiva. Como possível enfrentamento a esta questão, proporemos algumas reflexões e problematizações neste estudo.

5.2 Judicialização da vida, Judicialização da pobreza e interdisciplinaridade.

Para analisarmos a Defensoria Pública, é bastante interessante refletirmos sobre a representação do Sistema de Justiça e das instituições jurídicas para as/os cidadãs/ãos, bem como a forma como as pessoas se relacionam com estes órgãos. Por esta razão, achamos importante abordar aqui temas como a Judicialização da vida e a Judicialização da pobreza, utilizados recetemente com certa frequência por muitos estudiosos (NASCIMENTO, 2012; VICENTIN, 2006). Na sociedade contemporânea, as situações de violência, conflitos, vulnerabilidades ou violações de direitos fazem com que os sujeitos envolvidos busquem, muitas vezes, no Poder Judiciário, respostas às suas demandas (PORTUGAL GOUVÊA, 2012). Assim, complexas situações, relacionadas a múltiplos fatores (sociais, políticos, relacionais, familiares, culturais entre outros), são levadas às instituições jurídicas, tais como a Defensoria Pública, para acompanhamento, buscando uma resolução. Considerando o público alvo da Defensoria (sobre o qual discorreremos melhor à frente), isto é, principalmente a população pobre e vulnerável, podemos falar na *judicialização da pobreza*, “que busca no Judiciário solução para situações que, embora se expressem particularmente, decorrem das extremas condições de desigualdades sociais” (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2011, p. 33-34).

Atravessadas pelo Poder Judiciário, as pessoas não somente recorrem a ele como também incorporam e legitimam seus modos de operação. Isso é o que compreendemos como Judicialização da vida, este movimento de regulação normativa e legal do viver, a partir do qual se reproduz o controle, o julgamento e a punição das condutas, posicionamentos dos quais os sujeitos se apropriam para a resolução dos conflitos, propagando uns com os outros estas atitudes de controle, julgamento e punição (OLIVEIRA; BRITO, 2013, p. 78-89). Nesse sentido, ao longo dos anos e da organização do Sistema de Justiça como conhecemos em nossa sociedade, foi se percebendo efeitos dos discursos e das práticas jurídicas sobre as subjetividades das pessoas. Ou seja, as práticas jurídicas foram influenciando as formas de os sujeitos se relacionarem, experimentarem e até conceberem as suas vidas (FOUCAULT, 1999).

Analisando estas complexas questões, as implicações para a sociedade, sua importância para a vida das pessoas e as intrincadas demandas que chegam às instituições jurídicas, bem como as funções delimitadas à Defensoria Pública do Estado, entendemos que sua área de atuação demanda profissionais de outras áreas do conhecimento, para além do Direito. Para Oliveira e Brito (2013, p.83-84) “sob esse prisma judicializante, o psicólogo torna-se um profissional indispensável na Justiça, competindo a ele, sobretudo, analisar os indivíduos de acordo com as leis que tratam de aspectos emocionais e subjetivos”, aspectos estes que muitas vezes ficam em segundo plano nos processos judiciais tradicionais. Claro que a maneira como estas/es profissionais são inseridas/os também vai influenciar em sua capacidade ou não de contribuir para que processos de judicialização sejam vistos de maneira mais crítica, incorporando novas reflexões ao sistema posto. A simples existência de profissionais de outras ciências nesta área não garante a problematização dos vários elementos em jogo. Pode-se, inclusive, apenas reproduzir e reforçar as práticas e perspectivas já existentes.

5.3 Defensoria Pública e formações profissionais diversas

Vimos que as defensoras e defensores públicos são formadas/os em Direito. Na lei de criação e definição da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, citada anteriormente, a indicação da presença de profissionais com formação em outras áreas do saber aparece das seguintes maneiras:

Artigo 5º - São atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado, dentre outras:

[...]

V - prestar atendimento interdisciplinar;

VI - promover:

[...]

j) trabalho de orientação jurídica e informação sobre direitos humanos e cidadania em prol das pessoas e comunidades carentes, de forma integrada e multidisciplinar;

No Artigo 48, há o apontamento de que:

As Defensorias Públicas Regionais e a Defensoria Pública da Capital serão capacitadas com ao menos 1 (um) Centro de Atendimento Multidisciplinar, visando ao assessoramento técnico e interdisciplinar para o desempenho das atribuições da instituição [...]²¹

(grifos nossos)

Podemos notar que são utilizados os termos *interdisciplinar* e *multidisciplinar*, aparentemente sem qualquer discriminação ou definição. Desde já ressaltamos que tais conceitos são diferentes. Multidisciplinar é quando disciplinas (ou diferentes áreas de saber) se somam “na tarefa de dar conta de um objeto que, pela sua natureza multifacetada, exigiria diferentes olhares” (PASSOS; BARROS, 2000). Por sua vez, a interdisciplinaridade está relacionada a um grau maior de envolvimento e diálogo entre as disciplinas. Segundo Passos e Barros (2000), a interdisciplinaridade seria o movimento de criação de uma zona de intersecção entre as disciplinas.

Para Alves, o conceito de interdisciplinaridade é:

[...] para além de uma simples técnica, mas uma postura, um modo de pensar e agir, é um exercício diário de raciocínio que ultrapassa os bancos escolares para interagir com o mundo complexo. Este exercício possibilita o diálogo vertical e horizontal entre os campos do saber, permitindo a análise do mesmo objeto ou fenômeno social sob vários pontos de vista. Assim, compreende a busca por caminhos adequados a uma formação crítica, integral e transformadora.

(ALVES, 2006, p.103)

Portanto, mais do que a presença de várias disciplinas estudando e atuando com um mesmo objeto (multidisciplinaridade), a interdisciplinaridade requer uma articulação constante entre as disciplinas, com diálogo, envolvimento e possíveis construções de práticas e saberes. Retomaremos o assunto mais à frente, quando analisaremos as entrevistas e como

²¹ ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006.

as/os psicólogas/os entendem que o trabalho multiprofissional vem sendo desenvolvido na DPESP.

Para refletirmos sobre o sentido da inclusão deste atendimento interdisciplinar ou multidisciplinar na DPESP, retomaremos o histórico da própria instituição. Um dado interessante é que no anteprojeto de lei para a criação da Defensoria Pública de São Paulo²², organizado pelo já citado Movimento pela criação da Defensoria Pública, que foi impulsionado pelos movimentos sociais, já havia referências à necessidade de que o órgão prestasse atendimento interdisciplinar realizado por psicólogas/os e assistentes sociais. Haddad (2011a, p. 80), destaca que uma das principais características da Defensoria Pública a ser criada até então, proposta pelo anteprojeto, era:

Prestar atendimento interdisciplinar realizado por defensores, psicólogos e assistentes sociais. Esses profissionais também devem ser responsáveis pelo assessoramento técnico aos defensores, bem como pelo acompanhamento jurídico e psicossocial das vítimas de violência.

(HADDAD, 2011a, p. 80)

Mas afinal, o que se esperava deste atendimento interdisciplinar? Vimos que desde este momento embrionário da instituição, o atendimento multiprofissional foi pensado como importante por parte de seus idealizadores que, neste momento, se tratavam das procuradoras e procuradores que realizavam o atendimento à população pobre através da PAJ (Procuradoria de Assistência Judiciária) e pelos representantes dos movimentos sociais, que, provavelmente, também conheciam as demandas desta população. Neste anteprojeto, conforme a citação acima, vimos que a atuação interdisciplinar foi vinculada principalmente aos casos de violência, sem se especificar exatamente o tipo de violência.

²² O anteprojeto de lei para criação da Defensoria paulista foi inicialmente elaborado pelo SINDIPROESP (Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo) e aprimorado pelas entidades da sociedade civil organizada que compunham o Movimento pela criação da DPESP, citadas no rodapé da p.6. (HADDAD, 2011a, pp. 79-80).

Em entrevista concedida em 2008 à pesquisadora Eneida Gonçalves (HADDAD, 2011b, pp. 41 e 42), Vitore Maximiano, um dos procuradores do Estado que atuavam na PAJ e que optou a se tornar um dos primeiros defensores públicos paulistas, relembrou sua experiência de atendimento multidisciplinar à população vulnerável em meados dos anos 90, nos Centros de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI)²³:

Enxergamos dentro do CRAVI algo que hoje a Defensoria vive, o atendimento multidisciplinar. O CRAVI atende casos muitos graves... as vítimas da violência e determinada violência, por exemplo, morte. Eu trabalhava na área criminal, convivia com os dramas humanos no processo, mas, dentro do CRAVI, eu, o Antônio Maffezoli e o Elpídio Francisco Ferraz Neto, que também fez a opção pela Defensoria Pública [...] vivíamos isso. Lembro-me de ter muita dificuldade no atendimento daquelas mães que choravam na minha sala. Era um choro com o qual eu não conseguia lidar. Não dava pra dizer: “estamos cuidando do seu caso”; pois aquilo era insuficiente, não era aquilo que ela gostaria de ouvir de mim.

(HADDAD, 2011b, p. 42)

Como vimos neste trecho da entrevista citada, este operador do Direito, ao deparar-se com a complexa demanda de atendimento a pessoas em situação de violência e sofrimento, percebeu suas limitações para lidar com a questão e sentiu dificuldade para amparar e/ou lidar com a pessoa atendida, destacando o papel e a importância do atendimento multidisciplinar. Ele se referiu à experiência de trabalho em equipe multiprofissional que pôde vivenciar primeiramente no CRAVI e que já considerava ser realidade para a DPESP em 2008, ocasião da entrevista. Considerando o momento desta fala, entendemos que o Defensor estava se referindo ao convênio que a Defensoria Pública, criada em 2006, estabeleceu em seus primeiros anos de funcionamento, visando ofertar atendimento multidisciplinar. Como neste período ainda não havia sido realizado concurso público para contratação de profissionais de Psicologia e Serviço Social para o quadro formal da instituição, entre os anos

²³ Em 1998, a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo criou o programa – Centro de Referência e Apoio à Vítima/CRAVI – para atender as vítimas diretas e indiretas de violência contra a vida na Região Metropolitana de São Paulo. A equipe de atendimento é composta por advogadas/os, psicólogas/os e assistentes sociais, buscando uma abordagem integrada do problema. Vide Haddad, 2011b, p.41 e <http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuitem.30ea7e6694c1ada8e345f391390f8ca0/?vgnextoid=1f8dcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD> (acesso em 20/01/2015).

2007 e 2008, a DPESP firmou convênio de prestação de serviço com a Organização Não Governamental (ONG) “Pró-Mulher, Família e Cidadania”, composta por psicólogas/os e assistentes sociais que tinham experiência principalmente em mediação de conflitos e atendimento a famílias e mulheres em situação de violência. Tais profissionais, contratados via ONG, prestavam atendimento à população da Defensoria, juntamente com as/os defensoras/es públicas/os, nas Unidades de atendimento da instituição.²⁴

A preocupação com a prestação de atendimento interdisciplinar na DPESP também apareceu na fala de outro ex-procurador que optou tornar-se Defensor Público: Antônio Maffezoli, citado no discurso do colega, na página anterior. Este Defensor também havia tido a experiência de atendimento à população vulnerável em equipe multiprofissional no CRAVI, serviço que – aliás – ajudou a criar junto com profissionais de outras áreas, conforme vemos na sua fala abaixo:

Eu ajudei a criar o CRAVI. O primeiro esboço do projeto do CRAVI fui eu quem escreveu. Daí, fui para os Estados Unidos numa parceria com o Consulado Americano. Eu, o Marco Aurélio Martorelli, que era dirigente da Assessoria de Cidadania da Secretaria (Estadual de Justiça) e a Vera, uma psicóloga que trabalhava no PROCON e que estava ajudando na discussão do CRAVI, fomos conhecer o sistema de atendimento à vítima de violência nos Estados Unidos.

(Entrevista de Maffezoli em HADDAD, 2011b, p.43, grifo nosso)

Este Defensor também estava à frente do já referido anteprojeto de lei para a criação da DPESP, ocupando então o cargo de presidente do Sindicato dos Procuradores do Estado de São Paulo (Sindiproesp) e é considerado uma das principais lideranças o movimento pró-defensoria. Em matéria datada de setembro de 2005, publicada no site da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo²⁵, intitulada “Enfim, SP está conquistando a sua Defensoria Pública”, enquanto muitos comemoravam o projeto de lei que tramitava na Assembléia legislativa e que criaria a instituição, Maffezoli já apontava desafios a serem superados. Dentre eles, ele criticava o projeto legislativo de construção da DPESP com

²⁴ Mais informações em: MUSZKAT et al. Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero. São Paulo: Summus, 2008.

²⁵ http://www.apesp.org.br/publicacoes/j_procurador/procurador_19/perfil.htm (acesso em 20/01/2015).

previsão de criação de cargos apenas para defensoras/es, sem a previsão imediata de criação de cargos para psicólogas/os, assistentes sociais e sociólogas/os, dentre outras/os profissionais.

Além disso, a não previsão de contratação tanto de pessoal administrativo e de suporte quanto de profissionais essenciais para o bom funcionamento interdisciplinar e atuação mais preventiva, como psicólogos, assistentes sociais e sociólogos.²⁶

Vemos neste discurso que a atuação interdisciplinar, considerada essencial, é vinculada a uma perspectiva de trabalho mais preventivo. Em outro trecho deste mesmo registro histórico, Maffezoli relaciona o atendimento interdisciplinar desenvolvido por psicólogas/os, assistentes sociais e sociólogas/os à possibilidade de ampliação da capacidade de atuação da DPESP, no sentido de potencializar a compreensão dos conflitos e construir soluções mais efetivas, ações estas que estariam alinhadas com o projeto institucional de ir além da prestação de assistência jurisdicional, ou seja, assistência para se pleitear algo junto ao Poder Judiciário formal. Tal perspectiva de trabalho seria inovadora no Sistema de Justiça brasileiro.

Desafios a superar – Antônio Maffezoli ressalta que o projeto em discussão é resultado de intensos debates, com envolvimento das 440 entidades reunidas em torno do movimento pró-Defensoria, e pode conferir ao órgão atuações "revolucionárias" para o mundo jurídico. Para ele, a Defensoria tem de ir além da mera prestação de assistência jurisdicional, que por si só não resolve todos os conflitos. "Daí a proposta de funcionamento e atendimento interdisciplinar – com a participação de psicólogos, assistentes sociais, sociólogos – de modo a ampliar a capacidade de identificação da origem dos conflitos, atuar de maneira preventiva e permitir soluções mais efetivas", destaca.²⁷

Vemos que, para este Defensor o trabalho de psicólogas/os, assistentes sociais e sociólogas/os na DPESP estaria ligado a ações preventivas, podendo trazer mais efetividades às práticas institucionais.

²⁶ Id., p. 2.

²⁷ Id.

Se pensarmos nas atribuições da DPESP e em seu público alvo – delimitado em sua lei de criação – ou seja, “partes em conflitos de interesse”, pessoas com direitos humanos violados, populações vulneráveis como crianças, adolescentes, idosas/os, “pessoas com necessidades especiais e minorias submetidas a tratamento discriminatório”, “vítimas de qualquer forma de opressão ou violência”, “pessoas e comunidades carentes” e “vítimas de discriminação”²⁸, dentre outras demandas que chegam à instituição, nas quais percebemos situações complexas que necessitam de estratégias e ações também complexas para seu enfrentamento, entendemos que se faz fundamental a colaboração de profissionais com formações diversas. Entendemos que o atendimento interdisciplinar, além de expressamente previsto na lei de criação da Defensoria paulista, torna-se fundamental para potencializar as ações da instituição.

Pensando nesta necessidade de atuação multiprofissional e considerando a previsão legal de que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo prestasse atendimento interdisciplinar, foi apenas a partir de 2010 que enfim foram criados cargos internos na DPESP, definidos como “Agentes de Defensoria”. Tal cargo prevê vagas para pessoas com formação em Curso Superior em diversas áreas, incluindo Psicologia²⁹. Também foi implantado um órgão auxiliar dentro da Defensoria, o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM). Assim, cada regional de atendimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo passou a contar com um CAM, composto por pessoas formadas em Psicologia e Serviço Social do quadro da instituição. Já as/os profissionais com outras formações assumiram cargos em setores administrativos da instituição, além dos Núcleos Especializados, que também receberam psicólogas/os, assistentes sociais e sociólogas/os. Foram 73 servidoras/es públicas/os contratadas/os após concurso³⁰, sendo 30 psicólogas/os e 17 assistentes sociais, que foram distribuídas/os conforme podemos verificar na tabela abaixo³¹.

²⁸ LEI COMPLEMENTAR Nº 988/2006, Artigo 5º, inciso VI.

²⁹ Formação dos Profissionais que passaram a compor o quadro permanente da instituição: Administração, Análise de Sistemas, Arquitetura, Comunicação Social, Contabilidade, Desenho Industrial, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Programação, Serviço Social e Sociologia.

³⁰ Com base na Lei Complementar Estadual nº 1.050, de 24 de junho de 2008, que institui no Quadro da Defensoria Pública do Estado as classes de apoio, especifica e dá providências correlatas.

³¹ Destacaremos estes profissionais, por estarem mais diretamente ligados ao nosso objeto de estudo, ou seja, atendimento direto à população (atividade fim) e atuação nos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs).

Tabela 2: Distribuição das primeiras/os psicólogas/os e assistentes sociais na DPESP.

Profissão	Órgãos da DPESP (nº de Profissionais lotadas/os)	Região Administrativa
Assistente Social	CAM – Regional Central (2) CAM – Regional Leste (2) CAM – Regional Sul (2) CAM – Regional Norte-Oeste (1) CAM – Regional Criminal (1) CAM – Regional Infância e Juventude (1) Núcleo Especializado de Infância e Juventude (1) Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito (1) Assessoria Técnica Psicossocial/ Administração (1)	Capital (12)
	CAM – Regional Grande ABCD (1)	Região Metropolitana (1)
	CAM – Regional Bauru (1) CAM – Regional Santos (1) CAM – Regional São Carlos (1) CAM – Regional Registro (1)	Interior (4)
	CAM – Regional Central (2) CAM – Regional Leste (3)	Capital (13)

Psicóloga/o	CAM – Regional Sul (2) CAM – Regional Norte-Oeste (2) CAM – Regional Criminal (1) Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (1) Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (1) Assessoria Técnica Psicossocial / Administração (1)	
	CAM – Regional Grande ABCD (1) CAM – Regional Mogi das Cruzes (1) CAM – Regional Guarulhos (1) CAM – Regional Osasco (1)	Região Metropolitana (4)
Psicóloga/o	CAM – Regional Araçatuba (1) CAM – Regional Bauru (1) CAM – Regional Campinas (1) CAM – Regional Jundiaí (1) CAM – Regional Marília (1) CAM – Regional Presidente Prudente (1) CAM – Regional Ribeirão Preto (1) CAM – Regional Santos (1) CAM – Regional São Carlos (1) CAM – Regional São José dos Campos (1) CAM – Regional José do Rio Preto (1) CAM – Regional Sorocaba (1) CAM – Regional Taubaté (1)	Interior (13)

FONTE: Departamento de Recursos Humanos da DPESP, consulta em dezembro de 2013.

Podemos ver que, neste início, as/os profissionais foram distribuídas/os pelo estado e que em muitos locais acabaram ficando isoladas/os, em relação a serem as/os únicas/os profissionais dos CAMs de uma determinada unidade ou Núcleo Especializado. Isso ocorreu principalmente no Interior e na Região Metropolitana de São Paulo, como vimos na tabela. Além das vagas em Unidades de Atendimento e Núcleos Especializados, foi afastado um psicólogo e uma assistente social deste grupo para exercerem suas atividades junto à Administração da instituição, passando a compor a Assessoria Técnica Psicossocial (ATP), apontada na tabela. A ATP configura cargo de confiança, vinculado à Defensoria Pública Geral, possui função de gerência e as seguintes atribuições principais: assessorar a Defensoria Pública Geral sempre que necessário, nas questões relativas às matérias do Serviço Social e da Psicologia, além de sistematizar as sugestões oriundas de Agentes de Defensoria psicólogas/os e assistentes sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e organizá-las na perspectiva de contribuir para a melhoria do exercício profissional nas unidades da Defensoria Pública³².

Antes de assumirem seus postos de trabalho, estas/es profissionais participaram juntas/os do “I Curso de Acolhimento dos Agentes de Defensoria”, realizado na segunda quinzena de abril de 2010 e organizado pela Escola da Defensoria (EDEPE). Participaram defensoras/es públicas/os e servidoras/es da DPESP, além de profissionais externos à instituição. Foram proferidas palestras sobre a instituição, organogramas e setores internos, além de mesas sobre temas relevantes à área de atuação, tais como “Saúde mental”, “Uso de Drogas”, “Violência Doméstica”, “Violência contra crianças e adolescentes”, “Mediação e Conciliação”, dentre outros. Nos últimos dias deste curso, as/os psicólogas/os e assistentes sociais, juntamente com defensoras/es públicas/os presentes, participaram de grupos de discussão a partir dos quais foi elaborado um documento com algumas premissas do que deveriam ser os princípios e atribuições dos Centros de Atendimento Multidisciplinar que passariam a ser implantados.

Havia uma pré-proposta formulada por defensoras/es, mostrando que estas/es já tinham diversas expectativas sobre a atuação interdisciplinar que seria implantada. Houve espaço para debate, complementação e reformulação por parte das/os profissionais formadas/os em Psicologia e Serviço Social que estavam ingressando na DPESP. O documento

³² Mais informações sobre a Assessoria Técnica Psicossocial disponíveis na Deliberação CSDP N°. 187/2010, artigo 6º.

final construído coletivamente serviu de base para a Deliberação nº 187/2010 (ANEXO C), que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar³³. Cabe ressaltar que antes de se transformar em Deliberação – instrumento de normatização interno da DPESP – o documento citado foi encaminhado ao Conselho Superior da DPESP, para complementações, reformulações e aprovação. O Conselho Superior é o órgão deliberativo máximo da Defensoria Pública de São Paulo, o qual é composto por defensoras e defensores públicos eleitas/os por seus pares, defensoras/es que exercem cargos administrativos na instituição (cargos natos), além da Ouvidora ou Ouvidor Geral (membro da sociedade civil) e, dentre outras funções, tem o papel de fixar parâmetros de atuação da DPESP e de suas/seus servidoras/es³⁴.

Segundo esta Deliberação, são princípios destes CAMs, entre outros: “a humanização do atendimento; o respeito à autonomia do usuário, considerando suas potencialidades e limitações individuais; a interdisciplinaridade e intersetorialidade³⁵ do atendimento; a adoção da perspectiva preventiva, socioeducativa e promocional; a articulação com a rede de atendimento psicossocial e outras políticas sociais e de saúde”.³⁶

Dentre suas atribuições, foi definido que as/os profissionais dos CAMs devem contribuir no “atendimento especializado ao público; na elaboração de projetos e de procedimentos técnicos de atuação; elaborar perícias, laudos, estudos e pareceres; fomentar estratégias de soluções alternativas de conflitos na comunidade; atuar como conciliador, facilitador e mediador; mapear e articular com a rede de serviços; prestar apoio ao serviço de atendimento especializado ao público da Defensoria Pública; participar das atividades de educação em direitos e fortalecer a articulação com a sociedade civil”³⁷.

³³ Disponível em

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (acesso em 20/01/2015).

³⁴ ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006 – Artigo 26.

³⁵ O termo intersetorialidade passou a ser muito utilizado nas políticas públicas mais recentes. Refere-se a ações de integração e articulação de diferentes atores e serviços públicos. Esta perspectiva de trabalho tem sido valorizada, devido ao entendimento de que a intersetorialidade fortalece as ações e traz maior efetividade aos sistemas públicos (NASCIMENTO, S., 2010).

³⁶ Conforme estabelecido na Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública CSDP nº 187 de 12/08/2010, disponível em

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (acesso em 20/01/2015).

³⁷ IDEM

Podemos notar nos princípios de atuação do Centro Atendimento Multidisciplinar (CAM) a presença de concepções e ideais de outras políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS)³⁸ e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS)³⁹. Assim, parece ter havido, no momento de elaboração deste documento, a apropriação de perspectivas e direcionamentos também presentes nas políticas públicas citadas, tais como a perspectiva preventiva, a atenção voltada à autonomia da/o usuária/o do serviço público e a articulação com os outros serviços.

Em relação às atribuições demandadas às/aos profissionais destes CAMs, podemos verificar tanto premissas de atuação institucionais gerais, como por exemplo, fomentar estratégias de soluções alternativas de conflitos na comunidade, participar das atividades de educação em direitos e fortalecer a articulação com a sociedade civil (objetivos de toda a instituição e seus membros), quanto atribuições específicas, como prestar atendimento especializado ao público, elaborar projetos e procedimentos técnicos de atuação, além de elaborar perícias, laudos, estudos e pareceres, dentro da área de conhecimento de cada profissional, da Psicologia ou do Serviço Social.

Também foram estabelecidos fluxos internos referentes a como os casos seriam encaminhados aos CAMs e, conseqüentemente, às/aos psicólogas e assistentes sociais. Segundo esta normativa, as/os defensoras/es públicas/os e a Ouvidoria Geral da DPESP podem encaminhar as pessoas para serem atendidas e acompanhadas pelos CAMs, além de poderem requerer outros tipos de solicitações, tais como realização de pareceres, mapeamento ou acionamento da rede de serviços e convite para participação em eventos e capacitações⁴⁰. Cabe lembrar que a DPESP está organizada de modo que as defensoras e defensores públicos são as/os responsáveis pelo primeiro atendimento ou triagem dos casos⁴¹. Após esta primeira avaliação, as/os defensoras/es encaminham os casos novos ou em andamento, vinculados ou não a processos judiciais, às/aos profissionais dos CAMs⁴².

³⁸BRASIL, Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

³⁹ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. O SUAS foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir do previsto na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

⁴⁰ Conforme a Deliberação CSDP N° 187/2010, artigo 5º, incisos II e XIII.

⁴¹ Conforme a Deliberação CSDP N° 89/2008.

⁴² Passados alguns anos do início desta atuação, devido a aproximação das/os psicólogas/os e assistentes sociais da DPESP com a Rede de Serviços Públicos, começaram a ser encaminhados casos diretamente dos outros serviços aos CAMs. Trata-se de casos excepcionais, mas que retratam um outro fluxo de encaminhamento e

Um dado interessante é que passados alguns anos de atuação, após as/os profissionais dos CAMs terem se apropriado melhor do campo laboral que foi sendo construído, começaram a ser provocados novos questionamentos e foram levantadas sugestões de reformulação para suas atribuições, a partir da experiência no cotidiano das Unidades. Foram apontadas novas especificações, delimitando melhor o seu trabalho. Assim, a partir de proposta construída e debatida na Comissão de Estudos Interdisciplinares⁴³ – espaço institucional composto por psicólogas/os, assistentes sociais e defensoras/es públicas/os, dentre outras/os profissionais – consultadas/os todas/os da DPESP, a Deliberação CSDP N° 187/2010 sofreu alterações, sendo complementada e reformulada pela Deliberação CSDP N° 288/2014. Esta possibilidade de reformulação – obviamente num processo nem sempre harmonioso, permeado por resistências e relações de forças/interesses – nas normativas internas, que delimitam o trabalho interdisciplinar na instituição, mostra-se interessante instrumento para uma constante adaptação das normas às necessidades que vão sendo encontradas no dia a dia da DPESP, podendo adequar as práticas às demandas que vão se apresentando às/aos profissionais.

Além disso, importante destacar que a DPESP vive um momento de plena expansão, tanto em relação ao número de Unidades e departamentos quanto ao número de servidoras/es. Em 2013 foram criados mais cargos para Agentes de Defensoria e em 2014 o número de psicólogas/os e Assistentes sociais na instituição mais do que dobrou, passando das/os iniciais 47 (30 psicólogas/os e 17 assistentes sociais) para 116⁴⁴. Hoje somos 61 psicólogas/os e 55 assistentes sociais. Equipes foram ampliadas e unidades de atendimento mais novas passaram a contar com equipe interdisciplinar nos CAMs. Também foram abertos às/aos psicólogas/os e assistentes sociais novos espaços de trabalho dentro da instituição, tais como no Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, no Núcleo Especializado de

“porta de entrada” para a instituição. Já que, nestes casos, as/os profissionais dos CAM acabam recebendo as situações e, apenas posteriormente, compartilhando o caso com um/a Defensor/a. Ressaltamos que este fluxo ainda não foi estabelecido de maneira mais clara, tampouco normatizado institucionalmente.

⁴³ A Comissão de Estudos Interdisciplinares, é composta por Defensoras/es Públicas/os e Agentes de Defensoria e tem por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação e apreciar propostas formuladas pela Assessoria Técnica Psicossocial. (Deliberação CSDP 187/2010, art. 7º).

⁴⁴ Cargos criados pela Lei Complementar Estadual nº 1.203, de 25 de junho de 2013. Segundo informações da Assessoria Técnica Psicossocial (consultada em 19/12/2014), ainda há mais 24 cargos vagos atualmente, aguardando a efetivação do próximo concurso público, que deverá ser realizado em breve, para provimento das vagas para profissionais de Psicologia e Serviço Social.

Habitação e Urbanismo, no Núcleo Especializado de Situação Carcerária, no Departamento de Recursos Humanos/Gestão de Pessoas e na Assessoria da Qualidade do Atendimento, departamentos já existentes, mas que anteriormente não contavam com psicólogas/os ou assistentes sociais. Novas expansões no quadro de psicólogas e assistentes sociais da DPESP já estão previstas para que ocorram em breve, acompanhando o crescimento institucional.⁴⁵ Esta rápida e significativa ampliação do quadro interdisciplinar na DPESP, após 4 anos do início da atuação, aponta para o reconhecimento e valorização do trabalho que vem sendo desenvolvido, embora haja vários desafios pela frente.

A atuação de psicólogas e psicólogos em Defensorias Públicas é uma possibilidade nova de trabalho. Vimos que foram várias as atribuições direcionadas aos profissionais de Psicologia que passaram a compor o quadro de servidores desta instituição. As possibilidades de atuação são diversas e, devido ao pioneirismo – a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi o primeiro órgão desta categoria a realizar a contratação de psicólogas/os para o quadro efetivo da instituição – verifica-se, por um lado, uma flexibilidade para a criação e, por outro lado, as incertezas e desafios próprios de uma atuação em um “novo campo/ espaço”. Entendemos que deva ser crítica e reflexiva a inserção das/os profissionais de Psicologia neste contexto. Desta forma, entende-se como necessários trabalhos acadêmicos e científicos, como este, que se debrucem sobre estes temas e levantem reflexões, analisando possibilidades de intervenção, avaliando vivências e construindo saberes.

[...] produzir conhecimentos sobre a realidade de trabalho é um caminho, ou o principal caminho, para fazer dos espaços de intervenção efetivos espaços de luta, de garantia e ampliação de direitos.

[FÁVERO; JORGE; MELAO (Orgs.), 2011, p. 27]

⁴⁵ Informações que recentemente tem sido divulgadas pela Assessoria Técnica Psicossocial, Primeira Sub Defensoria-Geral e Comunicação da DPESP.

5.4 A população que é atendida na Defensoria Pública

Nesta seção pretendemos refletir sobre quem é esse cidadão ou cidadã as/os quais são atendidas/os na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Segundo a Constituição Federal de 1988 – a partir da qual, conforme vimos, foi prevista a existência de um órgão como a Defensoria Pública – “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”⁴⁶. Deste documento já temos uma primeira delimitação de quem seria a população atendida nesta instituição: quem comprovasse a impossibilidade financeira em relação à assistência jurídica, ou seja, quem não tivesse possibilidade de pagar uma/um advogada/o.

Na normativa federal seguinte, do ano de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, utiliza-se o termo “*assistidos*”:

Art. 4º. São funções institucionais da Defensoria Pública, entre outras:

[...]

IX – assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa...⁴⁷

Na lei que cria a Defensoria Pública no Estado de São Paulo (DPESP), é estabelecido o seguinte:

A Defensoria Pública do Estado [...] tem por finalidade a tutela jurídica integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial, dos necessitados, assim considerados na forma da Lei⁴⁸.

⁴⁶ BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 5º/ inciso LXXIV. Brasília: Senado Federal, 1988.

⁴⁷ BRASIL, Lei Complementar N° 80, de 12 de Janeiro de 1994 (Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, prescreve normas gerais para sua organização nos Estados e dá outras providências).

⁴⁸ ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual n° 988 de 9 de Janeiro de 2006 – Artigo 2º.

Em outro ponto, tem-se como atribuição *“informar, conscientizar e motivar a população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais”*⁴⁹, *“a tutela individual e coletiva dos interesses e direitos da criança e do adolescente, do idoso, das pessoas com necessidades especiais e das minorias submetidas a tratamento discriminatório”*⁵⁰, assim como *“a tutela das pessoas necessitadas, vítimas de discriminação em razão de origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade, estado civil, condição econômica, filosofia ou convicção política, religião, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena, ou em razão de qualquer outra particularidade ou condição”*⁵¹.

Além das definições sobre o público atendido na DPESP que destacamos acima, no dia a dia da instituição também é bastante utilizado o termo *“assistido”* ou *“assistida”* ou ainda *“nossa/o assistida/o”*, inclusive nos documentos oficiais (processos, relatórios formulários, cadastros e outros registros).

Mas será que estamos aqui tratando apenas de simples palavras ou nomenclaturas? Acreditamos que não. Nas aulas de Psicologia Social ministradas pela professora Ecléa Bosi⁵² no Instituto de Psicologia da USP, ela costumava dizer que *“as palavras são como caixinhas: a gente tem que abrir para ver o que tem dentro”*. Pois bem, após levantarmos os termos utilizados nos documentos oficiais para a descrição das pessoas atendidas na Defensoria Pública, ou seja, *“assistidos”*, *“necessitados”*, *“população carente”*, propomos um olhar crítico para tais expressões. Entendemos que estas trazem a ideia de pessoas que teriam algo a receber, afinal, estariam necessitadas/os, carentes e seriam assistidas/os, recebendo algo da/o outra/o, passando a impressão de passividade.

Em *“Pedagogia do Oprimido”*, Paulo Freire trabalha com a ideia de que *“solidarizar-se com estes (no caso, as/os oprimidas/os, dentro das relações de poder existentes em nossa sociedade) é algo mais do que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência”*. Este autor também coloca que:

⁴⁹ Id. – artigo 5º/ inciso II.

⁵⁰ Id. - artigo 5º/ inciso VI/c.

⁵¹ Id. - artigo 5º/ inciso VI/l.

⁵² Ecléa Bosi é graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1966), mestre (1970) e doutora (1971) em Psicologia Social pela mesma Universidade. Atualmente é professora emérita da Universidade de São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/9885451043461871>

Na verdade, o que pretendem os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem.

Para isto se servem da prática “bancárias” da educação, a que se juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de “assistidos”.

(FREIRE, 2005, p. 69, grifo nosso)

Neste livro, Freire foca sua atenção para o campo da educação, mas é possível fazer um paralelo para a atuação em outras áreas. Assim, podemos pensar que nossa atuação na área sociojurídica também corre o risco de se tornar limitada, enquadrando os sujeitos atendidos em posicionamentos e leituras estigmatizantes, contrárias a ideia de emancipação. Por estas razões, neste trabalho preferimos utilizar os termos “usuárias/os” (do serviço público, no caso, da DPESP), “pessoa/ indivíduo em situação de vulnerabilidade social” “cidadãs/ãos”, dentre outros. Tais nomenclaturas não são imunes a críticas, mas nos parecem menos problemáticas.

Para Gonçalves Filho⁵³ (2007), em seus estudos sobre humilhação social, o humilhado teria *“sido publicamente congelado na figura do carente, alguém de quem nos cabe ocuparmos e que estaria impedido, ele próprio, de ocupar-se de alguém. O carente é visado como quem em tudo depende de nós”* (GONÇALVES FILHO, 2007 – p. 217). Consideramos que os termos “assistidas/os”, “população carente” e “necessitadas/os”, tem em comum o fato de colocarem o sujeito (no caso, a cidadã e/ou cidadão atendida/o na DPESP) em um papel passivo/ submisso/ receptivo, adjetivos contrários ao objetivo mais amplo da instituição, que seria o acesso aos seus direitos, à cidadania e – em última análise – a transformação social, sendo que todos esses ideais são condizentes com uma postura ativa/ autônoma do sujeito e não com posturas passivas. Assim, entendemos que tais termos, “rótulos” ou nomenclaturas representam relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, apesar de serem utilizadas em instituições que teriam como objetivo final a mudança social, o fortalecimento dessas pessoas ou a diminuição das desigualdades.

⁵³ Do qual tive a honra de ter a pesença em minhas bancas de qualificação e defesa de Mestrado, com o presente trabalho.

Interessante notar também outra manifestação da questão. Nas instituições jurídicas – incluindo a DPESP – e em nossa sociedade, em geral, as/os operadoras/es do Direito, por sua vez, muito comumente são tratadas/os por outro nome ou palavra bem diferente: Doutora ou Doutor. Termos estes que nos remetem a ideia de quem tem o saber e o poder. A escritora e documentarista Eliane Brum escreveu um artigo recente sobre este assunto⁵⁴. Ela diz que historicamente, o “doutor” se entranhou na sociedade brasileira como uma forma de tratar os superiores na hierarquia socioeconômica – e também como expressão de racismo. Ou como a forma de as/os mais pobres tratarem as/os mais ricos, de as/os que não puderam estudar tratarem as/os que puderam, dos que nunca tiveram privilégios tratarem aqueles que sempre os tiveram.

O “doutor” não se estabeleceu na língua portuguesa como uma palavra inocente, mas como um fosso, ao expressar no idioma uma diferença vivida na concretude do cotidiano que deveria ter nos envergonhado desde sempre⁵⁵.

Brum conta que, ao pesquisar sobre o uso do “doutor” para escrever esta coluna, se deparou com artigos de advogadas/os defendendo que, pelo menos com relação à sua própria categoria, o uso do “doutor” seguia legítimo e referendado na lei e na tradição. O principal argumento apresentado para defender essa tese estaria num alvará régio no qual D. Maria, de Portugal, mais conhecida como “a louca”, teria outorgado o título de “doutor” aos advogados. Mais tarde, em 1827, o título de “doutor” teria sido assegurado aos bacharéis de Direito por um decreto de Dom Pedro I, ao criar os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil. Como o decreto imperial jamais teria sido revogado, ser “doutor” ou “doutora” seria parte do “direito” das/os advogadas/os. Ela destaca que a leitura de tal decreto dá margem à interpretação de que o título seria a todas/os que concluíssem o equivalente à “livre-docência”. O mais importante aqui parece ser o efeito social do uso desta nomenclatura, no sentido de reforçar relações sociais desiguais, tão antigas quanto as épocas

⁵⁴ “Doutor advogado e Doutor médico: até quando?”, de 10/09/2012 . Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>

⁵⁵ Idem.

de escravidão e impérios absolutistas. É este uso cultural que preocupa quem espera uma sociedade que seja menos desigual, conforme apontou a autora:

O fato é que o título de “doutor”, com ou sem decreto imperial, permanece em vigor na vida do país. Existe não por decreto, mas enraizado na vida vivida, o que torna tudo mais sério. A resposta para a atualidade do “doutor” pode estar na evidência de que, se a sociedade brasileira mudou bastante, também mudou pouco. A resposta pode ser encontrada na enorme desigualdade que persiste até hoje. E na forma como essas relações desiguais moldam a vida cotidiana⁵⁶.

Esta escritora também relatou sua experiência enquanto jornalista/repórter acompanhando as/os cidadãs/ãos sendo atendidas/os pelas/os “doutoras/es” do mundo jurídico e as posturas e formas de se relacionar que foram identificadas, reforçando relações de desigualdade, submissão e humilhação social:

É no dia a dia das delegacias de polícia, dos corredores do Fórum, dos pequenos julgamentos que o “doutor” se impõe com todo o seu poder sobre o cidadão “comum”. Como repórter, assisti à humilhação e ao desamparo tanto das vítimas quanto dos suspeitos mais pobres à mercê desses doutores, no qual o título era uma expressão importante da desigualdade no acesso à lei. No início, ficava estarecida com o tratamento usado por delegados, advogados, promotores e juízes, falando de si e entre si como “doutor fulano” e “doutor beltrano”. Será que não percebem o quanto se tornam patéticos ao fazer isso?, pensava. Aos poucos, percebi a minha ingenuidade. O “doutor”, nesses espaços, tinha uma função fundamental: a de garantir o reconhecimento entre os pares e assegurar a submissão daqueles que precisavam da Justiça e rapidamente compreendiam que a Justiça ali era encarnada e, mais do que isso, era pessoal, no amplo sentido do termo⁵⁷. (grifos nossos)

Nesse sentido, vemos que estas práticas e costumes podem afastar as pessoas mais pobres de seus direitos ou do exercício da cidadania, deixando o saber e as decisões sobre as suas vidas para as/os “doutoras/es”, posturas que podem ser reforçadas pelas nomenclaturas

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

que usamos. Isso seria contraditório com o ideal de Justiça e cidadania que estas instituições e que a própria legislação prega. A autora questiona o porquê da manutenção de tais nomenclaturas, até analisar as relações de poder envolvidas e interesses das classes dominantes na manutenção das relações como estão.

Se o “doutor” genérico, usado para tratar os mais ricos, está perdendo seu prazo de validade, o “doutor” que anuncia médicos e advogados parece se manter tão vigoroso e atual quanto sempre. Por quê? Com tantas mudanças na sociedade brasileira, refletidas também no cinema e na literatura, não era de se esperar um declínio também deste doutor? (Idem)

Voltemos à população atendida na Defensoria. José Moura Gonçalves Filho (2003), trabalha com o tema da “humilhação social”, considerando que “quem é humilhado é quem está no chão, abaixo” (GONÇALVES FILHO, 2003 – p. 224), “o humilhado sofre destes processos e mecanismos, estruturas e forças postos pelos homens, postos entre os homens, conscientes e inconscientes, políticos e econômicos, e que tornam o homem indiferente ao outro homem...” (GONÇALVES FILHO, 2003 – p. 223). O mesmo autor coloca que:

Nas sociedades contemporâneas e que se pretendem republicanas, a opressão política, a exploração econômica, a humilhação pública, por mais que apareçam disfarçadas, por mais que nossas opiniões busquem negá-las ou amortecê-las, são fenômenos pesados e penetrantes.

[...]

A humilhação social deixa lembranças que, para serem digeridas, exigem ligação com pelo menos uma ideia, um fato: a desigualdade.

(GONÇALVES FILHO, 2003, p.225-226)

Assim, vemos que o fenômeno da humilhação social, embora muitas vezes manifestada de maneira sutil ou disfarçada, tem fortes marcas nos sujeitos envolvidos. Além disso, o autor destaca que, para que as lembranças da humilhação sejam enfrentadas, temos que nos deparar com o fenômeno da desigualdade social.

A/o usuária/o da DPESP é este cuja vida é marcada pela desigualdade, opressão e humilhação social. Na prática, é selecionado pela sua renda para poder ser atendida/o na DPESP. Isto porque para a pessoa ser atendida na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ela tem que passar por uma avaliação socioeconômica que é estabelecida em função da renda familiar e patrimônio. Atualmente, salvo exceções, o valor dessa renda familiar mensal não pode ultrapassar o correspondente a 3 salários mínimos vigentes⁵⁸ e, diante desse critério, seriam selecionados os que têm menor renda, ou seja, supostamente as/os oprimidas/os.

Em pesquisa desenvolvida pela equipe da Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo⁵⁹, verificou-se que 73% da população atendida na DPESP são *mulheres* (no Estado de São Paulo, essa proporção é de 51,5%, segundo o Censo 2010, do IBGE). Os dados sobre *raça* foram obtidos por meio da autodeclaração dos Entrevistados. Lembrando que 69,5% da população geral do Estado se declara branca e 34,5% se declara como pretos ou pardos (IBGE), temos um quadro na Defensoria que chama atenção: 48% dos usuários se autodeclaram brancos e 47% se autodeclaram *negros ou pardos*. Também averiguaram que 5,5% dos usuários da DPESP entrevistados não sabiam ler nem escrever, índice maior do que o percebido no Estado, que concentra 4,5% de *analfabetos*. Sobre a *escolaridade*, tal pesquisa identificou que apenas 33% concluíram o ensino médio e 28% não completaram o Ensino Fundamental. Há indícios de *desemprego* (22%) ou empregos sem estabilidade/ vinculação trabalhista (30%) e renda domiciliar/ familiar de até 2 salários mínimos (54%), para famílias que, em média, possuem de 3 a 4 integrantes (média de 3,5 pessoas/ núcleo familiar ou residência). Além disso, os dados mostraram que das famílias atendidas pela DPESP, 34,5% possuem pessoas que fazem tratamento médico devido à *doença grave*, 17% são compostas de pessoas com *deficiência física ou mental*, 24,5% de idosos e 6% de egressos do sistema prisional.

Gonçalves Filho (2003), citado acima, aponta como sinais concretos de desigualdade social a fome, a doença, o analfabetismo e o desenraizamento (a perda da terra e de um grupo de participação; mais drasticamente, o nascimento sem terra e sem grupo), fatores

⁵⁸ Maiores informações, disponíveis em <http://www.defensoria.sp.gov.br>.

⁵⁹ Disponível em:

http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2013.05_RelatorioPesquisa_FINAL.pdf (acesso 30/10/2013).

igualmente presentes nas pessoas que procuram a DPESP e questões recorrentes em seus relatos.

José Moura também discorre sobre os ambientes urbanos e seu caráter “excludente e expulsivo” para as/os pobres. Desta forma, entende que, para estes, os espaços citadinos são espaços que segregam, pelo poder de sempre atualizar a desigualdade de classes. Como consequência da humilhação social, temos um sofrimento que é “subjetivo e atual” e que pode ser apresentado de diversas formas, tais como lágrimas, emudecimento, endurecimento e o protesto confuso.

Destaca-se a constante sensação de risco e vulnerabilidade que tais sujeitos vivenciam. Para Pereira e Souza (2006), a vulnerabilidade é um conceito complementar ao risco. Estas autoras alertam que o uso do termo vulnerabilidade aparece tanto em relação a riscos ambientais quanto riscos socioeconômicos. Hillesheim (2008) traz estudos sobre vulnerabilidade que pressupõem as relações entre risco e ações de “mitigação” – respostas e ajustamentos – e perigo do lugar, considerando-se as condições biofísicas gerais e a exposição ao fenômeno (Hillesheim, 2008). Para estas autoras a vulnerabilidade se destaca pela existência de um risco, pela incapacidade de responder ao risco e inabilidade de adaptar-se ao perigo, ou, como característica dos lugares com diferentes graus de capacidade de resposta e de habilidade de adaptação, ou seja, ambas numa esfera socioambiental. (PEREIRA; SOUZA, 2006, p. 6).

De acordo com Abramovay et al. (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são tidos como insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Estas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades, com consequente deterioração de vida de determinados atores sociais. Tem-se, assim, que a concepção de vulnerabilidade social tem a pretensão de superar e incorporar o conceito de pobreza.

Portanto, considerando esta população vulnerável, verificamos a necessidade de segurança, de leis e serviços que forneçam proteção e infra-estrutura. Os relatos de recorrentes experiências de desrespeito e humilhação são constantes, e também passam pela questão da baixa escolaridade, da discriminação de gênero e racial, do desemprego e dos

baixos salários. É uma população permanentemente ameaçada por violações e desconsiderações.

Trata-se, em última instância, de um reconhecimento individual e social denegado, baseado em formas sistemáticas de privação-violação de direitos básicos de cidadania.

(HONNETH, 2003, p.227)

E é esta/e desinvestida/o socialmente que, não reconhecida/o socialmente em seus direitos e sem conseguir acessá-los, procura o serviço da Defensoria Pública. Entendemos que esta/e cidadã/ão deveria ser atendida/o e ter possibilidade de participar ativamente da possível “resposta” para a sua demanda.

Assim, entendemos que a Defensoria Pública deve acolher as demandas de suas/seus usuárias/os e possibilitar que as/os mesmas/os possam participar ativamente do processo de alcançar seus direitos. Esta/e cidadã/ão deve ser não só orientada/o sobre seus direitos e garantias, mas também – e fundamentalmente – deve ser ouvida/o e incorporadas as suas vontades, necessidades e experiências.

Após algumas reflexões acerca da população atendida na DPESP, faz-se necessário refletir sobre algumas possibilidades de atuação das psicólogas e psicólogos neste contexto. psicólogas/os podem ter papel fundamental neste processo, trazendo discussões neste sentido, problematizando e questionando conceitos e “verdades”, construindo novas práticas e proporcionando a esse sujeito um espaço de encontro real e vivo, rico de possibilidades de desdobramentos, conforme iremos desenvolver a seguir.

6. A PSICOLOGIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA: ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

6.1 Psicologia, Políticas Públicas e Compromisso Social: o papel da Psicologia no sistema de garantia de direitos.

Sabemos que as/os psicólogas/os têm sido solicitadas/os a colaborar com as mais diversas áreas e sua inserção no que diz respeito às políticas públicas, em geral, tem crescido nos últimos anos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007). Também podemos perceber uma crescente valorização da construção de práticas comprometidas com a transformação social, com a cidadania e com os direitos, em direção à emancipação humana (IDEM). Como vimos, estes elementos são também fundantes dos ideais e princípios da Defensoria Pública.

Para refletirmos sobre o papel de psicólogas/os na Defensoria Pública, temos que rever a própria história da Psicologia no Brasil:

A regulamentação da Psicologia como profissão ocorreu em 1962. A ditadura militar que se instalou no país, em 1964, rebateu no processo de formação e exercício profissional e impediu que a temática social fosse inserida nos currículos. A despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o (a) psicólogo (a) só faz psicoterapia. No final dos anos 80, começaram novos movimentos de mudança na atuação profissional e adotou-se o lema do compromisso social como norteador da atuação psicológica. Desde então, várias ações foram realizadas pelos (as) psicólogo (as) e entidades da Psicologia brasileira no sentido da construção de práticas comprometidas com a sociedade brasileira.

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p.20, grifo nosso).

Segundo esta análise, a formação das psicólogas e psicólogos foi por muito tempo direcionada a uma prática despolitizada, alienada e elitista, ou seja, uma atuação recortada de seu contexto social e acrítica, que pouco analisava a complexidade dos fenômenos estudados. A ideia de psicoterapia, nesta fala, é a individual, geralmente acessível a uma pequena parcela da população (classe média/ classe alta) e que atua com o sujeito sem que

se problematize seu universo político e social. Tal crítica entende que a prática das/os psicólogas/os ficava limitada a este tipo de inserção na sociedade.

Para Bock (2009), a tradição da Psicologia brasileira foi marcada pelo “compromisso com os interesses das elites” e teria se constituído como ciência e profissão para o controle, a categorização e a diferenciação, contribuindo pouco para a transformação e melhoria das condições de vida, que são tão desiguais em nosso país (BOCK, 2009, p. 16). Esta autora destaca que as teorias psicológicas muitas vezes adotaram uma perspectiva naturalizante de homem e de seu desenvolvimento psíquico, afastando-se das preocupações sociais e sem exigir um posicionamento mais crítico das psicólogas e psicólogos (BOCK, 2009, p. 20). Tais concepções – naturalizantes e subjetivantes – acobertariam a construção social do psiquismo, tornando-se ideológicas. Em contrapartida, propõe-se que as/os psicólogas/os construam leituras que, “ao falarem do mundo psíquico, falem do mundo social e, ao pensarem em transformações, psíquicas, exijam um – novo – projeto social” (BOCK, 2009, p. 23).

Nesta linha, o documento do Conselho Federal de Psicologia destaca um novo direcionamento para a Psicologia no Brasil, apontando o campo das políticas públicas como possibilidade de espaço para inserção, ação e construção de práticas que tenham como objetivo a transformação social:

A inserção do (a) psicólogo (a) nas políticas públicas cresceu muito nos últimos dez anos. Essa atuação foi acompanhada pela construção, na Psicologia, do compromisso social, com a participação de psicólogos e psicólogas de todo o país. A partir desta perspectiva, é valorizada a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Diferentes experiências apontaram alternativas para o fortalecimento dos indivíduos e grupos para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão de psicólogo no interior da sociedade.⁶⁰

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p.20, grifo nosso)

⁶⁰ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, “Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social”/ Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). – Brasília, CFP/ CEFESS, 2007. (p.20).

Conforme podemos verificar nos trechos acima, houve esse movimento de ruptura e questionamentos, que possibilitaram a inserção de psicólogas e psicólogos em outros espaços e com novas possibilidades de atuação e construção. Vemos uma Psicologia cada vez mais comprometida com a transformação social, que toma como foco as necessidades, objetivos e experiências da população oprimida, que é exatamente o público atendido pela Defensoria Pública (quem não condições de pagar um advogado particular, ou seja, a/o menos favorecida/o economicamente) ou a população que esteja sendo alvo de algum tipo de violação de seus direitos. Nesse sentido, a/o profissional de Psicologia passa do lugar de quem avalia/categoriza/patologiza para o lugar de quem, junto com a pessoa atendida, vai auxiliá-la na construção de significados e nos processos de tomada de decisão:

[...] as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar a classe trabalhadora, mas buscar compreender os processos estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Os processos devem ser compreendidos de forma articulada com os aspectos histórico-culturais da sociedade, produzindo-se a construção de novos significados ao lugar do sujeito-cidadão autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados.⁶¹

(CFP/ CFESS, 2007, grifos nossos)

Embora o texto acima se refira a “classe trabalhadora”, entendemos que a diretriz proposta pode também ser utilizada para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelas psicólogas e psicólogos que chegam às instituições, em especial à DPESP.

O presente estudo parte do pensamento de que a/o psicóloga/o na DPESP deveria, portanto, dar voz a essa/e cidadã/ão que procura a garantia de seus direitos na Defensoria Pública. Deveria proporcionar uma escuta que considere aquele sujeito ao mesmo tempo único – com sua singularidade, experiência de vida e necessidades únicas – e ao mesmo tempo

⁶¹ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, “Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social”/ Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). – Brasília, CFP/ CFESS, 2007.

inserido em um contexto maior, que deve ser considerado e analisado criticamente, conforme ressaltou Baró (1996):

O que fazer do psicólogo não pode limitar-se ao plano abstrato do individual, mas deve confrontar também os fatores sociais onde se materializa toda individualidade humana.

(MARTIN-BARÓ, 1996, p. 17, grifo nosso)

Estes cuidados e direcionamentos na atuação da/o profissional de Psicologia seriam fundamentais para um trabalho que visa a transformação social, pois afinal “não basta exercer a profissão junto aos pobres para estar incluindo a Psicologia num projeto emancipador” (PATTO, 2009, p.35). Faz-se necessária uma análise crítica, ética, política e constante de cada intervenção e seus possíveis efeitos. *Crítica* no sentido de constante reflexão sobre a prática, *Ética* no sentido de escala de valores que orientam essa prática. *Política* no sentido de rever concepções e práticas de avaliação e de psicoterapia meramente adaptativas e que contribuam para a reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta (PATTO, 2009, p. 34).

Agora passaremos a analisar como a Psicologia foi inserida no sistema de justiça.

6.2 A Psicologia no Sistema de Justiça: da perícia à garantia de direitos.

Para refletirmos sobre a atuação das psicólogas e psicólogos na Defensoria Pública, faz-se relevante levantarmos outros espaços e campos de atuação nos quais as/os profissionais da Psicologia foram inseridos, espaços estes igualmente relacionados ao Direito e instituições jurídicas.

Historicamente, a Psicologia foi introduzida ao Sistema de Justiça para contribuições do campo da psicopatologia, nos manicômios judiciais (MITSUKO, 2003, p. 58). Assim como ocorria com as/os profissionais da Psiquiatria, as psicólogas e psicólogos começaram a ser chamados para o campo do Direito com a tarefa de fornecer perícias e pareceres técnicos, ou

seja, diagnósticos e avaliações psicológicas sobre os indivíduos, visando amparar decisões judiciais, especialmente no âmbito criminal. Neste contexto, as/os psicólogas/os passaram a atuar como *peritos*, na *elaboração de laudos periciais*.

Neste início, as psicólogas e psicólogos eram contratados diretamente pelas/os juizas/es e demais operadoras/es de Direito para elaboração de laudos, o que trazia uma vinculação econômica direta que poderia comprometer ainda mais as críticas e julgamentos ao sistema ou ao que se esperava de tais avaliações. Com o passar do tempo, a Psicologia foi ganhando espaço nas Varas e Tribunais de Justiça e seu ingresso passou a se dar com concursos públicos.

O aumento de tais contratações deveu-se, em grande parte, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê a atuação de equipe interdisciplinar junto à justiça Infanto-Juvenil (BERNARDI, 2012, p. 28). Segundo o ECA:

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinar a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.⁶²

Tal legislação trouxe a responsabilidade orçamentária para a contratação desta equipe interprofissional, além de prever algumas atribuições.

No caso de São Paulo, o primeiro concurso público para psicólogas/os ocorreu em 1985 (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2011) e a atuação já era voltada principalmente para o desempenho nas Varas da Infância e Juventude. Conforme apontou Bernardi (1999), os desafios desta inserção foram muitos, exigindo adaptação e esforço dos profissionais:

⁶² BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Assumir este lócus exigiu do psicólogo muitas adaptações, em função dos conflitos inerentes às suas premissas de ação iminentemente clínicas e contradições básicas entre sua formação voltada para a promoção da autonomia e a ação restritiva da instituição. Os problemas foram muitos, desde a indefinição do papel nos fóruns até o estabelecimento de uma identidade profissional no âmbito dessa instituição judiciária.

(BERNARDI, 1999, p. 107)

Os órgãos de classe relacionados à Psicologia (Conselhos regionais e federal) procuraram auxiliar as/os profissionais atuantes na área, fornecendo panoramas para esta atuação, através da publicação de artigos, manuais, revistas especializadas e resoluções sobre o tema. Em 2007, o Conselho Federal de Psicologia consolidou Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia, dentre os quais demarcou o “Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica”⁶³:

IV - Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica

Atua no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis: Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças, aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria, para determinar a responsabilidade legal por atos criminosos; atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, Justiça do Trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias, para serem anexados aos processos [...]

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 19, grifo nosso)

⁶³ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA . Resolução do CFP Nº. 13/2007 – Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília (DF), 14 de setembro de 2007, artigo 3º inciso IV, p. 19.

Além de possíveis temáticas relacionadas à área (cidadania, direitos humanos e violência) e população atendida (crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, pessoas com suposta “deficiência mental e insanidade”), destaca-se em tal documento a atuação voltada à avaliação e elaboração de laudos (avaliações de “personalidade”, “condições intelectuais e emocionais” de “crianças adolescentes, e adultos”) para subsidiar decisões judiciais. Chama atenção o fato desta normativa destacar temáticas relacionadas a projetos de uma Psicologia crítica e política – tais como cidadania e direitos humanos – ao mesmo tempo que apresenta elementos relacionados a uma Psicologia individualista e avaliativa, que se mostra a serviço de sistemas jurídicos.

Em 2010, este mesmo conselho publicou o documento “Referências Técnicas para atuação do psicólogo em Varas de família”, visando subsidiar o trabalho das/dos profissionais atuantes na área. Houve também, neste mesmo ano, a publicação da Resolução nº 8 do Conselho, dispondo sobre “a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário”⁶⁴, importante marco para nortear ações nesta área. Este material dá orientações e parâmetros para realizações de perícias e desenvolvimento de documentos, além de diferenciar o papel do *perito*, sendo este “profissional designado para assessorar a Justiça no limite de suas atribuições, com *isenção* em relação às partes envolvidas” e dos *assistentes técnicos*, que “são de confiança da parte para assessorá-la e garantir o direito do contraditório” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010). Podemos notar que a inserção dos psicólogos e psicólogas no âmbito judiciário, tanto na esfera criminal quanto junto às Varas de Infância e Juventude, é bastante vinculada ao papel de *perito* ou com atribuição na elaboração de laudos, avaliações e pareceres.

Partindo da perspectiva do Direito, com base no Código de Processo Civil (artigo 420), temos que a prova pericial consiste em “*exame, vistoria ou avaliação*”. Segundo Gonçalves (2006), a *perícia* seria “*uma espécie de prova consistente no parecer técnico de pessoa habilitada para tanto*”. Já o exame consistiria “*na observação e análise de pessoas e objetos para delas obter as informações desejadas*”. Para este autor, a “*perícia será necessária quando as questões duvidosas sobre determinado fato exigirem conhecimentos técnicos e específicos,*

⁶⁴ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP Nº 8/2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo de assistente técnico e perito no Poder Judiciário. Brasília, 18 de junho de 2010.

que não podem ser esclarecidos por pessoas comuns” (GONÇALVES, 2006). Vemos nesta definição um paradigma no qual a pessoa analisada é considerada como um objeto a ser observado e a partir do qual o “perito”, que não é “pessoa comum”, com o seu “saber” retiraria da outra pessoa/objeto informações necessárias para esclarecimento do processo judicial. Ou seja, para o universo analisado neste trabalho, a/o psicóloga/o se relacionaria com a outra pessoa – a/o avaliada/o – com a finalidade de obter “informações desejadas”. Entendemos que tal posicionamento pode ser perigoso, do ponto de vista do cuidado com o sujeito que se atende, além de poder se confrontar com princípios norteadores da atuação dos psicólogos, quais sejam o cuidado, a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas⁶⁵.

Muitos estudos (OLIVEIRA, 2011; LIMA, 2007; MIRANDA JÚNIOR, 1998) apontam que tais avaliações são realizadas na maioria das vezes sem crítica, construindo-se análises subjetivas individuais descontextualizadas, que acabam endossando medidas meramente classificatórias, estigmatizantes e de controle às pessoas. Tal visão se relaciona com justificativas individualistas para violências e privações de direito.

Foucault (1999), a partir de suas análises sobre como estruturas sociais vão constituindo as subjetividades, aponta que o poder, nas sociedades modernas, não mais se realiza pela repressão ou pela visibilidade exemplar, mas de modo sutil na produção de atitudes e hábitos que vão configurando o indivíduo de acordo com a norma prescrita. Este autor fez uma leitura das estruturas jurídicas em nossa cultura e observou que esta sociedade disciplinar legitima e inventa determinados saberes para os quais o modo privilegiado de se estabelecer a verdade é o *exame*. O *perito*, neste contexto, suposto possuidor do saber/poder, seria aquela/e que é tida/o como *detentora ou detentor da verdade sobre seu objeto*.

Da mesma forma, no século XIX também se inventaram, a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais, formas de análise bem curiosas que chamaria de *exame* (examen) e não mais de inquérito. Tais formas de análise deram origem à Sociologia, à Psicologia, à Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise. Tentarei mostrar-lhes como, ao procurarmos a origem destas formas, vemos que elas nasceram em ligação direta com a formação de certo

⁶⁵ Inciso II dos princípios do “Código de Ética profissional do psicólogo”, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 27 de agosto de 2005.

número de controles políticos e sociais no momento da formação das sociedades capitalistas, no final do século XIX.

(FOUCAULT, 1999, p. 12).

Foucault, como vimos, relaciona estas formas de exame, utilizadas inclusive pela Psicologia, a controles políticos e sociais. Se pensarmos nas instituições judiciárias, controles estes ligados e legitimados pelo poder do Estado.

No artigo intitulado “Psicologia da violência ou violência da Psicologia”, Patto e Mello (2012) falam sobre a responsabilidade da/o profissional de Psicologia e possíveis consequências de seus atos, laudos e pareceres. As autoras analisam que, no caso de muitas avaliações psicológicas, o foco do trabalho ou atuação das/os profissionais acaba reduzido a julgamentos e descrições; como se os sujeitos analisados fossem meros objetos, passíveis de descrição neutra e cientificamente objetiva. Desta maneira, a preocupação e atenção da/o psicóloga/o não parece estar na garantia de direitos ou possíveis violações sofridas pelas pessoas avaliadas/ atendidas. Ou seja, a/o profissional que deveria ser formado para atentar às complexidades e gravidades de uma dinâmica familiar, por exemplo, e que deveria estar com ouvidos atentos para garantir os direitos de todos as/os envolvidas/os acaba limitando seu trabalho na produção de conclusões sobre a personalidade das pessoas.

O que certamente encanta muitos desses profissionais mal formados intelectual e profissionalmente é o *poder de dizer* sobre o íntimo das pessoas que lhes é socialmente outorgado e considerado como o único discurso competente para esse fim. Inebriados por essa autorização, muitos sentem-se livres para dizer o que bem entendem, certos da impunidade. Essa suposta competência indiscutível advém da crença de que as ciências humanas produzem conhecimentos acima de qualquer suspeita, garantidos por métodos de pesquisa que se querem objetivos e neutros. Poder que, para não ser questionado, não pode ouvir a crítica filosófica ao conceito hegemônico de cientificidade, e não pode admitir que, numa sociedade dividida, os saberes da Psicologia têm no cerne compromissos políticos, isto é, participam das relações de poder.

(PATTO, 2012, p. 3).

A autora destaca o discurso da neutralidade científica, para alguns inquestionável, que autoriza atuações profissionais deste tipo: avaliadoras, julgadoras, segmentadoras e discriminatórias. Sob a proteção da suposta verdade científica, ficariam camufladas relações de poder, ideologias e compromissos políticos que podem fazer com que as/os profissionais de Psicologia reforcem discriminações, opressões, endossando o “não acesso” a direitos. Destaca-se um fato nada raro em laudos psicológicos: a mera reprodução de estereótipos e de preconceitos de classe e a ratificação de desigualdades sociais e políticas. Tais práticas teriam a capacidade de estigmatizar e justificar desigualdades sociais ao reduzi-las a deficiências individuais. Com isso, teríamos um “quadro gravíssimo: além do risco às pessoas atendidas, a ciência com profissionais capazes de colaborar com construção da cidadania fica comprometida e ameaçada” (PATTO, 2012).

Crochik (2012) analisa o lugar e as condições desta/e psicóloga/o perita/o, que fica com a função de emitir laudo para subsidiar decisões judiciais. Ele percebe um sentimento de indiferença e frieza por parte desta/e profissional, que seria reflexo desta racionalidade administrada.

Essa indiferença tem como base a dificuldade de sensibilizar-se com o sofrimento dos outros. Na ausência de identificação, na impossibilidade de, valendo-nos de uma expressão de Agnes Heller, “fazer com o outro um nós”, é impossível evitar o golpe que será desfechado contra as vítimas e mobilizar apoio a quem precisa de socorro.

(CROCHIK, 2012, p. 138).

Este distanciamento em relação ao outro e consequente falta de empatia seria consequência do mundo atual, que contém um individualismo indiferente e frio diante da crueldade e de suas consequências. Esta “perseguição de inocentes” atingiria em cheio os que não têm poder econômico e sociocultural a opor ao poder do discurso competente de um profissional-cientista que legitima decisões sobre seus destinos a partir do resultado de avaliações psicológicas (CROCHIK, 2012, p. 139).

Se pensarmos a população atendida na Defensoria Pública, podemos concluir que são exatamente estas/es que não têm poder econômico e que muitas vezes também não podem

contratar profissionais qualificadas/os para que sejam ouvidas/os, apoiadas/os e orientadas/os, e não avaliadas/os e estigmatizadas/os. Percebemos, neste sentido, um risco de que a psicóloga e o psicólogo fiquem neste papel de responder dúvidas e angustias da/o profissional do Direito (juiz/a, promotor/a, defensor/a), elaborando documentos com a função de subsidiar decisões judiciais e acabando por classificar sujeitos, sem garantir-lhes a possibilidade de apoio, fortalecimento e escuta de suas necessidades e potencialidades.

Frise-se que não estamos aqui fazendo críticas pessoais às/aos profissionais de outros órgãos, mas sim refletindo sobre as condições a que estas/es são expostas/os em seu contexto de trabalho e como isto pode influenciá-los na produção de tais documentos, os quais podem cercear direitos das pessoas atendidas ao invés de potencializá-los. Entendemos que estas/es psicólogas/os estão expostos a pressões, o que pode direcionar o resultado de seus trabalhos.

Segundo esse pensamento, entendemos que seria fundamental a/o psicóloga/o se sensibilizar com o sujeito que atende, numa perspectiva empática. Entrar realmente em contato com o outro, não ser frio. Estar aberto a ouvir e não a avaliar. Podendo, assim, conhecer, entender e até se surpreender com o outro. A escuta da/o psicóloga/o seria, nesta lógica, qualificada e treinada para acolher, entrar em contato com a história do outro, com suas motivações e sentimentos, visando contribuir com seu bem estar e melhoria na qualidade de vida, visando caminhos para possíveis garantia de direitos.

Segundo Patto (2012) trabalhar com juízes, peritos – e incluo aqui defensores e defensoras Públicas – crianças e famílias às voltas com a justiça exige não só uma formação teórica à altura dos desafios que o psicólogo vai enfrentar, mas também reflexão, sensibilidade ética e atenção redobrada às pessoas envolvidas e às propostas oficiais para a solução de seus problemas (p. 20).

6.3 Psicólogas/os na Defensoria: caminhos possíveis

No texto de José Moura interpretamos algumas ideias que nos fazem pensar sobre atuação de psicólogas/os na DPESP:

Sofrimentos políticos não são enfrentados apenas psicologicamente, uma vez que são políticos. Mas enfrentá-los politicamente inclui enfrentá-los

psicologicamente. A cura da humilhação social pede remédio por dois lados. Exige participação no governo do trabalho e da cidade. E exige um trabalho interior, uma espécie de digestão, um trabalho que não é apenas pensar e não é solitário: é pensar sentindo e em companhia de alguém que aceite pensarmos juntos. Isto tende para o que Hannah Arendt descreveu como o ato de julgar⁶⁶.

O julgamento implica pensar pela própria cabeça e também conversar.

(GONÇALVES FILHO, 2007, p. 197, grifo nosso)

Entendemos que a/o psicóloga/o, na DPESP, possa abrir um espaço para escuta destas/es cidadãs/ãos ou de um grupo de cidadãs/ãos, propiciando esse trabalho interior sobre o qual apontou o autor. Esse pensar junto, com a companhia de alguém pode ser um pensar junto no espaço com a/o psicóloga/o. A Psicologia – com suas técnicas e entendimentos sobre o indivíduo – talvez possa estabelecer o que José Moura chama de “conversa alargada”, com este sujeito que tenta garantir seus direitos:

E se os ouvirmos não em conversa rápida, mas em conversa alargada, se os ouvirmos em situação que sua voz possa distender-se, possa dizer muitas coisas e não apenas o que presumirmos ou suportamos ouvir, vem sempre uma lição, uma lição sobre a humilhação e a indicação de algum remédio.

(GONÇALVES FILHO, 2007, p. 215, grifo nosso)

Ou seja, pode ser que um “remédio”, uma maneira de resistência, uma maneira de lutar seja identificada e descoberta através do que se escuta, através de um contato mais próximo com essa cidadã ou cidadão que se encontra em situação de vulnerabilidade e que percorre o Sistema de Justiça.

Tal autor também destaca que “pensamos melhor quando o agente ou o falante é nosso interlocutor”, e não a coisa pensada, passiva, como um objeto que simplesmente se estuda. Afinal “*conhecer não é consumir alguém, é pensar com alguém*” (GONÇALVES FILHO, 2003, p. 200), “*uma pessoa é quem nos fala e com quem falamos, não é vítima de*

⁶⁶ Para Hannah Arendt, julgar é uma atividade eminentemente política. É um processo interno que envolve a comunicação com os outros. Trata-se de ato de “julgar por sim mesmo” em sociedade, em meio aos juízos alheios (Arendt, H. 1992).

interrogatório”(idem, p. 200), “*é permitir que o outro seja outro, e não a ideia apressada que dele possuímos*” (Idem, p. 203). Todos esses elementos parecem ser fundamentais para a construção da atuação do psicólogo na DPESP e, aliás, deveria estar presente na instituição como um todo, na atuação de cada agente, de cada profissional que trabalha com essa população. São posturas que nos aproximam das pessoas atendidas, de suas vidas, de suas demandas e, possivelmente, do que pode ser feito e construído conjuntamente.

[...] fora de qualquer recurso nosso a expedientes de superioridade. É indispensável esperar pelo contato com informantes e depoentes no quadro de um relacionamento entre cidadãos, e não entre patrões e empregados. Quando tais divisões se impõem, quem informa ou depõe já não conversa: tergiversa, esconde-se ou emudece.

(GONÇALVES FILHO, 2003, p. 207, colchetes nossos)

Consideramos que este “contato com informantes ou depoentes” é semelhante ao contato com as pessoas que procuram atendimento na Defensoria Pública.

Assim, é como se nosso trabalho fosse na contramão: abrir espaço e possibilitar a fala das/os que – em geral – não são convidadas/os a falar, é estimular para que participe aquela/e que – historicamente – não tem espaço para ser ouvida/o e para opinar, é possibilitar o lugar de protagonista àquela/e que culturalmente foi colocada/o no lugar de quem aceita o que for decidido por outras/os. Afinal, vivemos em uma sociedade em que uma pessoa pobre é frequentemente impedida de falar ou de agir.

Nas sociedades de trabalho assalariado, a força de comandar ou coagir combinou-se com a força de contratar e demitir. Pessoas que socialmente caminham para o governo de outras pessoas e nisso encontram segurança, renda e prestígios instituídos: eis os “superiores”...

A humilhação marca a condição de pessoas que foram mais ou menos deslocadas para o lado daqueles que devem ficar quietos e obedecer – devem agir não propriamente como quem age, mas como quem cumpre ordens cuja formulação e sentido lhe são vetados.

(GONÇALVES FILHO, 2003, p.231)

Entendemos que seja importante as diferentes estratégias para o enfrentamento do sofrimento social e da falta de reconhecimento. Problematicar e verificar movimentos de resistência. Refletir de maneira crítica sobre a atuação do Estado e sobre as redes de movimentos sociais. Sustentar um espaço de escuta e interlocução com as/os usuárias/os que possibilite uma real autonomia e um posicionamento também crítico destas/es, frente às relações de poder existentes em nossa sociedade. Afinal, garantir a possibilidade e o espaço para o Sujeito de direitos (papel ativo/ cidadania), mais do que um sistema de garantia de direitos (com relações de poder marcadas e imposições ao sujeito).

Nascimento (2008) aponta caminhos para uma atuação de psicólogas/os que possa contribuir com movimentos de transformação e emancipação dos sujeitos pobres que atende. Através das ações do Estado, vê um campo de atuação para a/o psicóloga/o intervir no embate ao que ele chama de “situações sociais”.

A proposta é de tomar os campos das políticas públicas, onde o Estado se coloca a tarefa de responder às necessidades e demandas da sociedade, como referência e buscar compreender e interferir considerando a dimensão subjetiva que está presente nestas situações sociais. Desemprego, conflito com a lei, retorno à condição de cidadão, vivência do processo escolar e os modelos veiculados pela mídia são situações objeto da construção de políticas públicas. A contribuição dos psicólogos é de apoio psicológico, no sentido de interferir no movimento dos sujeitos buscando a potência de sua capacidade de intervenção e transformação do meio social onde vive. Este fortalecimento pessoal significa, acima de tudo, considerar a dimensão do sujeito cidadão, ou seja, humanizar as políticas públicas. A Psicologia é a perspectiva profissional que pode contribuir no processo de tradução e diálogo com o sujeito na sua singularidade a partir da universalidade da política.

(NASCIMENTO, 2008, p. 42, grifo nosso)

Os psicólogos e psicólogas, neste contexto, trabalhando com as subjetividades estariam, também, fortalecendo os sujeitos para lutas e posicionamentos sociais e políticos. Acreditamos que tais intervenções da Psicologia também podem se constituir no campo de atuação da DPESP.

6.4 As primeiras psicólogas e psicólogos da Defensoria

Em 12 de Abril de 2010 tomaram posse de seus cargos as/os primeiras/os psicólogas/os da DPESP. Neste início eram 30 vagas no total, distribuídas pela Capital (13), Região Metropolitana (4) e Interior (13) de São Paulo, conforme vimos na tabela da página 34. Deste grupo, havia 19 mulheres (63%) e 11 homens (37%). Elas/es tinham entre 24 e 45 anos de idade. Uma média de idade de 29 anos. O tempo de formação em Psicologia variava entre 4 meses e 19 anos, com uma média de 4 anos de formados desde a graduação até a entrada na instituição.

Tabela 3: Primeiras/os profissionais de Psicologia na DPESP

Primeiras/os psicólogas/os da DPESP				
	sexo	idade	tempo de formação (em anos)	experiência anterior com políticas públicas ⁶⁷ ?
1	F	27	4	sim
2	F	26	1	não (estag)
3	F	33	10	sim
4	F	25	4	sim
5	M	24	2	não
6	M	45	1	não
7	F	28	4	sim
8	M	28	0,33	não (estag)
9	F	41	19	Sim
10	F	29	4	Sim
11 ⁶⁸	F	---	---	----
12	M	25	0,33	não
13	F	31	7	não
14	F	27	0,33	não
15	F	30	7	sim
16	F	28	5	sim
17	M	27	2	sim
18	F	29	2	não
19	M	28	6	sim
20	M	31	8	Sim

⁶⁷ Consideramos experiências anteriores tanto como servidoras/es públicas/os quanto como terceirizadas/os, mas que atuaram diretamente em serviços e políticas públicas.

⁶⁸ Esta psicóloga se desligou da instituição e não foi localizada na ocasião da pesquisa.

21	F	29	3	não
22	F	27	3	não (estag)
23	F	39	5	Sim
24	M	27	3	Sim
25	M	27	5	Sim
26	F	28	4	Sim
27	F	29	4	Sim
28	F	31	9	Sim
29	M	26	4	Sim
30	M	28	4	Sim

Fonte: dados colhidos com as/os próprias/os profissionais.

Outro dado levantado é que 66%⁶⁹ destas/es profissionais já tinham experiências anteriores trabalhando em equipamentos de políticas públicas tais como Saúde, Educação, Assistência Social e Justiça. Dos 10 que nunca haviam trabalhado profissionalmente com políticas públicas, 3 ressaltaram que tinham realizado estágios em serviços públicos, em experiências que consideraram relevantes para sua formação profissional. Se agruparmos estes profissionais, temos que 76% tinha alguma experiência anterior com políticas públicas.

A título de comparação, levantamos outras pesquisas que traçaram o perfil das/os profissionais formadas/os em Psicologia. Em 2004, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por intermédio do Instituto IBOPE⁷⁰, realizou uma pesquisa a nível nacional, sobre o perfil das/os psicólogas e psicólogos do Brasil⁷¹. Deste estudo temos os seguintes dados: 91% eram do sexo feminino, ao passo que apenas 11% eram do sexo masculino. Em pesquisa mais recente⁷², datada de 2013, essa proporção teria ido para 89% de mulheres e 11% de homens psicólogos. Tais números mostram que o perfil das/os primeiras/os psicólogas/os da DPESP se mostrou diferente em relação aos dados de todo o Brasil, já que neste caso a proporção era de 63% de mulheres. Temos, neste aspecto, uma distribuição menos discrepante em relação ao sexo, se compararmos com número total de psicólogos brasileiros em outros espaços.

⁶⁹ 66% ou 19 das/os 29 psicólogas/os que responderam a consulta realizada.

⁷⁰ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, site: <http://www.ibope.com.br> (acesso em 30/12/2014)

⁷¹ PESQUISA DE OPINIÃO COM PSICÓLOGOS INSCRITOS NO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/05/Pesquisa_IBOPE.pdf (acesso em 14/01/2015).

⁷² PSICOLOGIA: UMA PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FINAL_WEB.pdf (acesso em 14/01/2015).

A pesquisa de 2004 também apontou que 35% das/os profissionais de Psicologia estavam na faixa etária de 26 – 35 anos. Já no caso da equipe da DPESP, conforme vemos na tabela acima, quase a totalidade das/os psicólogas/os – 90% - estavam nesta faixa de idade. Isto nos mostra que eram profissionais jovens, ao passo que na pesquisa nacional há a distribuição em outras faixas etárias⁷³.

Em relação ao tempo de formação em Psicologia, a pesquisa do CFP informou que 25% das/os psicólogas/os havia se formado no período de 4 a 8 anos, ao passo que 54% das/os psicólogas/os brasileiros estavam formadas/os a mais de 8 anos⁷⁴. Já no caso das/os psicólogas e psicólogos desta Defensoria, em torno de 52% haviam se formado no período de 4 a 8 anos e apenas 3 profissionais – ou 10% deste grupo - tinham se formado há mais de 8 anos. Isto nos mostra que o perfil das psicólogas e psicólogos da DPESP mais uma vez se diferenciava da amostra nacional, já que são profissionais com menos tempo de formação, relativamente, e que estavam no início de suas carreiras.

Um último aspecto a ser considerado: a experiência anterior com políticas públicas, que entre as/os psicólogas/os ingressantes na DPESP tinha sido vivenciada por 66% das/os profissionais (76% se considerarmos as experiências de estágio). Esse número é bem acima da média nacional, se pensarmos que a maioria das/os psicólogas/os brasileiras/os ainda acabam direcionando sua prática exclusivamente para consultórios particulares e poucos tem experiência com políticas públicas. Na pesquisa de 2004 do Conselho Federal de Psicologia, foi divulgado que 55% das/os psicólogas/os atuavam em clínicas particulares, 11% com políticas públicas (saúde, segurança e educação) e apenas 1% com Psicologia Jurídica⁷⁵. Em 2012, no Jornal do Conselho Federal de Psicologia⁷⁶, foi divulgado que dos 216 mil psicólogas/os cadastrados no conselho, aproximadamente 50 mil (23%) estavam trabalhando com políticas públicas (Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Forças Armadas e Detrans), sendo que desses, apenas 1103 ou 0,5% estavam atuando na Justiça. Com base nesses dados, vemos que as/os psicólogas/os ingressantes na DPESP em 2010 faziam parte de

⁷³ PESQUISA DE OPINIÃO COM PSICÓLOGOS INSCRITOS NO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, p. 5, disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/05/Pesquisa_IBOPE.pdf, (acesso em 14/01/2015).

⁷⁴ Vide PESQUISA supracitada, p. 6.

⁷⁵ Vide PESQUISA supracitada, p. 82.

⁷⁶ JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Ano XXIII, nº104, Edição Especial – Jan/Ago de 2012. “50 anos da Profissão no Brasil: Muito a comemorar, muito mais a fazer”, pp. 5 e 6. Disponível em <http://site.cfp.org.br/publicacao/jornal-do-federal-50-anos-da-profissao-no-brasil/> (acesso em 15/01/2015).

um diferenciado grupo, com experiência em políticas públicas mais do que a tendência, em geral, das/os profissionais de Psicologia. Também entendemos que elas/eles passaram a compor um reduzido e específico grupo dentro da profissão, já que ainda são pouquíssimos as/os psicólogas/os atuando na Justiça, apenas 0,5%.

7. AS ENTREVISTAS

Para dar sequência a este estudo, convidamos 04 destas/es primeiras/os psicólogas e psicólogos da instituição para participarem de uma entrevista semidirigida, visando desenvolver posterior análise qualitativa de seus discursos sobre a atuação. Entrevistamos 3 psicólogas que atuam na Capital, em diferentes tipos de Unidade e 1 psicólogo que está lotado em Unidade do Interior. As entrevistadas e o entrevistado foram selecionados a partir de critério que buscou uma diversidade de olhares. Assim, convidamos profissionais inseridos em diferentes realidades, seja no tocante a tipos de Unidade da DPESP (Núcleo Especializado, Regional Criminal Especializada e Unidade geral), seja quanto ao tamanho das Unidades, localização (interior ou capital) ou mesmo que trabalhassem ou não em equipes com assistentes sociais. A identidade destas/es profissionais foi mantida em sigilo, visando evitar possíveis exposições e constrangimentos às/aos mesmas/os.

Devido ao número reduzido de psicólogas e psicólogos na DPESP neste primeiro momento, além de um vínculo e certa proximidade que foi estabelecido entre o grupo desde a sua entrada na instituição, a presente pesquisadora conhece todas/os estas/es profissionais. Assim, com as/os 4 entrevistadas/os já havia uma relação prévia à entrevista, o que facilitou o diálogo, no sentido de se ter estabelecido, desde o início, um vínculo de abertura e confiança. Todas/os aceitaram prontamente o convite para participar da pesquisa, mostrando, inclusive, muito interesse no estudo e em poder colaborar. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Abaixo apresentaremos alguns detalhes de cada entrevista.

Entrevista 1

Psicóloga, 30 anos. Atua na DPESP desde abril/2010. Está lotada em uma regional especializada criminal.

Data: 01/04/2014

Local: a entrevista foi realizada em instituição externa à DPESP.

Duração: 59 min.

Não houve intercorrências ao longo da realização da entrevista.

Entrevista 2

Psicóloga, 32 anos. Atua na DPESP desde abril/2010. Está lotada em uma unidade de atendimento da DPESP da capital.

Data: 08/04/2014

Local: a entrevista foi realizada em local externo à DPESP.

Duração: 1h05min.

Não houve intercorrências ao longo da realização da entrevista.

Entrevista 3

Psicólogo, 32 anos. Atua na DPESP desde abril/2010. Está lotado em uma unidade de atendimento da DPESP no interior.

Data: 19/11/2014

Local: a entrevista foi realizada na própria unidade da DPESP, em sala com isolamento acústico.

Duração: 45min.

Não houve intercorrências ao longo da realização da entrevista.

Entrevista 4

Psicóloga, 37 anos. Atua na DPESP desde abril/2010. Está lotada em um Núcleo Especializado da DPESP.

Data: 01/12/2014

Local: a entrevista foi realizada em unidade da DPESP diferente da que a entrevistada trabalha, em sala com isolamento acústico.

Duração: 53min.

Não houve intercorrências ao longo da realização da entrevista.

7.1 Estrutura e categorias de análise

Realizamos entrevistas semiestruturadas, que tiveram como perguntas disparadoras as seguintes questões: “Como foi e tem sido a inserção de psicólogas e psicólogos na Defensoria?” ou “O que você acha da atuação de psicólogas e psicólogos na Defensoria?”.

A partir destas questões, foram levantadas e abordadas outras características e especificidades desta atuação, na medida em que as/os entrevistadas/os foram apresentando dados e reflexões. O clima estabelecido foi de diálogo, com abertura para que as/os profissionais trouxessem as questões que lhe parecessem pertinentes, dentro do tema proposto.

Após a realização das entrevistas, objetivando o estudo do material coletado, separamos os discursos nas seguintes categorias de análise, que haviam sido previamente elencadas, como questões a serem investigadas:

1. História

- A) A entrada na instituição
- B) Entraves iniciais
- C) Referências utilizadas

2. Atividades: descrição

- D) Demandas encaminhadas às/aos psicólogas e psicólogos da DPESP
- E) Atividades desenvolvidas
- F) Especificidades e inovações em curso
- G) Relações de trabalho com profissionais de outras formações
- H) O papel do CAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar)
- I) Aspectos favoráveis à atuação
- J) O que desperta mais interesse a estas/es profissionais
- K) Indícios sobre como estas/es profissionais estão se sentindo
- L) Opiniões sobre psicólogas e psicólogos atuando em Defensorias Públicas
- M) Exemplos de experiências interessantes
- N) Principais obstáculos

3. Necessidades

- O) Sugestões para a melhoria do trabalho e enriquecimento da atuação
- P) Futuras possibilidades de intervenção

No decorrer do desenvolvimento da análise das entrevistas, percebemos outras informações e relatos interessantes, que foram agrupados em novas categorias de análise, criadas para darem conta destes elementos que apareceram nas entrevistas, inicialmente não delimitados. São eles:

- Implicações sociais e pessoais

- 1) Comprometimento e responsabilidade

2) Crescimento profissional

- Implicações sociais profissionais

3) Formação em Psicologia

- Implicações sociais: população

4) Público atendido

5) Como tem sido atender esta população

6) Melhoria na qualidade do atendimento prestado

- Implicações sociais: “mundo” jurídico

7) Especificidades do trabalho em uma instituição jurídica

- Implicações sociais: poder

8) Relações de poder

9) Psicologia, laudos e exercício do poder

10) Sentimento de grupo entre as/os profissionais dos CAMs

- Implicações sociais epistemológicas

11) “Produção de prova” e outros desafios para a Psicologia

12) Conceitos sobre justiça

O conteúdo integral destas entrevistas encontra-se no ANEXO A.

7.2 Conteúdo e análise das entrevistas⁷⁷

1. HISTÓRIA

A) A entrada na instituição

Neste tópico procuramos agrupar relatos sobre o histórico da chegada das/os psicólogas e psicólogos à DPESP. Quanto ao período de entrada na instituição e início de atuação neste campo específico, percebemos nos relatos das /os entrevistadas/os que se tratou de uma experiência positiva, apesar do - muitas vezes - obscuro novo espaço de trabalho.

Muito positiva, assim. Uma lembrança muito positiva... A gente foi muito bem acolhido, eu me senti muito bem acolhida...

Acho que algo novo, algo que... aquele ambiente não tá acostumado, não sabe muito como lidar também...a gente não sabia. A gente não sabia qual o impacto que ia ter, se ia trazer algum benefício, se não ia...

É interessante notar que há referências a aspectos negativos e positivos relacionados ao fato de serem as/os primeiras/os profissionais de Psicologia que foram contratadas/os pela instituição: por um lado se fala em dúvidas, incertezas, responsabilidades e desafios, mas por outro lado, aparece a sensação positiva de poder participar na “construção” do que seria o trabalho a ser desenvolvido, bem como das demandas que poderiam ser atendidas pelas/os psicólogas/os. Vejamos como isso apareceu na fala de diferentes entrevistadas/os:

⁷⁷ O/a leitor/a irá notar que ao longo da análise das entrevistas repetimos algumas falas das/os entrevistadas/os. Ocorre que, nestes casos, entendemos que as mesmas frases ou momentos da entrevista poderiam servir para a reflexão sobre mais de um aspecto. Também acontece de trechos ficarem sem análise em um tópico, mas retomaremos ao ponto em um tópico seguinte, conforme o assunto, dada a organização de categorias que utilizamos.

Tem um lado que é um pouco angustiante de “você vai montar algo novo”, que não tá necessariamente partindo de alguma coisa que estava lá...Enfim, você vai começar alguma coisa do “zero”, é...E, ao mesmo tempo que te gera uma angústia, é bacana. Porque você vai conseguir formatar alguma coisa com a sua cara. Você vai com o seu jeito, do jeito que você acha que aquilo pode ser...pode trazer mais benefícios pra instituição que você tá trabalhando, você pode criar, você pode ser mais criativo. É...então acho que oscila entre estes dois pontos. Porque você também tem que, de alguma maneira, apresentar muito o seu trabalho. Acho que quando alguém já sabe o que você faz e etc, quando as coisas estão um pouco mais dadas, então talvez seja um lugar de um pouco mais de conforto.

É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo. [...] é muita responsabilidade... mas é muito positivo.

A gente foi dando uma cara para o trabalho que a gente fazia.

Mais à frente veremos que em outros momentos estas/es mesmas/os profissionais queixam-se da falta de mais liberdade para construção das práticas, o que nos mostra que esta abertura para ser criativa/o e construir o trabalho, dentro da instituição, é limitada. Ou que aparece de maneira contraditória, concomitantemente a momentos em que estas aberturas não são verificadas.

Identificamos neste primeiro momento que as/os profissionais procuraram conhecer e entender o órgão até então desconhecido, as pessoas que já estavam no local – em sua maioria defensoras/es públicas/os, além de profissionais em cargos administrativos - e as primeiras expectativas que estes tinham sobre a atuação das/os novas/os profissionais, expectativas estas que vamos delimitar melhor nos próximos tópicos.

Então...acho que de um modo geral foi uma construção para todo mundo. A gente chegou num terreno muito cru, que a gente sabia de uma expectativa específica a respeito...que atravessava muito mais a questão das conciliações, da resolução extrajudicial de conflitos, que se encaixava mais pra área cível e área de família. Na área criminal a gente não tinha sequer essa expectativa do que a gente poderia fazer. Então acho que foi um desafio de pensar, de fazer uma análise da instituição, do que chegava de demanda, do que podia caber pra ser feito pela Psicologia, no que que a Psicologia podia contribuir naquele contexto que a gente tava, na verdade, conhecendo...né, tendo o primeiro contato assim. É...acho que um desafio mesmo, uma

construção que partiu do nada. A gente foi pensar quais caminhos a gente podia...podia seguir.

Percebemos nos relatos uma ideia de que a entrada de psicólogas e psicólogos na instituição se tratava de momento relevante, que já foi produzindo mudanças desde o início. Mas também há apontamentos no sentido de que esta inserção é um processo ainda presente. Assim, ainda se busca qual seria o espaço institucional para estes profissionais, conforme vemos nas falas abaixo:

Acho que a entrada das psicólogas e psicólogos na instituição foi um marco histórico.

Marcou, a nossa presença, mas ela ainda... não tá completa. Acho que a gente tem muito ainda a contribuir. . Já de cara, já teve um efeito... a nossa entrada. Já teve... já possibilitou mudanças, mas eu sinto que a gente ainda tá entrando, sabe? Apesar de já fazerem 5 anos, né? Vai fazer 5 anos...em abril do ano que vem, mas eu sinto que a gente ainda tá... é... buscando o nosso espaço, conquistando o nosso espaço a nossa voz aqui dentro.

A gente tá só começando.

Há uma crença em que a/o psicóloga/o pode contribuir. E exatamente por esta sensação de recorrente “começo”, dada a novidade da atuação, é entendida uma necessidade de se estar a todo momento apresentando o seu trabalho, e, como isso, se tem um certo cansaço, conforme vemos no trecho abaixo:

Dá um certo cansaço porque às vezes você repete mil vezes aquela...essa disposição do que é esse trabalho. E é muita gente, é tudo muito grande...então...às vezes parece um trabalho de formiguinha, sabe? Às vezes dá um desânimo...

Vemos que esta psicóloga fala de um “trabalho de formiguinha”, no sentido de ser pouco ou gerar poucos resultados, dada a dimensão da DPESP. Há de se apresentar seu trabalho às/aos várias/os profissionais da instituição. Passa a ideia de uma sensibilização individualizada e feita constantemente, exaustivamente.

B) Entraves iniciais

Neste item destacaremos relatos em que foram descritos alguns entraves e dificuldades que as/os profissionais enfrentaram no início desta atuação. Também foram reveladas estratégias utilizadas para enfrentar estes obstáculos. Percebemos que algumas dessas limitações foram sendo superadas com o tempo, ao passo que em outras não houve avanço significativo.

Um dos pontos levantados a este respeito foi a questão de se trabalhar sozinho ou sozinha. Devido a estas/es profissionais terem sido pioneiras/os, em uma instituição jovem, boa parte das/os primeiras/os profissionais de Psicologia tiveram a experiência de serem as/os únicas/os, com esta formação, nas Unidades em que estavam lotadas/os.

[...] a questão de trabalhar sozinho. Sozinho no sentido de único profissional psicólogo. Porque agora tem colega assistente social. Mas no sentido de ser sozinho, na unidade, quer dizer que todos os atendimentos que dizem respeito, especificamente, a esta disciplina, a essa profissão, tem que ser prestados por mim. E aí eu atendo tudo e às vezes não consigo me aprofundar em nada. Tenho que atender tudo que vem e aí a limitação é de que, às vezes, há temáticas que eu não quero lidar ou que eu já lidei e tô de “saco cheio” de falar... Mas tenho que atender porque sou eu e não posso dizer que não vou atender mais aquilo. Ou não estou a fim, enfim...

Vemos neste trecho que, apesar de hoje este psicólogo contar com uma colega assistente social na equipe, ele continua sendo o único psicólogo da Unidade. Para ele, seria interessante ter outra/o colega da mesma área no local, a fim de que pudesse se aprofundar em uma temática/demanda, o que hoje não é possível, pelo pequeno quadro de profissionais. Desta forma, ele atende a todos os casos encaminhados para atendimento/acompanhamento psicológico.

[...] é uma limitação no sentido de [...] que eu não posso escolher o que eu quero atender... e eu nem sei se tivesse outros psicólogos eu poderia fazer isso, mas é uma frustração de ficar sozinho como único profissional

psicólogo. Acho que deve ser semelhante aos assistentes sociais também. Porque a gente atende tudo de tudo. Não tem uma especialidade de temática, nem de área.

Para a psicóloga que também viveu este tipo de situação, uma saída foi se aproximar de profissionais assistentes sociais de outras Unidades da DPESP, ou mesmo de outros serviços com os quais tinha contato, visando não ficar isolada:

[...] eu trabalhava muito sozinha. Eu trabalhava só eu na equipe. [...] Mas aí eu encontrei a companhia das assistentes sociais dos outros Núcleos. Muito. Eu acho que os encaminhamentos, também, para os serviços, muitos serviços de referência são inclusive da pasta da Secretaria de... desenvolvimento, assistência e desenvolvimento social... As reuniões pra discutir caso, vinham muitas assistentes sociais dos serviços e eu, ali, de psicóloga. Então eu fui me aproximando...

Com o quadro reduzido de profissionais, as psicólogas/os sozinhas/os ou em duplas sentiam-se mais enfraquecidas/os para, por exemplo, se posicionarem diante de discordâncias em seu trabalho. Tinham mais dificuldade de manifestar opiniões que fossem divergentes do que se esperava. No caso abaixo a psicóloga relata a dificuldade de lidar com o que ela chama de “resistências”, no contato com as/os outras/os profissionais da instituição e que isso se tornava mais forte ou difícil de lidar porque a equipe do CAM era extremamente reduzida.

Acho que antes, quando éramos poucos e, tinha umas resistências fortes por algumas coisas, essa resistência era jogada na gente de um jeito muito pessoal. E era muito mais difícil de... de lidar, de dar conta, de...de se posicionar mesmo.

Outra possível consequência desse quadro reduzido de profissionais, principalmente neste início, era uma espécie de pessoalização de posicionamentos técnicos e profissionais.

Como vemos na fala abaixo, esta psicóloga, a partir de sua formação e análise técnica do contexto, tinha uma certa postura ou desenvolvia uma certa atuação. Como era a única psicóloga no local, havia um entendimento de que “ela era assim” ou “pensava assim”, como se não houvesse ali uma análise profissional e técnica, respaldada em sua formação.

Começamos com dois, somos cinco. Talvez venhamos a ser oito⁷⁸... Antes eu sentia que tudo caía no CAM, de um jeito muito pessoal. Então...quando a gente colocava que aquilo era um limite, dava um limite quando a gente...parecia que era uma coisa muito pessoal. “A X. psicóloga, o Y. assistente social não querem fazer”. E era muito incômodo você ter que... que tentar romper com isso, que explicar que, nem sempre era uma explicação que era aceita...[...] Muitas vezes quando você colocava “aqui não dá” ou “por aqui não dá”, isso era rebatido de um jeito muito levado pro lado pessoal.

Segundo esta psicóloga, depois de algum tempo atuando e após as/os profissionais terem mais segurança e maturidade sobre suas atribuições, posicionar-se tornou-se tarefa menos árdua. Ela também destaca a importância da boa relação estabelecida com a defensora que atualmente coordena o CAM⁷⁹ desta unidade, vínculo este que fortalece a equipe, como vimos na fala abaixo:

Acho que hoje, com o trabalho com uma cara...é... o trabalho já tem uma cara, a gente já é conhecido por uma quantidade maior de defensores...é...uma relação, com a coordenação CAM que, que ajude a bancar alguns posicionamentos que a gente, que a gente tome, né? Consiga legitimar, de alguma maneira, aquilo que a gente, dentro do nosso conhecimento técnico, tá...colocando.

⁷⁸ A psicóloga se refere à expansão recente que houve no quadro de psicólogas/os e assistentes sociais na instituição, inclusive em sua Unidade de atendimento. No início de 2014, houve ampliação do quadro deste CAM, inicialmente com apenas 2 profissionais (uma psicóloga e um assistente social), para 8 profissionais (4 de cada formação). Na ocasião desta entrevista, apenas mais 3 profissionais haviam assumido e escolhido esta regional para atuar. Os demais cargos foram preenchidos nos meses seguintes.

⁷⁹ A coordenação dos CAMs é realizada por uma/um Defensora/r Pública/o, nomeado pelo Defensor Público Geral para exercer tal função. Vide Deliberação 187/2010, que “Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar”, artigo 4º, disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (consulta em 30/11/2014).

Outro ponto que parece reforçar este entrave é a falta de definições mais claras sobre as possibilidades desta atuação ou o próprio desconhecimento por parte dos outros/os profissionais da instituição, conforme vimos na fala acima. Na medida em que as equipes foram se ampliando e que o trabalho foi se definindo melhor, este entrave parece estar sendo superado.

Acho que num momento muito melhor do que eu já estive. É...acho que isso de “dar uma cara”, de poder bancar essa “cara”. Acho que isso contribui muito pra estar num contexto mais... tranquilo. Não sei se tranquilo é a palavra, mas acho que mais tranquilo de trabalho, assim. Ter mais liberdade para trabalhar, ter mais... Acho que na hora que você sabe por onde você pode ir, o que você pode fazer, tem uma... uma tranquilidade maior para poder dizer “qual é o limite”, “qual é a possibilidade”, né. Não me sinto mais atropelada.

Estes desafios de se iniciar uma atuação nova, sem definições mais claras sobre o que se poderia fazer e as incertezas que isso acarretava também apareceu em outras falas:

Tem um lado que é um pouco angustiante de “você vai montar algo novo”, que não tá necessariamente partindo de alguma coisa que estava lá...Enfim, você vai começar alguma coisa do “zero”.

Os profissionais tiveram que criar caminhos e irem estabelecendo o que fazia sentido para desenvolverem, dentro das demandas que chegavam à DPESP, articulando e refletindo juntamente com os outros profissionais da instituição, construindo a partir da prática.

Como não tinha nenhum precedente deste trabalho, a gente aprendeu – especialmente nestas questões processuais – muito por tentativa e erro. A gente sabia que tinha uma demanda, a gente sabia, é...eu sabia, dentro da minha profissão, por onde eu podia abordar essa demanda, mas eu não sabia muito qual ia ser o resultado na hora que isso batesse na outra instituição: ministério público, na instituição que faz a perícia, no tribunal de justiça...

Passado algum tempo, parece que a sensação é de maior tranquilidade, na medida em que foi se conhecendo melhor o campo de trabalho e foram se esclarecendo algumas atividades que poderiam ser desempenhadas.

[...] sensação mais de tranquilidade, né? Um terreno menos desconhecido. Acho que na hora que você...acho que consolidar o trabalho tem a ver com “dar uma cara pra ele”. Acho que é conhecer qual é a demanda, conhecer quais são as possibilidades de encaminhamento dessa demanda. Acho que na hora que você começa a tomar mais pé das coisas, algumas coisas vão se...vão tendo uma cara, né? Você sabe por onde você pode ir, você conhece alguns casos.

Vimos que, diante do desconhecido, as/os profissionais equipamentaram-se com estudo das demandas, estudo da instituição e estudo das possibilidades de inserção neste terreno.

Acho que algo novo, algo que... aquele ambiente não tá acostumado, não sabe muito como lidar também...a gente não sabia. [...] A gente foi estudar também.

Aparentemente foi se construindo uma sensação de maior segurança e esclarecimento sobre essas possibilidades, na medida em que o trabalho foi se consolidando:

Como uma possibilidade de fazer o que a gente construiu...é...o que a gente projetou durante esse tempo que a gente tá na instituição. A gente leu a demanda, a gente sabe por que caminhos a gente pode atuar, a gente sabe onde a gente é requisitado e onde a gente não é e eventualmente onde seria importante.

[...]com o trabalho do CAM se desenvolvendo, se consolidando, colocando de alguma maneira os seus limites, abrindo possibilidades para outros tipos de encaminhamento etc, eu acho que ajudou a qualificar este encaminhamento.

De ter superado algumas coisas difíceis... nas relações institucionais, na construção do trabalho, de ter construído acho...de vir construindo.

Uma das dificuldades iniciais relatadas foi a questão do que era encaminhado às/aos psicólogas/os. Foi recorrente a referência a uma expectativa que se tinha, por parte das/os defensoras/es, de que as/os profissionais de Psicologia se responsabilizassem integralmente pela realização das tentativas de resolução extrajudicial de conflitos, sem que se conhecesse as demais possibilidades de atuação destes profissionais.

[...] quando eu cheguei na Defensoria eu cheguei na Unidade de XXXXX⁸⁰. E... pra mim foi diferente assim. Porque lá... não sei como que tá hoje lá, mas na época o atendimento... do psicólogo era só composição extrajudicial de conflitos, que nem tinha esse nome. Tinha o nome de mediação e conciliação mesmo. E muitos casos, agenda lotada e casos... muito simples assim. Casos de só pensar pensão alimentícia, sem nem discutir visita... e aí a gente ficava discutindo valor de pensão, pra mais, pra menos, enfim. Era... era bom, porque eu nunca tinha trabalhado com esse tipo de... atuação. Mas era ruim que eu ficava “de saco cheio” fazendo essas coisas e sentir que estava sendo sub-aproveitado assim, enquanto questões técnicas. [...] Isso acontecia porque... é... acho que os defensores não entendiam muito o que... a gente poderia oferecer enquanto... profissional e por conta do... da atuação da ONG anterior⁸¹. Tinha psicólogos e assistentes sociais contratados por esta ONG que quase sempre ou sempre faziam este tipo de atendimento. Quando nos chegamos, havia um entendimento quando que unânime de todos os defensores que a gente faria a mesma coisa, só que dessa vez enquanto servidores e não... enquanto profissionais contratados, terceirizados. E aí, acho que os defensores não... visualizavam muito bem o que a gente podia oferecer tanto para a questão da mediação de conflitos quanto para outras... outros tipos de atuação. [...]no decorrer do trabalho mesmo. Quando os casos diversos iam chegando... os casos de atendimento de saúde mental, os casos de infância e juventude... e aí fui entendendo que há outras possibilidades de atuação... que não a mediação e a conciliação de conflitos. E também de outras formas de atuar na própria mediação de conflitos que não só “discutir valores”...de pensão alimentícia. No sentido de que a gente poderia... oferecer outras possibilidades de reflexão... que não ficassem limitadas a uma questão matemática. Que outras questões poderiam ser trabalhadas.

⁸⁰ Nome da cidade e respectiva Unidade da Defensoria na qual o psicólogo atuou primeiramente, diferente da que ele se encontra atualmente. Dado omitido devido questões de sigilo da pesquisa.

⁸¹ Psicólogo se refere à Organização Não Governamental (ONG) “Pró-mulher, família e cidadania”, que tinha convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo até meados de 2008, para prestar atendimento interdisciplinar, anteriormente à contratação via concurso de profissionais dessas áreas. Ocorre que em muitas das unidades da Defensoria nas quais esta parceria aconteceu, o trabalho dos psicólogos ficava limitado a atuação em composições extrajudiciais de conflitos, com técnicas de mediação e conciliação, por exemplo. Mais informações em: MUSZKAT et al., “MEDIÇÃO FAMILIAR TRANSDISCIPLINAR”. EDITORA SUMMUS.

Notamos que o profissional fez referência ao trabalho multiprofissional que já havia sido desenvolvido na instituição, através de convênio com ONG, sobre o qual já nos referimos na Introdução (p. 31). Entendemos que esta experiência anterior, embora tenha sido lembrada por algumas/alguns defensoras/es e tenha servido até de referência, é prática de trabalho diferenciada, inclusive pelo vínculo empregatício destes profissionais. Acreditamos que o fato destas/es psicólogas/os serem contratados pela ONG e prestarem serviços na DPESP, sem vínculo direto com a instituição, influencia a prática destes. As/os atuais psicólogas/os são estatutárias/os, contratadas/os via concurso público, que tem – portanto – relação de trabalho mais estável com a instituição. Assim, abre-se possibilidade, ao menos hipoteticamente, por exemplo, para questionamentos e projetos a médio e longo prazo, o que vínculos trabalhistas mais instáveis – como era o caso da prestação de serviço via ONG – na maioria das vezes não possibilita. Inclusive neste mesmo momento da entrevista o profissional também relata que, na medida em que foi se apropriando do espaço de trabalho e de suas possibilidades de contribuição, ele passou a questionar certas demandas – no exemplo foram citados casos mais simples em que não haviam conflitos que pudessem ser melhor trabalhados pelo psicólogo – ao mesmo tempo que foi levantando outras situações em que poderia intervir. Provavelmente tal perspectiva era diferente no caso de psicólogas/os contratadas/os via ONG, já que as demandas atendidas eram pré-fixadas e estabelecidas no contrato de prestação de serviço entre DPESP e a outra instituição. Ou seja, os vínculos empregatícios acabam influenciando a relação entre trabalhador/a e as atividades desenvolvidas.

Neste outro trecho também podemos perceber que a psicóloga inicialmente acabava atendendo a todas as demandas que chegavam, mas que com o passar do tempo e uma maior segurança e esclarecimento sobre suas contribuições aos casos, ela foi podendo se posicionar e circundar melhor quais demandas atender.

[...] no começo, a demanda vai chegando, e vai dando uma sensação, como ainda era uma demanda muito pequena, né, ainda em fase de...de ser “desrepresada” ali...é...você fica com uma sensação que você precisa atender tudo. Você precisa dar conta de tudo aquilo que tá chegando, que você também não pode frustrar uma expectativa que é gerada em cima da entrada das equipes de apoio. Mas acho que, quando você vai consolidando o trabalho, entendendo melhor qual que é a lógica daquele universo do

Direito é...você também vai entendendo onde dá pra você estar, de que jeito você pode estar em cada um destes espaços, em cada um dos casos, das temáticas...Então acho que isso vai dando uma tranquilizada assim. Você vai...você consegue entender aí qual é o limite da sua atuação também; eu acho que vai dando uma tranquilizada.

Foi também apontada uma dificuldade referente a não clareza sobre o papel das/os profissionais de Psicologia na instituição é a necessidade constante de se abordar a questão. Este parece ser, inclusive, um dos “preços” do pioneirismo.

Porque você também tem que, de alguma maneira, apresentar muito o seu trabalho. Acho que quando alguém já sabe o que você faz e etc, quando as coisas estão um pouco mais dadas, então talvez seja um lugar de um pouco mais de conforto.[...] Acho que melhorou “muuuuito”. A gente foi dando uma cara para o trabalho que a gente fazia. A gente foi entendendo, dentro das limitações que a gente tem, e das potencialidades que a gente tem, o que dava pra ser feito; e apresentando isto, sempre que possível, para os defensores, para os coordenadores.

Ressalta-se, nessa linha, a importância de uma constante divulgação e clarificação do que se pode ou não fazer ou mesmo das possibilidades e limites da profissão neste contexto.

Uma das entrevistadas fez referência a outra demanda que desde o início foi direcionada para as/os psicólogas/os: o atendimento a pessoas com transtornos mentais ou que apresentassem indícios desse perfil. Conforme veremos abaixo, o problema identificado era a expectativa de que apenas as/os profissionais de Psicologia passassem a atender estas pessoas, sem que as/os outras/os profissionais – tais como do Direito – também se debruçassem nestes atendimentos.

[...] este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente. Faz sentido ela chegar (essa demanda), não necessariamente como ela vinha no começo. Porque daí o que a gente começou a perceber é que vinham muitas pessoas...que tinham também demandas jurídicas, e essas demandas jurídicas não eram atendidas. Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM...é...pra que a gente desse conta dessa compreensão...[...] E daí, pra isso a gente criou uma estratégia que foi

de atender junto com o defensor que tava encaminhando. Quando a gente verificava que era caso de saúde mental, de pensar esse atendimento conjunto, até pra desmistificar um pouco esta questão da loucura... “ele é louco, ele fala de um lugar que eu não posso estar junto...”. [...] Acabava ficando muito mais pra gente. O defensor acompanhava. Mas eu acho que, só o fato de estar lá, né, de estar todo mundo junto ali participando, de você não ignorar que existe uma questão jurídica objetiva que precisava ser olhada...

Vimos que, neste caso, a estratégia utilizada pelas/os profissionais do CAM foi a realização de atendimentos em conjunto – psicóloga e Defensor Público, por exemplo – às pessoas com transtorno mental, visando um acompanhamento mais integral à pessoa, além de poder aproximar os operadores do Direito à temática, sem que esta ficasse apenas sob cuidado da Psicologia.

C) Referências utilizadas

Devido ao pioneirismo desta atuação, as/os entrevistadas/os tiveram que ir construindo suas intervenções neste campo, com auxílio de experiências anteriores, seja na formação, seja na prática profissional em outras áreas.

Eu já vinha de uma experiência fora daqui de atendimento... Eu trabalhava numa empresa, num convênio médico. E a gente... eu era estagiária de Psicologia e o nosso trabalho era ligar para os pacientes, com vários tipos de doenças crônicas, pra fazer o acompanhamento (sobre a experiência anterior de atendimento e acompanhamento das/os usuárias/os pelo telefone).

Como vemos abaixo, foram feitas referências à importância – para o trabalho na DPESP – dos estudos sobre algumas temáticas específicas, tais como “conflito”, “violências”, “comunicação” e “saúde mental”, na própria graduação em Psicologia.

Quando a gente vai falar... da composição extrajudicial de conflitos, é importante a formação que a gente tem sobre o conflito humano, sobre a comunicação, como as pessoas se expressam ou deixam de se expressar... quando há situação de violência ou quando as pessoas ficam, muitas vezes, silenciadas diante da situação e não conseguem, naquele momento, romper com o ciclo de violência. [...] Também nas questões de saúde mental, por exemplo, eu acho que... pra mim, seria muito mais difícil atuar nessas demandas se não tivesse a formação. Primeiro em psicopatologia, pra entender do que se trata, os quadros específicos psicopatológicos. E a questão de formação política, no sentido de luta antimanicomial, reforma psiquiátrica. Se eu não tivesse tido isso na minha formação eu acho que minha atuação, meu entendimento e atuação sobre esses casos seria bem diferente do que é hoje.

Também houve comentários sobre a importância de outros temas trabalhados durante a graduação de Psicologia, como o campo da Psicologia Social e da Psicologia Institucional:

[...]a Psicologia jurídica não tive. Mas a formação em Psicologia social especificamente, particularmente a Psicologia social comunitária, acho que contribuiu bastante pra gente entender... e atuar nas demandas que a gente tem na Defensoria Pública.

Acho que na faculdade, toda a formação em Psicologia social ajudava a pensar um pouco isso.

[...] eu acho que ajudou muito a minha formação acadêmica mesmo, de faculdade. Foi a primeira instituição em que eu trabalhei. Né então eu tinha uma experiência de consultório, ainda muito nova, mas eu tava formada fazia um ano. Então acho que foi muito...eu brincava, eu tinha muito contato com uma supervisora minha da faculdade quando eu entrei na Defensoria, e eu brincava muito com ela que os meus estágios curriculares da PUC de “chega na instituição, leia a instituição...o que que tem”. Acho que isso me ajudou muito a pensar, a começar a construir as coisas na Defensoria.

A experiência em alguns estágios também parece ter auxiliado estas/es profissionais, principalmente por estarem relacionados ao mesmo público alvo da Defensoria Pública.

No estágio da faculdade eu já tive contato com essa população que hoje é, eu atendo na Defensoria. Então isso me ajudou. Então eu subia morro, ia na favela num estágio da faculdade[...] que era na periferia, alguns estágios voluntários que eu fiz com pessoas em situação de rua.

[...] fiz alguns estágios em Psicologia social, eram eletivos, né? Estágio em UBS⁸², QUALIS, na época, era o programa saúde da família...

Em um recente Curso de Capacitação em que participaram novas/os psicólogas/os que adentraram na instituição em 2014, uma dessas profissionais, ao comentar sobre o início da atuação neste novo campo, disse que estava se sentindo como se estivesse utilizando “instrumentos da caixa de costura para arrumar algo na cozinha”, referindo-se ao uso de técnicas e instrumentos da Psicologia que havia aprendido em outras áreas e que estava adaptando às necessidades da DPESP.

2. ATIVIDADES: DESCRIÇÃO

D) Demandas encaminhadas às/aos psicólogas e psicólogos da DPESP;

Para analisarmos as demandas que são encaminhadas às/aos psicólogas/os nesta instituição, segundo as pessoas entrevistadas, antes de mais nada é importante lembrarmos que – conforme vimos na Introdução – a DPESP está organizada de forma que, via de regra, são as/os defensoras/es Públicas/os que realizam a triagem ou primeiro atendimento às pessoas que buscam o órgão. Sendo assim, são as/os defensoras/es que vão avaliar os casos nos quais elas/eles entendem que seja pertinente o atendimento multidisciplinar e encaminhá-los aos profissionais de Psicologia e/ou Serviço Social da Unidade.

Isto posto, vemos que a questão das expectativas de cada Defensor/a em torno do que a Psicologia pode fazer torna-se central para pensarmos que demandas são encaminhadas às/aos psicólogas/os. Segundo as/os entrevistadas/os esta compreensão varia muito, de Defensor/a para Defensor/a. A maneira como as demandas são encaminhadas também varia. Há defensoras/es que tem uma postura mais interdisciplinar (vide tópico 5.3, p. 28), buscando

⁸² UBS: Unidade Básica de Saúde, vinculada a política pública de saúde e Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Programa Saúde da família citado pela entrevistada.

diálogo e construção de estratégias em conjunto, ao passo que outras/os defensoras/es trazem uma demanda mais definida e específica, direcionando o que esperam da/o psicóloga/o. Vejamos como isto apareceu em diferentes entrevistas:

Nem todos os defensores pensam assim. Nem todos os defensores entendem... Tem muita divergência interna...

[...] o Defensor chega pra gente com esse caso, colocando que é um caso que ele atende com muita frequência. [...] Falou “e eu não sei o que é possível fazer, mas acho que...queria que vocês me ajudassem a pensar no caso, a trabalhar aí o que pode ser trabalhado, pra ver o que a gente pode fazer pra auxiliar essa pessoa.

Outros já são mais novos, já vem com uma carga assim “quero ouvir vocês”, “quero aprender com vocês”, “quero dividir com vocês porque eu não sei, eu sou limitado”. Alguns reconhecem isso e se abrem mais. Outros ficam “eu faço o meu, você faz o seu”, não tem tanta troca.

“Eu só quero o seu apoio naquilo que eu acho que você tem que fazer”. Isso ainda acontece.

[...] alguns defensores, especialmente do juri, de um modo geral, eles tinham mais este movimento de vir conversar sobre o caso com a gente. Então traz o processo, vem conversar, vem pensar junto, é...daí deixa o processo, a gente estuda, a gente dá um retorno, pra pensar junto qual a atuação possível. Em outra unidade, que são as Varas, isso já era mais difícil, chegava quando o CAM foi ficando mais conhecido, chegavam os processos sem a gente saber muito bem de onde eles estavam vindo...

Há uma manifestação clara de descontentamento em relação a estes tipos de encaminhamento com demandas previamente estabelecidas e sem a abertura para uma composição entre os vários saberes. Essas posturas parecem prejudicar a capacidade criativa e colaborativa das/os profissionais de Psicologia, pois não se é dada a possibilidade de pensar em equipe e apresentar as possibilidades de atuação e de demandas a serem atendidas. Nesses casos, há uma falta de reconhecimento do saber profissional de outra/o área.

Era um trabalho de uma pessoa só, que você tinha que se... que queria que você fosse um consultor só. Não queria te envolver no trabalho. Nesse momento, também, eu me senti muito paralisada. Porque eu não sabia se eu podia ter iniciativas, que eu sempre tive, eu não podia mais.

Vemos na fala acima o sofrimento da psicóloga ao viver tal relação de trabalho. Sentiu-se paralisada e podada em suas iniciativas.

Além disso, notamos que muitas vezes a/o profissional de Psicologia pode não concordar com o que foi demandado, no sentido de entender que a intervenção demandada pelo/a defensor/a não seria a mais adequada para determinada pessoa, na perspectiva da garantia de direitos, a ser realizada pela psicóloga, como vemos na situação abaixo, em que lhe foi solicitado um “pedido e convencimento” da pessoa atendida:

A gente...é...recebe pedidos inclusive de convencimento. Vai conversar com réu que é...se entregar. Tá foragido e quer se entregar. Então, por favor, convençam o réu de que ele está fazendo errado. [...] A gente não assume este papel de ter que convencer alguém. Acho que esta é a expectativa de alguns...de algumas pessoas na instituição, mas a gente não necessariamente vai assumir este papel. Então acho que é...também é uma reflexão muito constante de qual é o nosso papel ali. O nosso papel não é de convencimento. O nosso papel é, se fizer sentido pra pessoa, se ela aceitar estar ali com a gente, é...conversar sobre isso, pensar outras possibilidades ou apresentar outras possibilidades...

Neste exemplo, vemos que o caso foi encaminhado ao CAM com um pedido de “convencimento” do usuário da DPESP, para que este fizesse algo (no caso, se entregar). Por sua vez, a psicóloga não entendeu que essa seria a abordagem técnica mais adequada e sim outras apresentadas, tais como popiciar espaço de conversa com a pessoa atendida.

Parece que a compreensão sobre os encaminhamentos que chegavam, as demandas que poderiam ser atendidas ou as melhores maneiras de se acompanhar determinados casos foram sendo lapidadas pelas/os profissionais que, com o passar do tempo e de maior maturidade profissional neste espaço laboral, puderam ir colocando seus limites e possibilidades em relação às demandas que seriam atendidas.

[...] no começo, a demanda vai chegando, e vai dando uma sensação, como ainda era uma demanda muito pequena, né, ainda em fase de...de ser “desrepresada” ali...é...você fica com uma sensação que você precisa atender tudo. Você precisa dar conta de tudo aquilo que tá chegando, que

you also cannot frustrate an expectation that is generated above the entry of support teams. But I think that, when you are consolidating the work, understanding better what is the logic of that universe of Law is...you also will be understanding where it is for you to be, and in what way you can be in each of these spaces, in each of the cases, the themes...Then I think that this will be giving a tranquilized assimilation. You will...you can understand here what is the limit of your action too; I think that you will be giving a tranquilized.

In the excerpt below the psychologist illustrates how it was placing limits on demands and expectations that were deposited in relation to the work of psychologists/os. It gives as an example the sensitive and complex cases of suspected sexual abuse of children.

[...] a limit that is of the profession itself, né, that sometimes runs into what is brought as a demand. Then...é...né, as an example, a thing that a person, today, ends up attending to many cases in which there is a psychological pericia with a child victim of sexual abuse, and that this child is being sent to the pericia for that it be discovered if effectively the abuse happened or not. [...] É...o psicólogo pode entender alguns indícios de algumas coisas, mas não tem a “bola de cristal”. Você trabalha, então você...é poder devolver isso pra quem tá te demandando... [...] Esse limite pra quem está te demandando. É...e limite pessoal mesmo. Né, de equipe, “o que é que dá para ser feito”. Então “você precisa fazer uma visita na penitenciária tal pra acompanhar este caso”, mas você também começa a entender qual que é o seu limite de atuação. “Dá pra ir”, “não dá pra ir”, “sofre aqui se eu sair daqui para atender esta demanda”? Então você vai conseguindo se colocar mais, quando você tem mais clareza daquilo que você está falando lá.

It also stands out that, after some time of action, the referrals passed to be more qualified, in the sense that the demands made sense for the/as professionals of the CAMs.

[...] with the work of the CAM developing, consolidating, placing in some way its limits, opening possibilities for other types of referral etc, I think that it helped to qualify this referral.

Still about this question of placing limits on what is demanded, we see below the talk of a psychologist in which we have an expectation and demand that the CAM “solve everything”:

[...] há um entendimento, uma expectativa, não de todos, mas de uma boa parte dos defensores de... de limitar o entendimento. Então “eu entendo de processo judicial”. Então “para além do que eu posso fazer processualmente, eu encaminho para o CAM”, e aí não só psicólogo, mas assistente social, porque dá a impressão e a expectativa que o CAM tem técnicas “altamente mágicas” de resolver o problema e tá tudo certo. Como se a gente tivesse uma “varinha de condão” para resolver as questões.

Já na fala desta outra profissional, vemos que até o próprio encaminhamento para o CAM é algo que pode ser questionável:

Acho que o primeiro movimento é entender como a pessoa que a gente tá atendendo compreende aquele contexto, e o encaminhamento pro CAM, e ver se cabe este trabalho com ela. Porque lá ela está compulsoriamente (no caso da Regional criminal). Não necessariamente o acompanhamento pelo CAM vai ser compulsório também. Então acho que é de... acho que tem aí um trabalho anterior de entender se faz sentido levar este encaminhamento adiante ou não...

Quanto às diversas demandas encaminhadas, vemos o encaminhamento de casos envolvendo principalmente os seguintes assuntos: saúde mental/transtorno mental, deficiência, uso de drogas, situações de violência, conflitos familiares, pessoas que estão sendo acusadas de algum crime, pedido de articulação com serviços de outras políticas públicas, dentre outros. Estes casos podem ser acompanhados judicialmente ou extrajudicialmente (vide p.20). Vejamos como estas demandas apareceram nos discursos das/os entrevistadas/os:

[...] a gente atende tudo de tudo. Não tem uma especialidade de temática, nem de área.

[...] este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente.

[...] transtorno mental [...] É algo que chega muito e é algo que chama muito a atenção. [...] Como os ...os transtornos mais graves, envolvendo delírios,

envolvendo persecutoriedade bastante forte... [...] Na Defensoria tem muito [...]

[...] inicialmente, o atendimento às questões da saúde mental. Então, tanto...acho que, no começo, mais pessoas com transtornos mentais que iam à Regional ou que tinham um processo ou que iam pra tentar judicializar alguma... alguma questão que fazia parte do delírio e que os defensores se sentiam muito perdidos para lidar com isso. Então acho que aí foram os primeiros encaminhamentos que a gente recebeu. Né, porque tem essa associação à Psicologia...louco, né, então foram os primeiros encaminhamentos que a gente recebeu: as pessoas que não se faziam compreender pelos defensores, geralmente por algum diagnóstico de transtorno mental. Um pouco em relação a orientações sobre álcool e drogas, porque eles também se sentiam um pouco perdidos.

[...] questão da internação compulsória

[...] uma mãe...que teve... a filha acolhida, porque ela foi no forró e deixou a filha sozinha em casa. E as pessoas viam ela como alguém que tem uma deficiência mental [...] ainda mais que, por ser uma pessoa que tinha essa suposta...deficiência intelectual, as pessoas já não escutavam mais.

[...] a questão da composição extrajudicial de conflitos, que eu gosto de fazer. [...] a questão da saúde mental [...] trabalho com violência.

Quando os casos diversos iam chegando... os casos de atendimento de saúde mental, os casos de infância e juventude... [...] mediação de conflitos.

[...] disputa de guarda de uma menininha, que vivia com a avó.

[...] acaba atendendo muito são casos em que acontece uma perícia psicológica com uma criança vítima de abuso sexual, e que essa criança vai encaminhada pra perícia pra que se descubra se efetivamente o abuso aconteceu ou não.

[...] atuação extrajudicial: como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.

Casos de homicídio [...] defensor traz pra gente é assim: [...] “queria que vocês me ajudassem a pensar no caso, a trabalhar aí o que pode ser trabalhado, pra ver o que a gente pode fazer pra auxiliar essa pessoa.

Para esta entrevistada, as/os defensoras/es passaram a encaminhar o que extrapolava os entendimentos e intervenções do Direito:

Mas acho que a nossa expectativa de entrada na criminal tinha muito a ver com aquilo que extrapolava o que era do defensor, o recorte em que ele podia atuar mais processualmente.

Notamos que boa parte das pessoas encaminhadas para o atendimento multidisciplinar encontram-se em situação de sofrimento ou confusão. Muitas vezes em decorrência de questões sociais. Abaixo alguns exemplos de como isso apareceu nas entrevistas.

Ela tava muito angustiado, tava muito nervosa quando ela chegou. Muito irritada, até meio... assim, meio grossa com as pessoas.

E às vezes vem uma fala muito confusa, uma fala muito... cheia de sentimentos.

[...] acho que é específico a própria situação de exclusão social [...] precisa sobreviver e não tem acesso.

[...] então, nem sempre é fácil. E aí eu não acho que é por conta de ser a população pobre. Mas é porque são pessoas que estão sofrendo, independente da questão econômica. Às vezes as pessoas trazem... sofrimento delas que nem sempre é legal escutar.

[...] pessoas que estão com um sofrimento específico num contexto jurídico.

Estas pessoas são atendidas individualmente, em atendimentos familiares ou mesmo de grupos.

[...] você tá vendo que várias comunidades, várias famílias daquela comunidade que você tá atendendo...

Vemos que também são encaminhadas às/aos psicólogas/os pedidos de análise dos casos e de produção técnica, tais como elaboração de relatórios, laudos e levantamento de quesitos.

[...] as questões de... atuar como assistente técnico... geralmente em processos em que há laudo... elaborado por profissional psicólogo.

[...] na esfera judicial. Que é de produzir parecer como assistente técnico, de questionar um laudo ou outro, enfim. [...] É, os casos, por exemplo, de crianças acolhidas institucionalmente.

[...]depois de um tempo começaram a aparecer demandas mais processuais, de intervenção técnica nos processos.[...] Relatórios, elaboração de quesitos, parecer técnico sobre algum laudo, sobre alguma avaliação que tinha sido feita, pedidos de orientação quando, na verdade pedidos também para confecção de relatórios e pareceres [...] Alguns casos que o defensor queria uma compreensão um pouco mais ampla do que...do réu, da situação do crime, do contexto, em termos de estudos um pouco mais abrangentes sobre estes pontos, pra apresentar uma perspectiva de outra área para o Defensor do caso.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), Relatório ou Laudo Psicológico é:

[...] uma apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica. Como todo DOCUMENTO, deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, p. 7)

Este documento tem a finalidade de apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, relatando sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e evolução do caso, orientação e sugestão de projeto terapêutico, bem como, caso necessário, solicitação de acompanhamento psicológico, limitando-se a fornecer somente as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição. Já um “parecer”, seria um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. O parecer tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema”, visando a dirimir dúvidas.

Quanto ao papel de “assistente técnico”, citado pelas/os entrevistadas/os, que pode ser exercido pelas/os psicólogas/os da DPESP, trata-se de:

[...] profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões realizadas pelo psicólogo perito, restringirá sua análise ao estudo psicológico resultante da perícia, elaborando quesitos que venham a esclarecer pontos não contemplados ou contraditórios, identificados a partir de criteriosa análise. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010)

Lembrando que a/o psicóloga/o “perito” é profissional designado para assessorar a Justiça (Poder Judiciário/ Magistrado) no limite de suas atribuições e, portanto, estaria no lugar de “isenção em relação às partes envolvidas” e comprometimento ético para emitir posicionamento de sua competência teórico-técnica, a qual subsidiará a decisão judicial, ao passo que a/o assistente técnica/o, dentro do processo judicial, “são de confiança da parte para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório” (Idem). O “assistente técnico”, profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões realizadas pela/o psicóloga/o perita/o, desenvolverá uma análise do estudo psicológico resultante da perícia, elaborando quesitos que venham a esclarecer pontos não contemplados ou contraditórios, identificados a partir de criteriosa análise. Para desenvolver sua função, as/os assistentes técnicos poderão “ouvir pessoas envolvidas, solicitar documentos em poder das partes, entre outros meios (Art. 429, Código de Processo Civil)”.

É interessante notar que, em geral, as demandas são encaminhadas aos CAM (Centros de Atendimento Multidisciplinar) das Unidades, os quais são compostos por psicólogas/os e assistentes sociais, sem que se especifique ou que estejam fixadas demandas específicas para cada um destes profissionais, conforme vemos na fala abaixo:

Não. Específica não. (quando questionado se há demandas encaminhadas especificamente para a Psicologia). [...] as outras demandas eu entendo que são multidisciplinares mesmo.

Com exceção da atuação na elaboração de laudos técnicos específicos da ciência psicológica, especificidade apontada na normativa interna⁸³ e que foi citada na fala abaixo:

Direcionado para o profissional psicólogo... é mais específico, por exemplo, as questões de... atuar como assistente técnico... geralmente em processos em que há laudo... elaborado por profissional psicólogo, em geral do Tribunal de Justiça. E aí é mais específico da Psicologia, de refletir sobre o... os instrumentos utilizados, a metodologia enfim.

Há também casos que são encaminhados para que se esclareça a demanda da pessoa, nos quais percebemos uma ideia de que a Psicologia iria poder compreender melhor a/o usuária/o.

Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM...é...pra que a gente desse conta dessa compreensão...[...] Não eram pessoas que, a grande maioria pelo menos, que não conseguiam ter qualquer linha de raciocínio, nem que absolutamente não se fizessem compreender. Pessoas com falas mais confusas, com algumas limitações, mas que era plenamente possível o diálogo.

Sobre esta questão, uma das entrevistadas levantou um ponto bastante interessante, referente às demandas que chegam à DPESP e o que a Psicologia poderia fazer. No caso, a pessoa atendida inicialmente tinha uma demanda/solicitação: queria ter a guarda judicial da neta, da qual já cuidava informalmente. O caso foi encaminhado ao CAM para tentativa de resolução extrajudicial do caso, através de uma “mediação de conflitos”, por exemplo, entre a mãe e a avó da criança. Após atendimentos das envolvidas no caso com a psicóloga, a avó mudou seu interesse e demanda: o foco dos atendimentos passou a ser a aproximação da criança com seu pai.

[...] disputa de guarda de uma menininha, que vivia com a avó...A vó foi pedir a guarda. E aí a parte contrária era a mãe. E a mãe não foi. Acabou que elas foram em dias diferentes, e aí a mãe não se conformava assim...como assim

⁸³ Deliberação CSDP 187/2010, artigo 5º.

ela tá pedindo a guarda da minha filha, mas ela já cuida da minha filha. E tinha um pedido dessa vó, na verdade, que a mãe cuidasse. Ela foi pedir a guarda para regularizar uma situação de fato, mas ela queria que a mãe cuidasse [...]A menina passou a visitar o pai [...]essa mudança da demanda...por isso que eu acho importante o psicólogo. Eu acho que a demanda tem a ver com o que você escutou daquele pedido. Porque o pedido, ele tem vários níveis. Tem o que você pede diretamente e tem os diversos níveis do que envolvem aquela demanda. Acho que é uma questão bem interessante para o psicólogo, né? Porque às vezes a gente pede o oposto do que a gente quer.

Neste sentido, houve uma mudança da demanda a ser acompanhada e a psicóloga entende que esta é, inclusive uma contribuição de seu trabalho: auxiliar as pessoas a definirem suas demandas, o que querem e o que vão buscar na Justiça. Voltaremos ao assunto mais a frente.

Nesta outra entrevista, também vemos que a demanda encaminhada pelas/os defensoras/es de uma determinada Unidade passou por um processo de reformulação, na medida em que o trabalho da psicóloga foi se efetivando no local, em relação ao atendimento a pessoas aparentemente com transtorno mental.

Eu acho que mudou. É... acho que, com o trabalho do CAM se desenvolvendo, se consolidando, colocando de alguma maneira os seus limites, abrindo possibilidades para outros tipos de encaminhamento etc, eu acho que ajudou a qualificar este encaminhamento. Ainda recebo casos deste tipo que eu estava falando, mas o CAM não tá mais lá exclusivo, este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente. E...acho que hoje tem outro movimento, tem muitos defensores que fizeram atendimento com a gente no começo que hoje não mandam mais essa demanda pra gente, dão conta desse atendimento.

Em muitos casos a/o psicóloga/o parece atuar também na facilitação do diálogo e compreensão mútua entre as/os operadores do Direito e as/os usuárias/os da DPESP.

Algumas informações...que não eram, assimiladas com tanta facilidade pelo usuário...é...mas que era dado daquela maneira, era aquilo que ele ia fazer,

ele não ia tentar organizar melhor essa informação...enfim, ele ia dar daquele jeito mesmo. O que às vezes gerava um prejuízo e entrava a gente, pra fazer aí um meio de campo, pra facilitar a compreensão dessa informação jurídica.[...] Acho que nesses casos de atendimento em conjunto, específicos desses que eu tô falando, eu acho que tinha muito disso. Porque a gente entrava, de alguma maneira, para auxiliar o Defensor nesse diálogo. Os pedidos iniciais eram muito pra auxiliar o Defensor a se fazer entender pela pessoa e a pessoa se fazer entender pelo Defensor.

Também foram relatadas demandas de “cuidado” e “acolhimento” e a expectativa institucional de que estas intervenções seriam feitas pelos profissionais de Psicologia.

Acho que se procura muito os psicólogos pelo cuidado, mas não necessariamente que seja...a função seja, acho que cuidar sim. Não no sentido...raso do cuidado, né, acho que quando você tá com uma outra pessoa, tem uma coisa do... do ser cuidadoso com aquilo que tá chegando pra você, com...enfim, tem, acho que exige um cuidado...[...] que eu estava questionando no começo, né, do psicólogo que cuida do que está chorando, do que “abraça”, que... Mas acho que tem a ver com a expectativa da...da Psicologia dentro da justiça, dentro da instituição.

Essa mesma profissional também levanta certos questionamentos sobre estas demandas, refletindo sobre a especificidade – ou não - da Psicologia para estas intervenções. Para ela, estes encaminhamentos ao CAM deveriam ser melhor qualificados, no sentido de potencializar as ações e atuações interdisciplinares. Para isso aponta alguns caminhos:

(sobre qualificar os encaminhamentos) Acho que é ir além dos pré-conceitos da profissão. Acho que tinha muito essa cara, né, “o psicólogo, ele vai atender louco ou a pessoa que tá chorando”, né, “tem uma pessoa aqui chorando e eu preciso de um psicólogo”, quando muitas vezes é um choro que é extremamente legítimo e que faz parte ali do que está acontecendo. É um acolhimento que não necessariamente precisa ser feito por um psicólogo. Talvez uma pessoa que precise sim de um acolhimento, no sentido de ...legitimar aquele sofrimento de alguma forma, mas não necessariamente de uma abordagem mais técnica em relação àquele choro. A pessoa tá chorando porque está triste, porque não é um lugar de alegrias de um modo geral. É...então acho que qualificar o encaminhamento vem muito de quebrar um pouco essas concepções iniciais do que é a Psicologia, do que a Psicologia pode fazer dentro de uma regional da instituição. Inicialmente eram estes dois pontos que acho que vem muito dessa herança

dessa compreensão clínica da Psicologia, do que tá ali...é...entre as quatro paredes, no setting, enfim, né, que tem uma outra formatação. Então...acho que...isso vai sendo quebrado com a atuação, na construção da atuação...do psicólogo na regional.

Para esta outra psicóloga, as demandas para o CAM e para as/os psicólogas/os da instituição são encaminhadas quando as/os defensoras/es esgotam as outras possibilidades jurídicas e precisam de recursos da Psicologia, seja na compreensão do caso, seja na intervenção embasada no diálogo ou em outros encaminhamentos possíveis ao caso:

Situações que estão pra além do que o Direito pode resolver sozinho. Seja dessa ajuda de compreensão, que é uma demanda tão complexa que às vezes, pro Direito...isso muito, né? De situações complexas que a lei até tem algumas soluções, mas que não vão ajudar aquela pessoa. Às vezes até prejudica. E outros casos de que...que...até eles entendem a demanda, entendem o caso, e precisam de outros meios, seja de solução extrajudicial ou um jeito de conversar com todos os envolvidos naquela história. Seja de acessar políticas, acessar rede de uma maneira mais apropriada que o, às vezes que o Defensor pode acessar...

E) Atividades desenvolvidas

Ao analisar as entrevistas, entendemos que as atividades que têm sido desenvolvidas pelas psicólogas/os neste contexto podem ser agrupadas da seguinte maneira: Atendimento, Mapeamento e Articulação com a Rede de Serviços, Composição Extrajudicial de Conflitos (Mediação e Conciliação), Educação em Direitos e Produção Técnica⁸⁴. Abaixo descreveremos um pouco melhor cada uma dessas atividades e como elas foram citadas pelas/os entrevistadas/os.

⁸⁴ Esta esquematização das atividades desenvolvidas pelas/os psicólogas/os e assistentes sociais da DPESP em 5 eixos de atuação foi desenvolvida no ano de 2014 pela Assessoria Técnica Psicossocial (ATP), da qual atualmente esta pesquisadora faz parte, juntamente com a psicóloga Marília Marra de Almeida e as assistentes sociais Lidiane Almeida Dias e Melina Machado Miranda. É uma maneira de agrupar as diversas atribuições delimitadas na Deliberação CSDP N°. 187/2010 de maneira mais clara e concisa e tem sido propagada institucionalmente. Vide mais informações sobre a ATP na p. 36.

Atendimento Psicológico

Consideramos aqui a prestação de escuta qualificada por parte das/os psicólogas/os da instituição, propiciando espaço de fala, reflexão, orientação ou mesmo acolhimento para as/os usuárias/os. Tal atendimento pode ser prestado a uma/um usuária/o que já tenha sua demanda jurídica configurada em um processo, bem como a uma/um usuária/o que não tenha uma demanda jurídica clara ou mesmo a uma/um usuária/o que não apresente qualquer demanda judicial.

[...] eu saber que sou psicóloga e parar para escutar alguém, me apresentando como tal...abrindo essa, não sei, pra mim o enquadre tem a ver com a disposição do profissional em escutar aquela pessoa”.

Eu escutei. Eu acolhi”.

[...]quando há situação de violência ou quando as pessoas ficam, muitas vezes, silenciadas diante da situação e não conseguem, naquele momento, romper com o ciclo de violência.

[...] você abre para uma escuta de uma dimensão afetiva...não sei se é afetiva, subjetiva mesmo, sem o julgamento, sem uma valorização de que ela tá certa ou tá errada, que devia ter feito diferente. Não vai avaliar isso.

Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM...é...pra que a gente desse conta dessa compreensão...[...] De você sentar e escutar e poder dialogar.

As/os psicólogas/os destacam que este espaço de escuta acaba gerando processos reflexivos, que são decisivos para ocasionar melhorias para as pessoas atendidas, conforme as falas abaixo:

Principalmente no sentido de poder propiciar alguma forma de reflexão...para as pessoas que são pobres.

O nosso papel é, se fizer sentido pra pessoa, se ela aceitar estar ali com a gente, é...conversar sobre isso, pensar outras possibilidades ou apresentar outras possibilidades[...]se tiver espaço, trabalhar mais num processo reflexivo do que, efetivamente, num convencimento.

[...] a gente fala, né, “eu só ouvi aquela pessoa”... Eu não acho que é “só”. Eu acho que, às vezes, aquilo fez muita diferença. [...] Eu sinto que, às vezes, não sempre, eu consigo fazer diferença pra melhor.

Percebemos que este espaço de atendimento também pode servir para dar um contorno às diversas demandas e relatos que a pessoa atendida traz, construindo um lugar no qual a pessoa possa se organizar melhor, além de ser orientada sobre prováveis encaminhamentos para o seu caso.

[...] deixei ela terminar de falar. E cheia de pasta, de documento, de papel e aí eu fui organizando, fui colocando junto com ela em ordem, em ordem um pouco cronológica, até pra ela conseguir explicar, pra ter certeza. Enfim, e no final, nem durou tanto esse atendimento, sei lá uma hora... e no final, ela me agradecia tanto. Aí eu liguei, eu vi que era na receita, eu entrei no site, vi o endereço, o horário de atendimento, liguei...

Algumas informações...que não eram, assimiladas com tanta facilidade pelo usuário...é...mas que era dado daquela maneira, era aquilo que ele ia fazer, ele não ia tentar organizar melhor essa informação...enfim, ele ia dar daquele jeito mesmo. O que às vezes gerava um prejuízo e entrava a gente, pra fazer aí um meio de campo, pra facilitar a compreensão dessa informação jurídica.

Esse atendimento tem sido realizado com pessoas - individualmente, casais, famílias ou mesmo grupos, dependendo de cada situação. Muitas vezes, também, é que a partir desta escuta – qualificada – o profissional já pode levantar indícios que podem ser levados para outra atuação. Por exemplo, a partir da escuta de uma demanda individual ou necessidade de um serviço público, pode-se levantar reflexões, análises e até ações coletivas que podem ser iniciadas a respeito.

[...] atuação coletiva. [...] eu atendi essa senhora [...] Eu estaria pensando nela, em como encaminhar – de uma forma efetiva - a questão pessoal dela, mas eu também estaria pensando na abrangência maior. De outras idosas, de outras pessoas naquela situação.

Nessa linha, os atendimentos psicológicos podem também ser uma importante via de contato com as necessidades apresentadas pela população que chega à Defensoria em cada

território, funcionando como um observatório das políticas públicas, podendo servir como base de possíveis ações coletivas, que seriam desenvolvidas em conjunto com defensoras/es Públicas/os. Lembrando que estas são funções institucionais da DPESP:

XII - contribuir no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas que visem a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais⁸⁵

Bem como esta questão aparece na Deliberação específica sobre atribuições das/os Agentes de Defensoria psicólogas/os e assistentes sociais:

VI - Coletar e analisar dados referentes ao atendimento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar para subsidiar propostas de políticas de atendimento e políticas públicas⁸⁶.

Esse atendimento também pode ser realizado através de outra ferramenta técnica: a visita domiciliar.

[...] de trabalhar junto, de...de pensar o caso junto, de fazer visita, né, domiciliar de equipe mesmo.

A visita domiciliar – técnica que apenas mais recentemente passou a ser utilizada também por psicólogas/os – tem como objetivos “clarificar situações, considerar o caso na particularidade de seu contexto sociocultural e de relações sociais, não podendo, jamais, ser uma visita invasiva” (Magalhães, 2003, p.54). Neste sentido, não pode ter papel fiscalizador.

⁸⁵ LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 09 DE JANEIRO DE 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, artigo 5º.

⁸⁶ Deliberação CSDP 187/2010, que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, artigo 4º.

Uma das psicólogas relatou desenvolver também um tipo de atendimento pelo telefone, que – dependendo da especificidade da Unidade ou das necessidades da pessoa acompanhada – acontece.

[...] elas se utilizam muito do telefone pra buscar informações, orientações... E, então, é um atendimento que eu achava que não seria tão efetivo, mas ele é bem interessante. A pessoa consegue se vincular sim. Então, alguns casos, que eu acabei acompanhando por um tempo, até conseguir encaminhar. [...] liga, ou atende aquela ligação e começa a fazer a escuta, o acolhimento, essa primeira coisa que eu fazia. Primeiro acolher. Então a pessoa se sente escutada, se sente acolhida e começa... [...] vou pontuando, dando algumas orientações [...] muitas vezes a pessoa acaba depois se vinculando a você, mesmo sendo por telefone.

No próximo item iremos abordar um tipo de atendimento também, mas que é realizado em um contexto um pouco diferenciado. Trata-se da Composição Extrajudicial de conflitos.

Composição Extrajudicial de Conflitos

Chamamos aqui de Composição Extrajudicial de Conflitos a abertura de espaço para que as pessoas envolvidas em um conflito dialoguem – acompanhadas por uma/um profissional da DPESP - e busquem, em conjunto, soluções para seus problemas. É uma busca por métodos extrajudiciais – geralmente antes da tentativa de se abrir um processo judicial - para abordar os conflitos das/os cidadãs/ãos que procuram a DPESP, na perspectiva do uso de métodos alternativos de resolução; alternativos em relação ao processo judicial tradicional, em que as partes apresentam suas demandas, por intermédio de um operador do Direito e o juiz (terceiro) decide o que deve ser feito. São exemplos desse tipo de atuação a negociação, a conciliação e a mediação de conflitos.

[...] na questão da composição extrajudicial de conflitos... às vezes as pessoas, em um atendimento, refletem sobre a situação e encontram a possibilidade, naquele momento, de resolução.

Atuar nesta perspectiva é atribuição institucional⁸⁷, para defensoras/es, além de uma das atribuições direcionadas às/aos psicólogas/os e assistentes sociais da DPESP⁸⁸ e desde 2010, as/os profissionais do CAM vêm atuando junto à população em busca de formas de resolução extrajudicial dos conflitos apresentados à Defensoria.

E também de outras formas de atuar na própria mediação de conflitos que não só discutir valores...de pensão alimentícia. No sentido de que a gente poderia... oferecer outras possibilidades de reflexão... [...]outras questões poderiam ser trabalhadas, especialmente quando se tratava de... de cuidados, né, com os filhos, enfim, ou quando se tratavam de idosos, cuidado com familiares idosos, pais e mães idosos enfim. Tem outras questões pra discutir...

Acho que promovi o espaço de escuta e de diálogo também, né? Porque as pessoas se escutassem. Tanto escutar para ajudar, junto com a pessoa entender o que estava acontecendo ali, quanto trazer as pessoas envolvidas nessas problemáticas a se escutarem.

Nas sessões de tentativa de composição extrajudicial de conflitos, as pessoas são convidadas a se apropriar de sua capacidade decisória, bem como a refletir sobre sua autonomia diante dos entraves que encontram em suas relações na vida cotidiana. O CAM trabalha na viabilização do diálogo entre as pessoas em conflito, no intercâmbio das diversas visões de mundo e expectativas que se apresentam sobre uma situação. Busca-se explicitar a visão e posição de cada pessoa envolvida no impasse, para que cada uma possa tentar compreender o seu próprio lugar e o lugar da outra, na configuração das tensões em jogo.

[...] eu acho interessante no sentido de empoderar as pessoas para que elas reflitam e encontrem, elas próprias, soluções para aquelas questões que elas trazem, que é, quase sempre, um problema de convivência. E eu acho que essa...esse... esse movimento de... retornar o poder para que elas decidam e

⁸⁷ LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 09 DE JANEIRO DE 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, artigo 5º, inciso VI/a.

⁸⁸ Deliberação CSDP 187/2010, que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, artigo 5º, inciso VIII.

não um terceiro, juiz ou qualquer outra pessoa é o que é mais interessante, que eu entendo, na composição extrajudicial de conflitos.

O que eu acho diferente na atuação extrajudicial. [...] como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim [...] A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.

[...] eu acho que continuar uma prática que faça sentido pra população e que... as próprias pessoas percebam que...que é através do diálogo que elas vão resolver seus problemas.

Neste contexto a/o profissional atua como facilitador/a para que as/os participantes compartilhem as informações relevantes a respeito da questão deflagradora do conflito, reflitam sobre suas causas, tenham acesso à informação e construam opções para lidar com ele (FÁVERO; MAZUELOS, 2010, p. 21). Práticas autocompositivas como estas tem sido consideradas por muitas/os autoras/es⁸⁹ como potencialmente emancipatórias e educativas para as pessoas que participam de seus encontros, já que promovem a informação, a reflexão, a escuta do outro e o estímulo para que as pessoas resolvam seus conflitos através do diálogo e da comunicação. No trecho abaixo a psicóloga explicou como estas técnicas podem favorecer o diálogo e uma postura mais autônoma em relação a suas escolhas e suas vidas:

Daí que eu falo da emancipação, de se apropriar...pra poder escolher, na sua própria vida. Mas escolher junto com o outro também, porque às vezes as pessoas também sabem o que elas querem, mas não conseguem negociar isso com os outros, então é o juiz que vai dizer...então não só quem procura, mas quem é procurado (risos) pra resolver. É uma questão de uma...eu acho que é uma...uma habilidade, uma...um ganho de civilização assim pras pessoas poderem falar sobre os problemas e resolverem os problemas através do diálogo e não através da força. A justiça, pra mim, ainda é muito pouco civilizada nesse sentido. Precisa de uma força, no caso o juiz tem que ter o poder do juiz pra dizer que aquilo não pode. Isso é muito romano, né, se pensar (risos)... é muito...imaturo...como é que chama isso? Rudimentar, né?

Nesta linha, a composição extrajudicial de conflitos poderia trabalhar na perspectiva da abertura do espaço para diálogo entre as pessoas, que, acompanhadas por psicólogas/os (assistentes sociais, defensoras/es) capacitadas/os, construiriam soluções para seus conflitos,

⁸⁹ Vide Ré (org), 2014 (2ªEd.) e Gunter e Pimpão (orgs), 2013.

de maneira participativa e colaborativa com o processo, diferente da postura mais passiva de se esperar a decisão judicial de um terceiro (juiz/juiza), que lhe seria imposta. É uma alternativa ao processo judicial tradicional.

Mapeamento e Articulação com a Rede de Serviços

A partir da escuta qualificada da população que procura a Defensoria, percebe-se uma necessidade cotidiana de articulação com a rede de serviços do território de várias áreas, tais como Saúde, Assistência Social, Habitação e Educação. Isso decorre das necessidades da população atendida pela instituição, que depende da oferta dos serviços públicos para a garantia de seus direitos fundamentais. Com isso, o mapeamento desta rede, a orientação e encaminhamento da população aos serviços, a promoção do diálogo entre os serviços e o favorecimento de integração intersetorial também se constituem como perspectivas de trabalho para a/o psicóloga/o neste contexto.

[...] meu trabalho é muito de rede. Esse trabalho de rede é o que potencializa o meu trabalho.

[...] tem essa coisa de encaminhar para o CAPS⁹⁰, encaminhar para o serviço de Saúde...

Além da identificação dos serviços, dos contatos cotidianos e dos encaminhamentos – por escrito ou não – das/os usuárias/os para a rede de serviços, de acordo com as demandas, a/o profissional do CAM tem o papel de visitar os principais serviços de seu território, discutir casos comuns e participar de reuniões, fóruns setoriais ou intersetoriais, bem como acompanhar e participar de conferências e conselhos relativos às políticas públicas.

Eu acho que os encaminhamentos, também, para os serviços, muitos serviços de referência são inclusive da pasta da Secretaria de...

⁹⁰ CAPS: Centro de Atenção Psicossocial. Equipamento central na Rede substitutiva de atenção à Saúde Mental, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica brasileira.

desenvolvimento, assistência e desenvolvimento social... As reuniões pra discutir caso, vinham muitas assistentes sociais dos serviços e eu, ali, de psicóloga. Então eu fui me aproximando...

[...] possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... [...] Mas aí você tá vendo que várias comunidades, várias famílias daquela comunidade que você tá atendendo estão com os mesmos problemas e elas não conseguem serviços, não tem onde recorrer, estão perdendo a guarda dos filhos então... mas aí, e não tem política pública pra elas, não tem ajuda enfim. [...] você poder ter esse olhar de que “olha, tem que propor, tem que... tem algo maior aí que envolve todas essas famílias”. É que Núcleo tem muito essa visão, né? A gente pode trabalhar pra ampliar, pra ampliar esses serviços, ampliar esses acessos... E aí você pode ir fazendo propostas e [...] são problemas individuais e que tem que ser acolhidos. E encaminhados. Mas tem que parar pra também olhar o todo e tentar fazer propostas.

Como vimos na fala acima, trabalhar na perspectiva da intersetorialidade quer dizer relacionar-se com os outros serviços públicos para efetivar direitos das pessoas, individualmente, mas também aproxima as/os profissionais das necessidades de um grupo de pessoas de um determinado território. Aproximar-se dessas necessidades coletivas trazem elementos para que a/o psicóloga/o possa pensar em propostas e projetos coletivos, visando a melhoria de políticas públicas, por exemplo.

Educação em Direitos

A Educação em Direitos, enquanto instrumento para garantia de direitos e acesso à justiça, também corresponde a uma perspectiva de trabalho tanto para defensoras/es Públicas/os, por ser uma atribuição institucional⁹¹, quanto para psicólogas e assistentes sociais dos CAMs⁹².

⁹¹ LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 09 DE JANEIRO DE 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, artigo 5º, incisos I e VI/h.

⁹² Deliberação CSDP 187/2010, que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, artigo 5º, inciso XVI.

De educação em direitos é também nesse sentido, embora não seja especificamente da questão do convívio das pessoas... mas é no sentido mesmo das pessoas terem informação sobre os seus direitos e poder... exigir o cumprimento dos seus direitos de melhor qualidade de vida para elas, se organizarem coletivamente. Eu acho que isso é que... que eu gosto na Educação em direitos e que eu acho que a educação em direitos pode oferecer.

Vimos na fala acima que o entrevistado relaciona a Educação em Direitos com ações que visem conscientizar as pessoas, no sentido de que essas – em posse do conhecimento sobre os seus direitos – possam posteriormente cobrar melhoria em suas condições de vida, inclusive a partir da organização em grupos, o que lhes fortaleceria nesta busca pela garantia de direitos.

A Educação em Direitos pretende ser uma modalidade de educação popular, que consiste em um modelo de intervenção educativa heterogêneo, que se constitui como um movimento pedagógico e social ao estabelecer um horizonte utópico e formular um imperativo ético: ou se educa a favor dos setores populares e da transformação social, ou se educa contra os setores populares e para perpetuar sistemas de opressão (REIS, 2014, p. 718). Para este autor, a Defensoria Pública, por ser uma instituição nova no Brasil e na América Latina, talvez seja uma das pioneiras a consagrar normativamente a Educação em Direitos como uma atividade inerente ao ideal de justiça social.

Neste sentido, as/os psicólogas/os – bem como as/os assistentes sociais e defensoras/es públicas/os – tem organizado e desenvolvido atividades com a população atendida pela DPESP, dentro de suas demandas e interesses, visando orientar as pessoas sobre seus direitos, propiciando espaços de conhecimento, troca e compartilhar de experiências na perspectiva da garantia de direitos e acesso à Justiça.

Produção Técnica

Outra atividade que tem sido feita pelas/os psicólogas/os, segundo as/os entrevistadas/os é o que nomeamos de “Produção Técnica”. São os relatórios, laudos, pareceres e demais documentos elaborados por estes profissionais, manifestações e análises

técnicas que são produzidas com a utilização de conhecimentos e recursos específicos da Psicologia⁹³, e que podem ampliar a compreensão sobre os casos.

[...]depois de um tempo começaram a aparecer demandas mais processuais, de intervenção técnica nos processos.[...] Relatórios, elaboração de quesitos, parecer técnico sobre algum laudo, sobre alguma avaliação que tinha sido feita, pedidos de orientação quando, na verdade pedidos também para confecção de relatórios e pareceres, mas daí a gente entendeu que cabiam apenas orientações quando os laudos eram feitos por profissionais de outras áreas da saúde, como médicos, por exemplo. Essa demanda mais processual assim. Alguns casos que o Defensor queria uma compreensão um pouco mais ampla do que...do réu, da situação do crime, do contexto, em termos de estudos um pouco mais abrangentes sobre estes pontos, pra apresentar uma perspectiva de outra área para o Defensor do caso.

[...] poder ampliar a compreensão do que tá acontecendo ali...tanto da questão do crime em si, quanto da questão do contexto das pessoas que a gente atende...do que está sendo vivenciado. É poder ampliar para além do...do judiciário assim. Para além do estritamente jurídico, do papel, da lei[...] no juri, que é um lugar que a gente tem bastante espaço de trabalho, de atuação...e eu acho que, tecnicamente, é um lugar mais rico para o trabalho do psicólogo. [...]Então acho que é o de ampliar aí uma compreensão sobre os casos.

Vemos que estas produções escritas são importantes instrumentos da/o psicóloga/o, que possibilitam dar visibilidade ao seu olhar técnico, dentro das ferramentas e entendimentos da Psicologia, ampliando a compreensão de uma situação ou fenômeno. Ou seja, através de sua manifestação técnica, as reflexões e entendimentos da/o profissional da Psicologia quanto a um assunto (caso prático ou teórico) serão compartilhados, trazendo à tona aspectos que podem não ter sido observados por outras/os profissionais.

Essas manifestações produzidas no âmbito da Defensoria Pública enquadram-se legalmente no escopo da atuação enquanto assistente técnico, excluindo-se a possibilidade de realização de perícia, visto que o técnico da Defensoria está sempre vinculado à atuação da/o Defensor/a Pública/o que ocupa posição parcial no processo. A diferenciação técnica dessas atuações, no que diz respeito à Psicologia, como vimos no tópico anterior, é apontada

⁹³ Atribuição prevista no artigo 5-A da Deliberação 288 de 10 de janeiro de 2014, que *Altera a Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar*.

na Resolução CFP 008/2010 que considera a/o perita/o como profissional designado para assessorar a Justiça, exercendo tal função com isenção em relação às partes envolvidas, enquanto a/o assistente técnica/o é de confiança da parte para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório. Com relação à produção e análise de documentos, tal resolução afirma que a/o assistente técnica/o é profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões realizadas pela/o psicóloga/o perita/o, realizando análise do estudo psicológico resultante da perícia ou lançando mão de outros instrumentais que achar pertinente.

Direcionado para o profissional psicólogo... é mais específico, por exemplo, as questões de... atuar como assistente técnico... geralmente em processos em que há laudo... elaborado por profissional psicólogo, em geral do tribunal de justiça. E aí é mais específico da Psicologia, de refletir sobre o... os instrumentos utilizados, a metodologia enfim. [...] pouca demanda desse tipo de atuação.

O que eu vejo de laudos, acho que... do meu lugar, muito menos de avaliação propriamente dita, e muito mais de leituras de avaliações. Eu posso ter a possibilidade de chamar, de fazer uma avaliação psicológica enfim, mas hoje o trabalho vai muito mais no sentido de compreender as avaliações que são feitas por outras instituições. E... e acho que esta questão do micropoder assusta um pouco, né, porque... porque a gente vê as pessoas fazendo um uso disso de um modo...perigoso até e irresponsável, nos laudos que são feitos, em como...como eles vão ser usados nos processos... então acho que tem um movimento, no trabalho, de tentar atuar sobre isso, também. Acho que talvez hoje, o que a gente busca de fazer de diferença tem mais a ver em tentar minimizar um problema sério que pode ser causado por esses, nesse recorte, por estes laudos do que de... de produzir algo diretamente.

A finalidade de tais intervenções seria questionar pontos mal esclarecidos ou passíveis de crítica dos laudos realizados pelos peritos também psicólogas/os. Ou mesmo apontar para elementos de análise que possam ter sido ignorados por parte da/o perito.

Acho que... cutucar, de alguma maneira, o que tá ali posto. [...] cutucar um perito que nunca teve alguém da área lendo o seu relatório.

[...] na esfera judicial. Que é de produzir parecer como assistente técnico, de questionar um laudo ou outro, enfim. [...] É, os casos, por exemplo, de crianças acolhidas institucionalmente. Que existe um processo, né, execução da medida de proteção, que os colegas do TJ produzem avaliações e a gente

entra como assistente técnico pra poder questionar e lançar um olhar sobre informações do caso... que o colega entende de outra forma ou que não estava contemplado no laudo enfim. [...] a gente vai produzir um documento, vai fazer atendimentos, entrevistas, aciona rede enfim. E a gente produz um outro olhar sobre a mesma situação.

O trecho acima, exemplifica uma questão importante: embora tenhamos neste trabalho – por fins didáticos – separado em tópicos algumas das principais atividades desenvolvidas, nos casos concretos essas atividades estão relacionadas e acontecem, na maioria das vezes, paralelamente. Por exemplo, no caso citado temos uma produção técnica, que foi desenvolvida após atendimentos, entrevistas e acionamento/articulação com a rede.

No caso abaixo o mesmo aparece: realização de atendimento, vinculado a encaminhamentos à rede e produção técnica para uma defesa processual mais qualificada, sendo que todas estas intervenções podem ser utilizadas num mesmo acompanhamento.

Eu acho que nas duas frentes de trabalho, né? Tanto na questão do atendimento, no cotidiano da população, na tentativa de garantir o acesso às políticas públicas, nos encaminhamentos, nas políticas de saúde, de assistência...é...as políticas de atenção ao egresso, que é uma população específica de lá...é...quanto no próprio direito de uma defesa qualificada, assim.

Bem como neste trecho:

Daí o CAM fez uma...fez um parecer da Psicologia, um parecer do Serviço Social, depois de algumas entrevistas com este réu. Depois de visita domiciliar, de algumas discussões do caso com o Defensor.

Percebemos que as atividades interdisciplinares e intersetoriais, principalmente com as/os profissionais do Direito e do Serviço Social, também estão presentes e permeiam todas estas ações, seja através de atendimentos em conjunto, seja através de discussões de caso e reuniões em equipe.

[...] meu trabalho é muito de rede. Esse trabalho de rede é o que potencializa o meu trabalho. O trabalho com o Serviço Social também assim.

Eu acho que os encaminhamentos, também, para os serviços, muitos serviços de referência são inclusive da pasta da Secretaria de... desenvolvimento, assistência e desenvolvimento social... As reuniões pra discutir caso, vinham muitas assistentes sociais dos serviços e eu, ali, de psicóloga. Então eu fui me aproximando...

[...] de trabalhar junto, de...de pensar o caso junto, de fazer visita, né, domiciliar de equipe mesmo. Então, a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, todo mundo tá envolvido na construção dessa defesa, dessa compreensão de um determinado caso.

Por exemplo, as audiências concentradas⁹⁴, é o mesmo movimento que tem na produção de laudos. As audiências concentradas são feitas para discutir os casos de acolhimento institucional com a rede, com a equipe do TJ⁹⁵, com a equipe do MP – o que eu nunca vi por aqui, nas audiências concentradas – e o Defensor e a equipe técnica, digamos assim, da Defensoria. A gente discute, a gente levanta questões, questionamentos[...]. A gente tem todo um “trabalhão” de ir lá, discutir, levantar questões...

O desenvolvimento e participação em atividades de formação e capacitação profissional, inclusive em espaços institucionais, também foram relatadas.

E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais.

F) Especificidades e inovações em curso

Como vimos no Cap. 6, a atuação de psicólogos/os em instituições jurídicas ou no Sistema de Justiça não é novidade. Porém, segundo nossa análise, as/os entrevistadas/os

⁹⁴ Audiências concentradas: trata-se de estratégia que pode ser utilizada por juíza/juiz no acompanhamento de processo judicial na área da Infância e Juventude. A/o magistrada/o tem a opção de realizar reavaliações por intermédio de reuniões com integrantes da rede de serviços que acompanham o caso. Nessas reuniões, são colhidas as opiniões técnicas (de que o magistrado evidentemente não dispõe em face de sua formação específica) para nortear os rumos do processo de acompanhamento da criança ou adolescente em situação de acolhimento.

Mais informações em <http://www.tjpr.jus.br/documents/116858/2450301/Guia%2BPr%25C3%25A1tico%2Bsobre%2BAudiencias%2BConcentradas+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>

⁹⁵ TJ: Tribunal de Justiça

elencaram algumas questões específicas deste campo, mostrando diferenças em relação a outros espaços e, com isso, verificamos o desenvolvimento de práticas inovadoras que já vem sendo realizadas.

Para um dos entrevistados, o próprio oferecimento de atendimento por profissional de Psicologia à população da Defensoria, considerando seu perfil socioeconômico, já se trata de inovação.

Porque eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro conseguem também acesso a profissionais de Psicologia; em outros contextos talvez, mas conseguem acesso. O que não acontece com o nosso público.

A efetivação de um trabalho realmente interdisciplinar, tanto em relação ao Serviço Social quanto em relação ao Direito foi algo que apareceu e que parece se mostrar diferenciado neste espaço.

De aproximar mais, assim. De ter que trabalhar junto, ali, na prática, no dia a dia discutir casos... pensar junto. [...] Eu acho que, pra Psicologia e pro Serviço Social tem uma abertura maior. Acho mesmo, assim. Vejo que é mais fácil, mais óbvio, sabe? Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. Acho que a gente já faz isso muito naturalmente. [...] isso já acontece aqui.

[...] é mais uma disponibilidade nova. “Vou tentar entender” e isso já não vem muito dado (sobre o trabalho interdisciplinar com profissionais do Direito).

Trabalhar de maneira interdisciplinar, com ações potencialmente mais integradas e por vezes eficazes, para este tipo de população, também parece ser novidade para esta psicóloga, que comparou o trabalho na DPESP com “consultórios populares” em que trabalhou com a mesma população pobre. Porém, identifica na DPESP ações mais concretas e palpáveis, além de fortalecidas pelo trabalho em equipe e não “sozinha”:

De trabalhar... em prol das pessoas hipossuficientes⁹⁶. Como que é... de combater a miséria, de... melhorar as condições de vida, do acesso a essas pessoas aos seus direitos de fato, de estar ali auxiliando essas pessoas... de forma, até mais concreta também. Porque eu acho que sozinha, a Psicologia... Eu trabalhei em consultórios sociais, em projetos... [...] Eu sentia que assim não tinha, na prática... eu queria uma coisa mais palpável, mais... e não queria trabalhar sozinha também.

Além disso foram apresentadas diferenças em relação à instituição, em comparação com outras nas quais esta psicóloga já tinha trabalhado, no sentido do que ela chamou de “mais cuidado” com os profissionais.

[...]E tinha também, outra coisa que me atraiu bastante por ser uma instituição nova. [...] E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais...

Ela ainda fez pontuações em relação a ser uma instituição nova, diferentes de outras e com possíveis aberturas para construção de novas intervenções, o que ela não percebeu em outros locais de trabalho.

[...] essa possibilidade de... de estar mais viva assim. De não estar tão cristalizada, de estar...[...] Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo.

Ao se comparar com um lócus profissional muito próximo para as/os profissionais de Psicologia – a atuação no Tribunal de Justiça – as/os entrevistadas/os diferenciaram o trabalho

⁹⁶ O termo “hipossuficiente” é bastante utilizado no cotidiano das Defensorias. Refere-se ao fato das pessoas atendidas na Defensoria não terem condições de prover atendimento jurídico particular, pago com seus próprios recursos financeiros. Não teriam recurso suficiente. Apesar das críticas que fazemos ao uso de certas terminologias como esta, para nomear a população que a DPESP atende (tal como abordamos na p.41), vemos que as/os psicólogas/os também as reproduzem, aparentemente sem crítica..

na Defensoria Pública como mais aberto e menos limitado a outras demandas e tipos de intervenção, para além da produção de laudos, como vemos abaixo:

[...] o que diferencia, mais nitidamente, é a... a demanda institucional. Enquanto a gente tem várias frentes de trabalho, que a gente pode atuar, com resultados diferentes, eles quase sempre tem uma única frente de trabalho que é a avaliação psicológica. E aí eles têm que atender a demanda institucional do TJ, a produção de laudos, enfim, a avaliação de casais para a adoção... este tipo de atendimento, que limita o trabalho.

Apesar da atuação das/os psicólogas/os na DPESP não estar se limitando a produção de laudos, conforme apareceu acima, esta prática neste contexto traz uma outra inovação, também apontada pelas/os entrevistadas/os. A produção técnica elaborada por estas/es profissionais, aliada a defesa jurídica do/a defensor/a público/a, pode promover uma defesa judicial ainda mais qualificada para a população acompanhada. Historicamente, sabemos que a população pobre não tinha acesso a operadores do Direito (advogadas/os ou defensoras/es), conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Muito menos havia defesa com a participação de profissionais de outras áreas do saber.

[...] não tem nenhum precedente de atuação, nada na área criminal pela defesa do réu na justiça pública do Brasil.

Com isso entendemos que a/o profissional da Defensoria enquanto assistente técnica/o faz o marco desta função no âmbito público, sem a vinculação de prestação de serviço privado que a/o assistente técnica/o necessariamente trazia antes de haver instituição que efetivasse a assistência jurídica integral e gratuita. Ressalta-se que, na Defensoria, esta atuação tem prevalecido nas áreas da Infância e Juventude e Criminal, enquanto a atuação da/o assistente técnica/o privado ocorre de maneira geral nas demandas da área da Família, envolvendo pessoas das classes sociais abastadas. Reforçamos o lugar político que marca a atuação da/o assistente técnica/o pública/o da Defensoria ao estar alinhado à missão institucional de combater a pobreza, as desigualdades e as marginalizações sociais. Sem a

especificidade de nossa atuação técnica na Defensoria, uma pessoa pobre dificilmente poderia contar com uma/um profissional capacitado para questionar tecnicamente um saber que poderia estar sendo utilizado na lógica perversa da exclusão social.

Acho que... cutucar, de alguma maneira, o que tá ali posto. [...] romper com alguns preconceitos sobre a profissão, de ... cutucar um perito que nunca teve alguém da área lendo o seu relatório, então ele, né? Muito diferente você escrever pra alguém de outra área, de escrever pra alguém da sua área, que pode ter um olhar mais crítico sobre aquilo que tá sendo dito.[...] Pela defesa pública não (existia). A defesa particular pode contratar aí o seus assistentes técnicos, mas a justiça pública é novo.

A existência de um assistente técnico pela defesa judicial fornece, por exemplo, a abertura para que se questione avaliações psicológicas que são realizadas por peritos do Tribunal de Justiça, muitas vezes permeadas por preconceitos⁹⁷, conforme relatos acima e abaixo⁹⁸:

[...] pode-se entender que tem uma diferença, que esses peritos estariam no lugar da isenção, sem partido...mas isso eu discordo absolutamente. Não é o que eu vejo, inclusive. Eu acho que eles partem de um lugar, de uma concepção. Mas acho que há... acho que é isso, assim. A gente fala de um lugar talvez semelhante, né, que a Psicologia também tem o seu micropoder dentro do sistema de justiça e eu acho que esse é o lugar é... de atuação desse micropoder⁹⁹, na hora que você, que eles elaboram um laudo que vai determinar aí o futuro de um sentenciado, de alguém sob medida...

Seguindo essa linha, entende-se que este tipo de intervenção de Psicologia pode, inclusive, promover mudanças no andamento de um processo judicial, como no exemplo abaixo:

[...] e foi algo que mexeu muito na estrutura ali do...do juri, né, que é um lugar extremamente estruturado, extremamente é... acho que intocável até...[...] Mexeu: o juri foi cancelado. A partir da documentação que a gente

⁹⁷ Vide tópico da pag. 53.

⁹⁸ Voltaremos a este assunto na página 231.

⁹⁹ Mais à frente discorreremos sobre estas relações de poder.

produziu, né, da compreensão que a gente tava oferecendo a respeito do caso...

Outro ponto considerado como inovador, em relação à presença de psicólogas/os neste espaço é a busca e possibilidade de se propor outras maneiras de resolução de conflitos e como estes são abordados no sistema judiciário. A Psicologia, neste sentido, traria suas ferramentas – tais como o diálogo – para este campo:

[...] eu acho que continuar uma prática que faça sentido pra população e que... as próprias pessoas percebam que...que é através do diálogo que elas vão resolver seus problemas.

[...] o Judiciário é...sustentar uma máquina burocrática gigante. Um monstro burocrático (risos)...que a gente alimenta e faz com que várias pessoas vivam ali, no sentido, na sua vida, mas ...que de fato... é, mas de fato regula. É que às vezes a gente até esquece que é importante ter a lei para recorrer. Tem casos que precisa mesmo. É que a maioria parece que não. [...] Porque o que que é a justiça, o Judiciário. É a institucionalização de um lugar de poder que pode dizer o que é certo e o que é errado, né? Então, uma sociedade que pudesse, através do diálogo, chegar às regras entre certo e errado e poder conversar sobre isso, ser flexível quanto a isso e pensar nos caso a caso, não precisaria investir tanto dinheiro, para criar um lugar de poder pra alguém que pode dizer o que é certo e o que é errado.

G) Relações de trabalho com profissionais de outras formações

Neste tópico analisaremos como estão as relações de trabalho das/os psicólogas e psicólogos da instituição com outras/os profissionais da DPESP, de formações diferentes. Devido ao organograma institucional atual da DPESP, as/os psicólogas/os acabam se relacionando principalmente com profissionais de outras duas áreas: o Direito e o Serviço Social¹⁰⁰. Para Arendt (1997, p.12), dado um contexto social complexo, cada pesquisador ou profissional lançará seu olhar específico, colocará os “óculos” de seu referencial teórico. É

¹⁰⁰ Como vimos no Cap. 1, há profissionais de outras áreas na DPESP. Porém, devido a quantidade bruscamente menor destes outros profissionais e da especificidade de muitas atividades, a maioria das/os psicólogas/os da DPESP acaba não tendo contato com profissionais destas outras formações.

neste sentido que se constitui a multidisciplinaridade e será no entrecruzamento destes olhares que se fará a inter e transdisciplinaridade. (ARENDT, 1997, p. 12).

De um modo geral, as/os entrevistadas/os fizeram referências positivas em relação ao trabalho com profissionais de outras áreas, que vêm sendo desenvolvido na DPESP. A análise é que, diferenças nos olhares são identificadas e o trabalho conjunto acontece, trazendo frutos tais como a aprendizagem com as outras áreas do saber:

Esse trabalho conjunto, esse aprendizado conjunto já acontece.

[...] eu acho que é diferente a formação. Eu acho que a gente oferece um olhar... da ciência psicológica que é diferente do olhar do profissional do Direito e do profissional do Serviço Social. E a gente acaba, também, aprendendo com os olhares deles. Mas, sem dúvida, é diferente. Se a gente for pensar, mesmo nessa questão que a gente tava falando agora de saúde mental, a gente, psicólogos, a gente tem formação bastante específica tecnicamente das questões psi, né? Que os outros profissionais, a priori, não teriam. Então acho que eu percebo bastante diferença.

Esta psicóloga conclui que no CAM, entre os profissionais de Psicologia e Serviço Social, têm sido mais comuns as práticas interdisciplinares ao passo que na instituição em geral, incluindo as/os profissionais do Direito, práticas multidisciplinares são mais frequentes¹⁰¹.

Eu vejo uma prática muito mais multidisciplinar do que interdisciplinar. Acho que os casos com atuação interdisciplinar dá pra contar...não sei se nos dedos (risos), mas é uma quantidade muito menor. Acho que é muito mais...é isso que chega...pra ser olhado por várias abordagens de uma maneira separada, do que “vamos fazer todo mundo junto”, né, “vamos construir junto enquanto instituição”. Acho que existe uma prática interdisciplinar muito mais forte dentro do CAM, mas institucionalmente, eu vejo muito mais o “multi”.

Nesta outra manifestação, também percebemos uma proximidade maior entre as/os psicólogas/os e assistentes sociais, ao passo que as/os profissionais do Direito ficariam mais

¹⁰¹ Vide Cap.5.3 e a diferenciação entre trabalho interdisciplinar e multidisciplinar.

afastadas/os em relação a entendimentos e perspectivas de trabalho. Apesar disso, a complementaridade dos olhares é apresentada.

Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito. Eu acho que a gente tem um pouco dessa função...é...de olhar com uma pouco mais de calma pra algumas coisas, descolar só da função processual. Eu acho que...você pensar em qualificar o atendimento público...é...na área do Direito, acho que também passa aí por uma garantia de direitos, né, desse direito de acesso à justiça, de... de poder cuidar um pouco disso, de poder dar um olhar...diferenciado do olhar do Direito, que se complementa muito nos casos que são atendidos.

Óbvio que há diferenças pessoais e as realidades variam, mas percebemos certas tendências a respeito da questão, as quais abordaremos neste item. Devido a nossa percepção de que a relação entre psicólogas/os e assistentes sociais tem nuances diferentes da relação entre psicólogas/os e defensoras/es públicas/os, iremos expor separadamente como cada convívio foi descrito.

Com as/os defensoras e defensores públicos:

A área do Direito e suas/seus profissionais são vistas/os como mais fechadas/os ao contato com outras áreas do saber, como se ficasse em outro mundo, com outras regras e posturas muitas vezes diferentes:

“[...]um desafio maior” (ao comparar com o trabalho com as/os assistentes sociais).

E é uma formação que eu não tinha muito ideia, não tinha antes de entrar aqui, né? Acaba ficando muito fechada, né? Porque são tantas leis, regras e... estudar Direito é como estar num universo paralelo assim (risos), eu penso. É um outro mundo. Então eles acabam um pouco perdendo esta visão social, um pouco da visão das subjetividades... das individualidades. Acho que isso

pela formação dele, né, é diferente. E é difícil eles darem conta de tudo. Eles tem que focar, então eles estão escutando uma história, já estão pensando no processo, em caminhos técnicos ali, jurídicos. Eles estão com este olhar, que é a contribuição deles.

Vemos que a psicóloga destacou seu entendimento de que os operadores do Direito – pelas especificidades da formação – ficariam mais focados nas leis e nas estratégias processuais possíveis para cada caso. No final da frase ela destaca que esta é a contribuição deles. Com isso, segundo esta análise, acabariam deixando outros aspectos de lado, como a faceta subjetiva e a visão social. Interessante este olhar, já que talvez sejam exatamente estes aspectos em que a Psicologia e o Serviço Social possam mais contribuir – o olhar para as subjetividades e outro para a questão social. Ela destaca que as/os defensoras/es não poderiam “dar conta” de todos os aspectos de uma situação e se focariam nestes, muito diferentes do olhar e das preocupações da/o psicóloga/o. Isso por vezes poderia dificultar o trabalho em conjunto, conforme apareceu no discurso abaixo:

O profissional do Direito eu sinto, com a própria formação deles, já... muito um mundo a parte esse universo do Direito. A própria lógica de raciocínio que eles têm que fazer. Sinto um pouco de dificuldade de trabalhar com eles.

Podemos perceber que na narrativa acima a psicóloga revela que sente-se afastada do que ela entende como “universo do Direito”, com suas lógicas e especificidades. Entende que isto já é construído na formação.

Vemos buscas de se construir um trabalho interdisciplinar ou de desenvolver este trabalho em conjunto, como fez este psicólogo:

[...] e trazer junto e dizer que o atendimento é multidisciplinar e que a disciplina dele tá aqui junto com a gente, que a gente não vai fazer o que é dele, da disciplina específica dele. Mas aí existe uma coisa tipo “ah, então, para que que serve o CAM se não é para resolver as coisas?” .

Na fala abaixo, de outra psicóloga, é reforçada esta ideia de diferenças e afastamento, que se daria por falta de comunicação (por prática/costume cultural) ou por autoritarismo (relações de poder¹⁰²).

[...]às vezes eu acho que eles funcionam em outra chave assim...Ou que acreditam tanto naquilo, que...não é que não escutam por mal, por autoritarismo. Alguns sim. Mas alguns, realmente não...não tem esta comunicação eu acho. Mas tem alguns que sim, que atendia...

A falta de escuta às/aos outras/os profissionais, por parte das/os defensoras/es também apareceu na fala abaixo:

Agora os operadores do Direito, quando a gente fala, eles não ouvem. [...] Às vezes você fala uma coisa, aí a coisa ressurge e você tem que falar de novo a mesma coisa [...] os operadores de Direito não necessariamente páram pra escutar aquela proposta.

Nas entrevistas, foi colocado que esta disponibilidade ao diálogo interdisciplinar varia de Defensor/a para Defensor/a, já acontecendo em alguns casos:

De ter que trabalhar junto, ali, na prática, no dia a dia discutir casos... pensar junto. Nem todos conseguem. Nem todos os profissionais de Direito conseguem. [...] Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. [...] Pro Direito, para alguns profissionais é bem difícil, para outros precisa de um esforço... Mas isso já acontece aqui.

As/os entrevistadas/os mostraram incômodo com defensoras/es que não se aproximam de profissionais de outras áreas, tampouco buscam se aproximar de suas práticas

¹⁰² Mais sobre o assunto no tópico 224.

ou conhecer suas técnicas. O psicólogo revela que também não busca aproximação com estas/es:

[...] E me incomoda também... algumas posturas de defensores que... entendem que a gente existe na instituição, mas que não quer saber do que a gente faz, do que a gente deixa de fazer... como se a gente fosse um órgão que não conversasse com o Direito, com os defensores, com as bancas enfim [...] Tipo “eu sei que tem psicólogo e assistente social lá, mas não me interessa o que eles fazem enfim...para conversar”, “deixem que eles façam o que eles quiserem, porque eu já não entendo mesmo daquilo, também não vou questionar”. E fica naquela posição... “fica aí que eu fico aqui e tá tudo certo”, não tem interação nenhuma nesse sentido. [...] Olha, sinceramente, eu também não busco aproximação nenhuma não...(risos)... Eu atendo e gosto de atender e discutir casos com aqueles que estão abertos a fazer isso. E aqueles que não estão a fim eu também não vou lá provocar...buscar e [...] Me incomoda nesse sentido, mas também não me incomoda a ponto de falar “olha, vem cá que eu quero você junto”. Talvez seja uma coisa de “você não quer, eu também não quero e...pronto”.

Identificamos nesta fala uma demanda por reconhecimento da importância da Psicologia para o trabalho na DPESP, por parte das/os psicólogas/os. Querem ser valorizadas/os na instituição.

Outras vezes o contato parece ser superficial, sem que o profissional do Direito tente se aproximar realmente da outra área, das suas análises e intervenções.

É... o que eu não gosto, muitas vezes, é quando os defensores ou enxergam o nosso trabalho limitado, por exemplo como uma fábrica de acordos. [...] E quando o caso não comporta, naquele momento, um acordo, parece que a gente não tá se esforçando pra que o acordo fosse produzido. Isso me incomoda em alguns defensores.

[...] impressão e a expectativa que o CAM tem técnicas “altamente mágicas” de resolver o problema e tá tudo certo. [...] e quando a gente precisa de uma atuação judicial mesmo, que a gente não pode fazer; quem tem que fazer são os profissionais do Direito, a gente sente uma certa resistência.

Como vimos na fala acima, o psicólogo percebe que muitas vezes a relação com os defensores se limita a receber encaminhamentos e pedidos de intervenção, mas sem que haja diálogo e

construção de práticas em conjunto. Quando isso é tentado – buscando-se o contato e articulação – sente-se resistência por parte das/os defensoras/es.

Ao mesmo tempo, foram elencados efeitos da relação de trabalho em equipes multiprofissionais: a incorporação de certos aspectos da outra área e possibilidade de aprendizagem.

A própria visão do Direito a gente incorpora algumas coisas.

Então, do Direito, especificamente, eu acho que entender como é que funciona o sistema de justiça, as leis enfim. O que pode ser feito, legalmente, numa situação, ou não. Isso contribui bastante com a nossa formação. (sobre o que possibilidade de aprender com os outros profissionais da instituição)

Nesses casos, o profissional relatou a aprendizagem sobre o Sistema de Justiça e as leis, que foi possível a partir do trabalho multiprofissional com defensoras/es públicas/os.

Esta psicóloga entende que esta dificuldade em se trabalhar junto, por parte da/o profissional do Direito, pode ter origem na própria formação e na cultura.

Talvez pela formação. [...] Acho que o Direito fica muito fechado... e tem a coisa um pouco desse ranço do... desse mundo jurídico, dessas hierarquias...

[...]Já não tem isso, já não trazem muito isso da formação. De trabalho em equipe... interdisciplinar, não sei... não tô estudando isso, mas eu tenho essa impressão. Não vejo estágio de Direito... numa comunidade, numa reunião de equipe, sabe? Não vejo. Eu vejo estágios de Direito em escritórios, em... instituições de Direito, mas, enfim... no TJ. Não vejo o estagiário de Direito numa comunidade, igual o estágio que eu fiz, que tinha psiquiatra, lá tinha... assistentes sociais, tinha outras disciplinas.

Em Sá (2010, p. 94), também vemos esta constatação de que o trabalho interdisciplinar ainda não está totalmente presente nos currículos – tanto na parte teórica quanto na parte prática – o que nos remete a importância da inclusão do tema nos currículos acadêmicos. Um dado interessante é que na DPESP, apesar das dificuldades apontadas, tem havido um espaço embrionário de trabalho interdisciplinar com as/os profissionais do Direito, desde a

graduação. Isto porque estagiárias/os de Direito desenvolvem estágios na instituição e acabam tendo experiência de trabalho integrado com o CAM, que também contam com estagiárias/os de Psicologia e Serviço Social e vivenciam a experiência de trabalho multiprofissional nesta prática. Passados alguns anos desta atuação, já é possível ter contato com advogadas/os ou mesmo defensoras/es públicas/os, recém-formadas/os, que mostram-se abertos a posturas e diálogo interdisciplinar, muito influenciadas/os pela experiência de estágio que tiveram na Defensoria, durante a graduação, que contou com as/os psicólogas e assistentes sociais da instituição.

Nas entrevistas, já se percebe um esforço e tentativa de mudança em algumas/alguns defensoras/es, mesmo que não tinham experiências anteriores com trabalho interdisciplinar:

[...] defensores se esforçando pra se aproximar. Foi o que eu mais vivi [...] é mais uma disponibilidade nova. “Vou tentar entender” e isso já não vem muito dado.

Percebemos um cuidado com o espaço de cada profissão e suas especificidades são respeitadas, sem que uma área se sobreponha a outra:

[...] se eu tenho alguma dúvida jurídica eu fico de retornar depois.

Apesar das dificuldades e desafios apontados, esta psicóloga entende que, ao se comparar com outros espaços laborais em que há essa interface Psicologia e Direito, a DPESP tem apresentado mais avanços no sentido de aproximação entre as áreas.

Com o Direito a gente tá criando isso aqui. Um... a Defensoria é uma das instituições que tá... trazendo isso mais forte, das instituições do Direito. Mais do que o Judiciário.

Esta postura mais ensimesmada dos operadores do Direito, em relação à articulação com profissionais de outras disciplinas, é vista em outras instituições jurídicas, mas também se apresenta na DPESP, podendo variar de Defensor/a para Defensor/a, conforme estas falas:

No TJ fica separado juiz. Às vezes tem um setor de entrada diferente, bem diferente, banheiro é diferente, tudo é diferente. E aqui alguns defensores tentam reproduzir este modelo. E aí que fica bem difícil de trabalhar... Outros já são mais novos, já vem com uma carga assim “quero ouvir vocês”, “quero aprender com vocês”, “quero dividir com vocês porque eu não sei, eu sou limitado”. Alguns reconhecem isso e se abrem mais. Outros ficam “eu faço o meu, você faz o seu”, não tem tanta troca.

A possibilidade de diálogo ou troca de experiências e perspectivas, fruto do trabalho interdisciplinar também ocorre em alguns casos e em outros não, dependendo da/o Defensor/a:

Acho que isso varia muito de defensor pra defensor. Tem entendimentos... [...]eu tô falando mais pensando até em relatos, dos colegas, que se sentiram tolhidos [...]Do que fazer... como atuar... de como trocar também com os defensores, os defensores com escuta... Vontade de aprender outros não, enfim.

Depende do operador do Direito. Alguns escutam sim...

Também houve relatos de boas experiências nestas relações, permeadas por reconhecimento da importância do trabalho do outro, com diálogo e espaços de discussão, que potencializam a prática profissional, conforme destacamos nas falas abaixo:

É... o que... eu vejo como positivo é que alguns defensores, quase todos, entendem como importante a visão multidisciplinar, além do Direito. Psicologia, Serviço Social e outras áreas.

Eles gostam de... a maioria gosta de discutir casos, de pensar junto. Isso é bem legal. Eu me sinto satisfeito com isso.

[...] agora eu tô lembrando de uma fase que tinha alguns defensores que eram muito interessantes nesse sentido de que havia uma comunicação. [...] Era bem legal, viu, estes que eram legais. Tô lembrando de um defensor que, aliás, eu aprendi várias coisas com ele.

[...] alguns defensores, especialmente do juri, de um modo geral, eles tinham mais este movimento de vir conversar sobre o caso com a gente. Então traz o processo, vem conversar, vem pensar junto, é...daí deixa o processo, a gente estuda, a gente dá um retorno, pra pensar junto qual a atuação possível.

Com as/os assistentes sociais:

Segundo os relatos, no âmbito da DPESP se construiu uma relação muito próxima entre as/os psicólogas/os e assistentes sociais, conforme veremos nos trechos abaixo:

[...] Serviço Social e Psicologia já costumam ser duplas, né, em muitos lugares. Psicólogo e assistente social já tem um trabalho... conjunto, já histórico já. Estabelecido.

Eu acho que o psicólogo ali...não sei se não só o psicólogo, o assistente social também, né?que é uma dupla de verdade, também oferece uma escuta, que tem as suas especificidades...

Na fala abaixo entende-se que esta aproximação se dá, em grande parte, devido a projetos profissionais compartilhados, tais como o tipo de atendimento. Ao mesmo tempo, a profissional entende que os olhares e entendimentos das duas ciências são diferentes e, por isso, se complementam e se enriquecem.

Acho que dialoga muito com o que é do Serviço Social. Considerando um modelo de... de atendimento. Acho que tem uma compreensão que é outra. É...acho que, nos casos que a gente atende, acho que a Psicologia... tem um olhar...para o não dito, para o subjetivo, né que, é...como isso se relaciona com o social. Mas eu acho que, no ambiente que a gente trabalha, e nos casos que chegam na criminal, eu acho que o diálogo é muito essencial. Acho que é muito complementar. Muito... das questões do Serviço Social, das questões que... atravessam, de alguma maneira, é... as compreensões mais “psis”.

Muitas vezes essa aproximação entre as/os psicólogas/os e assistentes sociais se ilustrou de tal forma, ao longo das entrevistas, que aparentava um certo esforço às entrevistadas refletir sobre a prática das/os psicólogas/os da DPESP – objeto desta pesquisa, sobre o qual as/os entrevistados foram informadas/os – sem se fazer referência às/aos assistentes sociais.

[...] é difícil falar de psicólogos e não falar de Serviço Social.

O trabalho em conjunto, com práticas horizontais e colaborativas, parece ocasionar encontros férteis de ricas experiências de aprendizagens mútuas, o que fortalece o trabalho, tal como destacamos nas passagens a seguir:

[...] é uma atuação muito... conjunta, né? A visão social que o Serviço Social traz, que a gente trabalhando com assistentes sociais a gente aprende também. A gente incorpora, junto na nossa prática.

[...] é o que potencializa o meu trabalho. O trabalho com o Serviço Social também assim.

[...] trabalhar com o assistente social, nesse sentido, é enriquecedor.

Este psicólogo elencou algumas temáticas, tais como a organização política/ social e as políticas públicas, das quais teria se aproximado graças à convivência com as assistentes sociais com as quais já trabalhou ou trabalha:

Com os assistentes sociais, de entender mesmo essa questão tanto da organização política, social, das questões coletivas, dos movimentos sociais, quanto na perspectiva dos... dos direitos, né? Especialmente os direitos sociais, as políticas de assistência social, as políticas de habitação enfim. Que nós temos, psicólogos, muito pouco na nossa formação e que os colegas assistentes sociais tem muito mais. E aí eles tem muito mais propriedade para contribuir conosco neste sentido.

Mas tanto é que a gente trabalhando junto a gente também vai aprendendo um com o outro.

Foram identificadas mais semelhanças com esta área do saber, tais como a linguagem, as posturas e visões de mundo, conforme grifamos nos discursos abaixo:

Com o Serviço Social eu acho que a gente tem uma... mais pontos em comum, uma linguagem mais comum...

É ótima. A gente aprende um monte de coisa. A gente tem compartilha algumas coisas também...outros pontos de vista também. Então eu acho que tem algo que é comum.

Na fala a seguinte, há a leitura de que o trabalho interdisciplinar entre psicólogas/os e as/os assistentes sociais já seria algo trabalhado e fomentado desde a graduação, o que tornaria este encontro mais “óbvio”.

Eu acho que, pra Psicologia e pro Serviço Social tem uma abertura maior. Acho mesmo, assim. Vejo que é mais fácil, mais óbvio, sabe? Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. Acho que a gente já faz isso muito naturalmente.

Talvez pela formação. A formação do Serviço Social deve ser... mais ampla, mais interdisciplinar.

Por fim destacamos esta fala, que apareceu durante as entrevistas:

Pesquisadora: Quando você fala de colegas, você está falando de quem?

Psicóloga/ entrevistada: Psicólogos e assistentes sociais.

Essa proximidade e complementaridade entre as/os profissionais de Psicologia e Serviço Social, além do rico trabalho interdisciplinar construído em decorrência dessa

aproximação, tem sido recorrente também em outros campos de trabalho e políticas públicas, tais como na Assistência Social e na Saúde. As duas áreas se encontram profundamente vinculadas uma vez que as desigualdades e os processos de exclusão oriundos das condições de organização e reprodução da vida material são constituintes dos processos de produção de subjetividades assujeitadas e/ou livres as quais, por sua vez, constituem a lógica de (re)produção do próprio sistema, seja conformando-se e/ou resistindo a ele, na perspectiva de manutenção do instituído e/ou da produção de movimentos e forças instituintes (EIDELWEIN, 2007, p.311) .

No caso da Defensoria Pública de São Paulo, algumas características do histórico da inserção destas/es profissionais na instituição parecem ter reforçado e estimulado esta parceria. A primeira característica é que estes profissionais entraram ao mesmo tempo na instituição, como vimos nos primeiros capítulos (5.3). Este histórico é bem diferente se comparamos com a inserção das/os psicólogas/os e assistentes sociais que atuam nos Tribunais de Justiça, por exemplo, já que neste órgão as/os psicólogas/os começaram a ser contratadas/os no início da década de 80, ao passo que as/os profissionais do Serviço Social já atuavam nesta instituição desde 1949 (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2011). Provável reflexo deste fato é a organização mais segmentada do trabalho entre as duas áreas, até hoje, ilustrada, por exemplo, na existência de setores específicos “de Psicologia” e outro “de Serviço Social” – ou algo do tipo – em muitos Fóruns. Já na DPESP, como vimos no Capítulo introdutório deste trabalho, psicólogas/os e assistentes sociais entraram juntas/os na instituição, foram – em sua maioria – lotadas/os em duplas (psicóloga/o e assistente social) e em um mesmo setor, o CAM, no qual passaram a construir cotidianamente e coletivamente suas práticas. Além disso, foram inseridas/os em espaços institucionais de reunião ou de capacitação, também conjuntamente.

H) O papel do CAM (Centro de Atendimento Multidisciplinar)

Ao longo das entrevistas, percebemos nos discursos algumas considerações relevantes a respeito de qual seria o papel dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs), algumas das quais procuraremos destacar aqui.

Possibilitar olhares mais ampliados sobre as demandas que chegam a DPESP

Como vimos no item anterior, o trabalho multiprofissional potencializa o trabalho da DPESP, lançando ao objeto de intervenção ou demanda instucional vários olhares que se complementam. O CAM teria, assim, o papel de ir além da demanda jurídica trazida, trazendo uma escuta para outros elementos:

Mas quando vem, então, uma pessoa... procurar o Núcleo, ela então pedia uma referência numa temática específica. Então ela já vem com uma demanda, já vem com muita angústia e você faz esse primeiro acolhimento, essa primeira escuta pra além da dúvida jurídica, lógico. [...] Mas eu consigo escutar muito mais. Acho que essa escuta ampliada, que o psicólogo – o Serviço Social também – mas Psicologia também traz pra Defensoria.

Eu acho que o psicólogo ali...não sei se não só o psicólogo, o assistente social também, né?que é uma dupla de verdade, também oferece uma escuta, que tem as suas especificidades...mas eu acredito que o CAM, ali, enquanto espaço de escuta, ofereceu essa possibilidade dela trazer a história dela e de se apropriar também, um pouquinho mais dessa história, ao contar e ter alguém pra ouvir.

As psicólogas/os e assistentes sociais dos CAMs estariam , no contexto do sistema de justiça, mais focados em outros aspectos – emocionais, subjetivos e sociais – ao passo que as/os operadores do Direito acabam se direcionando mais a aspectos processuais ou legais, por exemplo, os quais são igualmente fundamentais. Assim, com as várias contribuições, o atendimento seria ainda mais qualificado.

Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito. Eu acho que a gente tem um pouco dessa função...é...de olhar com uma pouco mais de calma pra algumas coisas, descolar só da função processual. Eu acho que...você pensar em qualificar o atendimento público...é...na área do Direito, acho que também passa aí por uma garantia de direitos, né, desse direito de acesso à justiça, de... de poder cuidar um pouco disso, de poder dar um

olhar...diferenciado do olhar do Direito, que se complementa muito nos casos que são atendidos.

O CAM também foi relacionado, pelas/os entrevistadas/os à possibilidade de inovação e mudança a ser incorporada às instituições jurídicas, propondo novas estratégias de resolução às questões, conforme vemos abaixo:

A finalidade do trabalho é trazer uma coisa nova pra esse meio jurídico que é tão engessado. [...] Acho que não é um lugar muito de reflexão, de uma reflexão mais ampla. Acho que, dentro da área deles, tem uma reflexão gigante, enfim. Mas acho que é trazer um olhar novo.

Situações que estão pra além do que o Direito pode resolver sozinho. Seja dessa ajuda de compreensão, que é uma demanda tão complexa que às vezes, pro Direito...isso muito, né? De situações complexas que a lei até tem algumas soluções, mas que não vão ajudar aquela pessoa. Às vezes até prejudica. E outros casos de que...que...até eles entendem a demanda, entendem o caso, e precisam de outros meios, seja de solução extrajudicial ou um jeito de conversar com todos os envolvidos naquela história. Seja de acessar políticas, acessar rede de uma maneira mais apropriada que o, às vezes que o Defensor pode acessar...

o CAM era a semente subversiva na Defensoria” e a “Defensoria é a semente subversiva na Justiça.

Na passagem abaixo, a psicóloga utilizou uma interessante metáfora para explicar a contribuição diferenciada do olhar da Psicologia no sistema de justiça, que partiria de uma lógica diferente do Direito e de suas/seus operadores. Vejamos:

[...]Que...o meio jurídico, ele...promotor, defensor, eles vão...pra briga do juri mostrando dois pólos opostos. [...] Um vai entregar o preto, outro vai entregar o branco e o lugar do psicólogo é mostrar quantos tons de cinza pode ter entre estes dois pólos. Então acho que é o de ampliar aí uma compreensão sobre os casos.

Acolhimento para as subjetividades, fomento à autonomia e voluntariedade das pessoas

As psicólogas/os entendem que nos CAMs, devido as especificidades das ciências envolvidas e o foco do trabalho, acaba se privilegiando práticas voltadas à autonomia e voluntariedade das pessoas, favorecendo espaços para suas subjetividades, o que muitas vezes não é priorizado nas instituições jurídicas.

Acho que o primeiro movimento é entender como a pessoa que a gente tá atendendo compreende aquele contexto, e o encaminhamento pro CAM, e ver se cabe este trabalho com ela. Porque lá ela está compulsoriamente. Não necessariamente o acompanhamento pelo CAM vai ser compulsório também. Então acho que é de... acho que tem aí um trabalho anterior de entender se faz sentido levar este encaminhamento adiante ou não...

Na fala desta psicóloga vemos a preocupação que a prática ou mesmo o atendimento por parte do CAM faça sentido para a pessoa atendida, preservando sua voluntariedade e escolha. Tal perspectiva de trabalho mostra-se comprometido com a autonomia e fortalecimento da escolha da usuária/o. Diferente da escolha de estar sendo acompanhada no processo judicial criminal, como é o caso, o qual ela não pode escolher responder ou não. Na fala abaixo também vemos esta preocupação, destacada nos grifos:

O nosso papel é, se fizer sentido pra pessoa, se ela aceitar estar ali com a gente, é...conversar sobre isso, pensar outras possibilidades ou apresentar outras possibilidades [...]Então, se tiver espaço, trabalhar mais num processo reflexivo do que, efetivamente, num convencimento.

Já na fala abaixo, vemos que o CAM é relacionado a outras possibilidades de intervenção no caso, esgotadas ou não as intervenções judiciais, que muitas vezes não satisfazem as pessoas acompanhadas em processos judiciais.

Mas a maioria dos que chegaram pro CAM...não tiveram uma solução judicial que tenha resolvido a vida das pessoas. Tem uma grande insatisfação.

Esclarecer as orientações jurídicas fornecidas pelas/os defensoras/es

Também houve referência às equipes dos CAMs como incremento aos atendimentos realizados pelas defensoras/es, já que muitas vezes as psicólogas/os facilitam a comunicação das/os as/os usuárias/os com as/os defensoras/es.

Algumas informações...que não eram, assimiladas com tanta facilidade pelo usuário...é...mas que era dado daquela maneira, era aquilo que ele ia fazer, ele não ia tentar organizar melhor essa informação...enfim, ele ia dar daquele jeito mesmo. O que às vezes gerava um prejuízo e entrava a gente, pra fazer aí um meio de campo, pra facilitar a compreensão dessa informação jurídica. (sobre atendimento a pessoas com transtorno mental, em conjunto com defensoras/es)

Esta psicóloga aponta o processo histórico, com a participação de várias pessoas e grupos que foram dando sentido e reconhecendo à importância das equipes multiprofissionais na DPESP:

Eu acho que foi – conhecendo a história da instituição – eu penso que teve a ver com a pressão dos movimentos sociais¹⁰³ que exigiram a implantação da Defensoria tinham essa visão de que era importante uma atuação interdisciplinar. Os movimentos pediram isso e os Conselhos de Psicologia e o CRESS¹⁰⁴ participaram dessa luta e eu acho que...colocaram a importância disso e eu acho que os procuradores lá da PAJ¹⁰⁵, que lutaram também, que conheciam esta demanda, os que se identificavam com esta questão, também entendiam a complexidade dos problemas e pensaram nisso, mas...isso forma uma parte...da...das pessoas mesmo que...fizeram com que fosse possível ter este atendimento interdisciplinar. Mas eu acho que muita gente entrou para a instituição e não vê muito sentido, ainda que tenha o discurso institucional de que o CAM é importante, “Ah, o CAM resolve os problemas mais difíceis”.

¹⁰³ A entrevistada se refere ao Movimento pela criação da Defensoria Pública paulista. Vide Introdução.

¹⁰⁴ CRESS: Conselho Regional de Serviço Social.

¹⁰⁵ PAJ: Procuradoria de Assistência Judiciária. Vide capítulo 5.

Apesar disso, como vimos, ela ressalta que este entendimento não é unanimidade na instituição.

I) Aspectos favoráveis à atuação

Neste tópico procuraremos elencar alguns aspectos que parecem favorecer o desenvolvimento do trabalho destas/es profissionais, e consequentemente melhorar a qualidade do atendimento prestado à população, com base no que avaliamos de seus discursos.

O trabalho em equipe interdisciplinar

Percebemos que as/os profissionais consideram que o trabalho em equipe, principalmente o interdisciplinar, torna-se mais frutífero e enriquecedor tanto para o acolhimento e enfrentamento das demandas quanto para a capacitação técnica. Por interdisciplinar, entendemos uma “vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementaridade entre as várias disciplinas” (Severino, 2010, p.11). Posturas interdisciplinares e abertas ao diálogo, por parte das/os outras/os profissionais foram elencadas como positivas, ocasionando construções coletivas. Sugere-se que o trabalho em equipe com relações mais horizontais, onde não ocorre, também seria mais fecundo.

[...] trabalhar com o assistente social, nesse sentido, é enriquecedor.

Acho que dialoga muito com o que é do Serviço Social. Considerando um modelo de... de atendimento. [...] eu acho que o diálogo é muito essencial. Acho que é muito complementar. Muito... das questões do Serviço Social, das questões que... atravessam, de alguma maneira, é... as compreensões mais “psis”.

Na fala abaixo, vemos que a psicóloga considera que o local onde identificou a postura interdisciplinar é o setor em que ela também verificou mais espaço para desenvolver seu trabalho.

[...] entendo que na regional, o lugar em que a gente tem mais espaço de trabalho é o juri, por quê... Porque é o lugar em que a gente consegue mais... acho que trazer mais a questão interdisciplinar de discutir caso, de trabalhar junto, de...de pensar o caso junto, de fazer visita, né, domiciliar de equipe mesmo. Então, a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, todo mundo tá envolvido na construção dessa defesa, dessa compreensão de um determinado caso.

Neste outro discurso, apesar do psicólogo se referir à prática como “multidisciplinar”¹⁰⁶, vê-se a experiência de um trabalho articulado e integrado com a assistente social, no qual, inclusive, não há o que ele chama de “divisão limitadora” das temáticas ou áreas de atuação, descrição esta que parece se aproximar da ideia de transdisciplinaridade, nível mais alto de inter-relação (SÁ, 2010, p. 77), na qual as fronteiras não são claras.

[...] acho que é interessante. É... é a minha segunda experiência de trabalho multidisciplinar, especificamente com profissional do Serviço Social. E nas duas experiências, eu percebi que não fica muito limitado essa questão “olha...essa discussão ou essa temática quem discute ou quem pode discutir sou eu, porque isso é da minha profissão”; “aquela temática é da sua profissão, então você é quem pode discutir”. Eu não percebo essa divisão... limitadora das discussões. Acho que as discussões acontecem, de todos os temas e o que difere é a formação e o olhar do profissional. E aí é legal que enriquece a discussão, sem essa coisa de “se sentir dono daquela temática.

Espaços de reunião de equipe ou de capacitação

Nas falas das/os psicólogas/os foi ressaltada a importância de espaços institucionais para discussões de casos, fluxos, práticas ou mesmo de capacitações teóricas, tanto através

¹⁰⁶ Vide diferenciação dos termos apresentada na p. 27.

de reuniões de equipe quanto através de eventos, cursos e palestras que tem sido organizadas.

[...] caminho das discussões que a gente... tem, não digo que cotidianamente, porque a gente não está junto com os outros colegas... Mas que a gente teve em vários momentos da caminhada, né? Principalmente quando a gente tinha... as formações a cada bimestre, numa atividade de formação... promovida pela EDEPE¹⁰⁷ e tal... e aí a gente conseguia, eu conseguia... me apropriar um pouco da discussão que os outros colegas estavam fazendo, sobre a Psicologia jurídica e sobre a Psicologia jurídica, especificamente, no contexto da Defensoria Pública.

Notamos que, ao mesmo tempo que as/os entrevistadas/os reconheceram a ocorrência e importância desses espaços na DPESP, queixam-se de que deveriam acontecer de maneira mais organizada ou serem mais recorrentes.

Reunião de equipe, discutir os casos em grupo...durante um atendimento ou outro, sempre tinha alguém ali pra conversar. Eu acho que...só que eu achava bem precário. Não tinha um espaço institucionalizado: vamos sentar para discutir casos.

[...] às vezes a gente fica acho que tão... engolido pelo dia a dia, que falta um momento de você olhar para a sua prática. Esses momentos proporcionam isso, de alguma maneira. Você olhar para o que você está fazendo, para o que você construiu... por que caminho você está seguindo, como você pode contribuir...de trazer isso um pouco mais...(sobre os espaços de reflexão).

Abertura institucional para espaço de construção, criatividade e proatividade por parte de suas/seus técnicas/os

As entrevistadas e o entrevistado deram indícios de que identificam elementos, no seu cotidiano profissional, que lhe possibilitam a construção de práticas criativas e inventivas para lidar com as demandas de seu cotidiano.

¹⁰⁷ EDEPE: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que organiza cursos de capacitação e formação para o público interno e externo da instituição.

Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo. [...] é muita responsabilidade... mas é muito positivo.

E, ao mesmo tempo que te gera uma angústia, é bacana. Porque você vai conseguir formatar alguma coisa com a sua cara. Você vai com o seu jeito, do jeito que você acha que aquilo pode ser...pode trazer mais benefícios pra instituição que você tá trabalhando, você pode criar, você pode ser mais criativo.

Desta forma, sentem-se mais motivados e suas ideias, consideradas. Na fala abaixo há a percepção do reconhecimento da importância do trabalho multidisciplinar por parte de defensores, visto como elemento positivo:

[...] o que... eu vejo como positivo é que alguns defensores, quase todos, entendem como importante a visão multidisciplinar, além do Direito. Psicologia, Serviço Social e outras áreas.

Essa sensação de poder produzir ou provocar mudanças em algo, profissionalmente, aspecto que consideramos importante para o desenvolvimento da prática, também apareceu nesta fala:

Então, acho que essa desburocratização do Judiciário e trazer, buscar outras soluções para os problemas que as pessoas vivem. E eu acho que o psicólogo pode contribuir nisso.[...] É...dá ânimo! (risos). É...acho que é, assim, o que alimenta, pensar “Nossa, pode ser diferente”.

Esta possibilidade de construção, de criação e relativa liberdade para o desenvolvimento de práticas laborais foi o oposto do que Dejours (1988) encontrou estudando dinâmicas de sofrimento mental vinculadas à organização do trabalho. Ele verificou que no mundo contemporâneo, para a maioria dos trabalhadores, o trabalho passou a significar mais um

dever ou uma simples condição de sobrevivência do que uma questão de realização. Para ele, a criatividade confere sentido porque ela traz, em contrapartida ao sofrimento, reconhecimento e identidade. Assim, quando o reconhecimento não ocorre, tem-se o sofrimento, a desestabilização da personalidade e até mesmo pode levar à doença mental (DEJOURS, 1991, p. 4).

O termo reconhecimento também apareceu no seguinte discurso:

[...] quando reconhece o seu trabalho, quando valoriza até publicamente [...] quando alguém reconhece o seu esforço, o seu trabalho. Que está te enxergando ali, enxergando seu esforço, sua... vontade de trabalhar... então acho que, pra mim, esse é um bom momento[...] sensibilidade, de perceber “poxa, é uma pessoa que tá aqui, tá trabalhando comigo, tá se esforçando, tá... tentando pensar além, tentando somar” [...] o reconhecimento faz diferença. [...] Reconhecimento é isso. Você olha e você vê que está fazendo fala aqui.

Importante deixar claro que com isso não estamos aqui negando a existência de relações de força, entraves ou momentos em que este reconhecimento e abertura não ocorram (e isso será observado e analisado nos próximos tópicos). Claro que, em se tratando de instituição, a liberdade e abertura às/aos suas/seus profissionais é limitada e permeada por resistências (GUIRADO, 2012). O que procuramos abordar é a importância deste aspecto, identificado como positivo e frutífero, para o desenvolvimento desta atuação, e que deve, portanto, ser sempre alvo de investigação e análise.

A identificação dos profissionais com os objetivos gerais e missão da DPESP

Outro elemento identificado nas falas e que consideramos aspecto favorável à atuação, é o fato das/os profissionais se identificarem com os objetivos gerais e missões da

instituição, quais sejam a garantia de acesso à justiça à população mais pobre e vulnerável¹⁰⁸. Isso traz satisfação ao psicólogo, como podemos ver:

Olha, eu gosto de trabalhar na Defensoria. Me identifico bastante com o trabalho. [...] é algo que me agrada.[...] Confortável no sentido de... entender que o trabalho é benéfico para as pessoas. Nesse sentido. Talvez de uma satisfação.

Esta psicóloga mostra sua compreensão de que tem colegas de trabalho competentes, o que também pode ser um elemento que potencialize a atuação.

Muitos profissionais excelentes aqui.

Este psicólogo destacou alguns aspectos da atuação extrajudicial, que pode ser desenvolvida na DPESP em ações de composição extrajudicial de conflitos ou articulação com a rede de serviços (vide tópico “E – Atividades desenvolvidas”, p. 97), que, segundo sua análise, podem ter aspectos positivos como a não necessidade de se passar pelo contexto judiciário, por vezes tão rígido, facilitando o alcance a benefícios para a pessoa atendida e, consequentemente, um retorno ao profissional a respeito dos frutos de seu trabalho.

[...] atuação extrajudicial. Que a gente não depende da regra processual em si, como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.[...] A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.[...] acho que tem a ver um pouco com isso mesmo. De ver algum resultado no trabalho assim. [...] E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

A possibilidade de se trabalhar com várias frentes de atuação

¹⁰⁸ Descrição sobre os objetivos e ideais da DPESP no Capítulo Introdutório deste trabalho.

Como vimos no item “E” (p. 97), as/os psicólogas/os da DPESP tem certa liberdade para desenvolver sua atuação em várias frentes. Entendemos que este pode ser um aspecto positivo deste campo, conforme a fala abaixo, na qual o profissional da DPESP compara seu espaço laboral com a atuação de psicólogas/os do Tribunal de Justiça:

[...] o que diferencia, mais nitidamente, é a... a demanda institucional. Enquanto a gente tem várias frentes de trabalho, que a gente pode atuar, com resultados diferentes, eles quase sempre tem uma única frente de trabalho que é a avaliação psicológica. E aí eles têm que atender a demanda institucional do TJ, a produção de laudos, enfim, a avaliação de casais para a adoção... este tipo de atendimento, que limita o trabalho.

Nesse entendimento, a amplitude de linhas de atuação enriquece o trabalho.

A questão do tempo para desenvolvimento de seu trabalho

Essa psicóloga destacou que o tempo pode ser potencializador das atividades e ações realizadas pelos profissionais da Psicologia, dada suas especificidades. Fala sobre a importância em se ter um tempo razoável para desenvolver seu trabalho, seja com as/os usuárias/os ou em outras intervenções.

O juri, eu acho que é um lugar mais interessante neste sentido porque você tem tempo de trabalhar. Você tem tempo de...tentar entender estes tons de cinza, de apresentar estes tons de cinza, de discutir isso tudo, com os defensores que estão atuando na defesa dos réus neste caso...pra daí poder levar isso pro processo continuamente. Então acho que, em alguns espaços, essa contribuição da Psicologia é muito mais ...recebida do que em outros.

Desta forma, ela analisa que em alguns setores da DPESP o trabalho da/o psicóloga/o não tem tantas limitações temporais e que, assim, pode aprofundar técnicas, espaços de atendimento, reflexão ou acompanhamento às pessoas atendidas, além de tempo para que a psicóloga

desenvolva seus estudos e análises com mais acuidade¹⁰⁹. Porém, quando este tempo não é entendido como suficiente para o desenvolvimento adequado do trabalho, torna-se um entrave para a atuação, conforme veremos mais à frente.

A consolidação do trabalho e o conhecimento por parte das/os outras/os profissionais da instituição

Passados os primeiros anos de início deste trabalho, com a maior divulgação e clareza sobre as atribuições e possibilidades de ação – tanto para as/os profissionais do CAM quanto para as/os outras servidoras/es da DPESP – parece que a atuação começa a se consolidar e estabilizar, o que parece trazer mais segurança e tranquilidade às/aos profissionais, podendo potencializar o trabalho.

Acho que hoje, com o trabalho com uma cara...é... o trabalho já tem uma cara, a gente já é conhecido por uma quantidade maior de defensores...é...uma relação, com a coordenação CAM¹¹⁰ que, que ajude a bancar alguns posicionamentos que a gente, que a gente tome, né? Consiga legitimar, de alguma maneira, aquilo que a gente, dentro do nosso conhecimento técnico, tá...colocando.[...] E acho que hoje isso, existe essa força um pouco mais. Isso...faz o trabalho mais gostoso.

Esse possível aspecto favorável aparece também neste trecho, alinhado à expansão do número de profissionais nos CAMs:

[...] agora a gente sabe onde que a gente pode atuar e a gente começa a ter uma equipe pra poder ir, pra poder sair e se lançar para essas... pra isso tudo que a gente enxerga como possibilidade de atuação.

¹⁰⁹ Como nem sempre o “tempo”, das instituições jurídicas, para o desenvolvimento das atividades é considerado satisfatório por parte das/os psicólogas, voltaremos ao tema no tópico “Desafios”.

¹¹⁰ A coordenação dos CAMs é realizada por uma/um Defensora/r Pública/o, nomeado pelo Defensor Público Geral para exercer tal função. Vide Deliberação 187/2010, que “Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar”, artigo 4º, disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (consulta em 30/11/2014).

J) O que desperta mais interesse a estas/es profissionais

Durante a análise das entrevistas, verificamos que dentre as várias atribuições e possibilidades de atuação deste campo, algumas atividades ou especificidades destas atividades despertam mais interesse às/aos entrevistadas/os, tais como: o trabalho intersetorial, o trabalho interdisciplinar, o público atendido, a missão institucional, a possibilidade de serem desenvolvidas intervenções coletivas, o fato da DPESP ser uma instituição mais nova e – supostamente – mais aberta à proatividade de seus profissionais. Elencamos alguns destes fatores e o modo como apareceram nas entrevistas.

Foi manifestada satisfação com o trabalho intersetorial que tem sido feito, já que a interlocução e integração com os outros serviços públicos acaba sendo recorrente no dia a dia das equipes e que considerado elemento de fortalecimento do trabalho:

[...] meu trabalho é muito de rede. Esse trabalho de rede é o que potencializa o meu trabalho.

Intervenções e atuações coletivas, que aparecem aqui como terreno fértil para atuação:

[...] atuação coletiva. [...] Isso eu acho que dá pra fazer mais. Dá pra gente... a Psicologia pode contribuir muito ainda na formação de políticas públicas, na efetivação...nas propostas.

Para esta/e psicóloga/o, o que chama atenção e desperta interesse no trabalho desenvolvido é o público a que se destina:

[...] eu fui me envolvendo [...] Eu queria... de alguma forma, trabalhar com essas pessoas, ajudar de alguma forma...

[...] quando eu comecei a estudar para o concurso da Defensoria me pegou, assim, na alma, essa missão de trabalhar com essa população. Era algo que eu já vinha da faculdade, trabalhar com essa população. Eu falei: “é isso. Nossa, existe!”. “Eu posso ganhar dinheiro, me sustentar com isso!”. Sabe, pra mim foi um achado.

Na fala abaixo o psicólogo mostra identificação em trabalhar com esta população e com a perspectiva de promover-lhes processos de reflexão.

Principalmente no sentido de poder propiciar alguma forma de reflexão...para as pessoas que são pobres. Provocar um pouco de reflexão e atuar para garantir direitos das pessoas é algo que me agrada [...]poder com o meu trabalho oferecer algo que as pessoas não teriam acesso.[...] por conta dessa identificação mesmo dessas pessoas que não tem acesso eu acho que eu me sinto mais confortável de trabalhar com esse público do que se fosse um outro público. Porque eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro consegue também acesso a profissionais de Psicologia; em outros contextos talvez, mas conseguem acesso. O que não acontece com o nosso público.

Já neste caso, é apontado interesse em razão das funções institucionais do órgão:

[...] a missão da Defensoria, enfim, pra que ela veio, é algo que eu faria um trabalho voluntário. Faria um trabalho sem ganhar pelo objetivo em si.

Ou mesmo a sensação de estar sendo útil é que parece interessar:

Sinto que estou sendo útil... pra sociedade.

Esta psicóloga revelou que algo que a atrai é o fato da DPESP ser uma instituição nova, vinculando essa característica institucional a ter mais abertura para ser criativa e construtiva em seu trabalho.

[...] outra coisa que me atraiu bastante por ser uma instituição nova. O Judiciário é uma instituição bem antiga, então tudo muito cristalizado, muito difícil de mudar...pra você conseguir alguma coisa era um esforço enorme.

Esse fator lhe traz a sensação de estar formulando ativamente seu trabalho, junto com as/os colegas. Inclusive ela entende que compartilha este sentimento com os outros profissionais da instituição, o que lhes trariam uma maior motivação.

[...] essa possibilidade de... de estar mais viva assim. De não estar tão cristalizada, de estar[...] Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo.

Quanto a diversidade de atuações possíveis neste contexto, apresentadas nos tópicos anteriores, os profissionais apontaram certas preferências, como veremos a seguir.

Na atuação extrajudicial, tais como a Composição Extrajudicial de Conflitos e Educação em Direitos:

[...] eu talvez escolheria a questão da composição extrajudicial de conflitos, que eu gosto de fazer. E educação em direitos, que eu gosto de fazer também.

[...] na atuação extrajudicial. Que a gente não depende da regra processual em si, como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.[...] A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.[...] eu acho que tem a ver um pouco com isso mesmo. De ver algum resultado no trabalho assim. [...]. E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

Esta psicóloga também mostra interesse em fortalecer práticas de diálogo e resolução de conflitos de forma extrajudicial, sem perder o foco na população atendida:

[...] eu acho que continuar uma prática que faça sentido pra população e que... as próprias pessoas percebam que...que é através do diálogo que elas vão resolver seus problemas.

[...] o Judiciário é...sustentar uma máquina burocrática gigante. Um monstro burocrático (risos)...que a gente alimenta e faz com que várias pessoas vivam ali, no sentido, na sua vida, mas ...que de fato... é, mas de fato regula. É que às vezes a gente até esquece que é importante ter a lei para recorrer. Tem casos que precisa mesmo. É que a maioria parece que não. [...] Porque o que que é a justiça, o Judiciário. É a institucionalização de um lugar de poder que pode dizer o que é certo e o que é errado, né? Então, uma sociedade que pudesse, através do diálogo, chegar às regras entre certo e errado e poder conversar sobre isso, ser flexível quanto a isso e pensar nos caso a caso, não precisaria investir tanto dinheiro, para criar um lugar de poder pra alguém que pode dizer o que é certo e o que é errado.

Já esta psicóloga aponta a área processual e defesa técnica específica da área como experiência importante:

Acho que é uma experiência rica, interessante... de... de atuar com alguma coisa que eu acredito assim. Eu acho que...né, de tentar facilitar com que essas defesas sejam mais qualificadas possível. Que a gente possa aí esgotar algumas possibilidades, pelo menos em algumas áreas... que isso possa ser oferecido para uma população que não, que não tem acesso, via de regra, a uma atuação mais ampla, que extrapole, ali, a questão da lei, do... do olhar do Direito.

K) Indícios sobre como estas/es profissionais estão se sentindo

De modo geral, as/os psicólogas/os mostraram-se satisfeitos atualmente com o trabalho. O descontentamento apareceu menos nas falas. Vimos esta satisfação expressada, considerando que as/os profissionais têm percebido um retorno positivo do seu trabalho ou têm encontrado sentido/função em sua atuação:

Sinto que estou sendo útil... pra sociedade.

Eu acho que, às vezes, aquilo fez muita diferença. [...] Eu sinto que, às vezes, não sempre, eu consigo fazer diferença pra melhor.

Confortável no sentido de... entender que o trabalho é benéfico para as pessoas. Nesse sentido. Talvez de uma satisfação.

Já nestas falas, identificamos uma satisfação, vinculada ao campo de trabalho e a população alvo atendida neste contexto, o que também apareceu nos trechos abaixo:

Olha, eu gosto de trabalhar na Defensoria. Me identifico bastante com o trabalho. [...] Provocar um pouco de reflexão e atuar para garantir direitos das pessoas é algo que me agrada.

[...] por conta dessa identificação mesmo dessas pessoas que não tem acesso eu acho que eu me sinto mais confortável de trabalhar com esse público do que se fosse um outro público.

[...] a questão da composição extrajudicial de conflitos, que eu gosto de fazer. E educação em direitos, que eu gosto de fazer também.

Acho que é uma experiência rica, interessante... de... de atuar com alguma coisa que eu acredito assim.

Eu me sinto trabalhando com algo que eu acredito.

Neste outro caso, a avaliação positiva está relacionada ao rico trabalho integrado que vem sendo desenvolvido com assistentes sociais e/ou defensoras/es, quando isto ocorre:

[...] acho que é interessante. É... é a minha segunda experiência de trabalho multidisciplinar, especificamente com profissional do Serviço Social. [...] E aí é legal que enriquece a discussão.

Eles gostam de... a maioria gosta de discutir casos, de pensar junto. Isso é bem legal. Eu me sinto satisfeito com isso.

Também há avaliações positivas relacionadas a certas características e condições do trabalho, tais como o público alvo da instituição, a ocorrência de cursos de capacitação e o espaço para a criação e construção de práticas, já referido em outro tópico:

De trabalhar... em prol das pessoas hipossuficientes.... [...] e não queria trabalhar sozinha também. [...]E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais... você não acha?

[...] Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo. [...] é muita responsabilidade... mas é muito positivo. Eu acho que faz sentido[...] A gente pode trabalhar pra ampliar, pra ampliar esses serviços, ampliar esses acessos... E aí você pode ir fazendo propostas e... contribuindo bem mais do que ficar só “enxugando gelo”. Não que eu não sinta. Às vezes aqui eu também sinto que estou só “enxugando gelo”.

Em relação a conquista de espaço e reconhecimento do trabalho dentro da instituição, foram relatadas percepções positivas de avanços e construções desenvolvidas, apesar do cansaço averiguado nas equipes:

Então tá todo mundo muito esgotado [...] mas a gente tá avancando... bem mais lentamente do que eu gostaria, mas acho que a gente tá nessa busca.

Melhorou! Acho que melhorou “muuuuito”.

[...]sensação mais de tranquilidade, né? Um terreno menos desconhecido.

Na fala abaixo a psicóloga mostra que a satisfação é relativa a um período e que anteriormente estava mais insatisfeita:

[...]Eu acho que eu tô num momento de estar mais satisfeita. Talvez se você me perguntasse a seis meses atras eu ia te responder categoricamente que “não”, que não tava satisfeita com a instituição que eu tava trabalhando.

Não obstante a sensação de conquistas e melhorias vivenciadas, as/os profissionais mostraram sinais de que ainda esperam amadurecimento profissional neste contexto, além de projeções em trabalhar com desafios e perspectivas de mudança:

A gente tá só começando.

Acho que a gente ainda tem muita potencialidade de trabalho. Então a coisa já aparece... mas muita coisa ainda pode surgir de bem interessante.

Então, acho que essa desburocratização do Judiciário e trazer, buscar outras soluções para os problemas que as pessoas vivem. E eu acho que o psicólogo pode contribuir nisso.[...] É...dá ânimo! (risos). É...acho que é, assim, o que alimenta, pensar “Nossa, pode ser diferente”.

Além disso, as/os psicólogas/os também apresentam descontentamentos ou esgotamentos em relação a algumas características da atuação ou da DPESP. Seja em relação ao desgaste inerente ao trabalho de escutar sofrimentos, conforme o psicólogo colocou:

então, nem sempre é fácil. E aí eu não acho que é por conta de ser a população pobre. Mas é porque são pessoas que estão sofrendo, independente da questão econômica. Às vezes as pessoas trazem... sofrimento delas que nem sempre é legal escutar. E nem sempre a gente tá a fim de ... de entrar em contato com aquelas histórias. Mas a gente acaba fazendo porque faz parte da função... E no primeiro momento a gente não sabe que história a pessoa tem, antes dela começar a falar. E a gente tem que, eu pelo menos tento fazer isso.

Seja por conta das limitações desta prática:

É... evidentemente que é um tanto quanto frustrante, na medida que o trabalho é bastante limitado, né? Especialmente quando a gente atende as pessoas uma única vez.

Ou mesmo em momentos em que o profissional tem que atender demandas que podem não interessá-lo:

Sozinho no sentido de único profissional psicólogo. [...] Tenho que atender tudo que vem e aí a limitação é de que, às vezes, há temáticas que eu não quero lidar ou que eu já lidei e tô de “saco cheio” de falar...

Ou mesmo por insatisfações em relação à instituição, aspectos que iremos aprofundar mais à frente:

Falta de reconhecimento, a desigualdade da instituição em termos de salário, as contradições...essas contradições da instituição...faz desanimar muito.

L) Opiniões sobre psicólogas e psicólogos atuando em Defensorias Públicas

Procuramos verificar também qual a opinião das/os entrevistadas/os em relação à psicóloga ou ao psicólogo trabalhando neste campo e nesta instituição. Durante as entrevistas, percebemos que as/os psicólogas/os entendem que a atuação neste contexto se trata de espaço importante, com potencialidade de trabalho e que pode trazer melhoria para as pessoas atendidas, conforme vemos abaixo:

[...] algo que vem trazendo uma contribuição.

Confortável no sentido de... entender que o trabalho é benéfico para as pessoas.

Acho que a gente ainda tem muita potencialidade de trabalho. Então a coisa já aparece... mas muita coisa ainda pode surgir de bem interessante.

Sinto que estou sendo útil... pra sociedade.

Esta psicóloga expõe que, para ela, a inserção de psicólogas/os na DPESP “faz todo o sentido”, pois considera que estes profissionais podem incrementar o atendimento e escuta prestados à população vulnerável que procura a instituição, no sentido de se aproximar de suas necessidades, na perspectiva de garantia de sua dignidade humana respeitada, possibilitando seu acesso à Justiça de maneira mais ampla:

[...] eu acho que a inserção...do psicólogo na Defensoria...faz todo o sentido...pra pensar...o tipo de demanda que essa população demanda (risos) em termos de justiça, né, pra além do que se entende como judiciário, de processo.

[...] acho que essa desburocratização do Judiciário e trazer, buscar outras soluções para os problemas que as pessoas vivem. E eu acho que o psicólogo pode contribuir nisso.

Esta entrevistada apontou que a Psicologia pode contribuir na ampliação das compreensões e análises, favorecendo a pessoa acompanhada:

[...] muitas vezes...é possível fazer uma leitura de uma atuação diferente, que pode contribuir com a vida daquela pessoa que está sendo atendida ou processual, é...com alguns desdobramentos sociais, né, da questão da justiça criminal.

Para esta psicóloga, é um campo de trabalho diferenciado para a profissão. Ela comparou o contexto em relação à área clínica, mais tradicional para a carreira, o que aqui ela nomeou de “psicólogo puro”:

Imaginar o trabalho de psicólogo puro na Defensoria [...], não consigo.

Também comparou com outros campos de atuação para a Psicologia Social em que o público alvo é o mesmo. Para ela, na DPESP a potencialidade das intervenções são mais claras e com resultados mais efetivos:

De trabalhar... em prol das pessoas hipossuficientes. Como que é...(risos)... de combater a miséria, de... melhorar as condições de vida, do acesso a essas pessoas aos seus direitos de fato, de estar ali auxiliando essas pessoas... de forma, até mais concreta também. Porque eu acho que sozinha, a Psicologia... Eu trabalhei em consultórios sociais, em projetos... [...]Eu sentia que assim não tinha, na prática... eu queria uma coisa mais palpável, mais... e não queria trabalhar sozinha também.

As entrevistadas também deram indícios que o trabalho neste tipo de instituição tem possibilidades de se desenvolver mais, com o passar do tempo:

A gente tá só começando.

Para este psicólogo, o trabalho neste espaço possibilita aproximar a Psicologia e os frutos de suas intervenções à população mais pobre, que pode não conseguir acessar estes profissionais em outros espaços:

Porque eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro consegue também acesso a profissionais de Psicologia; em outros contextos talvez, mas conseguem acesso. O que não acontece com o nosso público.

Também identificamos tal ideia na fala desta psicóloga, que também destaca a inovação e importância da atuação da Psicologia neste campo, para melhorar os acompanhamentos e defesas que podem ser prestadas a esta população:

Acho que é uma experiência rica, interessante... de... de atuar com alguma coisa que eu acredito assim. Eu acho que...né, de tentar facilitar com que essas defesas sejam mais qualificadas possível. Que a gente possa aí esgotar algumas possibilidades, pelo menos em algumas áreas... que isso possa ser oferecido para uma população que não, que não tem acesso, via de regra, a uma atuação mais ampla, que extrapole, ali, a questão da lei, do... do olhar do Direito.

Já para este profissional, as contribuições da Psicologia podem ser mais promissoras na esfera extrajudicial, já que considera as atividades na esfera judicial mais limitadas:

Eu não gosto de trabalhar na esfera judicial. Porque...pelo menos pela minha experiência, a gente tem muito pouco alcance na esfera judicial. Que é de

produzir parecer como assistente técnico, de questionar um laudo ou outro, enfim. E eu não vejo muita efetividade no trabalho. [...] O que eu acho diferente na atuação extrajudicial. Que a gente não depende da regra processual em si, como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.[...] A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.[...] eu acho que tem a ver um pouco com isso mesmo. De ver algum resultado no trabalho assim. [...] E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

Como vimos, nesse sentido a participação de psicólogas/os na esfera extrajudicial – como na composição extrajudicial de conflitos citada - traria mais benefícios diretos às pessoas atendidas e para o profissional um maior retorno sobre suas intervenções.

M) Exemplos de experiências interessantes

Neste tópico agrupamos relatos de experiências que as/os entrevistadas/os citaram como interessantes e exitosas, do seu ponto de vista, no sentido que puderam colaborar, de alguma forma, com a população atendida.

Exemplo 1: Atendimento à idosa

Neste caso descrito, a psicóloga atendeu uma idosa que procurou a Defensoria Pública após ter se dirigido a diversos outros serviços públicos, buscando uma solução para o problema que trazia. Segundo relato, mostrava-se cansada e provocou irritação nas/os outras/os servidoras/es do local. Para a psicóloga, oferecer-lhe escuta e acolhimento foi crucial para que a idosa se senti-se satisfeita com o atendimento.

As pessoas que atenderam ela, já estavam irritados com ela, já queriam despachar... e ela saiu muito satisfeita. Então, assim, esse tipo de atendimento... parece que eu fiz pouca coisa, mas eu acho que eu fiz...

Eu escutei. Eu acolhi. Eu tentei ajudar de verdade. Eu acho que...nem sempre as pessoas que trabalham na instituição... às vezes querem mais se livrar, sabe? Também porque estão sobrecarregadas.

Como vimos, esta psicóloga considera que muitas vezes os atendimentos prestados na instituição não estão alinhados com práticas de cuidado, o que ela propõe oferecer. Ela levanta a possibilidade de que estes atendimentos menos atenciosos estejam relacionados ao desgaste de outras/os profissionais.

Exemplo 2: Atuações na esfera extrajudicial

Já este psicólogo citou como relevantes suas experiências em atuações não processuais, no contexto da Composição Extrajudicial de Conflitos ou da Articulação com a rede de serviços.

[...] atuação extrajudicial. Que a gente não depende da regra processual em si, como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.[...] A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.[...] acho que tem a ver um pouco com isso mesmo. De ver algum resultado no trabalho assim. [...] E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

[...] na questão da composição extrajudicial de conflitos... às vezes as pessoas, em um atendimento, refletem sobre a situação e encontram a possibilidade, naquele momento, de resolução.

Como vimos, para este psicólogo, atuar fora do contexto judicial, que é mais rígido, traz mais efetividade nas ações desenvolvidas e resultados para a/o usuária/o, principalmente através de práticas de reflexão, a partir das quais as pessoas chegam elas próprias a resoluções. Faria (1994, p.46-57), dentre tantos autores apontam e circunscrevem essa burocratização e

enrijecimento encontrado nos Tribunais Brasileiros, que muitas vezes dificultam e postergam a resolução dos conflitos das pessoas que os acionam.

Exemplo 3: Atendimentos interdisciplinares a pessoas com transtorno mental

Esta psicóloga citou a experiência, em sua Unidade, de atendimentos a pessoas com transtorno mental, que era potencializado com a possibilidade de intervenções em conjunto – profissionais de Psicologia e Direito. Esta disposição parece ter facilitado inclusive para que, num momento posterior, outras/os defensoras/es da Unidade passassem a atender com mais tranquilidade usuárias/os com transtorno mental.

Pessoas com falas mais confusas, com algumas limitações, mas que era plenamente possível o diálogo. Especialmente aquelas que estavam respondendo a processos. E daí, pra isso a gente criou uma estratégia que foi de atender junto com o defensor que tava encaminhando. Quando a gente verificava que era caso de saúde mental, de pensar esse atendimento conjunto, até pra desmistificar um pouco esta questão da loucura[...] Acabava ficando muito mais pra gente. O defensor acompanhava. Mas eu acho que, só o fato de estar lá, né, de estar todo mundo junto ali participando, de você não ignorar que existe uma questão jurídica objetiva que precisava ser olhada...mas o atendimento em conjunto ficava muito mais pro CAM do que para o Defensor em si. [...]acho que, com o trabalho do CAM se desenvolvendo, se consolidando, colocando de alguma maneira os seus limites, abrindo possibilidades para outros tipos de encaminhamento etc, eu acho que ajudou a qualificar este encaminhamento. Ainda recebo casos deste tipo que eu estava falando, mas o CAM não tá mais lá exclusivo, este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente. E...acho que hoje tem outro movimento, tem muitos defensores que fizeram atendimento com a gente no começo que hoje não mandam mais essa demanda pra gente, dão conta desse atendimento.

Há, no exemplo citado pela psicóloga, uma estratégia utilizada para melhorar a qualidade do atendimento prestado, integrando as/os profissionais no atendimento e possibilitando os vários olhares para a questão que a/o usuária/o trazia, o que também diminuía estigmas sobre

a pessoas com transtorno mental, aproximando os operadores do Direito desta população. Por esta razão a psicóloga considerou esta atuação exitosa.

Exemplo 4: Acompanhamento de pessoa que respondia a processo criminal

Em outro caso destacado como exitoso por parte da entrevistada, o olhar interdisciplinar (da psicóloga e do assistente social) ampliou a compreensão da leitura do Direito (Defensor), mudando os rumos do processo judicial a favor do usuário da DPESP, que estava sendo acusado de um homicídio, conforme vemos a seguir:

Acho que tem um caso de juri, que foi um caso bem... bem bacana que a gente atuou, que a gente fez [...] Esse é um caso bastante emblemático que a gente atendeu. [...] A gente o CAM. A gente a Defensoria [...] Acho que é o caso mais interdisciplinar que a gente teve. [...] Que foi o caso de um réu jovem, que o defensor chega pra gente com esse caso, colocando que é um caso que ele atende com muita frequência. Casos de homicídio etc e que ele não entende que esse seria um réu que traria qualquer benefício pra sociedade... estando preso, recebendo a pena que o defensor imaginou que ele pudesse receber pelo crime que ele cometeu. [...] o que o defensor traz pra gente é assim: é um caso que, quando o promotor abrir este caso para o juri, ele vai ser condenado a trinta anos, em regime fechado, no mínimo. Ele falou: “eu não acho que seja uma pessoa perigosa, que traga alguma questão mais séria pra sociedade”. Já tava solto há 4 anos, acho, depois do crime... tentando se organizar, entrar para o mercado de trabalho, vivendo as consequências do crime que tinha cometido. Falou “não acho que a lei, que a punição da lei vai trazer qualquer tipo de benefício pra sociedade ou pra essa pessoa”.

Vejamos como a atuação teve uma perspectiva interdisciplinar, com a participação da Psicologia, do Direito e do Serviço Social, de maneira integrada no acompanhamento do caso.

Falou “e eu não sei o que é possível fazer, mas acho que...queria que vocês me ajudassem a pensar no caso, a trabalhar aí o que pode ser trabalhado, pra ver o que a gente pode fazer pra auxiliar essa pessoa”. Daí o CAM fez um parecer da Psicologia, um parecer do Serviço Social, depois de algumas entrevistas com este réu. Depois de visita domiciliar, de algumas discussões do caso com o Defensor... e foi algo que mexeu muito na estrutura ali do...do

juri, né, que é um lugar extremamente estruturado, extremamente é... acho que intocável até...[...] Mexeu: o juri foi cancelado. A partir da documentação que a gente produziu, né, da compreensão que a gente tava oferecendo a respeito do caso... foi juntado 10 dias antes do dia que o juri tava marcado... e o promotor cancelou o juri. [...] Acho que algo novo, algo que... aquele ambiente não tá acostumado, não sabe muito como lidar também...a gente não sabia. A gente não sabia qual o impacto que ia ter, se ia trazer algum benefício, se não ia... A gente foi estudar também. A gente não foi na perspectiva do “vamos bagunçar as estruturas do... do sistema de justiça”, mas vamos entender o que é este caso e pensar, dentro das nossas profissões, como a gente pode compreender este caso e como a gente entende que seria um desdobramento talvez mais adequado pra questão, considerando tudo que tá envolvido nele. [...] a gente leu o documento da promotoria, dizendo que... que a gente tinha... feito um trabalho encomendado... porque daí ele pediu outras avaliações, de outras áreas do conhecimento... pediu uma avaliação médica do paci... do paciente, não; do réu... que a gente achou um absurdo, mas não tinha espaço pra dialogar com esse promotor... Né, ele queria aquilo e ele tem total direito de pedir... e ele pediu. [...] Depois disso, marcou-se uma outra audiência e esse promotor largou o caso, talvez porque ele não tenha sido muito correto nas colocações dele ou porque acho que ele também se sentiu “pêgo” pessoalmente ali no... [...] foi pro juri, com uma outra promotora, que, a partir da nossa documentação, fez uma proposta de tese comum pra Defensoria... entendendo também que o réu não era uma pessoa que... que traria benefícios pra sociedade ficando encarcerado por 30 anos. [...] eu tava falando de um caso que parece que levou um acesso mais amplo à justiça...

No caso relatado, considerado emblemático e exitoso, percebemos vários aspectos que já foram levantados nos tópicos anteriores como potencializadores dessa práticas. São eles: a postura realmente interdisciplinar entre os vários saberes – Direito, Psicologia e Serviço Social, o trabalho em equipe, a possibilidade de construção e participação ativa da psicóloga, as mudanças produzidas no - muitas vezes - tão rígido espaço do processo judicial, a consequente oferta de defesa qualificada para o cidadão e a promoção de um acesso mais amplo à Justiça (conforme perspectiva da entrevistada).

Exemplo 5: Acompanhamento à mulher que poderia perder a guarda da filha

Esta psicóloga relatou caso em que acompanhou usuária que respondia processo de destituição do poder familiar em relação a sua filha, tipo de demanda muito frequente na DPESP.

Tem um caso que eu atendi em uma das unidades, que é pequena inclusive, de uma mãe...que teve... a filha acolhida, porque ela foi no forró e deixou a filha sozinha em casa. E as pessoas viam ela como alguém que tem uma deficiência mental, uma questão assim. E ela ia na Defensoria toda a semana, querer a filha de volta. E os operadores do Direito tentavam explicar que...não podia ter a filha de volta, que a filha...tinha sido tirada e tava sob a guarda de uma prima, não tava nem no abrigo, que às vezes fica uma questão um pouco pior que a prima era uma pessoa esclarecida e tava...tava responsável pela criança. E assim, a Defensoria estava fazendo a defesa dela no processo, mas tinha que esperar. Ela precisava esperar o prazo da defesa...ela tinha que esperar o trâmite judicial e ela ia toda a semana porque ela queria a filha de volta. E aí eu acho que, por exemplo, parar e escutar essa história, ainda mais que, por ser uma pessoa que tinha essa suposta...deficiência intelectual, as pessoas já não escutavam mais. Ela dizia que queria a filha de volta e ninguém escutava mais porque já sabia disso...e ela ia lá, e ela repetia essa mesma história toda a vez e toda vez eu estava lá para ouvir...a história e...com o passar do tempo, foi se criando um vínculo que, assim, por mais que ela voltasse e contasse a mesma história, ela trazia esse reconhecimento...Ah, eu venho aqui, eu quero conversar com vocês porque vocês me entendem, vocês me escutam e...eu acho que, ao pouquinhos, apesar dela continuar indo e continuar tendo a demanda, ela se apropriou...se apropriava...a nossa escuta possibilitava que ela se apropriasse do que ela tava indo buscar lá. Porque aos poucos ela foi entendendo essa questão do trâmite processual, sabia que tinha que esperar, foi entendendo um pouco melhor a dinâmica do processo, em que fase tava, se tinha o que dizer ainda, se não tinha. Mas assim, eu acho que a escuta...possibilitou que ela se apropriasse das limitações reais ali do processo, o que podia defender, o que não podia defender e...até pra ela conseguir explicar melhor...todo este contexto, porque veio acontecer dessa forma. [...] eu acredito que o CAM, ali, enquanto espaço de escuta, ofereceu essa possibilidade dela trazer a história dela e de se apropriar também, um pouquinho mais dessa história, ao contar e ter alguém pra ouvir.[...] a juíza deixou a guarda com a prima e ela não tinha como ir visitar a filha lá. Praticamente não foi feita a justiça enquanto garantia do direito dela de mãe, foi prejudicada e eu acho que, a única justiça que teve foi ela poder ser escutada, acolhida, inclusive no sofrimento de se afastar da filha e compreender o que estava acontecendo. Porque até então [...] ela não entendia como era aquilo possível. [...]E a gente ia, junto com o processo, explicando o que aconteceu, tentando explicar essa burocracia da justiça. E mesmo no fim, apesar dela não ter a filha, eu acho que de certa forma ela pode se apropriar do que aconteceu. [...]Então eu acho que, nesse sentido, a gente garantiu que ela tivesse uma defesa...justa nesse sentido que ela pode compreender o que é que estava acontecendo ali”. (grifos nossos)

Neste exemplo igualmente podemos atentar a vários aspectos considerados significantes de uma atuação rica, abordados nos tópicos anteriores: a abertura de escuta

qualificada a quem pode apresentar dificuldade de comunicação – ou de entendimento, por parte das outras pessoas – espaço de acolhimento a pessoa anteriormente marginalizada e alvo de preconceito, direito à defesa qualificada, direito à compreensão e esclarecimentos sobre o processo que está respondendo.

Exemplo 6: Conflito familiar e disputa de guarda

Neste caso, que inicialmente foi encaminhado ao CAM como um pedido de mudança de guarda, que a avó requeria em relação à neta, o desdobrar do acompanhamento interdisciplinar revelou conflitos familiares que puderam ser abordados através da composição extrajudicial. Propiciado espaço de diálogo e reflexão entre os envolvidos, houve diminuição dos conflitos, do afastamento afetivo e consequente aproximação do pai à criança, além de extinção de comportamentos psicossomáticos por parte da infante (no caso, desaparecimento de enurese).

Tinha um caso de uma [...] disputa de guarda de uma menininha, que vivia com a avó...A vó foi pedir a guarda. E aí a parte contrária era a mãe. [...] E tinha um pedido dessa vó, na verdade, que a mãe cuidasse. Ela foi pedir a guarda para regularizar uma situação de fato, mas ela queria que a mãe cuidasse. E convocava um pouco essa mãe para cuidar da filha porque a filha morria de amores pela mãe, ficava com a vó mas fazia xixi na cama todo o dia à noite, um problema de enurese [...] foram encontros separados, depois elas vieram conversar...e a mãe trazia um grande sofrimento...da época em que ela teve esta criança, ela já tinha outro filho e vivia com o outro filho em outra família, mas de como ela sentiu falta do apoio da mãe na época em que teve o filho e que tinha uma questão com o pai da criança. Ela não ficava com a criança porque...a vó não deixava o pai visitar [...]E aí, ao longo dos encontros a gente trouxe o pai, a vó conseguiu conversar com o pai e entender o lado dele na história, que era essa história de abandono da filha, enfim... que ele se separou da mãe da criança e agora era muito ressentido com isso. A menina passou a visitar o pai, parou de fazer xixi na cama (risos)...e a avó, essa vó que nos procurou, eu senti uma mudança assim. Tá, ela tinha pobreza, tinha questões, mas o que fazia essa menina sofrer era o impedimento que essa vó colocava em relação ao pai. [...] eu acho que teve sim...essa mudança. Por conta das conversas, da escuta e dos atendimentos conjuntos. E até essa menina parar de fazer xixi na cama..."(grifos nossos).

N) Principais obstáculos

Neste item agrupamos alguns dos principais obstáculos, entraves e dificuldades que as/os psicólogas/os identificaram neste tipo de atuação, bem como de que maneira eles têm sido enfrentados.

Questão do tempo

As/os profissionais trouxeram em seus relatos referências à questão do tempo para a realização de suas intervenções, que pode ser visto como uma dificuldade. Verifica-se que, com frequência, o tempo para os operadores do Direito e para o contexto jurídico – de modo geral – exigido com certa pressa e prazos definidos para uma manifestação no processo, por exemplo, muitas vezes pode ser um tempo diferente para os procedimentos e processos psicológicos desenvolvidos pela Psicologia, que muitas vezes terão resultados e retornos em um espaço de tempo mais longo, para que se possa ter alguma efetividade (CAFFÉ, 2010).

Porque o que a gente vê...são atendimentos que...que precisam de, que tem um tempo que precisa acontecer.

Mas enquanto eu atendia, eu sentia isso. Vontade de atender mais...poder atender mais vezes as pessoas, poder fazer as coisas com mais calma. Eu sentia que esse aceleramento deixava o trabalho mais precário. Podia ser melhor.

[...] tempo processual. Tem uns lugares em que o trabalho tem que ser mais...mais ligeiro, mais ...em que os prazos são muito mais apertados...O juri, eu acho que é um lugar mais interessante neste sentido porque você tem tempo de trabalhar. Você tem tempo de...tentar entender estes tons de cinza, de apresentar estes tons de cinza, de discutir isso tudo, com os defensores que estão atuando na defesa dos réus neste caso...pra daí poder levar isso pro processo continuamente. Então acho que, em alguns espaços, essa contribuição da Psicologia é muito mais ...recebida do que em outros.

Sem desconsiderar as imposições e limitações temporais impostas pela organização judicial (CAFFÉ, 2010), não podemos deixar de considerar que o fenômeno da “pressa” ou da “imediaticidade” são características da sociedade contemporânea como um todo (BAUMAN, 2007). Na fala abaixo, esta entrevistada identificou esta “pressa” ou “imediaticidade” nas pessoas atendidas também:

[...] pra população, tem gente também que não quer escutar. Não quer, não quer...Quer uma solução rápida e ok também; pode. Não quer conversar, não quer resolver o conflito, amém. Faça o processo.

Outras limitações

Além da questão do tempo, identificamos outras limitações desta atuação, a partir do que foi apontado nas entrevistas. São elas: número de encontros, quantidade de pessoas para atendimento e disponibilidade pessoal para processos de reflexão.

As/os profissionais referiram-se à limitação no número de encontros ou atendimento a serem realizados com uma mesma pessoa. Interessante notarmos que não há definição clara sobre esta limitação. Não há uma imposição institucional ou normativa, por exemplo, que regule a questão. Mas segundo o relato do profissional abaixo, a pressão por produção/quantidade aparece indiretamente, ao se deparar com a lista de espera e a grande demanda de novos casos que chegam à instituição todos os dias. Veremos que, no discurso do profissional, ora ele diz que não há cobrança institucional, ora diz que há, talvez porque se trate de cobrança não claramente/formalmente manifesta:

É... evidentemente que é um tanto quanto frustrante, na medida que o trabalho é bastante limitado, né? Especialmente quando a gente atende as pessoas uma única vez. Então a gente tenta algum movimento de reflexão, mas que eu entendo que não é o suficiente pra ninguém. [...]

Apesar de destacar que o trabalho reflexivo pode ser prejudicado devido a esta limitação, ele destaca que isto sempre ocorre:

Talvez o que mudaria aí seria a intensidade e a quantidade da reflexão. Mas a provocação da reflexão eu acho que sempre acontece.[...] eu acho que limita a... quantidade de pessoas que a gente atende. E aí a gente acaba atendendo menos vezes as pessoas. Tem uma questão de quantidade de atendimento. E tem também uma questão de disponibilidade da pessoa de vir ao atendimento. Seja por questões que ela não pode faltar no trabalho ou porque ela não se sente confortável de vir mais vezes... então tem um limitador [...]E tem uma questão específica do contexto de trabalho. Dependendo da questão que a gente tá discutindo[...] às vezes as pessoas, em um atendimento, refletem sobre a situação e encontram a possibilidade, naquele momento, de resolução, e não querem discutir outras coisas que sejam mais profundas ou outros temas da vida delas. E aí fica limitado o trabalho da reflexão àquele pequeno pedaço da vida delas. Acho que tem isso pelo contexto mesmo do atendimento.

Vemos que esta restrição pode implicar na redução da capacidade de reflexão. Para ele, esta limitação também pode ser colocada pelas próprias pessoas atendidas, ao mostrarem resistências para processos de reflexão mais longos, o que pode estar relacionado à questão da contemporaneidade, que citamos anteriormente, ou a outras questões pessoais e subjetivas de cada caso.

[...] tem uma demanda de pessoas que chegam para o atendimento, que a gente sabe que é um número significativo de pessoas... e, com poucos profissionais, a gente acaba tendo que... Na verdade é uma cobrança que não é só institucional. Talvez seja interna também, particular minha. Para atender as pessoas que estão pedindo atendimento. Talvez eu compre essa ideia da instituição de produção, enfim, e aí... existe um certo conflito entre número de atendimentos e... intensidade da reflexão que a gente pode proporcionar. [...]tem uma cobrança, que não é específica do profissional de Psicologia, mas é uma cobrança de todos os servidores... e defensores que fazem parte da instituição. [...] eu acho que ficaria um pouco estranho se não tivesse nenhum tipo de cobrança nesse sentido. Se o profissional não fosse nem um pouco cobrado, não fosse nem um pouco questionado sobre o que ele faz na instituição. Por outro lado, acho que o extremo disso, de enxergar... quantidade de atendimentos mais do que qualidade dos atendimentos também é um problema. Acho que tem que encontrar um equilíbrio aí, entre essas duas coisas.

Vimos que quanto à questão “qualidade X quantidade” que se coloca, o profissional busca um equilíbrio. Essa ponderação que também apareceu na fala abaixo:

[...] a gente tava fazendo essa discussão, né, do atendimento de qualidade, do atendimento massificado...e foi colocado que, né, é uma discussão que é institucional. Todo mundo gostaria de pegar um caso e atender como o caso da vida e...se voltar apenas para aquele e fazer com toda a qualidade possível que possa ser feito. Mas existe uma demanda de atendimento em massa...Então de como ponderar isso, né? Porque tem expectativa de números, do serviço público, da instituição. Então, como é que você pondera? Eu entendo que a gente tem uma responsabilidade com essa qualidade do atendimento. Não dá pra...a gente tem que tratar os casos individualmente, que a gente tem que olhar pra esses casos.

Vemos que há uma preocupação das/os psicólogas/os com a questão.

Dificuldades de aproximação ou atuação interdisciplinar com operadores do Direito

Segundo os relatos, desde o início da atuação, uma das maiores dificuldades foi e ainda continua sendo a relação com as/os defensoras/es públicas/os, no sentido das expectativas quanto aos atendimentos das/dos psicólogas/os. Vemos buscas de se construir um trabalho interdisciplinar ou de desenvolver este trabalho em conjunto.

De aproximar mais, assim. De ter que trabalhar junto, ali, na prática, no dia a dia discutir casos... pensar junto. Nem todos conseguem. Nem todos os profissionais de Direito conseguem. [...]Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. Pro Direito, para alguns profissionais é bem difícil, para outros precisa de um esforço...

Para esta psicóloga, falta diálogo:

[...] falta de diálogo mesmo. Falta de tempo de diálogo... e falta de disposição, mesmo, para o diálogo. Não um tempo objetivo. Um tempo subjetivo (risos) de... disposição para conversar e tentar entender. Porque a demanda é muito grande, são muitos casos. Mas...essa busca de eficiência maluca que tem, às vezes, mascara também uma indisponibilidade. A pessoa não tá a fim. Os “mil casos” é só justificativa para não parar mas... Porque outras pessoas que tiveram “mil casos” pararam, sabe? Não é só o tempo objetivo. (sobre espaços de diálogo, ou falta de, com defensoras/es)

Como vimos nas falas supracitadas, há diversas queixas quanto a falta de aproximação e diálogo com as/os operadores do Direito. Este afastamento dificulta o esclarecimento sobre as possibilidades de intervenção de cada área (Psicologia, Serviço Social), bem como suas contribuições. Esta entrevistada considera que esta postura dos operadores do Direito já é vivida em outras instituições jurídicas:

No TJ fica separado juiz. Às vezes tem um setor de entrada diferente, bem diferente, banheiro é diferente, tudo é diferente. E aqui alguns defensores tentam reproduzir este modelo. E aí que fica bem difícil de trabalhar...

Para intensificar trabalhos interdisciplinares e a aproximação entre seus atores, esta psicóloga sugere ações conjuntas e direcionamentos da administração da DPESP, no sentido de cobrar para que estas práticas aconteçam:

[...] casos ou discussões de casos ou projetos comuns. É... uma discussão de casos que é da equipe. Acho que trabalhar em equipe tem isso muito claro. Tem isso mais claro. Hoje tem muito um discurso lindo, de trabalho em equipe, interdisciplinar, que é só discurso. Na prática... E isso precisa ser bancado pela instituição. Bancado, cobrado...

Sá (2010) aponta como barreiras à interdisciplinaridade questões pessoais, preconceitos, falta de formação adequada e de comodismo. Diz que para a sua eliminação será necessária a sua superação de obstáculos psicossociológicos, culturais e materiais. Diz que é somente através de uma nova pedagogia, a da comunicação e, em consequência, a

formação pedagógica adequada, junto com uma metodologia, que considere estes pressupostos, que a interdisciplinaridade terá condições de se concretizar (SÁ, 2010, p. 84).

No trecho abaixo, vemos que uma estratégia utilizada pela equipe desta psicóloga para facilitar a comunicação entre as/os várias/os profissionais da Unidade foi o uso de instrumentais de encaminhamento, que deveriam ser preenchidos pelas/os defensoras/es. O que, mesmo assim, nem sempre é preenchido, dificultando o trabalho, conforme relato:

[...] quando o CAM foi ficando mais conhecido, chegavam os processos sem a gente saber muito bem de onde eles estavam vindo, qual era a...no máximo a gente recebia ...o nosso instrumental de encaminhamento, com uma breve descrição do que era, do que se esperava.[...] É horrível, é terrível! Ainda é, porque a gente ainda tem uma dificuldade de fazer com que as pessoas preencham os instrumentais de encaminhamento".

Sobre este respeito, o relato do psicólogo abaixo compartilhado cita dois tipos de posturas que dificultariam a relação interdisciplinar e o trabalho em equipe: defensoras/es com expectativas sem abertura para o trabalho do CAM e defensores que nem se aproximam da equipe multiprofissional.

[...] o que eu não gosto, muitas vezes, é quando os defensores ou enxergam o nosso trabalho limitado, por exemplo como uma fábrica de acordos. Então "manda pro CAM isso aqui, que o CAM nos devolve pacificado, com o acordo pronto". E quando o caso não comporta, naquele momento, um acordo, parece que a gente não tá se esforçando pra que o acordo fosse produzido. Isso me incomoda em alguns defensores.[...]mas não no sentido de que "para as pessoas aquilo é melhor", mas no sentido de que "vai aliviar o meu trabalho de ficar tocando, judicialmente, aquele processo". O que me incomoda é isso, não é entender que para aquelas pessoas aquilo foi bom ou, às vezes, quando é infrutífero... para as pessoas, naquele momento, era melhor que fosse infrutífero. E o que me incomoda é não entender o que é melhor para as pessoas. Ficar nessa perspectiva de "o que é melhor para diminuir o meu trabalho" e isso me incomoda. E me incomoda também... algumas posturas de defensores que... entendem que a gente existe na instituição, mas que não quer saber do que a gente faz, do que a gente deixa de fazer... como se a gente fosse um órgão que não conversasse com o Direito, com os defensores, com as bancas enfim [...] Tipo "eu sei que tem psicólogo e assistente social lá, mas não me interessa o que eles fazem enfim...para conversar", "deixem que eles façam o que eles quiserem, porque eu já não entendo mesmo daquilo, também não vou questionar". E

fica naquela posição... “fica aí que eu fico aqui e tá tudo certo”, não tem interação nenhuma nesse sentido.

No caso deste profissional, a saída foi se aproximar das/os defensoras/es que mostram mais abertura, visando parcerias mais frutíferas. Das/os defensoras/es que não mostram este posicionamento ele não busca mais aproximação, conforme relato abaixo:

Olha, sinceramente, eu também não busco aproximação nenhuma não...(risos)... Eu atendo e gosto de atender e discutir casos com aqueles que estão abertos a fazer isso. E aqueles que não estão a fim eu também não vou lá provocar...buscar e [...] Me incomoda nesse sentido, mas também não me incomoda a ponto de falar “olha, vem cá que eu quero você junto”. Talvez seja uma coisa de “você não quer, eu também não quero e...pronto”.

Na fala da psicóloga abaixo percebemos que ela também se posiciona aproximando-se das/os defensoras/es que mostram mais interesse no CAM, sem trabalhar com todas/os da Unidade.

A gente prioriza aqueles que, de alguma maneira, se mobilizam pelo nosso trabalho. Tanto aqueles que se mobilizam, com uma compreensão melhor, quanto os que se mobilizam dentro dos seus preconceitos e que a gente vai ter que trabalhar com eles. É...mas tem uma falta de expectativa também. A gente não trabalha com todos os defensores da regional.

Neste outro exemplo, entendemos que houve uma tentativa de aproximação, ao resgatar o operador do Direito para um acompanhamento conjunto:

[...]dá a impressão e a expectativa que o CAM tem técnicas “altamente mágicas” de resolver o problema e tá tudo certo. Como se a gente tivesse uma “varinha de condão” para resolver as questões. E quando a gente – óbvio que a gente não tem isso – é... e quando a gente precisa de uma atuação judicial mesmo, que a gente não pode fazer, quem tem que fazer são os profissionais do Direito, a gente sente uma certa resistência. “Como assim vocês não resolveram? Vocês estão querendo que eu também faça alguma coisa para contribuir nesse caso?”, “Vocês não são os banbanbans do atendimento psicossocial que resolve tudo?”. É nesse sentido.[...] É... e trazer

junto e dizer que o atendimento é multidisciplinar e que a disciplina dele tá aqui junto com a gente, que a gente não vai fazer o que é dele, da disciplina específica dele. Mas aí existe uma coisa tipo “ah, então, para que que serve o CAM se não é para resolver as coisas?”. A gente parece uma sala mágica assim... sei lá, um reino da fantasia, onde tudo se resolve.

Neste caso também vemos outro entrave: uma expectativa de que os outros profissionais do CAM “resolvam” a problemática, o que pode trazer pressão e responsabilidades indevida aos profissionais.

Também verificamos estas dinâmicas se manifestam como relações de poder que são muitas vezes permeadas por hierarquias controladoras que podem prejudicar o trabalho e a motivação para o desenrolar deste:

Que muitas vezes...é possível fazer uma leitura de uma atuação diferente, que pode contribuir com a vida daquela pessoa que está sendo atendida ou processual, é...com alguns desdobramentos sociais, né, da questão da justiça criminal. E...acaba ficando travado, porque muitas vezes o encaminhamento não vem porque a gente não vai fazer do jeito que estão mandando... É o lugar acho que da impotência mesmo, assim. De você ficar submetido a uma ordem de alguém que sabe muito pouco sobre o que você pode fazer. [...]Acho que insistir no diálogo...na conversa. Acho que tentar, de alguma maneira, desconstruir essas compreensões que estão, que às vezes são tão fortes assim. Que chegam na gente de um jeito tão forte.

Isto também foi verificado na fala abaixo, com referências a controle, autoritarismos e consequente enrijecimento da prática desta profissional, que se sentiu paralisada.

E, depois, mesmo com a equipe, eu senti também uma... me senti muito paralisada, assim... de pessoas querendo controlar muito o trabalho e não dividir o trabalho e não “vamos trabalhar juntos, em equipe”. Era um trabalho de uma pessoa só, que você tinha que se... que queria que você fosse um consultor só. Não queria te envolver no trabalho. Nesse momento, também, eu me senti muito paralisada. Porque eu não sabia se eu podia ter iniciativas, que eu sempre tive, eu não podia mais. Se eu fizesse uma proposta era entendida como um... uma intromissão, um trabalho que pra sempre foi de todos, de repente passou a ser de uma pessoa só. E eu me sentia uma... uma intromissão ali na... Ai, uma pessoa de fora e não uma pessoa dali. [...]Aí me senti paralisada. “Não sei o que eu faço. Qual que é o

meu papel agora...”. Mudou tudo de repente. O trabalho que já vinha sendo construído há quatro anos. Acho que foi o momento mais difícil pra mim. Mais do que quando eu entrei. [...] essa confusão de hierarquia funcional, com... hierarquia... até na formação...um autoritarismo[...] a diferença entre você ser um chefe, quem manda, e você ser um coordenador. [...] E eu encontrei coordenadores assim. Uns mais, outros menos. Mas eu encontrei.

Esta psicóloga entende que a Psicologia poderia contribuir para analisar e refletir sobre estas relações institucionais mais hierarquizadas – muito presentes nas organizações jurídicas – levantando seus possíveis prejuízos e apontando outros caminhos mais fecundos, na linha de relações mais horizontalizadas:

Direito não tem que ser o saber... acima. Mesmo em uma instituição que é de Direito, como a Defensoria. Tem o seu saber, que está acima dos outros e... que coordena os outros de cima pra baixo. Tem que estar ali num mesmo nível, pensando junto e tal. Então eu penso que a Psicologia pode contribuir nisso... pode dar exemplos de trabalhos nesse sentido.

Como estratégias para lidar com esta questão das relações de poder, esta psicóloga sugere aproximação entre as/os profissionais da área, posicionamentos políticos, movimentos de reconhecimento e valorização profissional:

[...]acho que a gente está no momento de construir uma... agenda mais afirmativa dos psicólogos, sabe? A gente já tá contribuindo muito [...]Tem que ser mais reconhecido, tem que ser mais valorizado... Tem que ficar mais claro que isso faz a diferença para o trabalho da instituição. Porque eu acho que não dá mais pra pensar a atuação da Defensoria sem os psicólogos. Eu acho que isso tem que ficar mais claro [...]Uma das coisas é a valorização do profissional, tanto em termos de... de lugar. Por exemplo, coordenando uma equipe, porque tem capacidade técnica e profissional para aquilo. [...]. E profissionais que são ótimos também, psicólogos, né, que é o recorte aqui, e que poderiam ser ótimos coordenadores.[...] passa pela atualização salarial também. [...] de ir marcando mais seus espaços... de não aceitar qualquer coisa, qualquer tratamento... de não aceitar, por exemplo, autoritarismos em relações hierárquicas... desnecessárias, né? De não aceitar um trabalho... que não seja valorizado, que não seja escutado.

Nesta raciocínio, isto se daria principalmente de forma organizada, que pode ocorrer inclusive através da Associação de Servidores ou através da Assessoria Técnica Psicossocial (ATP), apontadas pela entrevistada:

Se fortalecer mais assim... também tem a associação¹¹¹, que vai ajudar nesse fortalecimento, mas... internamente também. O trabalho da ATP¹¹² que é chave, né? Trabalho... muito importante, com ações afirmativas... mas que dá pra ir também além [...]A gente tá caminhando pra isso. É que é difícil, porque tem que dar conta de todo o trabalho e mais... fazer propostas, pensar, pensar coletivamente. Então tá todo mundo muito esgotado [...] mas a gente tá avançando... bem mais lentamente do que eu gostaria, mas acho que a gente tá nessa busca.

Nesta fala também verificamos referências a relações de poder dentro das instituições jurídicas, incluindo a DPESP. Uma aposta para lidar com isso, neste exemplo, seria a propagação constante do trabalho desenvolvido pela Psicologia, incluindo suas limitações.

[...]a unidade de trabalho tá dentro do tribunal de justiça¹¹³. E o que eu vejo é que... dentro deste contexto jurídico estas relações de força estão muito colocadas, assim, são muito...muito cristalizadas e muito valorizadas... é... e eu acho que o que a gente vive dentro da instituição é... é fruto disso. Não acho que favorece o trabalho. Eu acho que desfavorece o atendimento à população...é... Não acho que é uma coisa que agregue a instituição, mas é – de alguma maneira – algo que tá... tá posto, assim, acho que o Direito trabalha muito com este, com este tensionamento de forças. E... e a gente tá, tá no meio disso. A gente vai tentando lidar, dentro do que cabe, do que a gente consegue, do que... do que sobra pra gente. Mas eu acho que é uma coisa que tá muito dada, assim... Acho que é um trabalho de... de desconstrução muito grande pra que possa ser diferente. [...]Na desconstrução deste modelo de... de forças? [...] Eu acho que a gente conseguindo – e daí Agente, aí sim com maiúscula – as equipes conseguindo é... mostrar o trabalho, mostrar os limites, mostrar... quebrar um pouco as pré-concepções do que é a Psicologia, do que é o Serviço Social... mas

¹¹¹ Referência à Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP), recém criada.

¹¹² ATP: Assessoria Técnica Psicossocial, composta por psicólogas/os e assistentes sociais do quadro da instituição. Tais profissionais ficam afastados dos locais de origem e prestam serviços junto à Administração da Instituição, coordenando diretrizes desta atuação interdisciplinar, além de prestar suporte técnico às psicólogas/os e assistentes sociais das equipes no estado. Mais informações em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5416>.

¹¹³ Algumas Unidades ou Regionais da DPESP, como neste caso, não estão em sedes próprias da Defensoria e estão lotadas dentro de Fóruns, espaços estes do Tribunal de Justiça/ Poder Judiciário.

mostrar as possibilidades de atuação, né? Acho que a construção mesmo, que é isso que a gente vem fazendo nesses quase quatro anos... Eu acho que isso ajuda, internamente, a quebrar algumas dessas relações de poder. Conforme o CAM vai sendo mais reconhecido, mais espaço de atuação... Não necessariamente a gente precisa responder a algumas dessas relações de... de poder, de tensionamentos, de forças, “quem manda mais”, “quem pode mais”. Mas eu acho que quando a gente vai dando uma cara pro nosso trabalho a gente consegue... desconstruir um pouco isso nas nossas relações....

As/os psicólogas destacaram a importância de que as práticas interdisciplinares, principalmente das/os defensoras/es com os CAMs, sejam efetivadas. Embora já seja prevista na lei de criação da DPESP e em normativas internas, as/os entrevistadas consideram que a prática deve ser alinhada ao discurso institucional sobre o trabalho interdisciplinar.

Tenho visto uma instituição em crescimento, que tem uma proposta bastante interessante, mas que ainda tem um caminho longo pra afinar a prática com o discurso.

Na hora que você chega na prática, as coisas não são exatamente da maneira que...que...enfim, que a instituição se propõe. Acho que as questões das práticas democráticas internas, das práticas não democráticas internas. Tipo umas coisas do desenho, do espaço pro trabalho interdisciplinar, do trabalho multidisciplinar. É...acho que existe um desejo institucional de que essas coisas possam...acontecer, mas é um lugar...é um caminho que deve ser feito com cuidado assim. As práticas não são exatamente desta maneira.

Nesta fala seguinte vemos a sugestão de que haja mais ações afirmativas, por parte da administração da instituição, visando fortalecer este trabalho multiprofissional.

[...] casos ou discussões de casos ou projetos comuns. É... uma discussão de casos que é da equipe. Acho que trabalhar em equipe tem isso muito claro. Tem isso mais claro. Hoje tem muito um discurso lindo, de trabalho em equipe, interdisciplinar, que é só discurso. Na prática... E isso precisa ser bancado pela instituição. Bancado, cobrado...

As limitações institucionais

Algo apontado pelas/os entrevistadas/os que nos parece ser uma dificuldade deste campo de atuação são as próprias limitações institucionais e do que pode ser feito diante de contextos complexos ou grandes desafios tais como falta ou falhas das políticas públicas e serviços oferecidos e demais expressões da questão social:

[...] questão da internação compulsória [...] a gente vê pouco avanço assim. Quando a gente percebe que está avançando, no sentido de política pública, a gente percebe que tem uma série de retrocessos. E aí cansa porque as pessoas pedem atendimento e...estão sofrendo e a gente percebe que pouco a gente pode fazer pra... melhorar o sofrimento daquelas pessoas. Porque a gente não tem serviço de saúde dentro da Defensoria e nem é o objetivo ter. A gente conta com um serviço de saúde que é externo e aí vai depender de outros colegas, de outras instituições...que nem sempre dá essa... atendimento satisfatório. As pessoas voltam, estão sofrendo e reclamam...e aí esgota assim. Tem dias que eu falo “não quero atender isso aí não”, “tô de saco cheio”, “isso não é mais pra mim”. Mas não posso dizer isso, porque a pessoa tá pedindo um atendimento e tenho que enfrentar isso.

Com isso, percebemos um sentimento de impotência nos profissionais – descrito aqui como “engessamento” – ou de que suas ações não trazem benefícios duradouros à população – sente-se “enxugando gelo”. Ao mesmo tempo, percebemos um esforço para que não se paralise, com a criação constante de propostas, inclusive em âmbitos coletivos e não apenas individuais.

No trecho abaixo vemos novamente limitações institucionais: um caso de destituição do poder familiar que foi acompanhado e no qual se garantiu o direito à defesa e assistência jurídica integral e interdisciplinar. Porém, se avaliado o objetivo principal das ações – resgatar a convivência familiar da mãe com sua filha – este não foi alcançado. Isto porque haviam outras tantas questões que interferiam na situação, tais como a atuação de outros órgãos e instituições (TJ e Conselho Tutelar, por exemplo), a organização pessoal e social, bem como preconceitos e estigmatizações identificados pela psicóloga, como podemos notar abaixo:

[...] a juíza deixou a guarda com a prima e ela não tinha como ir visitar a filha lá. Praticamente não foi feita a justiça enquanto garantia do direito dela de mãe, foi prejudicada e eu acho que, a única justiça que teve foi ela poder ser escutada, acolhida, inclusive no sofrimento de se afastar da filha e compreender o que estava acontecendo. [...]E mesmo no fim, apesar dela não ter a filha, eu acho que de certa forma ela pode se apropriar do que aconteceu. [...] E aí a gente pode também problematizar a função do... a... os preconceitos do conselho tutelar, que levou a filha porque ela tava no forró, preconceito da assistente social do TJ que dizia que ela tinha muitos namorados e então ela não poderia ser uma boa mãe. Então isso a gente tava junto com ela e isso realmente é injusto, não tá certo. Mas explicava o trâmite da justiça, ao mesmo tempo que isso. Então eu acho que, nesse sentido, a gente garantiu que ela tivesse uma defesa...justa nesse sentido que ela pode compreender o que é que estava acontecendo ali.

Falta de abertura para construção de práticas

Segundo o relato desta psicóloga, um entrave é a falta de espaço para que as/os profissionais da área possam criar propostas, inovar e construir práticas, o que pode prejudicar o trabalho e a potencialidade das profissionais e da própria instituição:

[...]eu tô falando mais pensando até em relatos, dos colegas, que se sentiram tolhidos [...] Do que fazer... como atuar... de como trocar também com os defensores, os defensores com escuta.

E, depois, mesmo com a equipe, eu senti também uma... me senti muito paralisada, assim... de pessoas querendo controlar muito o trabalho e não dividir o trabalho e não “vamos trabalhar juntos, em equipe”. Era um trabalho de uma pessoa só, que você tinha que se... que queria que você fosse um consultor só. Não queria te envolver no trabalho. Nesse momento, também, eu me senti muito paralisada. Porque eu não sabia se eu podia ter iniciativas, que eu sempre tive, eu não podia mais. Se eu fizesse uma proposta era entendida como um... uma intromissão, um trabalho que pra sempre foi de todos, de repente passou a ser de uma pessoa só. E eu me sentia uma... uma intromissão ali na... Ai, uma pessoa de fora e não uma pessoa dali. [...]Aí me senti paralisada. “Não sei o que eu faço. Qual que é o meu papel agora...”. Mudou tudo de repente. O trabalho que já vinha sendo construído há quatro anos. Acho que foi o momento mais difícil pra mim. Mais do que quando eu entrei.

Como vimos na p. 136, práticas laborais com estas características são fonte de sofrimento e até de doença mental às/aos trabalhadoras/es (DEJOURS, 1988). Engessam, limitam e adoecem. Claro, trazendo um prejuízo a todas/os, já que a/o psicóloga/o não desenvolverá um rico trabalho nestes contextos. Interessante notar que a abertura institucional, dentro da DPESP, a práticas criativas e proativas por parte das/os psicólogas/os foi apotada tanto como aspecto positivo (quando acontece), quanto negativo, quando não se demonstra esta flexibilidade e possibilidade de construção.

Na fala abaixo esta falta de abertura também foi descrita, permeada por relações de poder e imposições de representantes de uma ciência (Direito) às de outra (Psicologia). Resultado: “engessa-se” e o trabalho da instituição como um todo fica empobrecido.

[...]aquela compreensão mais cheia de pré-conceitos, que eu falei antes. Acho que concepções muito “dadas” assim, do que é a Psicologia, do que é... Acho que quando chega algo muito vertical, “faz isso aqui” [...] Sem uma abertura de diálogo, sem uma possibilidade de você...é...sugeri alguma coisa, ter um contraponto, sugerir alguma coisa diferente...é... né...Você trabalha junto quando você entende qual é a expectativa que a outra pessoa tem e quando você pode dialogar sobre esta expectativa, né? Então poder falar sobre a minha profissão e dizer...“por aqui dá”, “por aqui não dá”, “podemos tentar um outro caminho”, “se o objetivo é este, vamos fazer diferente, porque isso do jeito que está vindo não dá para ser feito, não é ético ser feito”. E...isso facilita o trabalhar junto. Acho que quando é diferente disso, quando chega alguma coisa “faça desse jeito”, “atenda desse jeito”, “faça este encaminhamento”, daí fica muito difícil. Fica muito engessado o trabalho. Na verdade, o trabalho não sai. [...]Um trabalho que fica travado.[...] Acho que é um lugar, um pouco, de uma certa impotência. Que muitas vezes...é possível fazer uma leitura de uma atuação diferente, que pode contribuir com a vida daquela pessoa que está sendo atendida ou processual, é...com alguns desdobramentos sociais, né, da questão da justiça criminal. E...acaba ficando travado, porque muitas vezes o encaminhamento não vem porque a gente não vai fazer do jeito que estão mandando... É o lugar acho que da impotência mesmo, assim. De você ficar submetido a uma ordem de alguém que sabe muito pouco sobre o que você pode fazer. [...]Acho que insistir no diálogo...na conversa. Acho que tentar, de alguma maneira, desconstruir essas compreensões que estão, que às vezes são tão fortes assim. Que chegam na gente de um jeito tão forte.

Uma tendência de toda instituição: estabilização e enrijecimento dos processos

Sobre esta questão, uma das psicólogas abordou as dificuldades de se produzir continuamente práticas enriquecedoras, numa instituição que – como tal – traz uma tendência natural a estabilização de processos de trabalho e burocracias. Para combater esta tendência, ela aponta o caminho da constante reflexão sobre suas práticas, a fim de não se reproduzir o mesmo. Voltaremos a nos debruçar sobre este tema mais a frente.

Como instituição é muito difícil também, se manter essa vitalidade, essa... esse poder, vai, assim... isso de forma dinâmica. Acho que o trabalho e instituição às vezes, pela própria dinâmica da instituição, tem coisas que dá uma paralisada... e aí a gente tem que estar atento pra... pra não cair nisso também, né?

Sobrecarga de trabalho e ausência de equipe ou quadro reduzido

Relatos sobre sobrecarga de trabalho ou o quadro reduzido de profissionais, para a demanda que se apresenta, foram bastante frequentes, como vemos abaixo. Há desgaste, cansaço e prejuízo laboral às psicólogas e psicólogos, limitando sua atuação.

[...] quando eu me sentia muito sobrecarregada, sozinha... não tinha uma equipe. [...] Aí eu me via sobrecarregada, cansada, exausta e aí... me via tentando dar conta só do mais urgente, sem conseguir ter muito esse pensamento maior, vivia enxugando o gelo... cansada e [...] de ter tanta demanda e... tentar dar conta e... perceber que dava conta de... de uma parte. Não estava conseguindo fazer nada muito bem. Não tinha tempo, não tinha... com quem dividir, com quem pensar... com quem discutir [...] Foi muito difícil.

Até quatro semanas atrás éramos uma psicóloga e um assistente social pra trabalhar com 103 defensores na regional. A gente não tem muito o intuito de acessar todos. Porque não é possível, né? Cada um tem mais uma pilha de processos, então a gente não tem nem perna pra trabalhar com todos.

O quadro enxuto de profissionais e possíveis prejuízos também foram apontados por este profissional, tais como a sobrecarga e não poder se aprofundar em uma temática que possa ter mais afinidade ou interesse em trabalhar:

[...] a questão de trabalhar sozinho. Sozinho no sentido de único profissional psicólogo. Porque agora tem colega assistente social. Mas no sentido de ser sozinho, na unidade, quer dizer que todos os atendimentos que dizem respeito, especificamente, a esta disciplina, a essa profissão, tem que ser prestados por mim. E aí eu atendo tudo e às vezes não consigo me aprofundar em nada. Tenho que atender tudo que vem e aí a limitação é de que, às vezes, há temáticas que eu não quero lidar ou que eu já lidei e tô de “saco cheio” de falar... Mas tenho que atender porque sou eu e não posso dizer que não vou atender mais aquilo. Ou não estou a fim, enfim...

é uma limitação no sentido de depender dos outros e no sentido de que eu não posso escolher o que eu quero atender... e eu nem sei se tivesse outros psicólogos eu poderia fazer isso, mas é uma frustração de ficar sozinho como único profissional psicólogo. Acho que deve ser semelhante aos assistentes sociais também. Porque a gente atende tudo de tudo. Não tem uma especialidade de temática, nem de área”. [...]por ser uma temática que eu estudei no mestrado e que vou ficando de saco cheio, não quero mais discutir isso enfim...

Desgaste emocional

Destacaremos neste item falas das/os entrevistadas/os que nos remeteram à descarga emocional a qual as/os psicólogas/os (bem como outras/os profissionais) que atuam na DPESP ficam expostos, devido à especificidade dos casos atendidos, tais como situações de sofrimento, conflitos ou violências.

[...] então, nem sempre é fácil. E aí eu não acho que é por conta de ser a população pobre. Mas é porque são pessoas que estão sofrendo, independente da questão econômica. Às vezes as pessoas trazem... sofrimento delas que nem sempre é legal escutar. E nem sempre a gente tá a fim de ... de entrar em contato com aquelas histórias. Mas a gente acaba fazendo porque faz parte da função... E no primeiro momento a gente não sabe que história a pessoa tem, antes dela começar a falar. E a gente tem que, eu pelo menos tento fazer isso.

[...]Principalmente no começo mesmo, eu ouvia casos que envolvia abuso ou criança ou situação de violência, meio tensa assim...eu ia pra casa mal assim [...] Incomoda... tanto...esses mal estares que são muito ligados à questão social, por exemplo, da exclusão, incomoda muito, né...o fato de saber que algumas pessoas vivem nessa privação maior. Incomoda ver como o ser humano tem dimensões assim, mais terríveis e [...] das violências...mas eu sempre ficava pensando, mesmo nessa questão da violência, como se chegou a isso e tinha sempre essa dimensão da privação excessiva...uma condição desumanizadora...material e social...que tinha os resultados assim, mais compreensíveis nesse sentido de... a que condições pode chegar uma pessoa [...]Acho que...análise (pessoal) ajudou bastante...(risos)...eu levava muito pra análise os casos, algumas situações, que as vezes eu ficava revoltada...uma situação de revolta [...] com alguém sofrer aquele tipo de coisa, sabe? Como é possível [...] tinha também...acho que na faculdade, toda a formação em Psicologia social ajudava a pensar um pouco isso....Mas eu acho que tem a ver com ter um espaço de reserva pessoal/subjetiva também, fazer outras coisas, tocar violão, compor, escrever poesia [...] Ajuda a criar um espaço de subjetividade própria pra eu poder suportar a subjetividade traumática que vem. Até lidar com os próprios traumas assim...questões da história pessoal, de saber que certas coisas acontecem na sua família também. [...] Reunião de equipe, discutir os casos em grupo...durante um atendimento ou outro, sempre tinha alguém ali pra conversar. Eu acho que...só que eu achava bem precário. Não tinha um espaço institucionalizado: vamos sentar para discutir casos.[...] Não funcionava muito bem...funcionava mais discussão de caso de corredor. Teve uma pesquisadora que fez pesquisa e ajudou muito. Tinha umas reuniões que ela parava pra ouvir nossa prática então falar sobre a prática ajudava também um pouco...Eu acho que os encontros com os colegas.

O acompanhamento de tais situações desperta nas/os profissionais incômodos e angústias que extrapolam o ambiente de trabalho, já que se aproximar das histórias e vivências desta população faz parte de sua função, conforme discurso no primeiro trecho. Na segunda fala, é relatada tensão e incômodos de se entrar em contato com as expressões da questão social e desigualdades. Como práticas cuidado consigo mesma, esta profissional destaca a importância da análise pessoal (psicoterapia), do desenvolvimento de atividades ligadas à arte/lazer, além de espaços institucionais de reunião de equipe – por exemplo – em que se possa falar e refletir sobre a prática.

A relação com o contexto Judicial

O contexto judicial tradicional, conhecido pelas formalidades, rigidez, burocracia e morosidade não agrada muitas/os profissionais, sendo que se mostra como um entrave para algumas/alguns psicólogas/os. Para este profissional, tal contexto geralmente dificulta a efetividade do trabalho de garantia de direitos.

Eu não gosto de trabalhar na esfera judicial. Porque...pelo menos pela minha experiência, a gente tem muito pouco alcance na esfera judicial. Que é de produzir parecer como assistente técnico, de questionar um laudo ou outro, enfim. E eu não vejo muita efetividade no trabalho.

No caso abaixo ele relata um exemplo de atuação neste contexto (judicial) e os entraves encontrados:

É, os casos, por exemplo, de crianças acolhidas institucionalmente. Que existe um processo, né, execução da medida de proteção, que os colegas do TJ produzem avaliações e a gente entra como assistente técnico pra poder questionar e lançar um olhar sobre informações do caso... que o colega entende de outra forma ou que não estava contemplado no laudo enfim. É... nesse sentido que eu tô falando da atuação judicial. Eu percebo que tem muita pouca efetividade. A gente atende a demanda, é uma demanda de certa forma trabalhosa, que a gente vai produzir um documento, vai fazer atendimentos, entrevistas, aciona rede enfim. E a gente produz um outro olhar sobre a mesma situação e... parece que aquele nosso olhar é um olhar que pode ser descartado porque é parcial enfim. O que vale mesmo é o laudo do perito psicólogo, perito assistente social. Então a gente trabalha muito para ter quase nenhum resultado. [...]. E aí não é só especificamente na produção de documentos. Por exemplo, as audiências concentradas¹¹⁴, é o mesmo movimento que tem na produção de laudos. As audiências concentradas são feitas para discutir os casos de acolhimento institucional com a rede, com a equipe do TJ¹¹⁵, com a equipe do MP – o que eu nunca vi por aqui, nas audiências concentradas – e o defensor e a equipe técnica, digamos assim, da Defensoria. A gente discute, a gente levanta questões, questionamentos, mas parece que a nossa opinião é meio “deixado de lado”, porque quem vai decidir não é nem o juiz, mas é o técnico do juiz. A gente

¹¹⁴ Audiências concentradas: trata-se de estratégia que pode ser utilizada por juíza/juiz no acompanhamento de processo judicial na área da Infância e Juventude. A/o magistrada/o tem a opção de realizar reavaliações por intermédio de reuniões com integrantes da rede de serviços que acompanham o caso. Nessas reuniões, são colhidas as opiniões técnicas (de que o magistrado evidentemente não dispõe em face de sua formação específica) para nortear os rumos do processo de acompanhamento da criança ou adolescente em situação de acolhimento.

Mais informações em <http://www.tjpr.jus.br/documents/116858/2450301/Guia%2BPr%25C3%25A1tico%2Bsobre%2BAudiencias%2BConcentradas+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>

¹¹⁵ TJ: Tribunal de Justiça

tem todo um “trabalhão” de ir lá, discutir, levantar questões e... tem pouca efetividade. E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

Segundo esta interpretação, nestes casos há um peso e consideração maior para a análise feita pela/o perita/o psicóloga/o – auxiliar da/o magistrada/o – limitando as intervenções e entendimentos da/o técnica/o da Defensoria na compreensão do caso.

O problema é quando há... quando não há o consenso; quando há divergência de entendimento. Ai o que vale é o perito.

Por esta razão, este profissional prefere investir – na medida do possível e das demandas que lhe são encaminhadas – em atuações extrajudiciais.

Outra desgastante característica deste universo judicial, que tem sido enfrentado pelas/os profissionais da DPESP é o clima adversarial que se impõe, como vemos no caso abaixo, em que a psicóloga relata um caso acompanhado no qual a DPESP estava a favor de uma das partes e o Ministério Público, representado por um promotor, contrário a esta:

[...] com um incômodo muito grande da promotoria... que se pegou na nossa documentação... pra atrasar o desdobramento processual... de uma maneira bastante grosseira, desqualificando o nosso trabalho, falando que o nosso trabalho tinha sido encomendado... é...[...] Achei pesado. Foi uma coisa bem difícil de ouvir porque... esbarra na minha ética profissional assim... e que é uma coisa que sempre entrou pra reflexão no ambiente que eu trabalho. Então, me “pegou” pessoalmente. Foi uma questão que me pegou pessoalmente. [...] não tinha espaço pra dialogar com esse promotor... [...] enfim, de um jeito muito grosseiro e a gente foi trabalhar, também, em cima do que tinha sido solicitado pela promotoria.

Como vimos, a situação gerou inclusive incômodos pessoais à profissional, devido a postura entendida como “grosseira” por parte do promotor, que tentou desqualificar seu trabalho. Além disso, outra característica do contexto judicial e jurídico, de um modo geral –

relatada pelas entrevistadas – é a falta de abertura para os olhares de outras ciências ou outros pontos de vista:

Eu acho que tem a ver com ampliar as possibilidades de olhar para as...para as situações. É que eu não... não vinculo muito isso com a justiça. Não vejo a justiça como algo que...que se preocupa, na prática, em ampliar o olhar para algumas situações.[...] Justiça...a lei, a prática de aplicação da lei...É...especialmente na questão criminal. Não vejo... não vejo um desejo de ampliação de...né, de olhar de um jeito mais abrangente, de olhar com...com mais cuidado.

Demandas encaminhadas e falta de clareza sobre as possibilidades de atuação do CAM

Em outro momento (item “B”, p. 75) já abordamos que umas das dificuldades iniciais para as/os psicólogas/os nesta instituição foi romper com expectativas as vezes equivocadas sobre determinadas demandas que eram encaminhadas aos CAMs, tais como os casos de composição extrajudicial de conflitos em casos mais simples, nos quais as partes já estavam em acordo, por exemplo, e que só faltava determinar valores de pensão alimentícia.

[...] quando eu cheguei na Defensoria [...] na época o atendimento... do psicólogo era só composição extrajudicial de conflitos, que nem tinha esse nome. Tinha o nome de mediação e conciliação mesmo. E muitos casos, agenda lotada e casos... muito simples assim. Casos de só pensar pensão alimentícia, sem nem discutir visita... e aí a gente ficava discutindo valor de pensão, pra mais, pra menos, enfim. [...] Mas era ruim que eu ficava “de saco cheio” fazendo essas coisas e sentir que estava sendo sub-aproveitado assim.

Retomamos a esta questão neste momento, pois entendemos que se trata de outro recorrente entrave da atuação neste campo: as expectativas e encaminhamentos/pedidos dos operadores de Direitos às/aos psicólogas/os que muitas vezes limitam as possibilidades de intervenção da/o profissional de Psicologia, “sub-aproveitando” estes profissionais, que poderiam ser direcionadas/os a outras demandas mais complexas. Uma das interpretações é que esse tipo de encaminhamento ocorra pela falta de conhecimento por parte das/os

defensoras/es sobre as várias linhas de trabalho das outras áreas do saber, que passaram a ser exploradas depois de algum tempo .

E aí, acho que os defensores não... visualizavam muito bem o que a gente podia oferecer tanto para a questão da mediação de conflitos quanto para outras... outros tipos de atuação. [...]no decorrer do trabalho mesmo. Quando os casos diversos iam chegando... os casos de atendimento de saúde mental, os casos de infância e juventude... e aí fui entendendo que há outras possibilidades de atuação... que não a mediação e a conciliação de conflitos. E também de outras formas de atuar na própria mediação de conflitos que não só “discutir valores”...de pensão alimentícia. No sentido de que a gente poderia... oferecer outras possibilidades de reflexão... que não ficassem limitadas a uma questão matemática. Que outras questões poderiam ser trabalhadas, especialmente quando se tratava de... de cuidados, né, com os filhos, enfim, ou quando se tratavam de idosos, cuidado com familiares idosos, pais e mães idosos enfim.

Outro exemplo disto apareceu na fala desta psicóloga. Ela descreve certa tendência de que determinadas demandas – como atendimento a pessoas com transtorno mental - sejam direcionadas e fiquem sob acompanhamento apenas das/os psicólogas/os, até por certos estigmas que a questão carrega. Um problema aqui localizado é que outras demandas da pessoa, por exemplo nas quais o operador do Direito poderia contribuir mais adequadamente, não sejam abordadas. A saída encontrada neste caso foi o atendimento em conjunto, com as/os várias/os profissionais responsáveis pela demanda.

Porque daí o que a gente começou a perceber é que vinham muitas pessoas...que tinham também demandas jurídicas, e essas demandas jurídicas não eram atendidas. Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM...é...pra que a gente desse conta dessa compreensão...quando, na verdade, pra isso não tinha nenhum segredo, assim. [...]Especialmente aquelas que estavam respondendo a processos. E daí, pra isso a gente criou uma estratégia que foi de atender junto com o defensor que tava encaminhando. Quando a gente verificava que era caso de saúde mental, de pensar esse atendimento conjunto, até pra desmistificar um pouco esta questão da loucura [...]eu acho que, só o fato de estar lá, né, de estar todo mundo junto ali participando, de você não ignorar que existe uma questão jurídica objetiva que precisava ser olhada...

Para que estes estereótipos sobre a profissão sejam rompidos e que se elucide melhor, na instituição, o que as/os psicólogas/os podem desenvolver, esta psicóloga propõe a propagação do trabalho, nas ações práticas e conjuntas do cotidiano:

Acho que é ir além dos pré-conceitos da profissão. Acho que tinha muito essa cara, né, “o psicólogo, ele vai atender louco ou a pessoa que tá chorando”, né, “tem uma pessoa aqui chorando e eu preciso de um psicólogo”, quando muitas vezes é um choro que é extremamente legítimo e que faz parte ali do que está acontecendo. É um acolhimento que não necessariamente precisa ser feito por um psicólogo. Talvez uma pessoa que precise sim de um acolhimento, no sentido de ...legitimar aquele sofrimento de alguma forma, mas não necessariamente de uma abordagem mais técnica em relação àquele choro. A pessoa tá chorando porque está triste, porque não é um lugar de alegrias de um modo geral. É...então acho que qualificar o encaminhamento vem muito de quebrar um pouco essas concepções iniciais do que é a Psicologia, do que a Psicologia pode fazer dentro de uma regional da instituição. Inicialmente eram estes dois pontos que acho que vem muito dessa herança dessa compreensão clínica da Psicologia, do que tá ali...é...entre as quatro paredes, no setting, enfim, né, que tem uma outra formatação. Então...acho que...isso vai sendo quebrado com a atuação, na construção da atuação...do psicólogo na regional.

A falta de Diretrizes mais claras sobre a atuação também apareceu no discurso abaixo, revelando a necessidade de mais direcionamentos institucionais que elucidem as possibilidades e limitações desta prática.

Qual é o nosso espaço? Se a gente tem mais restrito ou se a gente pode... é... ampliar nossa atuação. Ou não...

Direito à defesa e entraves éticos

Um entrave que surgiu nesta prática e foi abordado durante as entrevistas foi a seguinte questão: considerando que as/os defensoras/es sempre vão construir uma defesa técnica parcial, a favor da pessoa que está sendo acompanhada em um processo – seja autor/a ou ré/réu – garantindo o direito à defesa, como ficaria o papel das/os psicólogas/os que acompanham este mesmo caso, seguiria a mesma linha, sendo claramente parciais? Como

ficariam as questões éticas, estariam sendo violadas? Se em um caso concreto uma defensora estivesse acompanhando uma pessoa acusada de estar cometendo algum tipo de violência, por exemplo, e – durante o processo de acompanhamento e análise do caso – a psicóloga responsável levantasse indícios de que a suposta violência realmente estivesse sendo efetivada, como procederia, considerando seu código de ética que, neste mérito, orienta que à/ao psicóloga/o é vedado “Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão”¹¹⁶?

Durante as entrevistas esta problemática se apresentou da seguinte maneira:

[...] esse é um...é um dos pontos que mais me “pegaram” na atuação na criminal. Você está pelo réu, é...existe uma responsabilidade com o réu. Então, nada do que for, eventualmente, prejudicial no processo vai ser apresentado, porque não temos um lugar neutro nessa questão do processo...é...mas acho que dá pra...é...não precisa cair pra nenhum dos dois pólos pra não ter um lugar neutro. A nossa responsabilidade é com a garantia de direitos, com uma tentativa de quebrar de alguma forma esse movimento do judiciário, do bem e do mal, né? Do bonzinho e do monstro...porque, pra uma pessoa ser absolvida, ter uma pena mais branda, ele não precisa ser, necessariamente, o bonzinho, que não cometeu o crime...né? Então a nossa proposta é oferecer uma outra compreensão sobre aquilo que tá por trás.[...] Então se a gente trabalhar junto, a gente não vai atrapalhar o trabalho deles, né, que é o de conseguir a pena mais branda possível...é...mais a gente também tem uma responsabilidade ética de não inventar alguma coisa para proteger a pessoa que estamos defendendo. Acho que a Psicologia tem um lugar, que é um recorte um pouco diferente. Não é isento, não é... Tem um lado, mas não é com o abrandamento da pena em si. Acho que é por isso que a gente precisa trabalhar junto].

Conforme os pontos grifados que destacamos, para esta profissional, um possível caminho para se lidar com este obstáculo seria o de alinhar o trabalho na perspectiva de garantia de direitos, mantendo-se os compromissos éticos – de não conivência ou omissão de violências, aliadas a manutenção da verdade em seus posicionamentos técnicos – e propondo uma análise mais ampla sobre os acontecimentos, o que, em geral, é exequível e pode trazer um produto (uma análise, relatório, laudo) que pode ser favorável às pessoas acompanhadas pela DPESP no processo. O que lapidaria tal atuação, no sentido de se pensar caminhos e

¹¹⁶ Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução CFP 010/2005, artigo 2ºa.

alternativas fecundas, seria o diálogo entre o/a defensor/a do caso e a/o psicóloga/o, o “trabalhar junto”.

Contradições deste campo de atuação

Uma das psicólogas colocou como um dos entraves desta área de atuação o ter que lidar cotidianamente com as contradições da instituição e deste campo, de um modo geral. Neste caso, ela identificou como contradição o fato da sociedade enjetar um alto investimento financeiro em instituições jurídicas – principalmente em determinados cargos e profissionais, que já são economicamente privilegiados – ao mesmo tempo em que o objetivo formal destas instituições seria o de diminuir a desigualdade social. Ela se questiona sobre o direcionamento e resultados obtidos.

Falta de reconhecimento, a desigualdade da instituição em termos de salário, as contradições...essas contradições da instituição...faz desanimar muito.[...] Garantir acesso a direitos...a pessoas muito pobres...e, pra garantir o direito a pessoas que estão totalmente despojadas dos recursos econômicos, você investe um monte de dinheiro...pra garantia de direitos (risos) dessas pessoas que...que estão...e aí...e aí a missão da instituição é diminuir a desigualdade, injetando um monte de dinheiro numa determinada classe.

Desmistificar o encaminhamento banalizado de certas demandas e expectativas de que sejam acompanhadas apenas pela Psicologia

Conforme pudemos ver em outros momentos do texto – vide p.86 – há certas demandas que são estereotipicamente vinculadas às/aos psicólogas/os, tais como “pessoas chorando” ou “loucos”. O problema apontado é o de que outras demandas jurídicas, cabíveis às/aos operadoras/es do Direito acabavam não tendo contorno:

Acho que é ir além dos pré-conceitos da profissão. Acho que tinha muito essa cara, né, “o psicólogo, ele vai atender louco ou a pessoa que tá chorando”, né, “tem uma pessoa aqui chorando e eu preciso de um psicólogo”, quando muitas vezes é um choro que é extremamente legítimo e que faz parte ali do que está acontecendo. É um acolhimento que não necessariamente precisa ser feito por um psicólogo. Talvez uma pessoa que precise sim de um acolhimento, no sentido de ...legitimar aquele sofrimento de alguma forma, mas não necessariamente de uma abordagem mais técnica em relação àquele choro. A pessoa tá chorando porque está triste, porque não é um lugar de alegrias de um modo geral.

Além disso, estes estereótipos em relação ao que se encaminhar pode prejudicar a ampliação da compreensão deste tipo de trabalho, limitando-a a essas demandas, mesmo em casos em que a atuação de psicólogas/os não traria uma melhor abordagem ao caso. Consequentemente, demandas que poderiam ser enriquecidas pelo olhar interdisciplinar estariam deixando de ser atendidas, já que as/os profissionais estariam sendo direcionadas/os e sobrecarregados com estas outras atividades. No cotidiano percebemos que tais banalizações ocorrem também com as/os profissionais do Serviço Social.

Diante dos entraves, obstáculos e limitações ou dificuldades que as/os psicólogas/os estão enfrentando neste campo de atuação, a partir do que identificamos nas falas, os quais abordamos neste tópico, podemos elencar algumas necessidades apontadas para a melhoria do trabalho, que serão apresentadas a seguir.

3. Necessidades

O) Sugestões para a melhoria do trabalho e enriquecimento da atuação.

Neste tópico selecionamos algumas sugestões para melhoria do trabalho, além de elementos que podem potencializar esta atuação, a partir das análises e reflexões das psicólogas/os da DPESP.

Analisar maneiras de potencializar o trabalho

Considerando os entraves e as limitações apontadas no tópico anterior, mostra-se importante que as/os psicólogas/os reflitam sobre como melhorar suas ações, considerando os obstáculos tais como limitações de tempo e número de atendimentos. No caso abaixo, o psicólogo coloca que as reflexões proporcionadas à população atendida poderiam ser mais profundas, apesar de já acontecerem:

Talvez o que mudaria aí seria a intensidade e a quantidade da reflexão. Mas a provocação da reflexão eu acho que sempre acontece.

Na fala desta outra entrevistada também identificamos uma busca por mais efetividade em seu trabalho:

Acho que eu poderia fazer mais, sempre nessa busca assim... mais efetividade.

Potencialização e ampliação de espaços de discussão de casos, reflexão e capacitação

Foi recorrente, nas falas das/os entrevistadas/os o pedido por mais espaços institucionais para capacitação profissional, discussão de casos, reflexão e supervisão. Apesar destes ambientes já se fazerem presentes e terem sido apontados inclusive como aspectos favoráveis à atuação (presentes), eles não se mostraram suficientes, conforme podemos ver nas falas abaixo:

[...] às vezes a gente fica acho que tão... engolido pelo dia a dia, que falta um momento de você olhar para a sua prática. Esses momentos proporcionam isso, de alguma maneira. Você olhar para o que você está fazendo, para o

que você construiu... por que caminho você está seguindo, como você pode contribuir...de trazer isso um pouco mais...

Reunião de equipe, discutir os casos em grupo...durante um atendimento ou outro, sempre tinha alguém ali pra conversar. Eu acho que...só que eu achava bem precário. Não tinha um espaço institucionalizado: vamos sentar para discutir casos.

Consolidação das frentes de trabalho dos CAMs e propagação institucional destas práticas

Para as/os entrevistadas/os as várias frentes de trabalho das/os psicólogas/os e assistentes sociais – que atualmente tem sido divididas em 5 eixos de atuação, conforme vimos na página 97 – precisam ser mais difundidas na instituição. Esclarecidas continuamente para as/os defensoras/es (que acabam encaminhando os casos – ou não), para as/os psicólogas/os, enfim; para todas/os. Apesar de reconhecerem que já houve avanços, elas/es destacaram a relevância de que o trabalho seja esmiuçado, o que lhe fortaleceria, dando-lhe mais visibilidade tanto dentro quanto fora da instituição.

[...] acho que, pra frente, cada vez vai ficar mais claro essas várias frentes de trabalho que a gente tem, não limitada a composição extrajudicial de conflitos. E aí a gente vai poder pensar formas de atuação mais... efetivas em cada uma das frentes de trabalho. Eu acho que disso depende consolidar essas frentes de trabalho e isso ficar muito claro para a instituição, essas várias frentes de trabalho que a gente pode fazer. E também no sentido de ampliar o quadro de profissionais. Porque eu acho que a gente vai melhorar a qualidade da... do trabalho, quando a gente também tiver condição de refletir especificamente sobre as frentes de trabalho. E não ficar sufocado no cotidiano de atender vários casos, tudo que chega e... enfim. Eu acho que isso limita um pouco o trabalho. Acho que nesse sentido de... tornar claro as várias frentes de trabalho para a instituição, para os defensores, os servidores enfim... e ampliar o quadro, eu acho que a gente tem a perspectiva de melhorar o trabalho.

Nesta mesma fala vimos que o psicólogo também sugere a ampliação do quadro de profissionais e a posterior divisão do trabalho por área temática, o que possibilitaria que as/os psicólogas/os aprofundassem a compreensão e atuação numa determinada demanda ou área,

tais como Infância, Criminal, Família. Nessa lógica, o trabalho seria enriquecido. Trata-se de um ponto que gera divergência entre as/os psicólogas/os e demais profissionais. Tem-se esta compreensão de que esta divisão melhoraria a qualidade do trabalho prestado. Por outro lado, consideramos que há um risco de que esta hipotética divisão enfraqueça o trabalho interdisciplinar e/ou em equipe – tão valorizado na fala das/os entrevistadas – já que poderia promover isolamento entre os profissionais, que seriam especialistas em suas sub-áreas, diminuindo os espaços de discussão entre todas/os. São questões a serem levantadas e amadurecidas.

O almejo pela ampliação no número de profissionais também apareceu em outras entrevistas, como abaixo:

[...]e ampliar o quadro, eu acho que a gente tem a perspectiva de melhorar o trabalho.

Estímulo institucional a práticas interdisciplinares

Apesar das/os entrevistadas/os terem relatado a existência de práticas em conjunto e multi ou interdisciplinares, conforme vimos nos tópicos anteriores, nos discursos também percebemos que há um desejo de que estas práticas sejam reforçadas, visando integrar mais as/os defensoras/es. Isso deveria ser frisado não só no discurso, como na prática.

[...] casos ou discussões de casos ou projetos comuns. É... uma discussão de casos que é da equipe. Acho que trabalhar em equipe tem isso muito claro. Tem isso mais claro. Hoje tem muito um discurso lindo, de trabalho em equipe, interdisciplinar, que é só discurso. Na prática... E isso precisa ser bancado pela instituição. Bancado, cobrado...

Vemos nessa fala uma sugestão de que este tipo de prática – em equipe e interdisciplinar – deva ser fomentado pela própria administração da instituição, que teria mecanismos para tal.. Tal ideia também apareceu nas falas abaixo:

De falar “ó, somos uma equipe e esse objetivo”, seja conseguir encaminhar um caso da melhor forma possível, “eu tenho uma solução ótima para aquela pessoa, ou para uma política pública, desenvolver um projeto tem que ser da equipe”, de igual forma. Todos ali estão ali pra escutarem e aprenderem e trabalharem juntos e não “eu sei, eu quero que você me ajude só”. E “o trabalho é meu, o projeto é meu... não é nosso”.

Eu acho que tinha que ser uma política institucional mesmo e interdisciplinar. O foco é nisso. Acho que se tivesse isso mais forte, como meta da instituição, ia... o trabalho ia até dar uma acelerada assim.

Nesse sentido, há uma ideia de que se a administração da DPESP incentivasse de maneira mais clara a atuação interdisciplinar, o trabalho seria mais rico.

Transformação das relações de poder em relações horizontais que potencializem as ações da DPESP

Também vemos em vários momentos a manifestação de um desconforto com práticas hierarquizadas e verticais, dos operadores do Direito em relação às/aos profissionais de outras áreas do saber. Sendo assim, almeja-se um trabalho mais horizontal:

Direito não tem que ser o saber... acima. Mesmo em uma instituição que é de Direito, como a Defensoria. Tem o seu saber, que está acima dos outros e... que coordena os outros de cima pra baixo. Tem que estar ali num mesmo nível, pensando junto e tal.

Nessa linha, com relações mais horizontais entre as/os profissionais das várias áreas do saber, as/os psicólogas chegariam a outros pontos citados nas entrevistas como melhorias nas

condições do trabalho: a maior abertura para criação de intervenções propositivas e proativas, conforme já discutimos nos tópicos anteriores e a possibilidade de que as/os próprias profissionais dos CAMs coordenassem estes setores, equipes e projetos.

Na atual configuração da DPESP, apenas defensoras/es Públicas/os podem ser coordenadoras/es de Unidades ou Núcleos Especializados¹¹⁷. Inclusive a coordenação dos CAMs¹¹⁸, além de outros setores técnicos relacionados à áreas que não o Direito – como a Coordenadoria de Tecnologia da Informação¹¹⁹ – atualmente podem ser coordenados apenas por defensoras/es públicas/os. Nas falas abaixo, vemos interesse e proposta de que, no futuro, as/os psicólogas/os e assistentes sociais também tenham esta possibilidade:

Uma das coisas é a valorização do profissional, tanto em termos de... de lugar. Por exemplo, coordenando uma equipe, porque tem capacidade técnica e profissional para aquilo. E não porque... só porque é defensor. Porque hoje é... estruturado, né, pra isso estar... Está até na lei, já tá tudo fechadinho: só coordena, só dirige quem é defensor. [...] E profissionais que são ótimos também, psicólogos, né, que é o recorte aqui, e que poderiam ser ótimos coordenadores. [...] Coordenação por Agente de Defensoria e aí você, psicólogos, assistentes sociais coordenando de forma técnica equipes... E com esse olhar nas pessoas, no potencial que cada um tem. Tanto pessoal, profissional, né, mas da sua área específica.

Maior reconhecimento e valorização das/os psicólogas/os na DPESP

Todas/os as entrevistadas/os fizeram referências à necessidade de que o trabalho interdisciplinar – e não só o de psicólogas – seja mais reconhecido e valorizado por todas/os da instituição (e, conseqüentemente fora dela também). Elas/es entendem que já há um reconhecimento, mas que fica aquém do esperado. Tal reconhecimento e valorização

¹¹⁷ LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 09 DE JANEIRO DE 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, artigos 45 e 54.

¹¹⁸ A coordenação dos CAMs é realizada por uma/um Defensora/r Pública/o, nomeado pelo Defensor Público Geral para exercer tal função. Vide Deliberação 187/2010, que “Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar”, artigo 4º.

¹¹⁹ LEI COMPLEMENTAR Nº 988, DE 09 DE JANEIRO DE 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, artigo 89.

profissional estimularia as/os técnicos, melhoria a qualidade do serviço prestado e fortaleceria o trabalho da DPESP como um todo.

A gente já tá contribuindo muito [...] Tem que ser mais reconhecido, tem que ser mais valorizado... Tem que ficar mais claro que isso faz a diferença para o trabalho da instituição. Porque eu acho que não dá mais pra pensar a atuação da Defensoria sem os psicólogos. Eu acho que isso tem que ficar mais claro [...] passa pela atualização salarial também. [...] de ir marcando mais seus espaços... de não aceitar qualquer coisa, qualquer tratamento... de não aceitar, por exemplo, autoritarismos em relações hierárquicas... desnecessárias, né? De não aceitar um trabalho... que não seja valorizado, que não seja escutado.

Esta valorização também parece passar pelo incremento remuneratório, conforme falado na entrevista:

[...] a gente precisa ganhar, ganhar bem. Cada vez mais, correspondente a contribuição que a gente tá aqui.

É... passa pela atualização salarial também. Acho que sim. Acho que existe aqui dentro uma diferença gritante, não só pra Psicologia, pra o Serviço Social, pra todas as outras áreas... pra oficiais também. A parte administrativa, eu acho que... não sei, eu não entendo pra que tanta discrepância de valores. Isso já parece, dá a entender que somos melhores, mais importantes, mais essenciais do que os outros. Tem um simbolismo muito forte! Não é só o dinheiro, né? O dinheiro é muito simbólico.

Como vimos na entrevista acima, a psicóloga se refere a “discrepância de valores” existente hoje na DPESP. Para se ter uma ideia, hoje o salário inicial de uma/um Defensor/a Público/a é de R\$ 18.431,00¹²⁰ (fora o recebimento de diversos tipos de gratificações, que atualmente, na instituição, só são concedidas a defensoras/es públicas/os). Já as/os agentes de Defensoria – incluindo as/os psicólogas/os, assistentes sociais e demais profissionais de nível superior – tem o salário inicial de R\$ 5500,00, ao passo que para as/os Oficiais de Defensoria (cargos administrativos, com exigência de nível médio) este valor é de apenas R\$ 2300,00¹²¹. A

¹²⁰ Conforme a Lei Complementar nº 1.221, de 29 de novembro de 2013.

¹²¹ Conforme a Lei Complementar nº 1.219, de 21 de novembro de 2013

psicóloga destaca o valor “simbólico do dinheiro” na valorização – ou não – das/os várias/os papéis e pessoas dentro da DPESP.

Organização política

Foi sugerido que as/os psicólogas/os se mobilizem para uma melhor e maior organização política em relação aos seus pleitos, posicionamentos estes que podem ser formulados e intensificados com a recém criada Associação dos Servidores da DPESP (ASDPESP) ou mesmo com o trabalho da Assessoria Técnica Psicossocial, conforme citado abaixo:

[...]acho que a gente está no momento de construir uma... agenda mais afirmativa dos psicólogos, sabe? A gente já tá contribuindo muito...

Se fortalecer mais assim... também tem a associação¹²², que vai ajudar nesse fortalecimento, mas... internamente também. O trabalho da ATP¹²³ que é chave, né? Trabalho... muito importante, com ações afirmativas... mas que dá pra ir também além.

Para esta psicóloga, esta união se mostra importante não só para fortalecimento destas/es profissionais em relação a melhorias nas condições de trabalho, bem como na constante melhoria e potencialização de suas práticas, através de espaços de reflexão e capacitação técnica:

[...] a gente tem que se unir mais, a gente tem que – enquanto categoria: psicólogos da Defensoria – a gente tem que se... pensar mais na nossa prática, pensar mais nas nossas potencialidades aqui dentro. Acho que a gente tem que... e, de novo, eu não consigo pensar “nossa união” só dos

¹²² Referência à Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP), recém criada.

¹²³ ATP: Assessoria Técnica Psicossocial, composta por psicólogas/os e assistentes sociais do quadro da instituição. Tais profissionais ficam afastados dos locais de origem e prestam serviços junto à Administração da Instituição, além de prestar suporte técnico às psicólogas/os e assistentes sociais das equipes no estado.

psicólogos¹²⁴. Também. Acho que teve o seminário “Psicólogos na Defensoria”¹²⁵. Ter mais, ter sempre estas atividades... Talvez não só uma vez por ano, mas... é... acho que a gente tem que se unir mais, pensar mais junto. Pensar projetos comuns pra crescer aqui dentro. A gente tá só começando.

P) Futuras possibilidades de intervenção

Ao longo das entrevistas, as/os psicólogas e o psicólogo refletiram sobre demandas nas quais elas/eles poderiam passar a acompanhar ou atuar de maneira mais produtiva, enriquecendo também o trabalho da instituição. Percebemos que tais demandas despertam interesse nestas/es profissionais e as/os mesmas/os manifestaram desejo em desenvolvê-las em algum momento.

Desenvolvimento de atuação em outros contextos, ainda pouco explorados

Com a recente ampliação das equipes e potencialização do trabalho interdisciplinar na instituição, as/os profissionais também começam a vislumbrar outros espaços interessantes de trabalho, passíveis de intervenções promissoras por parte da Psicologia e do Serviço Social, tais como os Hospitais de Custódia¹²⁶:

[...] a gente sabe onde a gente é requisitado e onde a gente não é e eventualmente onde seria importante. Por exemplo, a gente é muito pouco chamado pra atuar nos casos de... medida de segurança, de internação em Hospital de Custódia na área de execução criminal. E, na verdade, é um campo em que os peritos psicólogos e assistentes sociais atuam com muita

¹²⁴ No momento desta entrevista, a psicóloga se referia a união também com as/os assistentes sociais da instituição.

¹²⁵ Trata-se de eventos organizados pelas/os próprias/os psicólogas/os da instituição e que têm ocorrido anualmente desde 2011, totalizando por enquanto 4 Seminários nos quais se tem debatido a atuação neste contexto.

¹²⁶ Hospitais de Custódia são equipamentos públicos, voltados a pessoas diagnosticadas com transtorno mental que cometeu ilícito penal e necessita de atendimento/tratamento. Vide manual da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), disponível em http://www.abpbrasil.org.br/comunicado/arquivo/comunicado-104/MANUAL_FORENSE-18_10_Joao_2.pdf (acesso em 30/11/2014).

frequência. [...] Só que existe um medo de se “cutucar” esse universo, por mais que ele seja...tenha muita coisa que não tá, que não vai bem, muitas dúvidas sobre esses laudos que são produzidos etc, a gente raramente é convocado a participar dessa... dessa discussão.[...] Acho que é um campo possível. Só que é isso: agora a gente sabe onde que a gente pode atuar e a gente começa a ter uma equipe pra poder ir, pra poder sair e se lançar para essas... pra isso tudo que a gente enxerga como possibilidade de atuação. Talvez não pra isso tudo (risos)...mas pra uma parte do que a gente vê.

Esta psicóloga mostrou interesse em participar mais em ações coletivas, principalmente no tocante à melhoria de políticas públicas:

[...] atuação coletiva. [...]Isso eu acho que dá pra fazer mais. Dá pra gente... a Psicologia pode contribuir muito ainda na formação de políticas públicas, na efetivação...nas propostas.

[...] ajudar a pensar... a formular essas políticas (públicas), contribuir... E como tornar essas políticas efetivas. [...] acompanhar essas políticas, monitorar, ir lá perto, ver o que está acontecendo, identificar as dificuldades... Identificar as dificuldades dos atores daquela política, dos profissionais que estão ali, na ponta, trabalhando. Às vezes desgastados. Então [...] Acho que a Psicologia pode ter este olhar de fora e, ao mesmo tempo, olhar... pra cada um que tá ali...

Possibilitar algum tipo de mudança nas práticas jurídicas e judiciais

Esta psicóloga considera que a entrada de profissionais de outras/os áreas do saber, para além do Direito, pode promover mudanças no atual Sistema de Justiça como se dá hoje, que muitas vezes gera insatisfação na população, e sem conseguir efetivar direitos.

Acho que uma mudança de paradigma da justiça mesmo. [...] Talvez... uma percepção de que o Judiciário, como é, não vale a pena (risos)...Pensar que existem outras formas de justiça...Muitas outras, acho, fora do Judiciário e dentro do Judiciário. Pouquíssimas pessoas, assim... quer dizer, é que os casos que chegam pro CAM. Não dá pra dizer que os casos que chegam pra Defensoria. Mas a maioria dos que chegaram pro CAM...não tiveram uma solução judicial que tenha resolvido a vida das pessoas. Tem uma grande insatisfação, assim...com os processos judiciais, o jeito como é, o tempo que

demora, a burocracia dessas leis..."Mas como?", sabe? Você até entende que tá lá na lei, mas é...não necessariamente faz sentido pra quem tá vivendo aquela situação. Então, acho que essa desburocratização do Judiciário e trazer, buscar outras soluções para os problemas que as pessoas vivem. E eu acho que o psicólogo pode contribuir nisso.

a própria existência da Justiça como ela é pra mim é um absurdo. Então o novo paradigma, pra mim, é acabar com essa justiça como ela é.

Nesta outra fala, vemos que a expectativa é de que a atuação multiprofissional – tal como tem ocorrido nos CAMs – promova mudanças na Defensoria Pública, assim como esta instituição também tem caráter reformista dentro do próprio Sistema de Justiça:

[...] o CAM era a semente subversiva na Defensoria e a Defensoria é a semente subversiva na Justiça.

Ampliação das possibilidades de atendimento e acompanhamento das pessoas com transtorno mental

Para esta profissional, apesar das psicólogas/os já estarem realizando acompanhamentos de casos relacionados à saúde mental na instituição, este tipo de atuação ainda pode ser melhorada, dentro das especificidades e necessidades desta população.

[...] transtorno mental [...] É algo que chega muito e é algo que chama muito a atenção. [...] Como os ...os transtornos mais graves, envolvendo delírios, envolvendo persecutoriedade bastante forte...[...]Na Defensoria tem muito, então é uma experiência super interessante e faz sentido. [...] Acho que é uma coisa que os psicólogos poderiam discutir mais sobre isso. Porque tem essa coisa de encaminhar para o CAPS¹²⁷, encaminhar para o serviço de Saúde, mas eu não sei se é só isso que a gente poderia fazer. Tem outras coisas.[...] Não sei...talvez estudar isso, né? O que as pessoas com transtorno mental tanto buscam na Defensoria?

¹²⁷ CAPS: Centro de Atenção Psicossocial. Equipamento central na Rede substitutiva de atenção à Saúde Mental, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Mais uma vez vemos aqui destacada a importância de espaços de reflexão sobre a prática para que este trabalho seja cada vez mais amadurecido e melhorado.

Sobre as já relatadas relações institucionais hierárquicas verticais, muitas vezes autoritárias, que apareceram nas entrevistas, esta psicóloga sugere que a Psicologia – que supostamente teria uma perspectiva de trabalho em grupo, com base em relações mais horizontais – poderia trazer contribuições à DPESP, no sentido de promover espaços de trabalho mais democráticos e participativos, sem imposições com base em relações de poder.

[...] essa confusão de hierarquia funcional, com... hierarquia... até na formação...um autoritarismo. A diferença entre você ser um a referência, um responsável por aquele setor e você ser o ... tô escolhendo as palavras (risos)... deixa eu pensar... o... a diferença entre você ser um chefe, quem manda, e você ser um coordenador. Que, pra mim, eu acho que a Psicologia pode contribuir ainda. Pra mim, eu entendo que o coordenador coordena junto com outras pessoas. Lógico que ele vai ter responsabilidades específicas. Ele vai ter que ser muitas vezes a pessoa que decide, porque ele tá nesse papel. Ele tem essa atribuição. Mas ele está ali, muito mais junto com as outras pessoas, do que numa ordem direta “eu mando, você obedece”. Não “eu quero ouvir você, vamos pensar junto? Vamos construir junto”; “eu estou aqui só pra organizar. E eventualmente eu vou ter que decidir essa prioridade agora”, enfim. Eu tinha muito essa visão.

Durante a análise do conteúdo das entrevistas, além de agruparmos informações que considerávamos relevantes, distribuídas nas categorias de análise previamente delimitadas, que expusemos nas páginas anteriores, também fomos percebendo outras facetas que nos pareceram importantes para refletirmos sobre o nosso objeto de estudo. Desta forma, neste momento separaremos e detalharemos cada um desses elementos que também se mostraram presentes nas entrevistas. Nomeamos como estas como “implicações”, decorrentes da atuação neste campo.

Implicações sociais e pessoais

1 - Comprometimento e responsabilidade

A partir do material apresentado nos relatos e da postura e interesse manifestados durante as entrevistas, avaliamos que há um comprometimento, envolvimento e responsabilidade das psicólogas/os com o trabalho desenvolvido e com a população atendida. Vejamos como isso se manifestou nos exemplos abaixo:

Então quando eu tava atendendo, eu tava atendendo. Não tava só ali, fazendo outras coisas. Eu tô atendendo, tô escutando...e prestando atenção e mostrando pra pessoa que eu tô ali presente. Então acho que aí tem... cria esse vínculo.

Eu escutei. Eu acolhi. Eu tentei ajudar de verdade. Não é aqui, mas será que eu posso te ajudar em alguma coisa?”. [...]. Pelo menos tentar. Faz a diferença.

Nos destaques vemos a preocupação da psicóloga com o atendimento prestado. No trecho abaixo, destacamos novamente o envolvimento e interesse em se construir uma prática que beneficie as famílias atendidas.

... é muita responsabilidade... mas é muito positivo. Eu acho que faz sentido, assim... [...]Mas aí você tá vendo que várias comunidades, várias famílias daquela comunidade que você tá atendendo estão com os mesmos problemas e elas não conseguem serviços, não tem onde recorrer, estão perdendo a guarda dos filhos então... mas aí, e não tem política pública pra elas, não tem ajuda enfim. [...] Eu acho que... você poder ter esse olhar de que “olha, tem que propor, tem que... tem algo maior aí que envolve todas essas famílias.

Também notamos esta preocupação com a população atendida na seguinte fala, na qual o psicólogo explica – inclusive – que há uma cobrança interna/pessoal no sentido de prover o atendimento solicitado:

Mas tem uma demanda de pessoas que chegam para o atendimento, que a gente sabe que é um número significativo de pessoas... e, com poucos profissionais, a gente acaba tendo que... Na verdade é uma cobrança que não é só institucional. Talvez seja interna também, particular minha. Para atender as pessoas que estão pedindo atendimento.

eu acho que ficaria um pouco estranho se não tivesse nenhum tipo de cobrança nesse sentido. Se o profissional não fosse nem um pouco cobrado, não fosse nem um pouco questionado sobre o que ele faz na instituição.

A responsabilidade aparece mesmo em situações em que o profissional se sente cansado, mas comprometido com o atendimento/trabalho:

As pessoas voltam, estão sofrendo e reclamam...e aí esgota assim. Tem dias que eu falo “não quero atender isso aí não”, “tô de saco cheio”, “isso não é mais pra mim”. Mas não posso dizer isso, porque a pessoa tá pedindo um atendimento e tenho que enfrentar isso.

Ao mesmo tempo ele se atém a importância em se refletir sobre a qualidade e a quantidade dos atendimentos prestados, sugerindo que se faça um balanço constante dos dois elementos:

Por outro lado, acho que o extremo disso, de enxergar... quantidade de atendimentos mais do que qualidade dos atendimentos também é um problema. Acho que tem que encontrar um equilíbrio aí, entre essas duas coisas.

Esta preocupação e cuidado com a qualidade dos atendimentos também foi vista na fala desta psicóloga:

Eu entendo que a gente tem uma responsabilidade com essa qualidade do atendimento. Não dá pra...a gente tem que tratar os casos individualmente, que a gente tem que olhar pra esses casos.

Na fala desta outra psicóloga percebemos que ela também vê motivação e envolvimento entre os colegas de profissão da instituição.

[...]Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso (sobre a possibilidade de criar). É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo.

2 - Crescimento profissional

Também nos chamamos a atenção que as/os psicólogas/os descreveram novas aprendizagens que puderam incorporar após a atuação na DPESP. São elas:

- Reflexões sobre a questão social e o trabalho em rede:

[...] fui me aproximando, né? Da questão social, das... do trabalho em rede... Eu acho que, na Psicologia – na minha prática, antes, na minha experiência – não tinha, não era tão forte.

- Questões referentes ao Direito e/ou relacionadas ao Sistema de Justiça:

Então, do Direito, especificamente, eu acho que entender como é que funciona o sistema de justiça, as leis enfim. O que pode ser feito, legalmente, numa situação, ou não. Isso contribui bastante com a nossa formação.

Tô lembrando de um Defensor que, aliás, eu aprendi várias coisas com ele. Aprendi que o Direito é super subjetivo. E ele insistia nisso. “O Direito é subjetivo porque... são tudo interpretações que a gente faz”.

[...] quando você vai consolidando o trabalho, entendendo melhor qual que é a lógica daquele universo do Direito é...você também vai entendendo onde

dá pra você estar, de que jeito você pode estar em cada um destes espaços, em cada um dos casos, das temáticas...

- Aprendizagens com as/os profissionais do Serviço Social:

Com os assistentes sociais, de entender mesmo essa questão tanto da organização política, social, das questões coletivas, dos movimentos sociais, quanto na perspectiva dos... dos direitos, né? Especialmente os direitos sociais, as políticas de assistência social, as políticas de habitação enfim. Que nós temos, psicólogos, muito pouco na nossa formação e que os colegas assistentes sociais tem muito mais. E aí eles tem muito mais propriedade para contribuir conosco neste sentido. (sobre ter aprendido com os outros profissionais da instituição).

- Temáticas do campo da Psicologia Jurídica:

[...] a prática e a reflexão sobre a prática contribuiu pra que eu lesse um pouco e aprendesse um pouco do contexto da Psicologia jurídica. [...]Então, assim, essa reflexão do cotidiano do trabalho... acho que contribuiu pra acessar esse tipo de conhecimento também.

Em relação às aprendizagens conquistadas após a inserção neste campo de atuação, este profissional destacou atividades que propiciaram tal crescimento profissional, tais como estudos bibliográficos individuais, as discussões em equipe e os cursos de capacitação internos da DPESP:

[...] foi um caminhar... acho que em dois sentidos: um caminhar solitário, que foi procurar referência e lendo sobre isso, enfim. E o caminho das discussões que a gente... tem, não digo que cotidianamente, porque a gente não está junto com os outros colegas... Mas que a gente teve em vários momentos da caminhada, né? Principalmente quando a gente tinha... as formações a cada bimestre, numa atividade de formação... promovida pela EDEPE¹²⁸ e tal... e aí a gente conseguia, eu conseguia... me apropriar um pouco da discussão

¹²⁸ EDEPE: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que organiza cursos de capacitação e formação para o público interno e externo da instituição.

que os outros colegas estavam fazendo, sobre a Psicologia jurídica e sobre a Psicologia jurídica, especificamente, no contexto da Defensoria Pública. Então acho que foi nesse sentido: caminhar, buscar referências e no sentido de aproveitar discussões com os colegas.

Implicações sociais profissionais

3 – Formação em Psicologia

No decorrer da realização e processo de análise das entrevistas também nos deparamos com a seguinte questão: o desafio de se iniciar a atuação na Defensoria Pública traz a tona a impressão de que muitas das temáticas e intervenções deste campo de trabalho não estiveram presentes na formação destes profissionais durante a graduação. Não se faziam presentes nos currículos, de modo geral. Isto foi apontado nas seguintes falas, por exemplo:

Não tive (na formação) tão forte quanto eu tive na minha prática. (sobre atuar na perspectiva de refletir sobre a questão social e do trabalho em rede/intersectorial)

... Eu acho que, na Psicologia – na minha prática, antes, na minha experiência – não tinha, não era tão forte. Talvez hoje a formação... eu me formei faz tempo já... Talvez na formação atual tenha, isso esteja mais presente. Talvez um pouco mais isolado...

Quando existiam disciplinas ou estágios relacionados à área, eram poucos ou eletivos:

Pouco... acho que tava começando, não tive estágios interessantes nesse sentido, mas pouco.(sobre ter tido temáticas relacionadas a atuação na DPESP durante a graduação)

[...] eram eletivas. (sobre disciplinas com estágios relacionados à prática na DPESP).

Podemos ver na fala acima que a psicóloga ainda levanta a possibilidade de que os currículos atualmente já estão incorporando estas temáticas. Para ela, a formação acadêmica acabou voltada a outras questões, tais como aplicação de testes psicológicos. Ela não viu, por exemplo, uma formação em que se abordasse o trabalho interdisciplinar que ela considera fundamental para atuação na DPESP:

Puro, assim, tradicional. Tipo de clínica, de aplicação de teste, de elaborar laudos psicológicos... uma coisa descolada de uma discussão do caso com outros profissionais. É isso que não dá pra fazer aqui.

Apesar deste profissional destacar a não existência de disciplina específica sobre Psicologia Jurídica durante a sua graduação, ele reconhece a importância de outra disciplina - a Psicologia Social e Comunitária – para respaldar seu trabalho desenvolvido atualmente na Defensoria Pública.

[...] a Psicologia jurídica não tive. Mas a formação em Psicologia social especificamente, particularmente a Psicologia social comunitária, acho que contribuiu bastante pra gente entender... e atuar nas demandas que a gente tem na Defensoria Pública.

Interessante notar que este profissional revelou que não tinha tido contato com a temática durante sua formação em Psicologia, tendo se aproximado da área apenas a partir da entrada na DPESP. Posteriormente, porém, chegou a lecionar aulas de Psicologia Jurídica na graduação, tendo como embasamento o que ele foi aprendendo na prática e em estudos decorrentes desta.

[...] a prática e a reflexão sobre a prática contribuiu pra que eu lesse um pouco e aprendesse um pouco do contexto da Psicologia jurídica. Porque na faculdade eu fui orientar estágio da Psicologia jurídica. Na época em que eu estive lecionando. E aí eu fui orientar um estágio de Psicologia jurídica, de uma disciplina que eu nunca fiz. Então, assim, essa reflexão do cotidiano do trabalho... acho que contribuiu pra acessar esse tipo de conhecimento também. Eu acho que hoje tem nos cursos de graduação... não sei bem ao certo. Mas acho que é disciplina obrigatória da grade ter a disciplina de Psicologia jurídica. Acho que é importante sim pra formação. Deveria ser....

A formação nos cursos de Psicologia do país também contribui para uma visão despolitizada de nossa prática. Em análise feita por Reis e Guareschi (2010), mais de dois terços das disciplinas da grade curricular estão voltadas para o entendimento das psicopatologias, das avaliações psicológicas e dos conteúdos das áreas biomédicas. Somente 25% das disciplinas abarcam conteúdos direcionados para a Psicologia Social e Comunitária. Diante disso, as autoras ressaltam que é preciso, desde a formação acadêmica, construir um pensamento crítico em relação às próprias práticas da Psicologia, em relação à produção de subjetividades dentro dos diferentes contextos, compreendendo que essa é uma construção que se faz a partir de um determinado tempo e de um determinado lugar; sendo assim, é sempre uma construção política. Diante desse reconhecimento, é preciso assumir um compromisso ético com a produção de saúde dos sujeitos com quem o profissional trabalha (REIS; GUARESCHI, 2010, p. 866).

Ainda sobre a formação, também percebemos discursos que apontaram que a graduação em Psicologia ainda acaba focado na prática clínica e que o estereótipo da profissão ainda é vinculada à psicoterapia individual e de consultório, o que esta psicóloga chamou de “psicólogo puro” e que seria diferente da prática na DPESP:

Imaginar o trabalho de psicólogo puro na Defensoria [...], não consigo.

Sobre o assunto, esta outra psicóloga nomeia de “preconceitos” sobre a Psicologia e de como isto deve ser desconstruído na instituição, na medida em que a prática neste outro campo de atuação tem outras especificidades e características.

Acho que é ir além dos pré-conceitos da profissão. [...] então acho que qualificar o encaminhamento vem muito de quebrar um pouco essas concepções iniciais do que é a Psicologia, do que a Psicologia pode fazer dentro de uma regional da instituição. Inicialmente eram estes dois pontos que acho que vem muito dessa herança dessa compreensão clínica da Psicologia, do que tá ali...é...entre as quatro paredes, no setting, enfim, né, que tem uma outra formatação. Então...acho que...isso vai sendo quebrado com a atuação, na construção da atuação...do psicólogo na regional.

Sobre este novo campo de atuação, que vimos que as/os entrevistadas/os relacionaram mais à Psicologia Social e à Psicologia Jurídica, entendemos que se trata do Campo Sociojurídico. Este termo, que passou a ser utilizado recentemente, vem do Serviço Social. Seria “ toda nossa intervenção com o universo do jurídico, dos direitos, dos direitos humanos, direitos reclamáveis, acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário”. (BORGIANI, 2004, p. 44 e 45).

Implicações sociais: população

4- Público atendido

Embora já tenhamos nos debruçados sobre qual seria o público alvo da DPESP no Cap. 5.4, p. 41, consideramos pertinente verificar como as/os psicólogas/os entrevistadas/os identificaram esta população. Vimos que são pessoas pobres, que não tem condições financeiras de pagar uma/um advogada/o particular, tampouco assistentes técnicos, o que historicamente limitava o acesso a defesas qualificadas. Vejamos como cada entrevistada/o se referiu ao público atendido:

[...] elas não tem condição na Defensoria, porque elas não tem condição de pagar um advogado...particular.

A defesa particular pode contratar aí o seus assistentes técnicos, mas a justiça pública é novo.

[...] uma população que não, que não tem acesso, via de regra, a uma atuação mais ampla, que extrapole, ali, a questão da lei, do... do olhar do Direito.

[...] eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro consegue também acesso a profissionais de Psicologia; [...] O que não acontece com o nosso público. [...] nesse contexto específico: de pessoas que estão com questões no sistema de justiça, seja processos formais ou não, mas estão envolvidas em alguma questão de justiça.

Garantir acesso a direitos...a pessoas muito pobres...e, pra garantir o Direito a pessoas que estão totalmente despojadas dos recursos econômicos.

São réis/réus em processos criminais, vivendo consequências como a marginalização e a dificuldade de se reorganizar na sociedade, tais como relatados abaixo:

[...] réu que é...se entregar. Tá foragido e quer se entregar.

[...] um rapaz de vinte e quatro anos, na época, que tinha... assassinado o companheiro... que era um alto executivo aqui em São Paulo. [...] Já tava solto há 4 anos, acho, depois do crime... tentando se organizar, entrar para o mercado de trabalho, vivendo as consequências do crime que tinha cometido.

Pessoas muitas vezes estigmatizadas na sociedade, sem conseguir usufruir de seus direitos e com pouco acesso a oportunidades:

[...] uma pessoa que quer se entregar, quer se entregar porque ela não enxerga outras possibilidades de... de estar na sociedade. Né, porque, você perde todos os seus direitos de cidadão. Você está na sociedade, mas você não está na sociedade.

No caso relatado por esta psicóloga, retrata-se uma usuária da DPESP que – como tantas outras – foi alvo de preconceitos e injustiças, neste caso do direito a exercer seu papel de mãe, após perder a guarda da filha:

[...] uma mãe...que teve... a filha acolhida, porque ela foi no forró e deixou a filha sozinha em casa. E as pessoas viam ela como alguém que tem uma deficiência mental [...]E ela ia na Defensoria toda a semana, querer a filha de volta.[...] não podia ter a filha de volta, que a filha...tinha sido tirada e tava sob a guarda de uma prima, não tava nem no abrigo, que às vezes fica uma questão um pouco pior que a prima era uma pessoa esclarecida e tava...tava responsável pela criança. [...] a prima mudou para o Paraná, a juíza deixou a guarda com a prima e ela não tinha como ir visitar a filha lá. Praticamente não foi feita a justiça enquanto garantia do direito dela de mãe, foi prejudicada [...]os preconceitos do conselho tutelar, que levou a filha porque ela tava no forró, preconceito da assistente social do TJ que dizia que ela tinha muitos namorados e então ela não poderia ser uma boa mãe.

Pessoas com transtornos mentais, que também têm sido – historicamente – marginalizadas em nossa sociedade, e que procuram os órgãos de Justiça:

[...] pessoas com transtornos mentais que iam à Regional ou que tinham um processo ou que iam pra tentar judicializar alguma... alguma questão que fazia parte do delírio.

[...] as pessoas que não se faziam compreender pelos defensores, geralmente por algum diagnóstico de transtorno mental.

[...] transtorno mental [...] É algo que chega muito e é algo que chama muito a atenção. [...] Como os ...os transtornos mais graves, envolvendo delírios, envolvendo persecutoriedade bastante forte...[...]Na Defensoria tem muito.

Ou mesmo pessoas consideradas “mais confusas”, que podemos entender como uma dificuldade de comunicação mas que, como tal, envolve tanto quem fala como quem escuta – ou não – seus anseios:

E às vezes vem uma fala muito confusa, uma fala muito... cheia de sentimentos...

[...] Pessoas com falas mais confusas, com algumas limitações, mas que era plenamente possível o diálogo. Especialmente aquelas que estavam respondendo a processos.

Algumas informações...que não eram, assimiladas com tanta facilidade pelo usuário...é...mas que era dado daquela maneira.

[...] o Defensor a se fazer entender pela pessoa e a pessoa se fazer entender pelo Defensor.

Pessoas em sofrimento ou que foram vítimas de alguma violência ou de vários tipos de privações:

A pessoa tá chorando porque está triste, porque não é um lugar de alegrias de um modo geral.

[...] as pessoas pedem atendimento e...estão sofrendo.

[...] quando há situação de violência ou quando as pessoas ficam, muitas vezes, silenciadas diante da situação e não conseguem, naquele momento, romper com o ciclo de violência.

[...] ela já vem com uma demanda, já vem com muita angústia...

Muito sofrimento. Desde sofrimento físico... Histórias marcadas com muita violência....(suspiro)...Privação...material, afetiva, privação social, de acesso aos recursos...

Pessoas que dependem dos serviços públicos e políticas de Saúde, Assistência Social e Educação, dentre outras:

[...] pessoas que são pobres. E aí... por conta dessa condição, não tem acesso a políticas públicas de qualidade.

[...] no cotidiano da população, na tentativa de garantir o acesso às políticas públicas, nos encaminhamentos, nas políticas de saúde, de assistência...é...as políticas de atenção ao egresso, que é uma população específica de lá...

[...] acho que é específico a própria situação de exclusão social. Então as pessoas tem dificuldade de acesso às políticas. Então, por exemplo, uma mãe que tem filhos pequenos e não consegue vaga em escola de educação infantil. Ela tem um sofrimento que ela precisa cuidar da criança, precisa trabalhar enfim, precisa sobreviver e não tem acesso.

Nesta fala vemos a descrição de uma situação recorrente: atender pessoas que já passaram por vários serviços públicos na busca por resolução para suas necessidades e que

muitas vezes são mal atendidas, o que a psicóloga nomeia de “violência institucional”. Com isso, é relatada muita insatisfação com os serviços:

[...] uma pessoa que veio, ela já tinha ido várias instituições, ela veio aqui. Era uma senhora de 80 anos e ela veio presencialmente. E era tipo “cinco da tarde” ela chegou... exausta. Tinha andado, tinha ido em vários lugares [...] E cheia de pasta, de documento, de papel[...] Ela era bem idosa assim [...] Ela tava muito angustiada, tava muito nervosa quando ela chegou. Muito irritada, até meio... assim, meio grossa com as pessoas.[...] Falou “eu tô cansada de ser jogada pra lá e pra cá”, que pra mim é a violência institucional também

As famílias estão... estão muito insatisfeitas com os serviços...

[...] contato com essa população, né? Com mais dificuldade econômica, com mais dificuldade de serviços, de estrutura social assim.

Vimos no relato acima que o profissional fala sobre uma população que vive consequências da exclusão social. No trecho abaixo, mais uma possível característica relacionada ao contexto social: o “não poder faltar ao trabalho” ou o latente risco de desemprego.

[...] questão de disponibilidade da pessoa de vir ao atendimento. Seja por questões que ela não pode faltar no trabalho.

Há outras expressões da questão social, que se apresentam em realidades individuais, mas que também são coletivas, da sociedade, tais como a psicóloga narrou:

[...] várias famílias daquela comunidade que você tá atendendo estão com os mesmos problemas e elas não conseguem serviços, não tem onde recorrer, estão perdendo a guarda dos filhos então... mas aí, e não tem política pública pra elas, não tem ajuda enfim. [...] tem algo maior aí que envolve todas essas famílias...

Ou expressões relatadas na fala desta outra profissional, na qual se tem características recorrentes nas/os usuárias/os da DPESP, tais como vivências de violências e privações, que a entrevistada nomeia de condições “desumanizadoras”:

[...] eu ouvia casos que envolvia abuso ou criança ou situação de violência [...] muito ligados à questão social, por exemplo, da exclusão, incomoda muito, né...o fato de saber que algumas pessoas vivem nessa privação maior. Incomoda ver como o ser humano tem dimensões assim, mais terríveis [...] mesmo nessa questão da violência, como se chegou a isso e tinha sempre essa dimensão da privação excessiva...uma condição desumanizadora...material e social...que tinha os resultados assim, mais compreensíveis nesse sentido de... a que condições pode chegar uma pessoa, né?[...] Com alguém sofrer aquele tipo de coisa, sabe? Como é possível...

acho que é específico a própria situação de exclusão social [...] precisa sobreviver e não tem acesso.

Bem como pessoas em situação de rua ou que vivem em moradias mais precárias:

No estágio da faculdade eu já tive contato com essa população que hoje é, eu atendo na Defensoria. Então isso me ajudou. Então eu subia morro, ia na favela [...] pessoas em situação de rua.

Públicos mais vulneráveis tais como idosos e crianças:

[...] quando se tratavam de idosos, cuidado com familiares idosos, pais e mães idosos...

[...] casos em que acontece uma perícia psicológica com uma criança vítima de abuso sexual.

Esta profissional destaca que o público que atende na DPESP são pessoas de outra classe social, com vivências diferenciadas:

[...] eu vivo num mundo onde eu não tenho contato com essas pessoas, não partilho com o usuário.

Esta psicóloga descreveu a população atendida pela DPESP como demandantes de “justiça social”, que ela relacionou com “ter sua dignidade humana respeitada”, que extrapola as leis e processos judiciais para que seja efetivada:

o tipo de demanda que essa população demanda (risos) em termos de justiça, né, pra além do que se entende como judiciário, de processo. [...] a justiça num sentido mais amplo...até pensando em justiça social, justiça...aquela justiça que tem a ver com a pessoa s...ter sua dignidade humana respeitada.

5- Como tem sido atender esta população

Após identificarmos a população atendida na DPESP, sob o prisma e narrativa de psicólogas/os da instituição, destacaremos agora alguns elementos que nos fazem refletir sobre como as/os mesmas/os se sentem ao atender esta parcela da população, vulnerável e pobre. Como tem sido acompanhar estas histórias.

As profissionais se referiram a serem experiências como aprendizagem, ainda mais considerando que as/os usuárias/os da instituição partem de realidades diferentes das que estas/estes profissionais vivem em suas rotinas pessoais:

[...] é um aprendizado diário, assim. Eu acho que eu vivo num mundo onde eu não tenho contato com essas pessoas...

As profissionais também mostraram interesse e identificação em trabalhar com essa camada da sociedade, buscando poder colaborar de alguma maneira para auxiliá-las em buscarem melhores condições de vida, conforme podemos ver nos trechos abaixo:

[...] eu fui me envolvendo [...] Eu queria... de alguma forma, trabalhar com essas pessoas, ajudar de alguma forma...

[...] perceber que eu tenho tanto e outros que tem tão pouco... De perceber que, pra mim, um trabalho, um meio de vida, só faz sentido ... se, de fato, eu estiver ajudando as outras pessoas.

Sinto que estou sendo útil... pra sociedade.

[...] quando eu comecei a estudar para o concurso da Defensoria me pegou, assim, na alma, essa missão de trabalhar com essa população. Era algo que eu já vinha da faculdade, trabalhar com essa população. Eu falei: “é isso. Nossa, existe!”, “Eu posso ganhar dinheiro, me sustentar com isso!”. Sabe, pra mim foi um achado.

Principalmente no sentido de poder propiciar alguma forma de reflexão...para as pessoas que são pobres. Provocar um pouco de reflexão e atuar para garantir direitos das pessoas é algo que me agrada [...]poder com o meu trabalho oferecer algo que as pessoas não teriam acesso.

[...] por conta dessa identificação mesmo dessas pessoas que não tem acesso eu acho que eu me sinto mais confortável de trabalhar com esse público do que se fosse um outro público. Porque eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro consegue também acesso a profissionais de Psicologia; em outros contextos talvez, mas conseguem acesso. O que não acontece com o nosso público.

Acho que é uma experiência rica, interessante... de... de atuar com alguma coisa que eu acredito assim. Eu acho que...né, de tentar facilitar com que essas defesas sejam mais qualificadas possível. Que a gente possa aí esgotar algumas possibilidades, pelo menos em algumas áreas... que isso possa ser oferecido para uma população que não, que não tem acesso, via de regra, a uma atuação mais ampla, que extrapole, ali, a questão da lei, do... do olhar do Direito.

Ao mesmo tempo em que percebemos esta satisfação das/os profissionais em se trabalhar com este público, notamos certas angústias ocasionadas pelo contato com estas realidades tão difíceis e condições precárias de vida:

[...] então, nem sempre é fácil. E aí eu não acho que é por conta de ser a população pobre. Mas é porque são pessoas que estão sofrendo, independente da questão econômica. Às vezes as pessoas trazem... sofrimento delas que nem sempre é legal escutar. E nem sempre a gente tá a fim de ... de entrar em contato com aquelas histórias. Mas a gente acaba fazendo porque faz parte da função...

É difícil... [...]eu ouvi certas coisas. Principalmente no começo mesmo, eu ouvia casos que envolvia abuso ou criança ou situação de violência, meio tensa assim...eu ia pra casa mal assim [...] Incomoda... tanto...esses mal estares que são muito ligados à questão social, por exemplo, da exclusão, incomoda muito, né...o fato de saber que algumas pessoas vivem nessa privação maior. Incomoda ver como o ser humano tem dimensões assim, mais terríveis [...] eu levava muito pra análise os casos, algumas situações, que as vezes eu ficava revoltada...uma situação de revolta...[...] Com alguém sofrer aquele tipo de coisa, sabe? Como é possível [...] E de certa forma isso é humano e estamos aí juntos.

6 - Melhoria na qualidade do atendimento prestado

Outro aspecto que apareceu nas entrevistas foi uma preocupação em se melhorar a qualidade dos atendimentos prestados às/aos cidadãs/ãos que procuram a DESP.

As pessoas que atenderam ela, já estavam irritados com ela, já queriam despachar... e ela saiu muito satisfeita. Então, assim, esse tipo de atendimento... parece que eu fiz pouca coisa, mas eu acho que eu fiz... Falou “eu tô cansada de ser jogada pra lá e pra cá”, que pra mim é a violência institucional também, né? Não sei, atender as pessoas com amor, não de qualquer jeito... sem paciência.

[...]nem sempre as pessoas que trabalham na instituição... às vezes querem mais se livrar, sabe? Também porque estão sobrecarregadas.

Nos 2 exemplos acima, vemos que a profissional se refere a atendimentos prestados em serviços públicos em que a usuária teria se sentido “jogada pra lá e pra cá”, ou seja, encaminhada a diversos serviços, sem ter recebido um acolhimento mais cuidadoso ou escuta mais apurada, o que ocasionou um desgaste à usuária. No segundo caso a psicóloga alega presenciar este tipo de atendimento mesmo na própria DPESP, nos quais servidores publicos prestariam atendimentos com o aparente interesse em “se livrar” das/os usuárias/os e não em buscar estratégias de resolução da questão.

A psicóloga chega a tentar justificar as/os colegas que eventualmente prestem tal atendimento falho, dizendo que as/os mesmas/os podem estar sobrecarregadas/os. No

trecho abaixo, o outro entrevistado também levanta esta questão recorrente nas discussões sobre qualidade no atendimento dos serviços públicos: a má qualidade seria consequência do alto número de atendimentos?

[...] acho que limita a... quantidade de pessoas que a gente atende. E aí a gente acaba atendendo menos vezes as pessoas. Tem uma questão de quantidade de atendimento. [...] Mas tem uma demanda de pessoas que chegam para o atendimento, que a gente sabe que é um número significativo de pessoas... e, com poucos profissionais, a gente acaba tendo que... Na verdade é uma cobrança que não é só institucional. Talvez seja interna também, particular minha. Para atender as pessoas que estão pedindo atendimento. Talvez eu compre essa ideia da instituição de produção, enfim, e aí... existe um certo conflito entre número de atendimentos e... intensidade da reflexão que a gente pode proporcionar.

eu acho que ficaria um pouco estranho se não tivesse nenhum tipo de cobrança nesse sentido. Se o profissional não fosse nem um pouco cobrado, não fosse nem um pouco questionado sobre o que ele faz na instituição. Por outro lado, acho que o extremo disso, de enxergar... quantidade de atendimentos mais do que qualidade dos atendimentos também é um problema. Acho que tem que encontrar um equilíbrio aí, entre essas duas coisas.

Na fala desta outra psicóloga também percebemos esta preocupação com o equilíbrio institucional diante da quantidade e da qualidade dos atendimentos prestados. Notamos, novamente, uma preocupação com a qualidade do serviço prestado à população:

[...] o que a gente vê...são atendimentos que...que precisam de, que tem um tempo que precisa acontecer, muitos...[...] Mas existe uma demanda de atendimento em massa...Então de como ponderar isso, né? Porque tem expectativa de números, do serviço público, da instituição. Então, como é que você pondera? Eu entendo que a gente tem uma responsabilidade com essa qualidade do atendimento. Não dá pra...a gente tem que tratar os casos individualmente, que a gente tem que olhar pra esses casos.

Na fala abaixo também identificamos uma preocupação com a qualidade do atendimento prestado neste serviço público, visando se aprofundar em algumas questões e, consequentemente, garantir direitos:

Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito. Eu acho que a gente tem um pouco dessa função...é...de olhar com uma pouco mais de calma pra algumas coisas, descolar só da função processual. Eu acho que...você pensar em qualificar o atendimento público...é...na área do Direito, acho que também passa aí por uma garantia de direitos, né, desse direito de acesso à justiça, de... de poder cuidar um pouco disso, de poder dar um olhar...diferenciado do olhar do Direito, que se complementa muito nos casos que são atendidos.

Implicações sociais: o “mundo jurídico”

7 – Especificidades do trabalho em uma instituição jurídica

Outro elemento que nos pareceu relevante para incluirmos na análise das entrevistas é uma característica marcante desta atuação: o fato de se trabalhar em uma instituição jurídica e as decorrências disso. Analisaremos esta questão em 3 enfoques principais: quais aspectos desta atuação estão relacionados ao fato de se trabalhar em uma instituição e como esta especificidade apareceu nas entrevistas; quais possíveis consequências e outras delimitações ao se considerar que a DPESP é uma instituição jurídica, e, por último, a comparação com o trabalho em outras instituições jurídicas similares.

Características do trabalho em um contexto institucional

Ao longo das entrevistas, as/os psicólogas/os fizeram menção à necessidade de que a DPESP deveria alinhar seu discurso com o que é praticado na instituição, principalmente quanto à valorização do trabalho interdisciplinar e de práticas democráticas.

Hoje tem muito um discurso lindo, de trabalho em equipe, interdisciplinar, que é só discurso. Na prática... E isso precisa ser bancado pela instituição. Bancado, cobrado.

Na hora que você chega na prática, as coisas não são exatamente da maneira que...que...enfim, que a instituição se propõe. Acho que as questões das práticas democráticas internas, das práticas não democráticas internas.

Sobre as tais práticas “democráticas” e “não democráticas” internas, citaremos a título de exemplo das primeiras a existência de uma Ouvidoria Externa¹²⁹, sendo que o/a Ouvidor/a Geral é uma pessoa externa à instituição, a partir de indicação da sociedade civil; os Ciclos de Conferências¹³⁰ e o Momento Aberto nas reuniões do Conselho Superior¹³¹, espaço institucional semanal de relevância, na qual qualquer pessoa pode se manifestar sobre qualquer assunto referente à DPESP. Por outro lado, como exemplo de perspectivas “não democráticas” referidas pela entrevistada, destacamos duas normativas institucionais estabelecidas DPESP: o Conselho Superior¹³², órgão deliberativo máximo da instituição, de fundamental importância para todas/os, é composto apenas por defensoras/es públicas/os. Assim, as/os demais servidoras/es da DPESP não têm poder neste espaço. Além disso, nas eleições internas para escolha de Defensor/a Público/a Geral ou mesmo de Coordenadoras/es regionais, apenas defensoras/es públicas/os tem direito a voto, embora tais cargos estejam diretamente vinculados à coordenação administrativa de todas/os as/os funcionárias/os da DPESP. Nesta linha, as/os entrevistadas/os identificaram contradições dentro do órgão, também apontada nesta fala:

[...] contradições da instituição... faz desanimar muito.[...] Garantir acesso a direitos...a pessoas muito pobres...e, pra garantir o Direito a pessoas que estão totalmente despojadas dos recursos econômicos, você investe um monte de dinheiro...pra garantia de direitos (risos) dessas pessoas que...que estão...e aí...e aí a missão da instituição é diminuir a desigualdade, injetando um monte de dinheiro numa determinada classe. Pra mim esta é uma grande contradição.

¹²⁹ Informações mais detalhadas sobre a Ouvidoria da DPESP em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2881> (acesso em 30/01/2015).

¹³⁰ Espaços de participação para que as/os usuárias/os opinem sobre os rumos da instituição. Vide: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5480>

¹³¹ <http://spfapp01.defensoria.sp.gov.br/dpesp/csdp/momentoaberto/default.aspx>.

¹³² <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2877>

É comum encontrarmos contradições, ambiguidades e conflitos em instituições. Bleger (1984) aponta que a ambiguidade agiria como amortizador ou encobridor dos conflitos. Nestas situações, o conflito seria de difícil enfrentamento, pois não atingiria a conotação de “problema”, o que seria – só assim – passível de solução. Para que se possa trabalhar com estas questões, seria necessário transformar a ambiguidade em conflito e os conflitos em problemas. Assim, se o conflito é “normal e imprescindível no desenvolvimento de qualquer manifestação humana”, não se trata de procurar eliminá-lo ou mascará-lo. Trata-se, sim, de permitir à instituição o acesso ao instrumento, para sua explicitação e manejo, de forma que se veja diante de problemas a resolver (GUIRADO, 2012, p. 37).

As/os entrevistadas/os também fizeram comentários quanto aos objetivos e missões institucionais, com os quais mostraram identificação:

[...] quando eu comecei a estudar o trabalho da Defensoria eu me identifiquei muito em vários aspectos.

Tenho visto uma instituição em crescimento, que tem uma proposta bastante interessante, mas que ainda tem um caminho longo pra afinar a prática com o discurso.

[...] tô numa instituição que... a missão da Defensoria, enfim, pra que ela veio, é algo que eu faria um trabalho voluntário. Faria um trabalho sem ganhar e pelo objetivo em si.

[...] quando eu comecei a estudar para o concurso da Defensoria me pegou, assim, na alma, essa missão de trabalhar com essa população. Era algo que eu já vinha da faculdade, trabalhar com essa população.

Interessante notar que esta psicóloga mostra identificação com a missão institucional, chegando a tentar reproduzir o propósito institucional quase da mesma maneira que consta no texto da lei de criação da DPESP:

De trabalhar... em prol das pessoas hipossuficientes. Como que é...(risos)... de combater a miséria¹³³, de... melhorar as condições de vida, do acesso a essas pessoas aos seus direitos de fato, de estar ali auxiliando essas pessoas... de forma, até mais concreta também.

[...]E tinha também, outra coisa que me atraiu bastante por ser uma instituição nova. [...] E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais... você não acha?

Ela também destaca como positivo o fato da DPESP ser uma instituição nova, característica que ela relaciona com possibilidade de não ficar tão presa a estruturas rígidas e não passíveis a mudanças.

Esta outra profissional considera que é uma instituição em expansão, constantemente recebendo novas/os profissionais:

Tenho visto uma instituição em crescimento...

Neste outro trecho, percebemos que uma das psicólogas entende que profissionais que estão a menos tempo na DPESP, ou seja, “novos” defensores – ou defensoras – mostraram com mais frequência uma postura mais aberta ao diálogo e ao trabalho interdisciplinar:

Outros já são mais novos, já vem com uma carga assim “quero ouvir vocês”, “quero aprender com vocês”, “quero dividir com vocês porque eu não sei, eu sou limitado”. Alguns reconhecem isso e se abrem mais. Outros ficam “eu faço o meu, você faz o seu”, não tem tanta troca.

O fato de se trabalhar em uma instituição já traz às intervenções das/dos psicólogas/os um contorno diferenciado, direcionando seu enfoque. Podemos ver na fala abaixo que a

¹³³ O uso do termo “hipossuficiente” para se referir às pessoas atendidas pela DPESP, em relação às suas rendas, faz parte do discurso institucional. Em sua Lei de criação, a já citada 988/2006, consta como “fundamentos de atuação” institucional a “erradicação da pobreza”.

psicóloga – no desempenho de suas funções – contextualiza suas ações a partir do propósito da instituição e do setor em que ela se encontra (no caso, um Núcleo Especializado).

Eu tô trabalhando aqui eu já, também, tento focar o que o Núcleo pode ajudar, o que a Defensoria pode ajudar.

Outra decorrência de se atuar em instituição, apontada na fala abaixo, é que a/o profisisonal passa a atender o que seriam atribuições do cargo que assumiu, mesmo que não se interesse ou que seja temática pela qual não se atraia:

[...] é uma limitação no sentido de que[...] eu não posso escolher o que eu quero atender... [...] Porque a gente atende tudo de tudo. Não tem uma especialidade de temática, nem de área.

Para esta psicóloga, o contexto institucional intensifica possíveis hierarquias e relações de poder existentes:

[...] desse mundo jurídico , dessas hierarquias... Acho que em uma instituição isso aparece muito mais.

A existência de relações de poder também foram indicadas nestas falas, nas quais notamos um interesse em se desconstruir esse tipo de relação:

Conforme o CAM vai sendo mais reconhecido, mais espaço de atuação... Não necessariamente a gente precisa responder a algumas dessas relações de... de poder, de tensionamentos, de forças, “quem manda mais”, “quem pode mais”. Mas eu acho que quando a gente vai dando uma cara pro nosso trabalho a gente consegue... desconstruir um pouco isso nas nossas relações...

Na fala desta entrevistada ela aborda as divergências pessoais dentro da instituição:

Nem todos os defensores pensam assim. Nem todos os defensores entendem... Tem muita divergência interna...

Nesta outra fala abaixo aponta-se uma questão bastante relevante: ao mesmo tempo em que ela destaca a importância em se manter a “vitalidade” das práticas desenvolvidas, ela destaca o movimento típico de uma instituição no sentido de se manter a estabilidade:

[...] como instituição é muito difícil também, se manter essa vitalidade, essa... esse poder, vai, assim... isso de forma dinâmica. Acho que o trabalho e instituição às vezes, pela própria dinâmica da instituição, tem coisas que dá uma paralisada... e aí a gente tem que estar atento pra... pra não cair nisso também, né?

Na fala abaixo, a profissional relata papéis dentro da organização que estão fixados de maneira estruturada, características igualmente típicas em uma instituição:

[...] Uma das coisas é a valorização do profissional, tanto em termos de... de lugar. Por exemplo, coordenando uma equipe, porque tem capacidade técnica e profissional para aquilo. E não porque... só porque é defensor. Porque hoje é... estruturado, né, pra isso estar... Está até na lei, já tá tudo fechadinho: só coordena, só dirige quem é defensor.

Ela também se refere a outros lugares institucionais que estariam fixados: a atuação de duplas com profissionais de Psicologia e Serviço Social:

[...] Serviço Social e Psicologia já costumam ser duplas, né, em muitos lugares. Psicólogo e assistente social já tem um trabalho... conjunto, já histórico já. Estabelecido.

Também há muitas referências ao que seria o “discurso institucional”, como vemos no exemplo abaixo:

Então, eu acho que existe esse discurso institucional. Alguns reproduzem esse discurso, alguns têm experiências que fazem reproduzir este discurso de forma apropriada...

Vejamos agora um aspecto levantado abaixo:

acho que limita a... quantidade de pessoas que a gente atende[...] Não é uma cobrança explícita direta. É...tipo “você tem que atender tantos casos na semana, no mês”, enfim, isso não é direto. Mas tem uma demanda de pessoas que chegam para o atendimento, que a gente sabe que é um número significativo de pessoas... e, com poucos profissionais, a gente acaba tendo que... Na verdade é uma cobrança que não é só institucional. Talvez seja interna também, particular minha. Para atender as pessoas que estão pedindo atendimento. Talvez eu compre essa ideia da instituição de produção, enfim, e aí... existe um certo conflito entre número de atendimentos e... intensidade da reflexão que a gente pode proporcionar.

Ele analisa a demanda numérica de pessoas que procuram a DPESP e está refletindo sobre uma possível cobrança institucional para que um determinado número de pessoas sejam atendidas por um certo período. Inicialmente ele diz que não há cobrança direta. Ao mesmo tempo, diz que há uma cobrança pessoal dele e que também possa estar ligada ao fato dele “comprar” ou seja, corroborar com esse pedido institucional por produção. No trecho abaixo ele coloca que há uma cobrança em relação a todos os membros da instituição:

[...] tem uma cobrança, que não é específica do profissional de Psicologia, mas é uma cobrança de todos os servidores... e defensores que fazem parte da instituição.

No discurso abaixo, identificamos que, para esta profissional, o caminho a ser percorrido em uma instituição é o de primeiramente se apropriar do espaço e de suas

especificidades. Passado algum tempo atuando na instituição, ela foi se esclarecendo sobre o contexto da DEPSP e do próprio contexto jurídico, o que foi lhe dando maior compreensão sobre suas possibilidades de trabalho dentro deste campo:

[...]“chega na instituição, leia a instituição...o que que tem”. Acho que isso me ajudou muito a pensar, a começar a construir as coisas na Defensoria.

[...] quando você vai consolidando o trabalho, entendendo melhor qual que é a lógica daquele universo do Direito é...você também vai entendendo onde dá pra você estar, de que jeito você pode estar em cada um destes espaços, em cada um dos casos, das temáticas...

Nestes trechos, vemos que as/os entrevistadas/os identificaram algumas características institucionais: uma escuta – por parte dos operadores do Direito – limitada pela questão do tempo, ocasionando uma certa aceleração.

Mas aí talvez específico da Defensoria...eu não sei como é procurar um advogado no seu escritório particular...como ele escuta...também não sei se vai ser muito diferente, mas...tem essa questão, na Defensoria, do tempo mesmo, de...a pessoa não ter tempo pra ficar ouvindo tudo que a pessoa quer dizer e disposição de escutar tudo que envolve aquele problema

Eu sinto que existe uma aceleração, a instituição que é acelerada. Todo mundo é rápido, fala rápido, e quer resolver as coisas rápido.

Esta outra psicóloga coloca que as/os profissionais da DPESP acabam representando a instituição frente às pessoas atendidas, com as quais seria construída uma relação de “autoridade”:

Mas essa autoridade, no sentido de um certo respeito. De...você estar ali, representando uma instituição, que tem um certo respeito também das pessoas de ser a justiça e aí você traz um...um modo de compreender que a pessoa...de certa maneira, pára para escutar.

Nesse sentido, a/o profissional seria como uma “personificação” da instituição. Assim, as pessoas depositariam seus sentimentos e expectativas em relação ao órgão em suas/seus servidoras/es. Exemplo: se a pessoa respeita o órgão, respeitaria também seus agentes (servidoras/es). Se reconhece autoridade na instituição, relaciona-se com suas/seus servidores como se estas/es fossem representantes da mesma autoridade.

Características de uma instituição jurídica

Ao longo das entrevistas também foram levantadas certas características da DPESP, das quais as/os psicólogas/os foram tomando conhecimento aos poucos, identificadas como típicas de uma instituição jurídica ou relacionada à área do Direito.

[...] entendendo melhor qual que é a lógica daquele universo do Direito...

Algumas falas apontaram uma “aceleração”, que se manifesta, por exemplo, na pressão pelo cumprimento de prazos¹³⁴ ou de situações de urgência:

Eu sinto que existe uma aceleração, a instituição que é acelerada. Todo mundo é rápido, fala rápido, e quer resolver as coisas rápido.

Mas é um tempo...paradoxal, porque ao mesmo tempo que tudo é muito rápido, é tudo muito lento. A justiça é lenta! Os processos não andam, o negócio nada resolve, mas você tem que ser rápido justamente porque é lento. (risos). O processo é lento, então você tem que fazer o relatório rápido pra incluir, pra chegar porque vai demorar 2 meses para o juiz poder manifestar então...Então é muito, é muito louco isso...acho que é até um sintoma mesmo [...]Eu fico acelerada...(risos) Pra tentar acompanhar.

¹³⁴ Notem que identificamos, em outro momento do texto, relatos de profissionais que consideram satisfatório o tempo disponibilizado na DPESP para realizarem suas análises e demais tarefas. Ocorre que esta constatação é percebida em alguns setores ou unidades da instituição, mas não em outras.

Para esta psicóloga, esta cobrança por pressa nos processos é algo paradoxal, já que o sistema de justiça no Brasil acaba sendo avaliado como moroso.

Nesta outra fala, uma das psicólogas compartilha uma análise das instituições jurídicas que, para ela, teriam uma tendência a se focarem nas leis, o que poderia deixar de lado outros aspectos tais como a subjetividade e o contexto social:

[...] acho que é uma instituição que tinha um trabalho, que tem um trabalho muito forte de operadores do Direito, com uma formação muito específica... E é uma formação que eu não tinha muito ideia, não tinha antes de entrar aqui, né? Acaba ficando muito fechada, né? Porque são tantas leis, regras e... estudar Direito é como estar num universo paralelo assim (risos), eu penso. É um outro mundo. Então eles acabam um pouco perdendo esta visão social, um pouco da visão das subjetividades... das individualidades. Acho que isso pela formação dele, né, é diferente. E é difícil eles darem conta de tudo. Eles tem que focar, então eles estão escutando uma história, já estão pensando no processo, em caminhos técnicos ali, jurídicos. Eles estão com este olhar, que é a contribuição deles...

O possível foco processual das instituições jurídicas também foi apontada na fala abaixo, na qual também vemos um direcionamento para que as práticas do Serviço Social e da Psicologia não necessariamente tenham o mesmo enfoque:

Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito. Eu acho que a gente tem um pouco dessa função...é...de olhar com uma pouco mais de calma pra algumas coisas, descolar só da função processual.

Já nesta outra fala, a entrevistada coloca que as relações de poder – que já apontamos em outros tópicos – seriam mais comuns e até mais valorizadas nas instituições jurídicas:

[...] dentro deste contexto jurídico estas relações de força estão muito colocadas, assim, são muito...muito cristalizadas e muito valorizadas...[...] tá posto, assim, acho que o Direito trabalha muito com este, com este tensionamento de forças. Mas eu acho que é uma coisa que tá muito dada,

assim... Acho que é um trabalho de... de desconstrução muito grande pra que possa ser diferente.

Considerando que as relações de força e de poder são típicas de instituições e, se concordarmos com a ideia exposta acima de que elas são ainda mais fortes e cristalizadas nas instituições jurídicas – como a DPESP – podemos concluir, como o fez a entrevistada, que, para que se tenha transformação nessas relações temos um árduo trabalho pela frente.

Comparações da DPESP com outras instituições jurídicas

Após levantarmos alguns aspectos relacionados ao trabalho em instituições e instituições jurídicas, abordaremos comparações que as/os entrevistadas/os fizeram entre a DPESP e outros órgãos jurídicos, principalmente a comparação com o Tribunal de Justiça (TJ), instituição em que – conforme vimos no na p. 54 – há algumas décadas conta com profissionais de Psicologia e Serviço Social. Consideramos que a comparação com outro espaço laboral semelhante em alguns aspectos pode nos trazer elementos importantes de análise sobre a prática na DPESP e futuros rumos deste trabalho.

Um dado interessante é que uma das psicólogas entrevistadas chegou a trabalhar como psicóloga no Tribunal de Justiça, antes de entrar na Defensoria Pública paulista. Para ela, a DPESP está promovendo mais espaços de trabalho realmente interdisciplinar, com diálogo entre as/os profissionais das várias disciplinas:

Eu trabalhei no TJ também. Pouco tempo, mas trabalhei. E tenho muitas amigas que trabalham lá até hoje. Então por isso que eu acho que na Defensoria tá muito mais próximo.

[...]a Defensoria é uma das instituições que tá... trazendo isso mais forte, das instituições do Direito. Mais do que o Judiciário [...] De aproximar mais, assim. De ter que trabalhar junto, ali, na prática, no dia a dia discutir casos... pensar junto. [...] Eu acho que, pra Psicologia e pro Serviço Social tem uma abertura maior. Acho mesmo, assim. Vejo que é mais fácil, mais óbvio, sabe? Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. Acho que a gente já faz isso muito naturalmente. [...] isso já acontece aqui.

Ela destaca que esta maior proximidade entre os operadores do Direito e as equipes de Psicologia e Serviço Social é perceptível tanto em aspectos físicos quanto pessoais da instituição:

Muito mais próximo os Agentes de Defensoria psicólogos e assistentes sociais com os defensores do que um juiz com a equipe técnica. Muito mais próximo. A gente tá mais próximo. Tanto fisicamente quanto ali, no dia a dia, no trabalho, de pensar junto. No TJ fica separado juiz. Às vezes tem um setor de entrada diferente, bem diferente, banheiro é diferente, tudo é diferente. E aqui alguns defensores tentam reproduzir este modelo. E aí que fica bem difícil de trabalhar...

Apesar de reconhecer que na DPESP estas relações entre as várias ciências se dá de maneira mais próxima, vimos que ela também identifica que existem profissionais do Direito que tentam reproduzir na DPESP o modelo de relações mais afastadas, tal como ocorre no TJ, o que dificultaria o desenrolar do trabalho interprofissional.

Segundo o relato, até a relação entre as/os psicólogas/os e assistentes sociais pode não ser tão próxima no TJ, diferente do que ocorre em geral na DPESP, conforme vimos no tópico “G”.

Então, lá fica mais isolado, né, um pouco... Tem até setores que são só de Psicologia, só de Serviço Social. Onde eu trabalhei era junto. Então já tinha esse contato, essa ligação com o Serviço Social. Então tinha psicólogo que fazia visita domiciliar. Então a gente dizia “mas isso é do Serviço Social?”, “é, não é...”. Tinha essa discussão já, nesse lugar. Tinha psicólogos que ficavam mais voltados a estes questionamentos da “Psicologia pura”, sei lá, mais “tradicional”... ficava lá, só atendia sozinho, sem assistente social, só atendia pra fazer avaliação psicológica e fechava, fazia seu laudozinho e entregava. E já tinham psicólogos que já... não conseguiam conceber a sua prática, o seu trabalho, até elaborar o seu relatório sem, ali, discutir o caso com alguém do Serviço Social, pensar junto... e até – como eu falei, fiquei pouco tempo – mas nesse lugar que eu fiquei, o juiz tinha uma abertura. Diferente de outros lugares. Não é a regra. Acho que ele era até uma exceção mesmo. De chamar pra conversar, conversar de uma forma geral do trabalho, mas eu sentia que ali poderia ter uma abertura.

Além disso, vimos neste trecho que a psicóloga comenta que nas equipes do TJ teria percebido espaços para ampliação das práticas e intervenções – tais como realização de visitas domiciliares e discussões de casos com as/os assistentes sociais – bem como localizou profissionais que focavam sua prática na avaliação psicológica e produção de laudos, sem muitas inovações. Postura essa que, conforme vimos nos tópicos anteriores, não é a única possibilidade de atuação na DPESP. Quanto aos espaços de abertura neste local ela entende que não seriam a “regra” ou o mais comum.

Apesar de nunca ter atuado no TJ, este psicólogo comparou o trabalho nas duas instituições a partir do contato profissional que tem tido com psicólogos/os desta outra instituição. Ele reforça este entendimento de que haveria uma atuação mais limitada a produção de laudos no TJ e que – segundo a compreensão dele – isso se daria em razão da demanda institucional diferenciada em relação às demandas da DPESP, que – por sua vez - possibilitariam uma ampliação e diversificação das frentes de trabalho para a Psicologia.

Pelo menos com o que eu converso com os colegas do TJ, não difere muito no que eles entendem como... deveria ser o trabalho, o que deveria produzir...de benefício para as pessoas. Até as discussões são bastante semelhantes. O que eu acho é que... o que diferencia, mais nitidamente, é a... a demanda institucional. Enquanto a gente tem várias frentes de trabalho, que a gente pode atuar, com resultados diferentes, eles quase sempre tem uma única frente de trabalho que é a avaliação psicológica. E aí eles têm que atender a demanda institucional do TJ, a produção de laudos, enfim, a avaliação de casais para a adoção... este tipo de atendimento, que limita o trabalho. Eu acho que isso na... no entendimento dos psicólogos da Defensoria e do TJ, pelo menos na minha experiência, não tem muita diferença. Tem bastante semelhança. O que limita é a demanda institucional.

Neste trecho a psicóloga compara as duas instituições em relação ao tempo de existência, concluindo que – para ela – no TJ, por ser uma instituição mais antiga, as relações e processos de trabalho estariam mais cristalizados e, como tal, mais difíceis de serem continuamente revistos ou reelaborados diante de uma determinada necessidade ou insatisfação, por exemplo. Com isso, ela entende que na DPESP, por ser uma instituição jovem, a abertura para que as/os profissionais construam novas práticas é maior e isso poderia inclusive ser um fator motivacional às/aos servidoras/res.

[...]essa possibilidade de... de estar mais viva assim. De não estar tão cristalizada, de estar[...]Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo. [...]Por exemplo, comparando com o Judiciário, a gente tinha... os processos em que eu tinha que dar conta. Era a ordem judicial. Tinha que fazer aquilo e acabou. [...]Você fica muito engessado assim. Eu acho que... você poder ter esse olhar de que “olha, tem que propor, tem que... tem algo maior aí que envolve todas essas famílias”. É que Núcleo tem muito essa visão, né? A gente pode trabalhar pra ampliar, pra ampliar esses serviços, ampliar esses acessos... E aí você pode ir fazendo propostas e... contribuindo bem mais do que ficar só “enxugando gelo”.

Além disso ela destaca que, no seu entendimento, neste comparativo a DPESP mostra mais agilidade em algumas ações – tais como contratação de novas/os servidoras/res – e propicia mais espaço de capacitação profissional:

[...] outra coisa que me atraiu bastante por ser uma instituição nova. O Judiciário é uma instituição bem antiga, então tudo muito cristalizado, muito difícil de mudar...pra você conseguir alguma coisa era um esforço enorme. E aqui já... tudo foi mais...o próprio concurso foi rápido, já me chamaram rápido. No TJ eu esperei 4 anos pra ser chamada. Cheguei lá... não tive capacitação nenhuma. Cheguei lá já tinha uma pilha de processos pra eu atuar. Falei: “Como assim!?”, “eu quero acompanhar uns casos pelo menos, eu não sei o que fazer ainda, exatamente...”. Não teve nada, nenhuma capacitação. E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais... você não acha?

Há diferenças históricas entre as instituições jurídicas, conforme apontou a entrevistada que – acreditamos – interferem na constituição e características das mesmas. Realmente a DPESP é bem mais jovem do que as outras instituições jurídicas do estado. Enquanto a Defensoria paulista começou sua implantação em 2006, a origem do Tribunal de Justiça deste estado data de 1981¹³⁵ e o Ministério Público teve a sua lei de criação em

¹³⁵ <http://www.tjsp.jus.br/Institucional/ConhecaOTJ/Default.aspx?f=2> (acesso em 20/12/2014).

1936¹³⁶. Com isso destacamos também que a DPESP é, dos três órgãos, o único posterior à Constituição Federal de 1988, instrumento normativo mais democrático e moderno, que acaba servindo como referência para as instituições mais recentes.

Implicações sociais: poder

8 - Relações de poder

Diante do material apresentado até este ponto, já pudemos notar que as referências à existência de relações institucionais de poder na DPESP foram relatadas repetidas vezes ao longo das entrevistas. Trata-se de relações de trabalho em que foram interpretadas relações hierárquicas de poder entre profissionais do Direito e das outras áreas do saber – como a Psicologia e o Serviço Social – nas quais se identificam posicionamentos que tentam subordinar as/os profissionais de outras áreas aos operadores do Direito, tendo como critério a formação em uma área ou outra.

[...] aqui em XXXXXX¹³⁷, especificamente, eu não percebo muito abuso de poder, que outros colegas em outras unidades vivenciam. Existe, mas é bem menos intenso.

Aqui acontece, mas é em menor intensidade do que... Eu não vivi o que os outros colegas vivenciam... nas outras unidades, mas o... o que eu tô comentando é sobre o que se relata. Tem relatos de abuso de poder mesmo. E nesse sentido, daquele jeito que os colegas relatam, aqui não acontece.

¹³⁶ A Lei estadual nº 2.526, de 10 de janeiro de 1936, instituiu a carreira do Ministério Público em São Paulo. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/MemorialMPSP/historia_do_mpsp (acesso em 20/12/2014).

¹³⁷ Nome da cidade em que o profissional atua, aqui omitido por questões de sigilo da pesquisa.

No depoimento abaixo, vemos que para essa entrevistada, uma forma de apresentação desta relação de poder é o fato de defensoras/es não terem abertura ou escuta para profissionais de outras áreas, desconsiderando-as/os:

Agora os operadores do Direito, quando a gente fala, eles não ouvem.

Neste trecho, uma das psicólogas coloca que a coordenação de equipes, na DPESP, é sempre desempenhada por defensoras/es e que este aspecto poderia ser reflexo de uma relação de poder e imposição do Direito sobre as outras áreas do saber e profissionais da instituição, características e posicionamentos com os quais a profissional não concorda. Para ela, tais posturas prejudicam o trabalho em equipe o que – para nós – pode empobrecer inclusive o trabalho da DPESP, piorando a qualidade do atendimento oferecido à população.

[...] um coordenador hoje, na Defensoria, ela é uma coordenação que é feita por operadores do Direito, por defensores. [...]já não trazem muito isso da formação. De trabalho em equipe... interdisciplinar, [...]Enfim, aí ele vem pra coordenar uma equipe... Então eu sinto eles muito perdidos. [...] Estão coordenando pessoas, profissionais, outros profissionais, que estão no mesmo nível... funcional... mesmo nível... que eles. Podem estar, hierarquicamente diferentes. Mas mesmo patamar. Só que conhecimentos distintos... Direito não tem que ser o saber... acima. Mesmo em uma instituição que é de Direito, como a Defensoria. Tem o seu saber, que está acima dos outros e... que coordena os outros de cima pra baixo. Tem que estar ali num mesmo nível, pensando junto e tal.

Nesta outra fala percebemos citação sobre o mesmo fato:

Uma das coisas é a valorização do profissional, tanto em termos de... de lugar. Por exemplo, coordenando uma equipe, porque tem capacidade técnica e profissional para aquilo. E não porque... só porque é defensor. Porque hoje é... estruturado, né, pra isso estar... Está até na lei, já tá tudo fechadinho: só coordena, só dirige quem é defensor.

No trecho abaixo levanta-se outra possível manifestação de relação de poder: as bruscas diferenças salariais entre os operadores do Direito, defensoras/es públicas/os, e as/os profissionais graduados em outras áreas do saber¹³⁸. Para a entrevistada, este fato acirra diferenças de tratamentos e de empoderamentos dentro da instituição.

[...]É... passa pela atualização salarial também. Acho que sim. Acho que existe aqui dentro uma diferença gritante, não só pra Psicologia, pra o Serviço Social, pra todos as outras áreas... pra oficiais também. A parte administrativa, eu acho que... não sei, eu não entendo pra que tanta discrepância de valores. Isso já parece, dá a entender que somos melhores, mais importantes, mais essenciais do que os outros. Tem um simbolismo muito forte! Não é só o dinheiro, né? O dinheiro é muito simbólico.

Neste exemplo a psicóloga descreve a postura de uma defensora que coordenava um projeto e que, para a entrevistada, a postura correspondia a ideia de que havia ali um trabalho individual e não em grupo, desqualificando as ações realizadas pelas outras profissionais do setor. Além disso, a expectativa do operador do Direito seria a de sempre direcionar as práticas, sem espaço para sugestões ou construções coletivas.

[...] “eu sei, eu quero que você me ajude só”. E “o trabalho é meu, o projeto é meu... não é nosso”. Eu só quero o seu apoio naquilo que eu acho que você tem que fazer”. Isso ainda acontece.

Para esta profissional existe uma confusão entre o que é entendido como hierarquia funcional, que seria por exemplo voltada a organização dos trabalhos e tarefas, com uma hierarquia rígida na ideia de se ter um chefe, quem direciona ordens e sem abertura para construções e trabalhos em equipe.

Eu acho que tinha que ser uma política institucional mesmo e interdisciplinar. O foco é nisso. Aí tem a confusão: o que é a hierarquia funcional? O que é trabalho em equipe? Eu acho que ainda aqui... não é muito claro para a

¹³⁸ Tema já levantado na p. 188.

instituição. Acho que se tivesse isso mais forte, como meta da instituição, ia... o trabalho ia até dar uma acelerada assim.

Ela considera que deveria haver uma maior clareza e cobrança da administração da instituição no sentido de incentivar práticas horizontais que possibilitassem o enriquecer do trabalho em equipes interdisciplinares.

Este tipo de posicionamento por parte das/os defensoras/es podariam ideias e movimentos criativos das/os psicólogas/os, pela falta de espaço de escuta e diálogo dentro dos setores:

[...]eu tô falando mais pensando até em relatos, dos colegas, que se sentiram tolhidos [...] Do que fazer... como atuar... de como trocar também com os defensores, os defensores com escuta.

Esta outra psicóloga entrevistada dá exemplos de como estas relações de poder se manifestariam no seu espaço de trabalho:

Acho que quando chega algo muito vertical, “faz isso aqui” [...] Sem uma abertura de diálogo, sem uma possibilidade de você...é...sugerir alguma coisa, ter um contraponto, sugerir alguma coisa diferente...é... né...Você trabalha junto quando você entende qual é a expectativa que a outra pessoa tem e quando você pode dialogar sobre esta expectativa, né? Então poder falar sobre a minha profissão e dizer...“por aqui dá”, “por aqui não dá”, “podemos tentar um outro caminho”, [...] E...isso facilita o trabalhar junto. Acho que quando é diferente disso, quando chega alguma coisa “faça desse jeito”, “atenda desse jeito”, “faça este encaminhamento”, daí fica muito difícil. Fica muito engessado o trabalho. Na verdade, o trabalho não sai. [...]Um trabalho que fica travado.[...] Acho que é um lugar, um pouco, de uma certa impotência. [...] acaba ficando travado, porque muitas vezes o encaminhamento não vem porque a gente não vai fazer do jeito que estão mandando... É o lugar acho que da impotência mesmo, assim. De você ficar submetido a uma ordem de alguém que sabe muito pouco sobre o que você pode fazer.

Vimos que ela cita exemplos em que a solicitação – demandada pelas/os defensoras/es – vem de maneira “vertical”, imposta, sem possibilidade de abertura para o diálogo e para que sejam pensadas maneiras e contribuições possíveis da Psicologia em um caso concreto. Ela explica que é como ficar submetido “a alguém que sabe muito pouco sobre o que você pode fazer”, já que, como vimos, seria alguém de outra área do saber, que muitas vezes vai desconhecer o olhar do outro e suas abordagens. Isso só se dá com a abertura ao diálogo. O resultado desta imposição: dificulta, engessa e “trava” todo o trabalho, segundo o relato.

Neste outro trecho vemos a narrativa de uma vivência bastante difícil, identificada como relação de poder. Diante das imposições de uma defensora, a profissional sentiu-se paralisada, sem abertura para proatividade ou criações, chegando a se sentir “de fora” da que deveria ser a sua equipe ou o seu setor. Tal sentimento ocasionou um decréscimo no seu envolvimento com a atividade e com a própria instituição, o que entendemos que pode trazer prejuízos ao rendimento profissional, bem como a qualidade de seu serviço prestado.

[...] Foi muito difícil. E, depois, mesmo com a equipe, eu senti também uma... me senti muito paralisada, assim... de pessoas querendo controlar muito o trabalho e não dividir o trabalho e não “vamos trabalhar juntos, em equipe”. Era um trabalho de uma pessoa só, que você tinha que se... que queria que você fosse um consultor só. Não queria te envolver no trabalho. Nesse momento, também, eu me senti muito paralisada. Porque eu não sabia se eu podia ter iniciativas, que eu sempre tive, eu não podia mais. Se eu fizesse uma proposta era entendida como um... uma intromissão, um trabalho que pra sempre foi de todos, de repente passou a ser de uma pessoa só. E eu me sentia uma... uma intromissão ali na... Ai, uma pessoa de fora e não uma pessoa dali [...] daquele lugar. Como se eu fosse estranha ali, entendeu? Eu tava ali mais pra contribuir, pra somar. Não me viam mais daquela forma. Me viam como uma pessoa alheia, um pouco, do trabalho. Eu sentia assim. Aí me senti paralisada. “Não sei o que eu faço. Qual que é o meu papel agora...”. Mudou tudo de repente. O trabalho que já vinha sendo construído há quatro anos. Acho que foi o momento mais difícil pra mim. Mais do que quando eu entrei [...] essa confusão de hierarquia funcional, com... hierarquia... até na formação...um autoritarismo. A diferença entre você ser um a referência, um responsável por aquele setor e você ser o ... tô escolhendo as palavras (risos)... deixa eu pensar... o... a diferença entre você ser um chefe, quem manda, e você ser um coordenador. [...] Pra mim, eu entendo que o coordenador coordena junto com outras pessoas. [...] Mas ele está ali, muito mais junto com as outras pessoas, do que numa ordem direta “eu mando, você obedece”. [...] E eu encontrei coordenadores assim. Uns mais, outros menos. Mas eu encontrei.

Podemos ver também que, ainda sobre este trecho, a psicóloga se refere que “mudou tudo de repente”, pois ela já havia tido relações de outro tipo – não autoritárias e sim de coordenadoras/es que trabalhavam junto às/aos outras/os pessoas da equipe – na mesma instituição. Interessante notar no discurso da psicóloga – apesar do contexto de certa proximidade com a pesquisadora – neste ponto percebe-se uma certa tensão ao abordar o assunto e uma preocupação manifestada na frase “tô escolhendo as palavras”. Entendemos que mostrou-se aqui uma preocupação da psicóloga com retaliações que poderia sofrer em relação a revelar este fato, sentimentos estes que são típicos traços de relações de poder. É sugerido que as/os profissionais devem se posicionar criticamente em relação a isso, criando resistências e questionamentos. Ela entende que tais autoritarismos não devem ser tolerados e que as/os psicólogas/os devem se posicionar e ter posturas de enfrentamento, buscando valorização profissional.

Isso, de ir marcando mais seus espaços... de não aceitar qualquer coisa, qualquer tratamento... de não aceitar, por exemplo, autoritarismos em relações hierárquicas... desnecessárias, né? De não aceitar um trabalho... que não seja valorizado, que não seja escutado.

A existência de posturas autoritárias por parte de defensoras/es também apareceu na fala de outra entrevistada:

[...] às vezes eu acho que eles funcionam em outra chave assim...Ou que acreditam tanto naquilo, que...não é que não escutam por mal, por autoritarismo. Alguns sim.

Analisando estas relações de poder identificadas na DPESP, esta entrevistada aponta que haveriam “práticas não democráticas” na instituição, tendo como exemplo o trabalho interdisciplinar, já que não possibilita uma participação colaborativa de todas/os as/os suas/seus servidoras/es, igualmente. Para ela, trata-se de um caminho a ser trilhado.

Acho que as questões das práticas democráticas internas, das práticas não democráticas internas. Tipo umas coisas do desenho, do espaço pro trabalho interdisciplinar, do trabalho multidisciplinar. É...acho que existe um desejo institucional de que essas coisas possam...acontecer, mas é um lugar...é um caminho que deve ser feito com cuidado assim. As práticas não são exatamente desta maneira.

Para estas psicólogas, as relações de poder são mais nítidas em instituições jurídicas:

[...] desse mundo jurídico, dessas hierarquias... Acho que em uma instituição isso aparece muito mais.

[...] a unidade de trabalho tá dentro do tribunal de justiça¹³⁹. E o que eu vejo é que... dentro deste contexto jurídico estas relações de força estão muito colocadas, assim, são muito...muito cristalizadas e muito valorizadas... é... e eu acho que o que a gente vive dentro da instituição é... é fruto disso. Não acho que favorece o trabalho. Eu acho que desfavorece o atendimento à população...é... Não acho que é uma coisa que agregue a instituição, mas é – de alguma maneira – algo que tá... tá posto, assim, acho que o Direito trabalha muito com este, com este tensionamento de forças. E... e a gente tá, tá no meio disso. A gente vai tentando lidar, dentro do que cabe, do que a gente consegue, do que... do que sobra pra gente. Mas eu acho que é uma coisa que tá muito dada, assim... Acho que é um trabalho de... de desconstrução muito grande pra que possa ser diferente.

Vimos que a entrevistada também coloca que as relações de poder existentes podem prejudicar o atendimento à população, conclusão que já havia aparecido em outra fala acima.

9 – Psicologia, laudos e exercício do poder

A participação de psicólogas/os na produção de laudos que podem subsidiar decisões judiciais e influenciar diretamente na vida de diversas pessoas e famílias, o que muitas vezes tem se configurado como relações de poder da Psicologia enquanto ciência já foi abordada neste trabalho na p. 57. Retornaremos ao assunto, pois percebemos nas entrevistas de quase

¹³⁹ Algumas Unidades ou Regionais da DPESP, como neste caso, não estão em sedes próprias da Defensoria e estão lotadas dentro de Fóruns, espaços estes do Tribunal de Justiça/ Poder Judiciário.

todas/os as/os participantes da pesquisa referências à problemática e como as/os profissionais da DPESP tem se relacionado com a questão.

O que tem ocorrido com frequência é que as/os psicólogas/os da DPESP acabam acompanhando cidadãos/ãos e/ou famílias que também foram avaliadas por tais peritos (ligadas/os ao Poder Judiciário). Desta maneira, as entrevistadas identificaram, com frequência, situações de preconceito, como no caso abaixo, em que acabou se afastando uma criança do convívio com a mãe:

[...]a juíza deixou a guarda com a prima e ela não tinha como ir visitar a filha lá. Praticamente não foi feita a justiça enquanto garantia do direito dela de mãe, foi prejudicada [...] preconceito da assistente social do TJ que dizia que ela tinha muitos namorados e então ela não poderia ser uma boa mãe. Então isso a gente tava junto com ela e isso realmente é injusto, não tá certo.

Na fala abaixo, a psicóloga da DPESP questiona a suposta neutralidade e imparcialidade das/os peritas/os:

É... pode-se entender que tem uma diferença, que esses peritos estariam no lugar da isenção, sem partido...mas isso eu discordo absolutamente. Não é o que eu vejo, inclusive. Eu acho que eles partem de um lugar, de uma concepção. Mas acho que há... acho que é isso, assim. A gente fala de um lugar talvez semelhante, né, que a Psicologia também tem o seu micropoder dentro do sistema de justiça e eu acho que esse é o lugar é... de atuação desse micropoder, na hora que você, que eles elaboram um laudo que vai determinar aí o futuro de um sentenciado, de alguém sob medida...[...] Acho que é o meu micropoder também (risos)... e a gente tenta usar ele da melhor maneira possível, porque tem... Em alguns casos, a documentação que é feita por outras áreas, como a medicina, pela Psicologia, pelo Serviço Social, elas tem um peso grande no processo. O que eu vejo de laudos, acho que... do meu lugar, muito menos de avaliação propriamente dita, e muito mais de leituras de avaliações. Eu posso ter a possibilidade de chamar, de fazer uma avaliação psicológica enfim, mas hoje o trabalho vai muito mais no sentido de compreender as avaliações que são feitas por outras instituições. E... e acho que esta questão do micropoder assusta um pouco, né, porque... porque a gente vê as pessoas fazendo um uso disso de um modo...perigoso até e irresponsável, nos laudos que são feitos, em como...como eles vão ser usados nos processos... então acho que tem um movimento, no trabalho, de tentar atuar sobre isso, também. Acho que talvez hoje, o que a gente busca de fazer de diferença tem mais a ver em tentar minimizar um problema sério

que pode ser causado por esses, nesse recorte, por estes laudos do que de... de produzir algo diretamente.

Como vimos neste discurso, a psicóloga da DPESP aponta a importância e peso que essas avaliações tem nos processos judiciais e destaca se – enquanto assistente técnica e psicóloga da DPESP – tem procurado utilizar o que ela nomeou de seu “micropoder” também, no sentido de questionar tais laudos, na perspectiva de garantia de direitos da pessoa que está acompanhando/atendendo.

Para esta outra psicóloga, o lugar de poder e autoridade que a Psicologia pode ter, legitimada e fortalecida por uma instituição jurídica a qual representa – seja ela a DPESP ou TJ, por exemplo – pode ser utilizado para outras funções, além da avaliação psicológica ou produção de laudos. Ela considera que um “micropoder” da Psicologia, neste campo, pode ser o que ela chama de “autoridade” sobre as pessoas atendidas:

[...] com as pessoas eu acho que é mais fácil, porque...eu ocupava um lugar em que eu também conseguia falar pra elas sobre isso. Eu tinha autoridade (risos), no sentido de dizer que “não, não é rápido assim”. As pessoas me ouviam quando eu falava isso.

[...] pra população, tem gente também que não quer escutar. Não quer, não quer...Quer uma solução rápida e ok também; pode. Não quer conversar, não quer resolver o conflito, amém. Faça o processo. Mas essa autoridade, no sentido de um certo respeito. De...você estar ali, representando uma instituição, que tem um certo respeito também das pessoas de ser a justiça e aí você traz um...um modo de compreender que a pessoa...de certa maneira, pára para escutar ou, não sei também se podia, ser uma questão...coercitiva, será? Só porque eu tava ali pra falar ele aceitava...não sei se...isto não é bom também... Mas essa abertura para considerar esta coisa que você propõe, eu acho que a população...tem mais.

Vimos que ela entende que estar vinculada à instituição colocaria a profissional num lugar de autoridade e respeito, no sentido que as pessoas atendidas levariam em consideração suas orientações e sugestões. Ela chega a se questionar se seria algo coercitivo, preocupada com a imposição negativa, que anularia subjetividades. Mas ela entende que tal autoridade pode ser utilizada inclusive para direcionar e incentivar as pessoas a criarem suas soluções para os problemas. Ou seja, nesse raciocínio, a autoridade não estaria no lugar de “dizer o certo” ou

resultado de sua avaliação. Neste caso tal poder seria utilizado para empoderar as pessoas atendidas, legitimando e propiciando espaços de diálogo:

E eu acho que essa aquisição da possibilidade de comunicação, de diálogo, é tudo um trabalho de...lidar com estas frustrações e...e passar a tratar a coisa num nível do diálogo, não da força. Nesse sentido, eu acho que tem uma lei...que atravessa, que regula essa comunicação, né, através da...não é que todo mundo pode fazer o que quer...mas tem uma lei, que não só regula essa comunicação, mas ela ocupa a sua subjetividade e dá o resultado nessa disputa. É diferente você...ter uma lei para possibilitar uma comunicação e uma lei que vai dizer o resultado de uma coisa, sabe? Eu acho que o próprio enquadre, seja de uma conciliação, seja...é...seja de poder ouvir, escutar...pra que o outro fale e você escute, você tem que parar de falar, né? Isso é uma regra, né? Não é que tem que abolir todas as regras. Tem que existir regras, só que tem uma regra que vai organizar e uma regra que vai...decidir. Mas quando eu falei de autoridade, realmente...não sei explicar muito bem...porque eu acho que falei mais no sentido de...existir algo que a pessoa se disponha a te ouvir, mas mais nesse sentido da autoridade mesmo de...que, em certos casos, as pessoas não estão a fim de conversar, preferem resolver na força (risos)...então, uma autoridade que...limite a resolução na força e obrigue, de certa forma, o diálogo...pode proporcionar uma experiência de que a pessoa veja que é possível resolver pelo diálogo...

A relação entre as/os peritos judiciais e as/os assistentes técnicos, de uma mesma área ou não, é tema bastante complexo e mostra-se fundamental que estes profissionais – sejam elas/es da DPESP e/ou TJ – criem espaços de discussão para estas questões, visando propiciar uma esfera mais construtiva e colaborativa entre estas/es – na perspectiva da garantia de direitos – do que adversarial, como muitas vezes ocorre com as/os operadores do Direito.

10 - Sentimento de grupo entre as/os profissionais dos CAMs

Algo que nos chamou atenção ao longo das entrevistas e que tem se mostrado no cotidiano de trabalho dos CAMs, desde 2010, é o sentimento de grupo que foi construído e têm sido fortalecido entre as/os profissionais de Psicologia e Serviço Social. Há um reconhecimento enquanto categoria. Nos parece que tal sentimento esteja vinculado às relações de poder vivenciadas na instituição, já que psicólogas e assistentes sociais

enquadram-se em uma mesma categoria dentro da instituição e, dentro das relações de poder verificadas, localizam-se em um lugar muito próximo.

Uma das manifestações deste forte vínculo, segundo nossa análise, é o fato das/os entrevistadas/os construírem suas falas quase que unanimemente com sujeitos “a gente”, para expressarem suas atividades e reflexões. Ou seja, ao invés de utilizarem frases iniciadas com “eu acho”, “eu estou”, “eu faço/fiz”, as frases frequentemente são conjugadas na primeira pessoa do plural, passando a ideia de grupo, de coletivo que trabalha e pensa junto, o que podemos verificar nas falas abaixo:

[...] a gente também tá escrevendo projetos, né? Coordenação por Agente de Defensoria e aí você, psicólogos, assistentes sociais coordenando de forma técnica equipes...

[...] a gente precisa ganhar, ganhar bem. Cada vez mais, correspondente a contribuição que a gente tá aqui.

A gente foi muito bem acolhido, eu me senti muito bem acolhida...

A gente tá só começando.

Mas acontece algumas vezes e quando acontece... a gente... nossa – técnicos da Defensoria – meio que não vale assim.

Eu acho que a gente conseguindo – e daí Agente, aí sim com maiúscula – as equipes conseguindo é...

A gente Agente, com letra maiúscula (risos). Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito.

Nos dois últimos trechos a entrevistada inclusive faz um trocadilho com o sentimento de grupo, manifestado em “a gente”, com o nome do cargo das/os psicólogas/os e assistentes sociais da DPESP, chamadas/os de “Agente” de Defensoria.

Pesquisadora: A gente quem?

Entrevistada: A gente o CAM.

Desta forma, os desafios e conquistas são tidos como enfrentamentos e resultados conquistados coletivamente, conforme vemos nos discursos abaixo:

Qual é o nosso espaço? Se a gente tem mais restrito ou se a gente pode... é... ampliar nossa atuação. Ou não...

A gente tá caminhando pra isso. É que é difícil, porque tem que dar conta de todo o trabalho e mais... fazer propostas, pensar, pensar coletivamente. Então tá todo mundo muito esgotado [...] mas a gente tá avançando... bem mais lentamente do que eu gostaria, mas acho que a gente tá nessa busca.

Marcou, a nossa presença, mas ela ainda... não tá completa. Acho que a gente tem muito ainda a contribuir. . Já de cara, já teve um efeito... a nossa entrada. Já teve... já possibilitou mudanças, mas eu sinto que a gente ainda tá entrando, sabe? Apesar de já fazerem 5 anos, né? Vai fazer 5 anos...em abril do ano que vem, mas eu sinto que a gente ainda tá... é... buscando o nosso espaço, conquistando o nosso espaço a nossa voz aqui dentro.

[...]o caminho das discussões que a gente... tem, não digo que cotidianamente, porque a gente não está junto com os outros colegas... Mas que a gente teve em vários momentos da caminhada, né? Principalmente quando a gente tinha... as formações a cada bimestre, numa atividade de formação... promovida pela EDEPE¹⁴⁰ e tal... e aí a gente conseguia, eu conseguia... me apropriar um pouco da discussão que os outros colegas estavam fazendo, sobre a Psicologia jurídica e sobre a Psicologia jurídica, especificamente, no contexto da Defensoria Pública. Então acho que foi nesse sentido: caminhar, buscar referências e no sentido de aproveitar discussões com os colegas.

Além disso, notamos que as/os entrevistadas/os – além de terem compartilhado suas opiniões ao longo das conversas – compartilhavam informações a partir do relato de outras/os colegas de CAM, mesmo que não tivessem vivenciado diretamente tais experiências, reforçando um sentimento de grupo, conforme destacamos ver nestes trechos:

[...]eu tô falando mais pensando até em relatos, dos colegas, que se sentiram tolhidos

¹⁴⁰ EDEPE: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que organiza cursos de capacitação e formação para o público interno e externo da instituição.

[...] aqui em XXXXXX¹⁴¹, especificamente, eu não percebo muito abuso de poder, que outros colegas em outras unidades vivenciam.

Eu não vivi o que os outros colegas vivenciam... nas outras unidades, mas o... o que eu tô comentando é sobre o que se relata. Tem relatos de abuso de poder mesmo. E nesse sentido, daquele jeito que os colegas relatam, aqui não acontece.

Esta união também passa pela proximidade e reconhecimento enquanto grupo de principalmente duas formações: a Psicologia e o Serviço Social. A proximidade entre as/os profissionais das duas áreas, na DPESP, foi bem marcada durante as entrevistas e provavelmente foi fortalecida pelo histórico de inserção destas/es profissionais na DPESP, conforme vimos nas pp.36 e 124.

[...] é uma atuação muito... conjunta, né? A visão social que o Serviço Social traz, que a gente trabalhando com assistentes sociais a gente aprende também. A gente incorpora, junto na nossa prática.

[...] Serviço Social e Psicologia já costumam ser duplas, né, em muitos lugares. Psicólogo e assistente social já tem um trabalho... conjunto, já histórico já. Estabelecido.

[...] a gente tem que se unir mais, a gente tem que – enquanto categoria: psicólogos da Defensoria – a gente tem que se... pensar mais na nossa prática, pensar mais nas nossas potencialidades aqui dentro. Acho que a gente tem que... e, de novo, eu não consigo pensar “nossa união” só dos psicólogos. Também.

Nas falas acima percebemos inclusive um esforço das entrevistadas para refletir sobre a atuação das/os psicólogas/os da DPESP – objeto deste estudo - separadamente, sem incluir as/os assistentes sociais. As entrevistadas destacam isso na fala “eu não consigo pensar nossa união só dos psicólogos”, bem como isto apareceu no discurso abaixo:

Então na medida que a gente entra, que a gente... é difícil falar de psicólogos e não falar de Serviço Social. Mas vai, vou tentar focar: psicólogos...

¹⁴¹ Nome da cidade em que o profissional atua, aqui omitido por questões de sigilo da pesquisa.

Assim, identificamos que o forte e importante sentimento de grupo entre as/os profissionais dos CAMs é interdisciplinar:

Pesquisadora: Quando você fala de colegas, você está falando de quem?

Entrevistada: Psicólogos e assistentes sociais.

Destacamos ainda que, conforme vemos em diversos estudos sobre grupos (Guirado, 2012), inclusive sobre grupos em instituições, este sentimento de unidade é bastante importante para os indivíduos e pode fortalecê-los dentro da organização, tanto individualmente quanto coletivamente, tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

Implicações sociais epistemológicas

11- Produção de prova e outros desafios para a Psicologia

Outro ponto interessante deste campo de atuação e que foi levantado por uma das psicólogas refere-se a certas demandas que são encaminhadas à Psicologia, no tocante à produção de provas ou averiguações sobre a ocorrência ou não de uma violência, por exemplo, o que podemos chamar de “produção de prova”. Vejamos o relato:

[...] um limite que é da própria profissão, né, que esbarra às vezes no que é trazido como demanda. Então...é...né, como exemplo, uma coisa que a gente, hoje, acaba atendendo muito são casos em que acontece uma perícia psicológica com uma criança vítima de abuso sexual, e que essa criança vai encaminhada pra perícia pra que se descubra se efetivamente o abuso aconteceu ou não. [...] É...o psicólogo pode entender alguns indícios de algumas coisas, mas não tem a “bola de cristal”. Você trabalha, então você...é poder devolver isso pra quem tá te demandando...[...] Esse limite pra quem está te demandando. É...e limite pessoal mesmo. Né, de equipe, “o que é que dá para ser feito”.

Neste caso a técnica indica que a/o profissional de Psicologia deve deixar claro os seus limites, bem como possibilidades. Há de se atentar para o lugar em que a Psicologia – e suas/seus profissionais – é inserida na Justiça ou em outros espaços, o que se espera dela e o que as/os psicólogas/os respondem.

Interessante resgatar que em 1906, Freud – que na época já se tornara referência para diversas investigações sobre o funcionamento psíquico humano e que via a Psicanálise sendo difundida por vários países – foi convidado para palestrar a juristas e estudantes de Direito nos Estados Unidos. Os operadores do Direito estavam muito interessados nos estudos da Psicanálise sobre a associação livre e criaram diversas expectativas em torno do assunto, supondo que a técnica poderia facilitar na descoberta da “verdade” ou, em outras palavras, esperavam que a Psicanálise os auxiliassem a fazer com que as/os criminosas/os “confessassem” seus crimes através das técnicas psicanalíticas ou que as/os psicólogos/psicanalistas¹⁴² auxiliassem as/os juristas nos seus julgamentos. Freud, apesar de utilizar o espaço para apresentar as possibilidades investigativas e terapêuticas de seu método, diferenciou a realidade psíquica da realidade objetiva – esta última tão almejada pelos operadores do Direito – apresentou outras implicações emocionais e intersubjetivas em jogo e orientou-os para o não uso da técnica em casos judiciais práticos, pois poderiam incorrer em erros e julgamentos indevidos (FREUD, 1906).

12- Conceitos sobre justiça

Um último aspecto que destacaremos das entrevista trata-se do conceito ou ideia de “justiça” para as/os entrevistadas/os. Como o objetivo central deste trabalho é refletirmos sobre as contribuições da Psicologia no acesso à justiça, parece-nos importante recortarmos quais as compreensões das/os psicólogas/os sobre o que é justiça.

Em algumas falas vimos a relação com a garantia de direitos:

¹⁴² Freud utiliza os dois termos no texto.

[...] passa aí por uma garantia de direitos, né, desse direito de acesso à justiça, de... de poder cuidar um pouco disso, de poder dar um olhar...diferenciado do olhar do Direito, que se complementa muito nos casos que são atendidos.

Em outros discursos vimos que se considerou justiça no sentido mais formal, de pleitear algo ao Poder Judiciário ou visando a aplicação da lei:

[...] Justiça...a lei, a prática de aplicação da lei...É...especialmente na questão criminal.

Esta psicóloga relacionou a busca das pessoas pela “Justiça” ou pelo “Sistema de Justiça”, neste caso, como uma busca por cuidado:

[...] as pessoas que buscam a justiça, de alguma maneira elas buscam também um cuidado. [...] Acho que o acesso à justiça também tem a ver com este cuidado de...de poder pensar algumas questões de serem cuidadas.

Já nesta fala percebemos a ideia de que a Justiça – no sentido de Sistema de Justiça, formal, como está organizado em nossa sociedade - seria algo que “atropela” as pessoas ou que é acaba não garantindo direitos. Assim, ela entende que deve ser reformulada:

Acho que essa justiça. Acho que é... trazer uma contribuição pra essa justiça ser menos... pra que ela atropele menos as pessoas que estão sendo atendidas, que estão sendo atendidas por esta justiça.

[...] a própria existência da Justiça como ela é pra mim é um absurdo. Então o novo paradigma, pra mim, é acabar com essa justiça como ela é.

Já esta outra psicóloga entende justiça como algo mais amplo, para além dos órgãos e equipamentos ligados ao Sistema de Justiça. Algo como “justiça social” ou que esteja ligada à dignidade humana:

[...] a justiça num sentido mais amplo...até pensando em justiça social, justiça...aquela justiça que tem a ver com a pessoa s...ter sua dignidade humana respeitada.

[...] justiça pra mim tem sentido enquanto uma justiça que é social...que vai...de certa maneira, pelo menos...possibilitar que a pessoa se aproprie dessa sociedade da maneira como ela é, pra ter instrumentos, seja pra modifica-la, seja pra não se adaptar da forma como esperam que ela se adapte e isso pra mim é uma função que passa por uma apropriação subjetiva da realidade onde você se insere...uma função emancipatória e para mim Psicologia tem tudo a ver com emancipação, com a pessoa estar apropriada dos recursos objetivos e subjetivos pra lidar com as situações...então, quando eu falo que tem tudo a ver com justiça, porque pra mim justiça nessa sociedade tem a ver com se apropriar com as desigualdades e ações dela pra poder agir no mundo de uma forma emancipada dessas questões que às vezes tornam desiguais as possibilidades de acesso aos recursos...possibilidades de fruição mesmo do mundo, de...de ser feliz, de estar bem, depende de...você...de certa maneira...estar apropriado do mundo em que você tá e...ter acesso a esses recursos de...emancipatórios mesmo...de compreensão das formas de opressão. Acho que isso tem a ver com...compreender isso libera pra você poder fruir dos recursos do mundo. Até conhecendo as limitações pra poder não achar que, por exemplo, a sua história de frustrações tem a ver com a sua subjetividade, sua impossibilidade ou sua falta de esforço. Então, conhecer as desigualdades, conhecer os recursos possíveis eu acho que liberta no sentido que ...a pessoa pode ter a dimensão do que está ao alcance de uma subjetividade, o que é uma questão objetiva...e aí eu acho que...possibilitar essa conscientização tem a ver com justiça...

Notamos nesta narrativa a ideia de justiça como possibilitar à pessoa uma conscientização e conhecimento crítico acerca do mundo e da sociedade em que se vive – desigual e injusta, inclusive – para que ela organize suas ferramentas subjetivas para lidar com as imposições objetivas do mundo. Nesta linha, justiça estaria ligado à emancipação das pessoas, trazendo recursos para que as mesmas possam usufruir da melhor maneira possível sua vida e suas histórias.

Eu entendo isso como justiça. Acho que é justo a pessoa ter...esse acesso. Eu acho que isso tem a ver com...garantia do direito de...garantia do direito ao diálogo, a possibilidade da troca...formal, nesse sentido, de entender a...porque que o tribunal de justiça tá ali, faz as coisas com o que faz e isso não é sinônimo da justiça nesse sentido mais amplo. E eu acho que a justiça nesse sentido mais amplo tem a ver com a garantia do...da escuta e do diálogo da pessoa que tá na sociedade e pode trocar.

Ela também relaciona a garantia de direitos e acesso à Justiça – nesse sentido mais amplo – à garantia de diálogo e troca entre as pessoas, na sociedade. No trecho abaixo, ela compartilha a sua compreensão de que, embora o Judiciário seja importante para a resolução de alguns conflitos na sociedade – a maioria destes conflitos poderiam ser abordados através do diálogo entre as pessoas.

[...] o Judiciário é...sustentar uma máquina burocrática gigante. Um monstro burocrático (risos)...que a gente alimenta e faz com que várias pessoas vivam ali, no sentido, na sua vida, mas ...que de fato... é, mas de fato regula. É que às vezes a gente até esquece que é importante ter a lei para recorrer. Tem casos que precisa mesmo. É que a maioria parece que não. [...] Porque o que que é a justiça, o Judiciário? É a institucionalização de um lugar de poder que pode dizer o que é certo e o que é errado, né? Então, uma sociedade que pudesse, através do diálogo, chegar às regras entre certo e errado e poder conversar sobre isso, ser flexível quanto a isso e pensar nos caso a caso, não precisaria investir tanto dinheiro, para criar um lugar de poder pra alguém que pode dizer o que é certo e o que é errado.

Ainda nessa linha de raciocínio, caso as pessoas resolvessem mais os seus problemas e conflitos através do diálogo, haveria o que a entrevistada chamou de “ganho de civilização”, no sentido de emancipação e autonomia das pessoas:

[...] um ganho de civilização assim pras pessoas poderem falar sobre os problemas e resolverem os problemas através do diálogo e não através da força. A justiça, pra mim, ainda é muito pouco civilizada nesse sentido. Precisa de uma força, no caso o juiz tem que ter o poder do juiz pra dizer que aquilo não pode. Isso é muito romano, né, se pensar (risos)... é muito...imaturado...como é que chama isso? Rudimentar, né?

No próximo capítulo iremos nos debruçar sobre a ideia de Justiça e concepções a respeito.

8. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO ACESSO À JUSTIÇA.

Após termos apresentado o conteúdo das entrevistas nas categorias de análise delimitadas nos tópicos anteriores, passando pelo histórico da inserção das/os psicólogas/os na Defensoria Pública, principais características e especificidades desta atuação, obstáculos encontrados e avanços, atividades que têm sido desenvolvidas, reflexões e desafios levantados, dentre outras questões relevantes, passaremos para o ponto central desta pesquisa: quais seriam as contribuições da Psicologia no acesso à Justiça e na garantia de direitos das cidadãs/ãos que procuram a instituição. Como uma psicóloga ou psicólogo podem colaborar na garantia de direitos às/aos cidadãs/ãos que procuram a Defensoria Pública? O que as/os psicólogas/os têm feito e o que podem fazer para potencializar este serviço prestado à população?

Para analisarmos estas questões, primeiramente vamos refletir sobre acesso à Justiça e como este tem sido pensado por alguns autores.

8.1 Acesso à Justiça: da assistência judiciária à garantia de direitos.

Conforme vimos na primeira parte deste trabalho, , dilemas e conflitos da sociedade moderna levam os sujeitos a buscarem a Justiça para a solução de problemas de âmbito privado. Isto porque muitos direitos reconhecidos pelas leis não possuem aplicação na vida das pessoas e, portanto, estas acabam procurando a justiça no intuito de efetivar esses direitos (CHUAIRI, 2001).

Mas a utilização do sistema burocrático de Justiça para mediar conflitos era condicionada à posse de Capital, ou seja, só podia ser obtida por aquelas/es que pudessem

enfrentar seus custos; aquelas/es que não pudessem fazê-lo eram consideradas/os as/os únicas/os responsáveis pela sua sorte. O acesso formal, mas não efetivo à Justiça, correspondia à igualdade, apenas formal, mas não efetiva (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 9). Afastar a “pobreza no sentido legal” – a incapacidade que muitas pessoas têm de utilizar plenamente a Justiça e suas instituições – não era preocupação do Estado.

De acordo com Chuairi (2001), a assistência jurídica aos grupos mais pobres remonta aos tempos antigos. Na Grécia e em Roma, atribui-se a Constantino a primeira inserção em texto legal para garantir advogado à população excluída. Durante a Idade Média, a expansão dos ideais cristãos de ajuda e proteção possibilitou a inserção de sistemas de assistência judiciária para atender a essa população, com base no voluntarismo dos profissionais, que advogavam gratuitamente. Este tipo de assistência judiciária voluntária perdurou mesmo em tempos mais modernos.

Com as Declarações dos Direitos do Estado de Virgínia (1776) e dos Direitos dos Homens e do Cidadão (1789) a assistência jurídica deixaria de ser vista, ao menos formalmente, como caridade e se transformaria efetivamente em direito. No Brasil, a assistência judicial foi incorporada pela Constituição de 1934, sendo reconhecida como função social do Estado (CHUAIRI, 2001) e na atual Constituição Federal – artigo 5º, conforme vimos na introdução deste trabalho – foi previsto que o Estado devesse prestar assistência jurídica e integral às pessoas que comprovem insuficiência de recursos, principalmente através das Defensorias Públicas.

Vários autores diferenciam os termos “assistência judiciária” e “assistência jurídica”. Trata-se a primeira de assistência mais limitada, referente apenas à esfera processual, ao passo que a segunda contempla o auxílio extrajudicial (conciliatório ou contencioso), a consultoria e a assistência judiciária (NERY JUNIOR, 1999). Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que foi abandonado o conceito de assistência judiciária gratuita¹⁴³ em favor da concepção de assistência jurídica integral e gratuita, que deveria ser

¹⁴³ Registramos a importante diferença existente entre a *assistência judiciária gratuita* e o *benefício da justiça gratuita*. Enquanto este benefício consiste no direito à dispensa provisória do pagamento de custas e despesas processuais, a assistência judiciária gratuita, de outra parte, é a organização estatal ou paraestatal que tem por fim, além da dispensa provisória de despesas, a indicação de advogado para patrocinar a causa. Na assistência judiciária, o Estado arca com as despesas e custas processuais, bem como com os honorários advocatícios do causídico, que é concedido pelo Estado. A justiça gratuita, por sua vez, restringe-se à isenção das custas e

prestada pelo Estado (GONÇALVES, 2008). Essa passagem da assistência judiciária para a assistência jurídica integral exige mudanças na postura que comumente encontramos no tribunais, nos quais se vê a busca pela litigância. O Defensor Público Carlos Weis definiu esta diferença da seguinte maneira:

[...] uma evidente transmutação. Passa-se da ideia de assistência judiciária para o de acesso à justiça; de assistencialismo público para serviço público essencial; de extensão da Advocacia privada aos financeiramente carentes à promoção dos direitos humanos; de mera promoção judicial de demandas privadas à identificação dos direitos fundamentais da população e sua instrumentalização, eventualmente por via judicial. Daí porque é essencial a compreensão da natureza distinta das defensorias públicas, em comparação com os serviços de assistência judiciária antes existentes (ainda que nomeados defensorias públicas), a fim de que se organize o novo serviço público em razão de sua real finalidade, constitucionalmente desenhada.

(WEIS, 2002, p.5)

Desta forma, vemos que a ideia de assistência jurídica integral supera a garantia de assistência processual, incorporando outros instrumentos para a garantia de direitos e ampliando a ideia de acesso à Justiça para além da concepção de acesso aos tribunais.

Eneida Gonçalves Haddad, que tem estudado por anos a DPESP, vê a instituição com possibilidades de efetivar a ampliação do acesso à Justiça, superando a atuação fragmentada, isolada e restrita, marcada pela incompletude da assistência judiciária (HADDAD, 2011b, p.18). Para esta autora, “essa instituição autônoma e democrática vem insistindo na superação do paradigma autoritário de justiça, defendendo, por excelência, a dignidade da pessoa humana” (IDEM).

Quando Haddad (2011b, p.17), lamenta que até 2011 a Defensoria Pública do estado estava presente em menos de 10% das comarcas paulistas, o que exigia a manutenção do convênio com a OAB (citado na p. 24) é porque que esta configuração, além de representar um ônus aos cofres públicos, impede a substituição da assistência judiciária pela assistência jurídica. Isto porque, via de regra, o atendimento prestado pelas/os advogadas/os

despesas processuais, devendo o favorecido constituir e remunerar o patrono que conduzirá a demanda. Nada impede, no entanto, a concessão de ambas as graças em favor de um mesmo beneficiário. Na verdade, impõe-se dizer, tal é a prática corrente (Gonçalves, 2008, p.2).

conveniadas/os vai se limitar ao acompanhamento estritamente processual e judicial, muito mais restrito do que o atendimento jurídico integral que a DPESP pode oferecer, incluindo-se aí a ideia de atuação extrajudicial, a educação em direitos, a composição extrajudicial de conflitos e atendimento interdisciplinar.

Voltemos agora ao conceito de “acesso à Justiça”. Cappelletti e Garth (1988) ampliaram o significado do direito de acesso à Justiça, que anteriormente era apenas relacionada ao direito de acesso a tribunais (ALMEIDA, 2012, p. 87). Levantaremos alguns pontos de sua obra que consideramos serem de extrema relevância para nosso estudo. Eles apontam que a expressão “acesso à Justiça” serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico, sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sobre os auspícios do Estado (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 8). Segundo os autores, tais finalidade seriam: este sistema deve ser igualmente acessível a todas/os e deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. Eles tem como premissa básica a ideia de que a justiça social pressupõe o acesso efetivo.

Estes autores realizaram pesquisas sobre os sistemas jurídicos modernos e concluíram que nenhum aspecto destes sistemas é imune à crítica (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 7). A abordagem utilizada mostra uma postura extremamente crítica e propositiva para os atuais modelos, conforme vemos abaixo:

Originando-se, talvez, da ruptura da crença tradicional na confiabilidade de nossas instituições jurídicas e inspirando-se no desejo de tornar efetivos – e não meramente simbólicos – os direitos do cidadão comum, ela exige reformas de mais amplo alcance e uma nova criatividade. Recusa-se a aceitar como imutáveis quaisquer dos procedimentos e instituições que caracterizam nossa engrenagem de justiça.

(CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 8)

Inquietados pelo questionamento “a que preço e em benefício de quem estes sistemas de fato funcionam?”, estes juristas levantaram em seus estudos aspectos relevantes tais como uma “desconfiança nos advogados”, especialmente comum nas classes menos favorecidas. Procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam, como o dos tribunais, juízes e advogados, figuras tidas como opressoras, fazem com que o litigante se sinta perdido,

um prisioneiro num mundo estranho (Id., p. 24). Analisando o que nomeiam de “barreiras ao acesso”¹⁴⁴, eles concluem que os obstáculos criados por nossos sistemas jurídicos são mais pronunciados para as pequenas causas e para os autores individuais, especialmente os pobres.

Sobre a assistência judiciária prestada às/aos pobres pelo Estado¹⁴⁵, eles observam que a tentativa de tratar estas pessoas como clientes regulares cria dificuldades. Tal tipo de assistência superaria as barreiras de custo, mas não combateria outros problemas enfrentados pelas/os pobres. Isso porque confia às/aos pobres a tarefa de reconhecer as causas e procurar auxílio; não encoraja, nem permite que a/o profissional auxilie as/os pobres a compreender seus direitos e identificar as áreas em que se podem valer de remédios jurídicos ((CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 7), 1988, p. 38). Ou seja, a assistência judiciária atua pontualmente, não trabalha na perspectiva de propiciar qualquer mudança mais ampla para a vida das pessoas atendidas, não promove intervenções na perspectiva de transformação social. Além disso, trata os pobres como indivíduos, negligenciando sua situação como classe. Assim, não estão aparelhados para transcender os remédios individuais (Id., p. 39).

Os autores também apontam outro tipo de assistência que nos parece mais próxima à ideia de assistência jurídica, mais ampla¹⁴⁶, e tipo de assistência pregado na DPESP. Neste modelo, os serviços jurídicos são prestados por “escritórios de vizinhança”, os quais eram pequenos e localizados nas comunidades pobres, de modo a facilitar o contato e minimizar as barreiras de classe. As vantagens seriam atacar outras barreiras ao acesso individual – além dos custos – particularmente os problemas derivados da desinformação jurídica pessoal dos pobres. Este modelo de assistência pode apoiar direitos difusos ou de classe das pessoas

¹⁴⁴ As principais barreiras seriam: as custas judiciais, as possibilidades das partes (recursos financeiros, aptidão para reconhecer um Direito e propor uma ação ou sua defesa, litigantes “eventuais”) e problemas especiais dos interesses difusos. Cappelletti e Garth, 1988).

¹⁴⁵ Os autores diferenciam os tipos de assistência judiciária. Neste caso nomeiam de “Judicare”, definido como: um sistema através do qual a assistência judiciária é estabelecida como um direito para todas as pessoas que se enquadrem nos termos da lei. Os advogados particulares, então, são pago pelo Estado.

¹⁴⁶ Referem-se ao tipo de assistência jurídica que teve origem no Programa de Serviços jurídicos do Office of Economic Opportunity, de 1965, considerado a vanguarda de uma “guerra contra a pobreza”. (Cappelletti e Garth, 1988, p. 39). Cabe ressaltar que os autores, apesar de diferenciarem os dois tipos de assistência, nomeia ambas de “assistência judiciária”, não utilizando o termo “assistência jurídica”.

pobres, auxiliá-los a reivindicarem seus direitos e cria uma categoria de operadores do Direito mais eficientes para atuar com demandas específicas desta população (Idem, p. 40).

Após analisarem os sistemas ou modelos existentes, estes autores concluem que medidas muito importante teriam sido adotadas para melhorá-los e que, conseqüentemente, as barreiras ao acesso à Justiça teriam começado a ceder. No entanto, destacam que existem limites sérios na tentativa de solução pela assistência judiciária.

Por fim, Cappelletti e Garth (1988) levantaram críticas e propuseram reformas, no sentido de promover maior efetividade neste acesso e na garantia de direitos de todas/os as/os cidadãs/ãos. Eles organizam suas propostas em 3 eixos, os quais chamam de “ondas” de acesso à Justiça. A primeira onda é a da assistência jurídica para os pobres, a segunda onda trata-se da representação dos interesses difusos e a terceira onda refere-se a meios alternativos de acesso à Justiça. Embora entendamos que as três tenham relação com a Defensoria Pública, iremos nos debruçar sobre a terceira, que tem mais relevância para o nossa pesquisa. Sobre esta terceira onda, que chamam de “novo enfoque de acesso à Justiça”, explicam que:

Essa “terceira onda” de reforma inclui a advocacia, judicial ou extrajudicial, seja por meio de advogados particulares ou públicos, *mas vai além*. Ela centra sua atenção no conjunto geral de instituições e mecanismos, pessoas e procedimentos utilizados para processar e mesmo prevenir disputas nas sociedades modernas. [...] Seu método não consiste em abandonar as técnicas das duas primeiras ondas de reforma, mas de tratá-las como apenas algumas de uma série de possibilidades para melhorar o acesso.

(CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 67-68)

Podemos perceber que esta ideia de acesso à Justiça, em face ao modelo judicial tradicional, amplia este campo de atuação tanto em relação a suas técnicas – que passam a ser também preventivas – quanto em relação aos seus atores e instituições envolvidas. Se historicamente o acesso à Justiça tornou-se responsabilidade das mesmas pessoas (operadores formais do Direito) e das instituições jurídicas, eles propõem a ampliação do olhar e dos mecanismos

existentes. Eles explicam que a representação judicial – tanto de indivíduos quanto de interesses difusos – não se mostrou suficiente, por si só, para tornar essas mudanças de regras “vantagens tangíveis” ao nível prático. Assim, reforçam que não é possível, nem desejável resolver tais problemas com advogados apenas, isto é, uma representação judicial aperfeiçoada (Id., p.69). Frisa-se a necessidade de verificar o papel e importância dos diversos fatores e barreiras envolvidas na garantia de acesso à Justiça, num enfoque que leve em conta todos estes elementos, de modo a desenvolver instituições efetivas para enfrentá-las. Eles encorajam a efetivação de uma ampla variedade de reformas para o sistema jurídico, incluindo alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou a criação de novos tribunais, a participação de outros atores, tanto como juízes quanto como defensores, modificações para se evitar litígios ou facilitar sua solução e a utilização de mecanismos privados ou informais de solução dos litígios. Como podemos ver, o modelo de acesso à Justiça proposto por Cappelletti e Garth tem estreitas ligações com o modelo de assistência jurídica integral proposto – ao menos em tese – pela DPESP, com uma atuação mais diversificada, judicial e extrajudicial, como por exemplo na Educação em direitos e na Composição extrajudicial de conflitos já citadas neste estudo¹⁴⁷.

Os ensinamentos de Cappelletti e Garth (1988) nos dão referência inclusive para reforçar a importância do trabalho interdisciplinar na área, quando convidam “outros atores” para o sistema jurídico, para a construção e participação em “procedimentos”. Além disso, compreendemos na fala abaixo a ideia de se ampliar o sistema de justiça, de modo que este convite e inserção seja para todas/os, profissionais ou não.

[...] o uso de pessoas leigas ou paraprofissionais, tanto como juízes quanto como defensores...

Desta maneira, a orientação sobre o Direito ou sobre os direitos seria difundida entre todas/os da sociedade, numa perspectiva emancipatória e educativa, já que não concentraria informações fundamentais apenas nos operadores do Direito, bem como daria abertura para

¹⁴⁷ Vide p. 97.

que as outras pessoas participassem ativamente do processo de construção e implantação de soluções jurídicas. Na fala abaixo, entendemos que o Defensor Público Renato De Vito propõe a incorporação da mesma perspectiva para as ações da Defensoria Pública, quando colocou que:

[...] evidentemente, acho que tem um campo para trabalhar junto com universidades, com a advocacia popular de entidades, com os movimentos [sociais] e com outras formas de resolução extrajudicial de conflitos, mesmo com os mediadores populares. Não precisamos brigar pelo enorme contingente de necessitados do país. Não queremos o monopólio. Existem movimentos espontâneos de acesso à Justiça, desde advogados populares até lideranças que fazem mediação. Não acho que a resolução dos conflitos passe só pelo Direito, muito pelo contrário.

(HADDAD, 2011b, p. 88)

Identificamos na fala este posicionamento para que as práticas do setor sejam abertas e direcionadas por outras pessoas, que não apenas os operadores do Direito, nem, no caso, as/os defensoras/es. Ele se posiciona contra o que chama de “monopólio” destas ações.

No trecho abaixo Cappelletti e Garth (1988) sugerem inclusive que os operadores do Direito recebam de maneira integrativa as/os profissionais de outras ciências para o campo (incluindo a psicólogas/os), apesar das resistências decorrentes, averiguadas pelos autores:

[...] a que preço e em benefício de quem estes sistemas de fato funcionam. Essa indagação fundamental que já produz inquietação em muitos advogados, juízes e juristas torna-se tanto mais perturbadora em razão de uma invasão sem precedentes dos tradicionais domínios do Direito, por sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e psicólogos, entre outros. Não devemos, no entanto, resistir a nossos invasores; ao contrário, devemos respeitar seus enfoques e reagir a eles de forma criativa. Através da revelação do atual modo de funcionamento de nossos sistemas jurídicos, os críticos oriundos das outras ciências sociais podem, na realidade, ser nossos aliados na atual fase de uma longa batalha histórica – a luta pelo “acesso à Justiça”.

(CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 7-8, grifos nossos)

Como vimos, eles recomendam que os operadores do Direito respeitem os enfoques das/os profissionais de outras áreas do saber, articulando-se de maneira construtiva e vendo estas/es como aliadas/os para trabalhar neste campo.

Será que este respeito ao enfoque das/os profissionais de outras/os ciências está acontecendo em nossos sistema jurídico atual? Acreditamos que nem sempre e isso apareceu em nossas entrevistas com as/os psicólogas/os que estão atuando nesta área. Vamos citar um exemplo em que entendemos que o olhar da Psicologia não tem sido respeitado e levado em consideração, conforme sugerem os autores. Trata-se da prática que ficou conhecida como **“Depoimento sem dano”**¹⁴⁸. Trata-se de projeto idealizado pelo judiciário gaúcho, visando a oitiva diferenciada de crianças e adolescentes, geralmente em processos de abuso sexual. Na proposta inicial, as/os psicólogas/os seriam “técnicos facilitadores” e atuariam como “intérprete da linguagem” da criança e do adolescente, dada a sua especial formação, de modo que a sua função seria a de auxiliar o juiz na inquirição das testemunhas, num aparato metodológico próprio. Resumidamente, a ideia é que as/os psicólogas/os, durante um atendimento privado – com um ponto eletrônico – repassem às crianças e adolescentes supostamente em situação de violência perguntas formuladas por magistradas/os, que acompanhariam o atendimento em outra sala, por videoconferência. Ocorre que muitas vezes as intervenções sugeridas pelo operador do Direito não são vistas como adequadas ou cuidadosas por parte das psicólogas/os. Com isso, psicólogas/os discordaram de muitos aspectos do projeto e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) posicionou-se no sentido de orientar as/os técnicos para a não atuação nesta perspectiva, com a compreensão de que não é papel da/o psicóloga/o tomar depoimentos ou fazer inquirição judicial, ou seja, colocar seu saber a serviço de uma inquirição com o objetivo único de produzir provas para a conclusão do processo¹⁴⁹. Como resposta, este Conselho lançou a Resolução CFP nº 10/2010¹⁵⁰, orientando as/os profissionais sobre o assunto e recomendando que as/os mesmas/os não participassem de tais inquirições e trabalhassem, nestes casos, em outra perspectiva, a da

¹⁴⁸ Implantado como projeto em algumas comarcas e relacionado ao PLC nº 35 de 2007 que se encontra no Senado. <http://www.conjur.com.br/2011-mai-18/justica-decide-psicologos-podem-atuar-depoimento-dano>.

¹⁴⁹ Vejam que novamente aparece a questão da “produção de prova” e expectativas correlatas dos operadores do Direito em relação à Psicologia, tema que já abordamos neste trabalho (p. XX).

¹⁵⁰ http://www.crsp.org.br/portal/midia/pdfs/nota_resolucao_cfp_010_2010.pdf. (acesso em 10/01/2015).

“escuta especial”, que estaria mais alinhada com o projeto ético da Psicologia, bem como com a doutrina da proteção integral a crianças e adolescentes preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁵¹. Ocorre que, em resposta, o Judiciário local (TJ-RS) revogou a resolução do CFP, com o entendimento que o Conselho não teria o papel de normatizar estas práticas. O assunto gera muitas polêmicas e ainda não há um direcionamento claro para as práticas, que continuam ocorrendo atualmente¹⁵². Mas levantamos a seguinte questão: num caso como este o olhar e as contribuições de uma outra área do saber – no caso, da Psicologia, após estudos e pesquisas em seus referenciais teóricos – foi respeitado e incorporado pelos operadores do Direito na construção de “práticas criativas”, conforme sugerem Cappelletti e Garth? Entendemos que não. Neste caso, a Psicologia aparece como mero reprodutor das “ordens” e determinações – inclusive metodológicas – impostas por operadores do Direito.

Por outro lado, há profissionais do Direito receptivos a colaboração de profissionais de outras áreas do saber. Como exemplo, citamos Guilherme de Almeida, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo¹⁵³, que em artigo já destaca a presença de psicólogas/os e assistentes sociais na Defensoria Pública paulista e se refere ao Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) como exemplo de novas esferas de Justiça (ALMEIDA, 2012, p. 100). O Defensor Público Bruno Diaz Napolitano também ressalta a importância da presença e atuação de psicólogas/os e assistentes sociais nas Defensorias Públicas, neste caso vinculando-as/os com a atuação em Mediação de conflitos (NAPOLITANO, 2014, p. 713).

Explanamos ainda neste tópico um último elemento da obra de Cappelletti e Garth (1988), sobre o atendimento prestado aos pobres. É destacado um ponto bem importante:

[...] um advogado, ao colocar-se na posição de advogado dos pobres e, de fato, ao tratar os pobres como se fossem incapazes de perseguir seus próprios interesses, é muito paternalista. Tratem-se os pobres, simplesmente como indivíduos comuns, com menos dinheiro.

(CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p. 41)

¹⁵¹ ECA: LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

¹⁵² Vejam mais sobre o assunto em <http://site.cfp.org.br/cfp-se-posiciona-em-relao-ao-dispositivo-denominado-depoimento-sem-dano/>

¹⁵³ Do qual tive a honra de ter a pesença em minhas bancas de qualificação e defesa de Mestrado, com o presente trabalho.

Percebemos neste momento, a preocupação dos autores com um projeto emancipatório e não paternalista de acesso à Justiça. Há um cuidado com a maneira como a assistência jurídica é prestada, que vai muito além das normativas e rol de atividades desenvolvidas. Isso nos remete aos capítulos introdutórios deste trabalho, quando abordamos as nomenclaturas e consequentes posturas com que são tratadas as/os usuárias/os da Defensoria Pública, eventuais riscos e cuidados com os quais a questão deve ser tratada¹⁵⁴.

Nesta linha, nos parece que a assistência jurídica se assemelha a outra assistência que hoje é prestada pelo Estado brasileiro: a Assistência Social¹⁵⁵. A atual política de assistência social, hoje concebida como direito e política pública, tem em seu histórico ações fortemente embasadas em projetos paternalistas e tuteladores, frutos de ações de caridade e benevolência que marcaram sua origem. Tais posturas são muito diferentes dos fundamentos e mecanismos da política de Assistência Social conforme formulada hoje, que passou a trabalhar na perspectiva emancipatória e propiciadora de transformação social para as pessoas e famílias acompanhadas (SPOSATI, 2007). Porém, esta mudança de paradigma é um processo que caminha paulatinamente, sendo um desafio constante a ser enfrentado pelo Sistema Único de Assistência Social. Da mesma forma, entendemos que a assistência jurídica tem como desafio romper com estigmas que carrega em seu histórico, igualmente marcado por ações de caridade e de caráter paternalista, na ideia de “ajudar aos pobres”, verificado na origem da prestação de assistência judicial gratuita¹⁵⁶.

No próximo item iremos refletir sobre alguns conceitos importantes, tais como “Empoderamento legal” e “autonomia”, que são chave para uma proposta de atendimento para a DPESP que não reproduza ações de caráter paternalista ou tuteladores.

¹⁵⁴ Vide p. 41 deste trabalho.

¹⁵⁵ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas> (acesso em 20/01/2015).

¹⁵⁶ Apontamos esta semelhança entre a Assistência Social e a Assistência Jurídica a título de comparação, mas não aprofundamos esta análise em nosso estudo.

8.2 Reconhecimento, Empoderamento legal, Emancipação e Autonomia

Neste item iremos elencar alguns conceitos que consideramos fundamentais para o trabalho da Defensoria Pública e que devem permear as práticas de suas/seus profissionais.

Almeida (2012, p. 88), enfatiza que o acesso à Justiça é diferente de direitos humanos como direito a moradia, direito a educação, direito a alimentação. É um verdadeiro direito-garantia, o qual deve servir para a realização de outros direitos. Desse modo – coloca o autor – podemos afirmar que é um direito imprescindível para o exercício da cidadania (ALMEIDA, 2012, p. 88).

Vamos considerar cidadania como a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que a cidadã ou o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático¹⁵⁷. Mas ela não é assegurada a todas/os em nossa sociedade. Tal questão deve ter motivado – dentre outras – um estudo desenvolvido no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas), que teve como fruto o relatório elaborado pela “Comissão do Empoderamento Legal do Pobre”¹⁵⁸. Segundo Almeida (2012), o conceito de Empoderamento legal utilizado neste documento é:

[...] o processo pelo qual o pobre torna-se protegido e é capaz de usar a lei para proteger seus direitos e seus interesses, tanto em relação ao Estado como em relação ao mercado. Ele inclui o pobre tornando expressos seus plenos direitos e consolidando as oportunidades que surgirem a partir disso, por meio de apoio público e de seus próprios esforços, assim como de esforços de apoiadores e de redes mais amplas.

(ALMEIDA, 2012, p. 91)

¹⁵⁷ <http://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem> (acesso em 20/01/2015).

¹⁵⁸ Segundo Almeida (2012, p. 91), trata-se da primeira iniciativa global com foco na ligação existente entre exclusão, pobreza e direito.

Vemos que neste conceito há a ideia de que a pessoa pobre deve ser auxiliada pelo Estado, com seus interesses ouvidos e considerados. Mas esse auxílio do Estado não age sozinho. Ele deve estar associado por outras redes e pelos próprios esforços do indivíduo. O pobre, por sua vez, tem papel ativo: torna-se capaz de usar a lei a fim de fazer valer os seus direitos e cuidar de seus interesses.

Ainda segundo Almeida (2012), o conceito de *empoderamento legal* inspira-se na ideia de “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen, a partir da qual almeja-se o empoderamento político, social e econômico de pessoas, com base em oportunidades para que estas pessoas se desenvolvam e construam estratégias para alcançar a prosperidade, reduzindo a pobreza (Sen, 2010). Nessa linha, o processo de empoderamento legal tem como objetivo não só proteger as pessoas, mas também criar oportunidades para seu desenvolvimento. Nesta visão, os pobres não são considerados enquanto meros objetos do processo de empoderamento legal, mas efetivos agentes de sua própria transformação (ALMEIDA, 2012, p. 92-93).

Outro conceito que nos parece indispensável neste trabalho é o de *autonomia*. Vimos que apareceu em outros momentos da dissertação, inclusive nas falas das/os psicólogas/os, no sentido de se atuar na perspectiva de promover a autonomia das pessoas. Andreson e Honneth (2011) expõem a compreensão de autonomia como um conjunto adquirido de capacidades para conduzir a própria vida. Esta capacidade poderia ser influenciada por vulnerabilidades com as quais os sujeitos deveriam lidar para o desenvolvimento e manutenção de sua autonomia (ANDRESON; HONNETH, 2011, p. 82). Assim, estes autores apresenta uma visão de autonomia que pode ser reduzida ou prejudicada por meio de danos causados às relações sociais que asseguram esta autonomia, conceito diferente de outros que entendem autonomia de maneira individualista, como se fosse inerente ao sujeito e não construída nas relações. Na concepção individualista liberal, pautada na ideia de liberdade, a questão era permitir aos indivíduos desenvolverem seus objetivos pessoalmente escolhidos, sem interferência. Há também uma ideia de que indivíduos realizam sua autonomia ao obterem independência de seus parceiros. Já Honneth ressalta o quanto a autonomia pessoal requer os recursos e circunstâncias necessários para que um indivíduo seja realmente capaz de conduzir a vida que determinou como digna de valor. É uma concepção que inclui os direitos socioeconômicos e outras condições sociais para a possibilidade de autonomia,

incluindo a necessidade de educação, comida e abrigos adequados, oportunidades reais de participação e assim por diante (ANDRESON; HONNETH, 2011, p. 84). Para este autor, estar apto a conduzir a própria vida (autonomia) depende de estar amparado por relações de **reconhecimento**¹⁵⁹, num processo intersubjetivo contínuo, no qual a atitude do sujeito frente a si mesmo emerge em seu encontro com a atitude do outro frente a ele (ANDRESON; HONNETH, 2011, p.88). Como exemplo do rompimento ou prejuízo nestas relações de reconhecimento, o autor fala de práticas e instituições que expressam atitudes de humilhação, que colocariam em risco a autoestima dos indivíduos ao fazerem com que seja muito mais difícil pensar em si mesmo como digno de valor e prejudicando percepções de que suas aspirações são dignas de serem perseguidas, tolhendo seu modo de agir. Assim, entendemos que esta ideia de reconhecimento deve ser incorporada as práticas do sistema de justiça – especialmente na DPESP – pois são alinhadas com a ideia de acesso à justiça, cidadania e empoderamento dos indivíduos (principalmente da população mais pobre). Contribui constatando, por exemplo, que se uma pessoa não é colocada como deliberadora competente ou co-autora de decisões – perspectivas a serem incorporadas nas práticas da instituição – é difícil que ela desenvolva estratégias sobre o que fazer. Em outras palavras, para a DPESP estar alinhada com projetos e atuações emancipatórias, deve atentar para como sua práticas estão lidando com a *autonomia* e *reconhecimento* das/os suas/seus usuárias/os.

Por último, o conceito de **emancipação**, também muito utilizado neste trabalho. Para nós, a ideia se aproxima ao que Martin-Baró (1996) define como “**libertação**”: um processo que tem como ponto de partida quebrar as cadeias da alienação, ou seja, superar as condições de opressão, em que a maioria da população está imersa, para a libertação pessoal e social, a partir de uma participação ativa nos vários espaços políticos da sociedade.

¹⁵⁹ Honneth identificou três tipos de relações de reconhecimento em sua teoria: 1. relações legalmente institucionalizadas de respeito universal pela autonomia e pela dignidade das pessoas, relacionado ao que ele nomeia de autorrespeito; 2. Relações próximas de amor e de amizade, relacionado ao que ele nomeou de autoconfiança e 3. Redes de solidariedade e de valores compartilhados em que a importância particular dos membros de uma comunidade pode ser reconhecida, relacionado ao que ele chama de autoestima. (Honneth, 2003).

8.3 O papel da Psicologia

Após refletirmos sobre o sentido mais amplo de acesso à justiça e conceitos relacionados a perspectivas que julgamos fundamentais para que ele se efetive, tais como cidadania, empoderamento, autonomia, reconhecimento e emancipação, resta-nos debruçar sobre as contribuições da Psicologia com estes projetos. O que as/os psicólogas/os tem feito ou podem fazer na DPESP que incremente ações com viés emancipatório? Qual a relação de suas intervenções com estas perspectivas que entendemos serem fundamentais para uma maior efetivação de direitos das pessoas pobres?

Vimos que nossas/os entrevistadas/os entendem a atuação das/os psicólogas/os principalmente como um espaço de atendimento que pode propiciar às pessoas uma escuta qualificada, um acolhimento de suas histórias, de suas vivências e de seus sofrimentos ou mesmo um tipo de cuidado oferecido a estas pessoas que procuram uma instituição jurídica pública.

As/os entrevistadas/os também diferenciam a escuta das/os profissionais da Psicologia do tipo de escuta que geralmente é oferecido pelas/os profissionais do Direito, que focam sua atenção no enquadre dentro das possibilidades jurídicas, estabelecidas em lei, e nos caminhos existentes para efetivação daquele pleito. Ao passo que a escuta e atendimento prestado pelas psicólogas/os estaria mais voltado aos desejos das pessoas e suas motivações. Com isso, eles identificaram que frequentemente o vínculo – fator valoroso no cuidado e atendimento psicológico é estabelecido com as/os cidadãs/ãos que procuram a DPESP.

Também vimos que essa *escuta qualificada*, desenvolvida pelas/os psicólogas/os, a partir de um acolhimento técnico que proporciona o estabelecimento de vínculo, pode trazer às/aos usuárias/os da Defensoria espaços de reflexão, compreensão ou mesmo orientação, que vão possibilitar às pessoas uma organização das ideias, ponderações e posicionamentos, podendo trazer mudanças relevantes, que fazem a diferença.

Este espaço de escuta também pode proporcionar à pessoa atendida um contorno para suas questões subjetivas, a fim de que ela reflita sobre seus interesses e desejos. Como estes interesses estão diretamente ligados à demanda que será acompanhada na DPESP,

entendemos que o modo como a pessoa está apropriada – ou não – de seus desejos e interesses é fundamental para que seja definida a sua demanda e, conseqüentemente, o resultado da busca para que essa demanda seja efetivada. Vejamos como esta questão foi trazida por uma das entrevistadas:

[...] essa mudança da demanda...por isso que eu acho importante o psicólogo. Eu acho que a demanda tem a ver com o que você escutou daquele pedido. Porque o pedido, ele tem vários níveis. Tem o que você pede diretamente e tem os diversos níveis do que envolvem aquela demanda. Acho que é uma questão bem interessante para o psicólogo., né? Porque às vezes a gente pede o oposto do que a gente quer... (risos)...então ajudar a formular este pedido, de uma forma clara pra si mesmo é uma...uma coisa para o psicólogo, eu acho.

Esta psicóloga destaca que a Psicologia, com seus instrumentos de escuta qualificada, pode auxiliar a pessoa atendida na formulação de seu pedido. Nesta linha, a chance da demanda que ela traz para a DPESP lhe trazer mais satisfação é bem maior, pois ela terá refletido, inclusive, sobre o que está pedindo. Isto porque muitas vezes vemos que, no sistema de justiça, as pessoas podem até conseguir obter o que foi solicitado judicial, ou seja, ganhar o processo, e mesmo assim não ter seus problemas resolvidos ou o que esperavam disso.

As/os entrevistadas/os também identificam que a/o profissional de Psicologia pode potencializar espaços de diálogo entre as pessoas atendidas. A partir desse diálogo, novas possibilidades para resolução dos problemas podem ser encontradas e construídas pelas pessoas:

Desta forma, a atuação de psicólogas/os parece estar alinhada na perspectiva emancipatória, na medida em que estimula a participação, reflexão e tomada de decisão das próprias pessoas sobre as suas vidas, o que pode empoderá-las. Este estímulo ao diálogo e comunicação pode ser um processo educativo, no sentido que as pessoas possam transformar suas práticas de resolução de conflito. Ou seja, ao invés de intensificar rixas ou buscar terceiros para que resolvam os seus conflitos, as pessoas praticariam métodos alternativos de resolução, com base no diálogo e na comunicação.

Algumas/alguns psicólogas/os também fizeram referência ao seu papel na facilitação do diálogo e comunicação entre as/os defensoras/es e as/os cidadãs/ãos atendidos, na medida em que, muitas vezes, os operadores do Direito fazem uso de termos técnicos específicos, muitas vezes desconhecidos da população. Com o foco mais voltado às pessoas, as/os psicólogas/os podem auxiliá-las, igualmente, a melhor compreenderem os procedimentos, termos e lógicas jurídicas.

O Defensor Público Bruno Diaz Napolitano reconhece que é comum identificar na postura de juízes, promotores de justiça, defensores públicos e serventuários da justiça, nítido distanciamento dos jurisdicionados, em sua maioria pobres. Ele indica que este proceder prejudica seriamente a obtenção de um sistema de justiça eficiente, que pretende dar uma resposta mais íntegra aos problemas apresentados pelas pessoas. Neste contexto, ele indica que a solução dos conflitos deva passar por um trabalho interdisciplinar (NAPOLITANO, 2012, p. 692).

Nos últimos parágrafos procuramos retomar elementos que fazem parte da prática da/o profissional de Psicologia¹⁶⁰, que apareceram nas entrevistas e em outros momentos deste trabalho, tais como: propiciar espaços de escuta qualificada e diferenciada, de reflexão, de cuidado, de acolhimento emocional, de estabelecimento de vínculo, de expressão de desejos e necessidades a partir da perspectiva das pessoas, de diálogo, de compreensão (intrasubjetiva e intersubjetiva) e de orientação. Entendemos que tais aspectos tem relação direta com a ideia de acesso à Justiça em seu sentido mais amplo e com os outros pontos relacionados a propostas para garantia de direitos, levantados pelos diversos autores citados, tais como os ideais de emancipação, cidadania, empoderamento, autonomia e reconhecimento. A Psicologia enriquece o sistema de justiça com suas compreensões e traz um elemento fundamental aos processos e sistemas jurídicos: as pessoas e o universo de suas subjetividades. E desenvolve suas intervenções com base no mesmo elemento – as pessoas – propiciando espaço para que elas mesmas participem ativamente do processo – judicial ou não – de luta pela garantia de seus direitos e acesso à Justiça. Há diversos estudos e propostas

¹⁶⁰ Claro que aqui estamos nos referindo ao tipo de Psicologia na qual acreditamos. Uma Psicologia crítica, ética e política, alinhada com projetos emancipatórios e voltada a melhoria na qualidade de vida das pessoas e a auxiliá-las na garantia de seus direitos, conforme fomos apontando ao longo do trabalho. Nem sempre a Psicologia e suas/seus profissionais estarão atuando desta forma. Há momentos, inclusive, em que se reproduz práticas de discriminação, segregação e preconceito, que reforçam desigualdades sociais, conforme também abordamos ao longo do trabalho.

de Reforma para o sistema de Justiça. Mudam-se estruturas físicas, agentes, leis e mecanismos. Mas talvez haja mudanças a serem pensadas nas relações e esse é o foco da Psicologia. Também há de se propiciar espaços para que as pessoas historicamente marginalizadas possam se apoiar e talvez construam outras histórias para as suas vidas. E a Psicologia pode contribuir nisso também, junto com essas pessoas.

Terminamos este capítulo com um trecho da entrevista de uma das psicólogas da DPESP, quando refletia exatamente sobre as contribuições da Psicologia no acesso à Justiça. Ela relaciona o propiciar deste espaço reflexivo para a pessoa com libertação, num sentido muito próximo do que citamos da obra de Martín-Baró. Nessa linha, ela entende que a pessoa poder refletir sobre os processos objetivos e subjetivos que está vivendo é começar a se fortalecer para se posicionar diante do mundo e da sociedade.

Então, conhecer as desigualdades, conhecer os recursos possíveis eu acho que liberta no sentido que ...a pessoa pode ter a dimensão do que está ao alcance de uma subjetividade, o que é uma questão objetiva...e aí eu acho que...possibilitar essa conscientização tem a ver com justiça [...].Porque o psicólogo...eu entendo...que ele possibilita... um enquadre em que a própria pessoa possa se escutar e ... um espaço de subjetivação...que é a escuta, né, eu acho que escuta e oferece um espaço de subjetivação onde a pessoa vai poder contar sua história e eu acho que é contando a sua história...falando alto com seus dilemas e conflitos...que eles podem ser melhor elaborados, neste sentido de apropriação dessa história pra uma emancipação.

Vimos que espaços de subjetivação como estes, no mundo jurídico, não são comuns. E que são objetos de estudo e intervenção da Psicologia e, inclusive por isso, estariam bastante relacionados as contribuições destas/es profissionais à área. Isso nos remete a uma senhora que atendemos em uma das unidades da DPESP. Ela já tinha sido atendida por várias/os defensores/as e estagiárias/os de Direito, tendo até processos judiciais em andamento. Queixava-se de não estar conseguindo o que queria. Dizia que as pessoas não a ouviam, que não entendiam o que queria, limitando-se a darem entrada em ações, procedimentos e rituais que não faziam sentido algum para ela. Então esta senhora disse algo que nos chamou muita atenção: contou que fazia acompanhamento em um CAPS¹⁶¹, mas que havia parado – por

¹⁶¹ CAPS: Centro de atenção Psicossocial, equipamento da atual Política Nacional de Saúde Mental.

iniciativa própria – de fazer uso das medicações prescritas por seu médico. Disse que estavam lhe fazendo mal e que lhe “deixavam como zumbi, sem pensar direito”. “Os remédios tiram a minha subjetividade!”, dizia ela. Mais tarde neste mesmo dia, ao longo do atendimento no CAM, ela refletiu sobre sua relação com os órgãos de justiça que estava procurando exaustivamente para resolverem seus problemas e de como estava participando, ou melhor, de como não estava participando da resolução de seus problemas, já que era deixada numa postura passiva e resignada, a mercê do que os operadores do Direito entendiam e decidiam que era “o melhor pra ela”. E então ela concluiu: “A justiça tira a minha subjetividade também...”. Diante dessa fala e a partir dos apontamentos que fomos fazendo ao longo deste trabalho, levantamos a seguinte questão: não seria essa uma das mais relevantes contribuições da Psicologia nesta área, o cuidado às subjetividades ou intersubjetividades? Não no sentido de avaliar, classificar, mas no sentido de propiciar espaços de reflexão nos quais as pessoas entrem em contato com suas subjetividades (incluindo aqui seus desejos, ações, relações) ou mesmo com as outras subjetividades (nos espaços de diálogo, por exemplo, que também trariam – potencialmente – reflexões) e que estas reflexões – únicas, já que subjetivas – sejam incorporadas quando estas pessoas pleiteiam algo no sistema de justiça. Desta forma, participariam do processo de garantir seus direitos não de maneira passiva, se limitando a seguir as recomendações do outro, que seria o “possuidor do saber”. Envolvidas neste processo, fazendo parte dessas ações, poderiam aí sim trazer algum tipo de transformação para suas vidas, dentro do que lhes fizesse sentido.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo debruçou-se sobre a atuação de psicólogas e psicólogos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, procurando levantar as potencialidades e entraves deste novo campo de atuação para a Psicologia. Entrevistamos profissionais que iniciaram o trabalho nesta área e fizemos um resgate histórico crítico de sua inserção na instituição, abordando diversos aspectos. Também procuramos refletir sobre quais são as contribuições da Psicologia no acesso à Justiça. Consideramos importante situar a Psicologia e a Defensoria Pública de maneira crítica na sociedade.

Primeiramente apresentamos a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Vimos que a história da instituição é marcada por resistências e participação de diversos setores, unidos por um ideal de acesso à justiça que enfrenta desafios reais. A Defensoria Pública mostra-se como uma instituição nova e em expansão, tendo como foco a população mais pobre, alvo de discriminações e humilhações sociais, e que historicamente vem encontrando muitos obstáculos para alcançar seus direitos fundamentais. Vimos como a instituição Defensoria Pública é comprometida ideologicamente com um projeto político e social que representa para muitos a esperança de melhoria e efetividade para um sistema de justiça historicamente injusto, seletivo, elitista, punitivo e controlador para as pessoas mais pobres.

Identificamos nos objetivos da DEPSP a prestação de uma assistência jurídica integral, relacionada a estratégias judiciais e extrajudiciais, com a participação de profissionais com formações em diferentes áreas do saber. Assim, psicólogas/os foram inseridas/os neste contexto para colaborar, juntamente com outras/os profissionais.

Para refletirmos sobre a atuação de psicólogas/os na DPESP, analisamos a inserção da Psicologia no sistema de justiça e concluímos que nem sempre as práticas desenvolvidas são comprometidas com processos de emancipação. Com isso, entendemos que há cuidados a serem tomados, no sentido de fortalecer intervenções respaldadas técnica, ética e criticamente, comprometidas socialmente com a garantia de direitos das pessoas.

Psicólogas e psicólogos tem se mostrado engajadas/os e envolvidas/os em práticas e estudos que buscam se aproximar da realidade social de maneira interventiva e política,

apesar dos currículos acadêmicos ainda serem falhos e apresentarem lacunas quanto a novas áreas em que as/os psicólogas/os têm sido inseridos, sobretudo nas políticas públicas.

Ao analisarmos documentos e normativas técnicas dos Conselhos Profissionais de Psicologia, bem como bibliografias mais críticas e politizadas, percebemos uma crescente preocupação e desenvolvimento de referências para a construção de práticas comprometidas com projetos mais emancipatórios e menos estigmatizantes para as pessoas.

Vimos que as/os psicólogas/os da DPESP são profissionais jovens, com interesse de atuação no campo de políticas públicas e fortemente identificadas/os com o projeto ético, político e democrático – ao menos em tese – da instituição. A motivação e engajamento destas/es psicólogas/os apareceu nas entrevistas.

As/os psicólogas/os mostraram identificação com esta área de atuação e altas expectativas tanto em relação à DPESP, quanto em relação ao trabalho de profissionais de Psicologia no sentido de contribuírem com um sistema de justiça mais justo, menos burocrático e mais próximo da população, principalmente das/os mais pobres e vulneráveis.

Diante da questão da relação com profissionais de diferentes formações, observamos que na DPESP vêm sendo desenvolvidas práticas ora multidisciplinares, ora interdisciplinares e até transdisciplinares. As/os entrevistadas/os destacaram que tem acontecido uma relação bastante próxima entre psicólogas/os e assistentes sociais e ricas experiências decorrentes deste encontro. Vimos que as/os entrevistadas/os consideram que o trabalho interdisciplinar e em equipe pode potencializar as ações da instituição, mas que isso ainda não é consenso para todas/os os seus membros. Há dificuldades principalmente em relação a se aproximarem das/os profissionais do Direito. Entendem que há de existir um posicionamento mais forte da administração da instituição a respeito, no sentido de estimular e fortalecer estas práticas.

Notamos que o trabalho do CAM é relacionado a possibilitar olhares mais ampliados sobre as demandas que chegam a DPESP, além de propiciar acolhimento para as subjetividades, fomentando a autonomia e voluntariedade das pessoas. As diversas atribuições destas/es profissionais atualmente são divididas em 5 eixos de atuação. São eles: Atendimento Psicológico, Composição Extrajudicial de Conflitos, Mapeamento e Articulação com a Rede de Serviços, Educação em Direitos e Produção Técnica.

Quanto às diversas demandas encaminhadas, vimos o encaminhamento de casos envolvendo principalmente os seguintes assuntos: saúde mental/transtorno mental, deficiência, uso de drogas, situações de violência, conflitos familiares, pessoas que estão sendo acusadas de algum crime, pedido de articulação com serviços de outras políticas públicas, dentre outros. Notamos que, segundo o relato das/os entrevistadas/os, boa parte das pessoas encaminhadas para o atendimento multidisciplinar encontram-se em situação de sofrimento ou confusão. Muitas vezes em decorrência de questões sociais ou por estarem envolvidos em processos judiciais.

Foram levantados aspectos favoráveis a esta atuação, tais como: o trabalho em equipe e interdisciplinar, que tem ocorrido principalmente com as/os assistentes sociais, mas também com algumas/alguns defensoras/es; o trabalho intersetorial com outras políticas públicas; espaços de reunião de equipe ou de capacitação; abertura institucional para a construção de práticas, com criatividade e proatividade por parte de suas/seus técnicas/os. As/os entrevistadas/os apontaram a consolidação do trabalho e o conhecimento por parte das/os outras/os profissionais da instituição como processo iniciado, mas que ainda precisa paulatinamente conquistado dentro da instituição.

Foram destacadas práticas em que a pessoa atendida tenha papel ativo na construção de possíveis soluções para seus problemas, tais como na composição extrajudicial de conflitos, a qual as/os profissionais tem desenvolvido com técnicas da mediação e da conciliação. Ações preventivas também foram elencadas, tais como a Educação em Direitos, orientações ou intervenções de articulação com a rede de serviços públicos.

Percebemos que há, por parte das/os entrevistadas/os, grandes expectativas em relação a este trabalho. Entende-se que se trata de campo relevante para o desenvolvimento de práticas comprometidas socialmente e terreno fértil para a construção de ações interventivas alinhadas com a Psicologia Social e Comunitária, que podem trazer contribuições no acesso à justiça aos grupos sociais historicamente marginalizados.

No cotidiano dos profissionais também encontramos contradições institucionais, resistências, relações de poder e busca por reconhecimento. Registramos que o campo é marcado por relações de poder, principalmente na tentativa de uma disciplina ou área do saber dominar as outras. Identificamos outros obstáculos e desafios tais como entraves na

aproximação ou atuação interdisciplinar com operadores do Direito e dificuldades específicas de se lidar com contexto jurídico e judicial, que geralmente são extremamente hierarquizados, com relações de poder e clima adversarial. Desta forma, o contexto jurídico mostra-se desafiador e com estas especificidades marcantes.

Nas entrevistas também foi possível perceber que nesta instituição as/os profissionais de Psicologia e Serviço Social tem desenvolvido um trabalho conjunto, que se mostra enriquecedor na produção de práticas, ao mesmo tempo que fortalece as/os profissionais na busca por reconhecimento institucional e melhorias nas condições de trabalho.

Concluimos que a atuação de psicólogas e psicólogos em Defensorias Públicas é uma possibilidade nova de trabalho e tem se mostrado como um rico campo de intervenção. Trata-se de um novo campo de trabalho para psicólogas/os, nomeado de “Sociojurídico”, mas que incorpora elementos e metodologias de outras disciplinas, tais como a Psicologia Social e Comunitária.

Na instituição DPESP, vimos que foram várias as atribuições direcionadas aos profissionais de Psicologia que passaram a compor o quadro de servidores. As possibilidades de atuação são diversas e, devido ao pioneirismo – a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi o primeiro órgão desta categoria a realizar a contratação de psicólogas/os para o quadro efetivo da instituição – verificou-se, por um lado, uma certa flexibilidade para a criação (dentro de limites institucionais) e, por outro lado, as incertezas e desafios próprios de uma atuação em um “novo campo/ espaço”. Entendemos que deva ser crítica e reflexiva a inserção das/os profissionais de Psicologia neste contexto. Importante destacar que a atuação de psicólogas/os em Defensorias Públicas passou a ser objeto de estudo de diversos profissionais, internos ou externos à instituição. O tema tem gerado muito interesse inclusive em estudantes de Psicologia que realizam estágio no órgão e começam a escrever sobre suas experiências e impressões relacionadas a este campo de trabalho.

Compartilhamos com a ideia de que o Direito não deve ser um campo específico, apartado das pessoas, ficando nas mãos de especialistas em leis, mas sim, ser instrumento nas mãos de todas/os as/os cidadãs/ãos.

A Psicologia foi inserida neste contexto para colaborar e já começou a apresentar possibilidades interessantes de atuação, propiciando espaços de escuta e cuidado que têm sido oferecidos a essa população, que foi historicamente cerceada de seus direitos e da oportunidade de participação em processos decisórios que possibilitam o acesso à Justiça. Ao longo deste estudo apresentamos conceitos como Reconhecimento, Empoderamento legal, Emancipação e Autonomia, elementos que permitem uma avaliação de que há uma construção de práticas comprometidas com a melhoria de vida destas pessoas. Além disso, abordamos de que maneira as/os psicólogas podem contribuir, trazendo a dimensão subjetiva das pessoas, ingrediente fundamental para a garantia de direitos e efetivação da cidadania, mas que muitas vezes é esquecida no sistema de justiça tradicional, repleto de burocracias, procedimentos e relações de poder, que frequentemente funcionam como medidas de controle à população, principalmente aos mais pobres.

Com isso, torna-se fundamental refletirmos sobre de que forma as/os psicólogas/os podem atender essa população historicamente marginalizada e oprimida, sem estigmatizá-la novamente. Pensar sobre como trabalhar o protagonismo destas/es cidadãs/ãos que culturalmente são pressionadas/os a “calarem-se” e a posicionarem-se passivamente. Avaliar como as/os psicólogas/os podem trabalhar a emancipação destas pessoas, sem tutelar e tirar-lhes sua autonomia. Refletir sobre como é estar neste lugar de “saber”, construído socialmente e reforçado nas relações – e instituições – sem reproduzir essas relações de poder, no sentido de oprimir a população que atende e que pretende fortalecer.

Ainda há muitos desafios e problematizações a serem construídos sobre este campo de atuação. O propósito deste trabalho era o de lançar questões sobre esta atuação, mas não esgotá-las. Diversos pontos não puderam ser aprofundados e nem seria possível em um mesmo trabalho. Fica a abertura para que os mesmos sejam revistos, complementados, amadurecidos e – por que não – reformulados em futuros trabalhos. Consideramos importante haverem mais estudos sobre empoderamento jurídico, reconhecimento e o papel da subjetividade no sistema jurídico.

REFERÊNCIAS¹⁶²

- ABRAMOVAY, M. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, G. A. *Acesso à justiça, direitos humanos e novas esferas da justiça*. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, p. 83-102, 2012.
- ALVES, E. L. A. *A docência e a interdisciplinaridade: um desafio pedagógico* (98-117). In: COLAÇO, T. L. (Org). *Aprendendo a ensinar direito o Direito*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006. 344 p.
- ANDERSON, J.; HONNETH, A. *Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça*. Cadernos de Filosofia Alemã, N.17, jan-jun/2011.
- ARENDT, H. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Tradução de Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. Ed. UFRJ, 1992.
- ARENDT, R. J. J. *Psicologia comunitária: teoria e metodologia*. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 7-16, 1997.
- BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BERNARDI, D. C. F. *Histórico da inserção do profissional psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – um capítulo da Psicologia jurídica no Brasil*. In: BRITO, L. M. T. *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

¹⁶² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. *Novas leis e velhos conceitos. O conceito de “menores” – um preconceito instituído e mantido para crianças e jovens pobres*. In: CARVALHO, M. C. N. (org) *Psicologia e Justiça: infância, adolescência e família*. Curitiba: Juruá, 2012.

BLEGER, J. *Psico – Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1984.

BOCK, A. M. B. (Org). *Psicologia e o compromisso social*. 2. Ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009.

BORGIANI, E. *Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social*. In: CRESS/7ª Região (Org.). *Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico*. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2004.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente* Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL, Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes*. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL, Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social*. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRITO, L. (Org.). *Temas de Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1999.

CAFFÉ, M. *Psicanálise e Direito: a escuta analítica e a função normativa jurídica*. 2ed. São Paulo, SP: Quartier Latin, 2010.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CHUAI, S. H. *Assistência jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares*. In Revista Serviço Social e Sociedade. n. 67, p. 124-144, São Paulo, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), *Código de Ética profissional do psicólogo*, 27 de agosto de 2005.

_____. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social/ Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. – Brasília, CFP/ CEFESS, 2007

_____. Resolução CFP Nº 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP n. 17/2002. Brasília, 14 de junho de 2003.

_____. Resolução do CFP Nº. 13/2007 – Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília (DF), 14 de setembro de 2007.

_____. *Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família / Conselho Federal de Psicologia*. - Brasília: CFP, 2010.

_____. Resolução CFP Nº 8/2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo de assistente técnico e perito no Poder Judiciário. Brasília, 18 de junho de 2010.

CROCHÍK, J. L. ; PATTO, M. H. S. *Pedindo socorro à parede*. In: Maria Helena Souza Patto. (Org.). *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia*. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, v. 1, p. 137-152.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, OUVIDORIA GERAL. Pesquisa de Satisfação, 2012.

Disponível

em:

http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2013.05_RelatorioPesquisa_FINAL.pdf (acesso 30/10/2013).

DEJOURS, C. *A loucura no trabalho – um estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Uma nova visão do sofrimento no trabalho*. In: CHANLAT, J. F. (org). *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, v.I, 1991.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998.

EIDELWEIN, K. *Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. N.6, p. 298-313, 2007.

ESTADO DE SÃO PAULO, Lei Complementar Estadual nº 988 de 9 de Janeiro de 2006.

FARIA, J. E. *O desafio do Judiciário*. Revista USP, São Paulo, nº 21, p. 46-57, mar./maio 1994.

FÁVERO, E. T.; QUEIROS, E. P. *Serviço Social e Acesso à Justiça- reflexões com base na prática de mediação familiar*. Serviço Social & Saúde (UNICAMP), v. IX-, p. 39-68, 2010.

FÁVERO, E. T.; MELAO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. (Org.). *Serviço Social e Psicologia no Judiciário - construindo saberes, conquistando direitos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011

FOUCAULT, M. (1973). *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

FREUD, S. *A Psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos*. In: Obras Psicológicas Completas. v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GONÇALVES, M. V. R. *Novo Curso de Direito Processual Civil*. 3ª ed., v. I, São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. *Problemas de Método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. 1ed.São Paulo: Cortez, 2003, v. , p. 193-239.

_____. *Humilhação social: humilhação política*. In: SOUZA, B. P. (Org.). *Orientação à queixa escolar*. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, v. , p. 187-221.

GONÇALVES, R. M. *Do assistencialismo à assistência jurídica integral na Constituição Federal de 1988: breves notas históricas e recomendações*. 1ed.Brasília: Senado Federal, 2008, v. 3, p. 541-567.

GUIRADO, G. *Psicologia Institucional* – 2. ed rev. e ampliada. São Paulo: E. P. U., 2012.

GUNTHER, L. E.; PIMPAO, R. D. (Org.) . *Conciliação: um caminho para a paz social*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012. v. 1. 920p .

HADDAD, E. G. M. (org). *A defensoria pública paulista: caminhando na contramão*. Revista da Defensoria Pública, v. 2, p. 75-87, 2011a.

_____. *A Defensoria Pública do Estado de São Paulo: por um acesso democrático à justiça/ 1*. Ed. – São Paulo: Letras Jurídicas, 2011b.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. *Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações*. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 20, p. 192-199, 2008.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LIMA, A. G. S. A. *Psicologia Jurídica: lugar de palavras ausentes*. Aracaju: Evocati, 2007.

MAGALHÃES, S. M. *Avaliação e linguagem – relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras, 2003.

MARTÍN-BARÓ, I. *O papel do Psicólogo*. Em Estudos de Psicologia, Revista da UFRN, Natal, 1996, 2(1), 7-27.

MARTINS, J. S. *Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”*. In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25-47.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (Orgs). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA JÚNIOR, H. C. . *Psicologia e Justiça*. A Psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 18, n.1, p. 28-37, 1998.

MITSUKO, A. M. A. *A Psicologia no Brasil – leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/Educ, 2003.

MUSZKAT, M. E. et al. *Mediação familiar transdisciplinar: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero*. São Paulo: Summus, 2008.

NAPOLITANO, B. D. *Mediação de Conflitos e acesso à Justiça*. In: RÉ, A. I. M. R. (org) Temas Aprofundados da Defensoria Pública. 2ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p. 689 – 713.

NASCIMENTO, M. L. . *Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização*. Psicologia & Sociedade (Online), v. 24, p. 39-44, 2012.

NASCIMENTO, M.L; CUNHA, F.L. & VICENTE, L.M.D. *A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza* – Revista Psicologia Política 14 (7), 2008.

NASCIMENTO, S. *Reflexões sobre a intersectorialidade entre as Políticas Públicas*. Serviço Social & Sociedade, v. 101, p. 95-120, 2010.

NERY JUNIOR, N. *Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, C. F. B. de ; BRITO, L. M. T. de . *Judicialização da vida na contemporaneidade*. Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso), v. 33, p. 78-89, 2013.

OLIVEIRA, R. T. *Psicologia, Direito e Crítica: a constituição de um campo*. In: BEMFICA, A. G.. (Org.). *Psicologia Jurídica: Ética, Transmissão e Política*. 1ed. Rio de Janeiro: Imago, 2011, p. 65 – 82.

PASSOS, E.; BARROS, R. B.. *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

PATTO, M. H. S. *O que a história da Psicologia pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação*. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. 2. Ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009.

PATTO, M. H. S. ; MELLO, S. L. *Psicologia da violência ou violência da Psicologia*. In: Maria Helena Souza Patto. (Org.). *Psicologia da Violência*. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012, v. 1, p. 17-21.

PATTO, M. H. S. (Org) *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

PEREIRA, E. C.; SOUZA, M. R. (2006). *Interface entre risco e população* [Texto completo]. In Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Ed.), *Textos completos de comunicações científicas*, XV Encontro de Estudos Populacionais. Caxambu, MG: ABEP. Retrieved April 23, 2007, from http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_592.pdf (acesso em 20/10/2013)

PORTUGAL GOUVÊA, C. Derechos Sociales en contra de los Pobres. In: El Constitucionalismo en Transición. 1ed. Buenos Aires: Libreria, 2012, v. 1, p. 13-36.

RÉ, A. I. M. R. (org) *Temas Aprofundados da Defensoria Pública*. 2ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. *Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde*. Psicologia: Ciência e Profissão. 2010. vol.30. n.4. p. 854-867.

REIS, G. A. S. Dos. *Educação em Direitos e Defensoria Pública: reflexões a partir da Lei Complementar N. 132/09*. In: RÉ, A. I. M. R. (org) *Temas Aprofundados da Defensoria Pública*. 2ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2014, p. 717 – 744.

REY, F. L. G. *A questão das técnicas e os métodos na Psicologia: da medição à construção do conhecimento psicológico*. In: BOCK, A. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003, v. , p. 163-182.

SÁ, J. L. M. de. (org) *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Cortez, 2010, 8ed.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL . Lei Complementar nº 988/06 atualiz. em 22.06.11; disponível em:<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/0/documentos/legisla%20a7%20a3o/Lei%20988%20-%20atualizada%2022.06.11.doc>

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL. Lei Complementar nº 1.050, de 24 de junho de 2008; disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3186>

SAWAIA, B. (Org.). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SEVERINO, A. J. *Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da Interdisciplinaridade*. In: SÁ, J. L. M. de. (org) *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Cortez, 2010, 8ed.

SPOSATI, A. *Assistência Social: De Ação Individual à Direito Social*. Revista Brasileira de Direito Constitucional (Impresso), v. 1, p. 435-468, 2007.

VICENTIN, M. C. G. *A questão da responsabilidade penal juvenil: notas para uma perspectiva ético-política*. In: ABMP, ILANUD, Secretaria Especial de Direitos Humanos. (Org.). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: sócioeducativa e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, v. , p. 151-173.

WEIS, C. *Direitos Humanos e Defensoria Pública*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v. 10, n. 115, p. 5-6, jun.2002.

Sites consultados

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas/ CREPOP (<http://crepop.pol.org.br/novo/>, acesso em 27/10/2013).

Conselho Federal de Psicologia/ CFP (<http://site.cfp.org.br/> acesso em 27/10/2013).

Conselho Regional de Psicologia/ CRP (<http://www.crpssp.org.br/portal/> acesso em 27/10/2013).

Defensoria Pública do Estado de São Paulo (<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/> acesso em 27/10/2013).

Portal da Presidência da República do Brasil (<http://www2.planalto.gov.br/> acesso em 27/10/2013).

ANEXOS

ANEXO A – Entrevistas

Entrevista 1 – 01/04/2014

Psicóloga, 30 anos. Na DPESP desde 2010, atuando em CAM com profissionais do Serviço Social, em Unidade da Capital.

Pesquisadora: Como foi a inserção do psicólogo na Defensoria Pública?

Entrevistada 1.: Foi...acho que desde o começo, foi uma construção inicial, né, de...no meu caso, que partiu do zero, porque não tem nenhum precedente de atuação, nada na área criminal pela defesa do réu na justiça pública do Brasil. Então...acho que de um modo geral foi uma construção para todo mundo. A gente chegou num terreno muito cru, que a gente sabia de uma expectativa específica a respeito...que atravessava muito mais a questão das conciliações, da resolução extrajudicial de conflitos, que se encaixava mais pra área cível e área de família. Na área criminal a gente não tinha sequer essa expectativa do que a gente poderia fazer. Então acho que foi um desafio de pensar, de fazer uma análise da instituição, do que chegava de demanda, do que podia caber pra ser feito pela Psicologia, no que que a Psicologia podia contribuir naquele contexto que a gente tava, na verdade, conhecendo...né, tendo o primeiro contato assim. É...acho que um desafio mesmo, uma construção que partiu do nada. A gente foi pensar quais caminhos a gente podia...podia seguir.

P: Você falou da Vara criminal, que diferença você acha que tem? Tem alguma especificidade de lá?

E1: Uma das especificidades é que lá não cabe o trabalho na conciliação. Era a compreensão inicial que a instituição tinha das possibilidades de atuação, assim, uma coisa mais clara, talvez, pra instituição, do que podia ser esta atuação. E lá a gente entende, inicialmente, que não cabia trabalhar com isso...tirando alguns crimes de baixo potencial ofensivo, que não levassem a um processo inicialmente. Crime de...injúria, calúnia, que talvez desse para trabalhar nesse caminho. A gente inclusive chegou a fazer algumas tentativas. A gente entendeu que não...que não...em princípio que não funciona assim. É...qual que foi sua pergunta mesmo?

P: As diferenças da criminal...

E1: Então a gente, a gente...acho que o primeiro ponto diferente era este. E o segundo é que é um outro recorte de processo. Acho que, dentro da instituição, é um lugar que tem algumas especificidades que não tem em outros lugares. Uma das coisas que a gente foi descobrindo é que lá as pessoas não estão em absoluto porque elas querem. Elas estão compulsoriamente na regional. E estão compulsoriamente porque elas não tem condição na Defensoria, porque elas não tem condição de pagar um advogado...particular.

P: Como é pra você, psicóloga, trabalhar então num local onde você tá dizendo que não tem, a pessoa não está lá porque quer; está lá compulsoriamente. E parece, pode até ser contrário da expectativa da Psicologia em outros campos, outros espaços.

E1: (silêncio)...Acho que o primeiro movimento é entender como a pessoa que a gente tá atendendo compreende aquele contexto, e o encaminhamento pro CAM, e ver se cabe este trabalho com ela. Porque lá ela está compulsoriamente. Não necessariamente o acompanhamento pelo CAM vai ser compulsório também. Então acho que é de... acho que tem aí um trabalho anterior de entender se faz sentido levar este encaminhamento adiante ou não...

P: Tem espaço para a Psicologia pensar sobre isso, no lugar em que você está?

E1: ...espaço tem. Não é, necessariamente, uma coisa tranquila, muito bem aceita. A gente...é...recebe pedidos inclusive de convencimento. Vai conversar com réu que é...se entregar. Tá foragido e quer se entregar. Então, por favor, convençam o réu de que ele está fazendo errado.

P: Como é estar nesse papel de “ter que convencer alguém”?

E1: Não. A gente não assume este papel de ter que convencer alguém. Acho que esta é a expectativa de alguns...de algumas pessoas na instituição, mas a gente não necessariamente vai assumir este papel. Então acho que é...também é uma reflexão muito constante de qual é o nosso papel ali. O nosso papel não é de convencimento. O nosso papel é, se fizer sentido pra pessoa, se ela aceitar estar ali com a gente, é...conversar sobre isso, pensar outras possibilidades ou apresentar outras possibilidades, porque muitas vezes uma pessoa que quer se entregar, quer se entregar porque ela não enxerga outras possibilidades de... de estar na sociedade. Né, porque, você perde todos os seus direitos de cidadão. Você está na sociedade, mas você não está na sociedade...Então, se tiver espaço, trabalhar mais num processo reflexivo do que, efetivamente, num convencimento.

P: Você falou desse momento de entrada inicial na instituição, que tinha algumas expectativas. Você citou em relação a mediação de conflitos. Que outras expectativas você percebeu, em que havia em relação, principalmente, ao profissional da Psicologia?

E1: Acho que, inicialmente, o atendimento às questões da saúde mental. Então, tanto...acho que, no começo, mais pessoas com transtornos mentais que iam à Regional ou que tinham um processo ou que iam pra tentar judicializar alguma... alguma questão que fazia parte do delírio e que os defensores se sentiam muito perdidos para lidar com isso. Então acho que aí foram os primeiros encaminhamentos que a gente recebeu. Né, porque tem essa associação à Psicologia...louco, né, então foram os primeiros encaminhamentos que a gente recebeu: as pessoas que não se faziam compreender pelos defensores, geralmente por algum diagnóstico de transtorno mental. Um pouco em relação a orientações sobre álcool e drogas, porque eles também se sentiam um pouco perdidos. Mas acho que a nossa expectativa de entrada na criminal tinha muito a ver com aquilo que extrapolava o que era do defensor, o recorte em que ele podia atuar mais processualmente.

P: No caso essas duas temáticas que você trouxe?

E1: Pra Psicologia acho que especialmente essas duas.

P: Faz sentido, pra você, esta demanda chegar?

E1: Faz sentido ela chegar, não necessariamente como ela vinha no começo. Porque daí o que a gente começou a perceber é que vinham muitas pessoas...que tinham também demandas jurídicas, e essas demandas jurídicas não eram atendidas. Elas eram inicialmente encaminhadas ao CAM...é...pra que a

gente desse conta dessa compreensão...quando, na verdade, pra isso não tinha nenhum segredo, assim.

P: Como assim, nenhum segredo?

E1: De você sentar e escutar e poder dialogar. Não eram pessoas que, a grande maioria pelo menos, que não conseguiam ter qualquer linha de raciocínio, nem que absolutamente não se fizessem compreender. Pessoas com falas mais confusas, com algumas limitações, mas que era plenamente possível o diálogo. Especialmente aquelas que estavam respondendo a processos. E daí, pra isso a gente criou uma estratégia que foi de atender junto com o defensor que tava encaminhando. Quando a gente verificava que era caso de saúde mental, de pensar esse atendimento conjunto, até pra dismistificar um pouco esta questão da loucura..."ele é louco, ele fala de um lugar que eu não posso estar junto...

P: Como eram estes atendimentos em conjunto?

E1: Acabava ficando muito mais pra gente. O defensor acompanhava. Mas eu acho que, só o fato de estar lá, né, de estar todo mundo junto ali participando, de você não ignorar que existe uma questão jurídica objetiva que precisava ser olhada...mas o atendimento em conjunto ficava muito mais pro CAM do que para o Defensor em si. Ficava um pouco de coadjuvante, mesmo quando era uma orientação jurídica.

P: Mais passivo durante o atendimento?

E1: Mais passivo durante o atendimento.

P: Você percebia diferenças no entendimento, quando havia estes atendimentos em conjunto? Diferenças de entendimento, de postura, de abordagem?

E1: Aí variava muito em relação a quem era que estava fazendo o...quem tava participando junto. Tinha uns que se colocavam absolutamente igual a eles se colocavam em relação a outra pessoa. Tinha suas vantagens e suas desvantagens.

P: O que, por exemplo?

E1: Algumas informações...que não eram, assimiladas com tanta facilidade pelo usuário...é...mas que era dado daquela maneira, era aquilo que ele ia fazer, ele não ia tentar organizar melhor essa informação...enfim, ele ia dar daquele jeito mesmo. O que às vezes gerava um prejuízo e entrava a gente, pra fazer aí um meio de campo, pra facilitar a compreensão dessa informação jurídica.

P: "Meio de campo". Achei interessante essa expressão que você usou de "meio de campo". Isso tem a ver com a atuação do psicólogo na Defensoria?

E1: Acho que em alguns casos sim. Acho que nesses casos de atendimento em conjunto, específicos desses que eu tô falando, eu acho que tinha muito disso. Porque a gente entrava, de alguma maneira, para auxiliar o Defensor nesse diálogo. Os pedidos iniciais eram muito pra auxiliar o Defensor a se fazer entender pela pessoa e a pessoa se fazer entender pelo Defensor.

P: Uma mediação, parece.

E1: Uma mediação.

P: Você falou que inicialmente, então, os defensores chegaram com esta postura, com estas expectativas, né, você destacou inicialmente. Mudou hoje, com estes 4 anos? Você percebeu alguma mudança das demandas? Ou, enfim, da relação em geral?

E1: Eu acho que mudou. É... acho que, com o trabalho do CAM se desenvolvendo, se consolidando, colocando de alguma maneira os seus limites, abrindo possibilidades para outros tipos de encaminhamento etc, eu acho que ajudou a qualificar este encaminhamento. Ainda recebo casos deste tipo que eu estava falando, mas o CAM não tá mais lá exclusivo, este foi o primeiro impacto do CAM na regional, né, “venham atender nossos loucos porque a gente não consegue falar com eles”, pra Psicologia, né, especificamente. E...acho que hoje tem outro movimento, tem muitos defensores que fizeram atendimento com a gente no começo que hoje não mandam mais essa demanda pra gente, dão conta desse atendimento.

P: Tem outras demandas que começaram a aparecer depois de um tempo?

E1: ...depois de um tempo começaram a aparecer demandas mais processuais, de intervenção técnica nos processos.

P: Que tipo de intervenção?

E1: Relatórios, elaboração de quesitos, parecer técnico sobre algum laudo, sobre alguma avaliação que tinha sido feita, pedidos de orientação quando, na verdade pedidos também para confecção de relatórios e pareceres, mas daí a gente entendeu que cabiam apenas orientações quando os laudos eram feitos por profissionais de outras áreas da saúde, como médicos, por exemplo. Essa demanda mais processual assim. Alguns casos que o defensor queria uma compreensão um pouco mais ampla do que...do réu, da situação do crime, do contexto, em termos de estudos um pouco mais abrangentes sobre estes pontos, pra apresentar uma perspectiva de outra área para o Defensor do caso.

P: Como essas demandas novas começaram a surgir, de onde veio, como foram construindo?

E1: De um modo geral, das unidades da regional. Alguns defensores que foram tomando conhecimento a respeito da atuação do CAM.

P: Eles perguntavam antes de encaminhar?

E1: Não. Pra gente, alguns defensores, especialmente do juri, de um modo geral, eles tinham mais este movimento de vir conversar sobre o caso com a gente. Então traz o processo, vem conversar, vem pensar junto, é...daí deixa o processo, a gente estuda, a gente dá um retorno, pra pensar junto qual a atuação possível. Em outra unidade, que são as Varas, isso já era mais difícil, chegava quando o CAM foi ficando mais conhecido, chegavam os processos sem a gente saber muito bem de onde eles estavam vindo, qual era a...no máximo a gente recebia ...o nosso instrumental de encaminhamento, com uma breve descrição do que era, do que se esperava.

P: E era ruim quando chegava assim, sem informações?

E1: Era. É horrível, é terrível! (risos) Ainda é, porque a gente ainda tem uma dificuldade de fazer com que as pessoas preencham os instrumentais de encaminhamento.

P: Como você acha que é possível – você falou em qualificar os encaminhamentos – o que ajuda a qualificar? Aliás, o que seria qualificar os encaminhamentos do Defensor para o psicólogo?

E1: Acho que é ir além dos pré-conceitos da profissão. Acho que tinha muito essa cara, né, “o psicólogo, ele vai atender louco ou a pessoa que tá chorando”, né, “tem uma pessoa aqui chorando e eu preciso de um psicólogo”, quando muitas vezes é um choro que é extremamente legítimo e que faz parte ali do que está acontecendo. É um acolhimento que não necessariamente precisa ser feito por um psicólogo. Talvez uma pessoa que precise sim de um acolhimento, no sentido de ...legitimar aquele sofrimento de alguma forma, mas não necessariamente de uma abordagem mais técnica em relação àquele choro. A pessoa tá chorando porque está triste, porque não é um lugar de alegrias de um modo geral. É...então acho que qualificar o encaminhamento vem muito de quebrar um pouco essas concepções iniciais do que é a Psicologia, do que a Psicologia pode fazer dentro de uma regional da instituição. Inicialmente eram estes dois pontos que acho que vem muito dessa herança dessa compreensão clínica da Psicologia, do que tá ali...é...entre as quatro paredes, no setting, enfim, né, que tem uma outra formatação. Então...acho que...isso vai sendo quebrado com a atuação, na construção da atuação...do psicólogo na regional.

P: O que o psicólogo pode fazer lá?

E1: Nossa...(pausa) acho que aem linhas gerais, acho que o lugar do psicólogo...é poder ampliar a compreensão do que tá acontecendo ali...tanto da questão do crime em si, quanto da questão do contexto das pessoas que a gente atende...do que está sendo vivenciado. É poder ampliar para além do...do judiciário assim. Para além do estritamente jurídico, do papel, da lei, do “se fazer cumprir dessa maneira”. Acho que é...eu costumo falar no juri, que é um lugar que a gente tem bastante espaço de trabalho, de atuação...e eu acho que, tecnicamente, é um lugar mais rico para o trabalho do psicólogo. Que...o meio jurídico, ele...promotor, defensor, eles vão...pra briga do juri mostrando dois pólos opostos. Um colocando, geralmente o promotor vai tentar a condenação ali que ele puder e o defensor vai tentar a absolvição que lhe for possível, né, ou a pena mais branda possível. E é isso que eles vão apresentar para os jurados. Cada um vai aí construir a sua compreensão, dentro de um caso que está descrito no processo, e conversas, enfim, com testemunhas, com...réu, vítima e etc, e eles vão dar, entregar essa história para o jurado. E eles entregam dois pólos opostos assim, né? Então é, eu costumo falar do preto e do branco que vão ser entregues. Um vai entregar o preto, outro vai entregar o branco e o lugar do psicólogo é mostrar quantos tons de cinza pode ter entre estes dois pólos. Então acho que é o de ampliar aí uma compreensão sobre os casos.

P: Há espaço para olhar estes tons de cinza neste ambiente?

E1: Não em todas as unidades. Por muitas razões. Desde...do tempo processual. Tem uns lugares em que o trabalho tem que ser mais...mais ligeiro, mais ...em que os prazos são muito mais apertados...O juri, eu acho que é um lugar mais interessante neste sentido porque você tem tempo de trabalhar. Você tem tempo de...tentar entender estes tons de cinza, de apresentar estes tons de cinza, de discutir isso tudo, com os defensores que estão atuando na defesa dos réus neste caso...pra daí poder levar isso pro processo continuamente. Então acho que, em alguns espaços, essa contribuição da Psicologia é muito mais ...recebida do que em outros.

P: Nesse cenário que você falou, do promotor e do defensor, por exemplo, uma situação em que fique um no “branco” e outro no “preto”. Mas você, aparentemente, não está neutra nesta história...

E1: não...

P: ...você está pela Defensoria, que tem/está escolhendo um dos lados. Como é isto?

E1: [...] esse é um...é um dos pontos que mais me “pegaram” na atuação na criminal. Você está pelo réu, é...existe uma responsabilidade com o réu. Então, nada do que for, eventualmente, prejudicial no processo vai ser apresentado, porque não temos um lugar neutro nessa questão do processo...é...mas acho que dá pra...é...não precisa cair pra nenhum dos dois pólos pra não ter um lugar neutro. A nossa responsabilidade é com a garantia de direitos, com uma tentativa de quebrar de alguma forma esse movimento do judiciário, do bem e do mal, né? Do bonzinho e do monstro...porque, pra uma pessoa ser absolvida, ter uma pena mais branda, ele não precisa ser, necessariamente, o bonzinho, que não cometeu o crime...né? Então a nossa proposta é oferecer uma outra compreensão sobre aquilo que tá por trás. Acho que a responsabilidade...sobre a pena... não só sobre a defesa. Porque eu acho que a responsabilidade sobre a defesa é da regional como um todo. Mas a responsabilidade sobre o abrandamento da pena é do defensor. Então se a gente trabalhar junto, a gente não vai atrapalhar o trabalho deles, né, que é o de conseguir a pena mais branda possível...é...mais a gente também tem uma responsabilidade ética de não inventar alguma coisa para proteger a pessoa que estamos defendendo. Acho que a Psicologia tem um lugar, que é um recorte um pouco diferente. Não é isento, não é... Tem um lado, mas não é com o abrandamento da pena em si. Acho que é por isso que a gente precisa trabalhar junto. A responsabilidade efetiva disso é do defensor e a gente vai tentar contribuir com isso de alguma maneira, mas a gente não tem essa responsabilidade de...de... de criar algo para que esta contribuição seja possível. A gente vai trabalhar com o que estiver lá.

P: Você falou em “trabalhar junto”. Você se sente trabalhando junto?

E1: ...no juri sim.

P: Junto com quem?

E1: Junto com os defensores. Com alguns defensores. (risos) Eu acho que eu...eu entendo que na regional, o lugar em que a gente tem mais espaço de trabalho é o juri, por quê... Porque é o lugar em que a gente consegue mais... acho que trazer mais a questão interdisciplinar de discutir caso, de trabalhar junto, de...de pensar o caso junto, de fazer visita, né, domiciliar de equipe mesmo. Então, a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, todo mundo tá envolvido na construção dessa defesa, dessa compreensão de um determinado caso. Não é a regra da regional.

P: Você falou de peculiaridades então, do juri, em relação à tempo, à demanda...está tendo um espaço diferenciado. Parece que tem uma questão pessoal também?

E1: Tem.

P: Então tem essas diferenças. Você está pontuando um setor específico, mas ao mesmo tempo apontando pessoas. Quando que o trabalho junto não acontece? Ou então, o que você acha que dificulta o trabalho junto?

E1: (pausa) Acho que uma...aquela compreensão mais cheia de pré-conceitos, que eu falei antes. Acho que concepções muito “dadas” assim, do que é a Psicologia, do que é... Acho que quando chega algo muito vertical, “faz isso aqui”...

P: Sem uma abertura?

E1: Sem uma abertura de diálogo, sem uma possibilidade de você...é...sugeri alguma coisa, ter um contraponto, sugerir alguma coisa diferente...é... né...Você trabalha junto quando você entende qual é a expectativa que a outra pessoa tem e quando você pode dialogar sobre esta expectativa, né? Então poder falar sobre a minha profissão e dizer..."por aqui dá", "por aqui não dá", "podemos tentar um outro caminho", "se o objetivo é este, vamos fazer diferente, porque isso do jeito que está vindo não dá para ser feito, não é ético ser feito". E...isso facilita o trabalhar junto. Acho que quando é diferente disso, quando chega alguma coisa "faça desse jeito", "atenda desse jeito", "faça este encaminhamento", daí fica muito difícil. Fica muito engessado o trabalho. Na verdade, o trabalho não sai.

P: Esse é o resultado, então, de um trabalho "não junto"?

E1: Um trabalho que fica travado.

P: Como é que você fica quando acontece uma situação dessa?

E1: (pausa) Acho que é um lugar, um pouco, de uma certa impotência. Que muitas vezes...é possível fazer uma leitura de uma atuação diferente, que pode contribuir com a vida daquela pessoa que está sendo atendida ou processual, é...com alguns desdobramentos sociais, né, da questão da justiça criminal. E...acaba ficando travado, porque muitas vezes o encaminhamento não vem porque a gente não vai fazer do jeito que estão mandando... É o lugar acho que da impotência mesmo, assim. De você ficar submetido a uma ordem de alguém que sabe muito pouco sobre o que você pode fazer.

P: Você tem estratégias que você usa para lidar com isso?

E1: Acho que insistir no diálogo...na conversa. Acho que tentar, de alguma maneira, desconstruir essas compreensões que estão, que às vezes são tão fortes assim. Que chegam na gente de um jeito tão forte.

P: Você tava falando das expectativas, desde o início, das concepções, préconcepções, pré-conceitos. Também tem falta de expectativa, tem uma falta de contato também?

E1: Tem... Tem. A gente trabalha num universo muito grande. [...] Até quatro semanas atrás éramos uma psicóloga e um assistente social pra trabalhar com 103 defensores na regional. A gente não tem muito o intuito de acessar todos. Porque não é possível, né? Cada um tem mais uma pilha de processos, então a gente não tem nem perna pra trabalhar com todos. A gente prioriza aqueles que, de alguma maneira, se mobilizam pelo nosso trabalho. Tanto aqueles que se mobilizam, com uma compreensão melhor, quanto os que se mobilizam dentro dos seus preconceitos e que a gente vai ter que trabalhar com eles. É...mas tem uma falta de expectativa também. A gente não trabalha com todos os defensores da regional.

P: Você tinha falado sobre esta falta de expectativa em relação à sua regional, específica, que não tinha nenhum trabalho, nem projeto piloto, igual teve para outras demandas da instituição. Como foi pra você, enquanto profissional, ir num lugar em que não tinha nada, não tinha um trabalho anterior?

E1: Acho que tiveram dois lados, né? Tem um lado que é um pouco angustiante de "você vai montar algo novo", que não tá necessariamente partindo de alguma coisa que estava lá...Enfim, você vai

começar alguma coisa do “zero”, é...E, ao mesmo tempo que te gera uma angústia, é bacana. Porque você vai conseguir formatar alguma coisa com a sua cara. Você vai com o seu jeito, do jeito que você acha que aquilo pode ser...pode trazer mais benefícios pra instituição que você tá trabalhando, você pode criar, você pode ser mais criativo. É...então acho que oscila entre estes dois pontos. Porque você também tem que, de alguma maneira, apresentar muito o seu trabalho. Acho que quando alguém já sabe o que você faz e etc, quando as coisas estão um pouco mais dadas, então talvez seja um lugar de um pouco mais de conforto.

P: Nesses 4 anos, esse nível de angústia, essa oscilação a que você se referiu, você vê se ela teve algum alteração ou está muito próxima do início?

E1: Melhorou!. Acho que melhorou “muuuuito”. A gente foi dando uma cara para o trabalho que a gente fazia. A gente foi entendendo, dentro das limitações que a gente tem, e das potencialidades que a gente tem, o que dava pra ser feito; e apresentando isto, sempre que possível, para os defensores, para os coordenadores, discutindo isso na nossa equipe reduzida, que caminhos dava pra fazer...onde que a gente tinha que segurar um pouco mais...Então você também vai ficando um pouco, porque no começo, a demanda vai chegando, e vai dando uma sensação, como ainda era uma demanda muito pequena, né, ainda em fase de...de ser “desrepresada” ali...é...você fica com uma sensação que você precisa atender tudo. Você precisa dar conta de tudo aquilo que tá chegando, que você também não pode frustrar uma expectativa que é gerada em cima da entrada das equipes de apoio. Mas acho que, quando você vai consolidando o trabalho, entendendo melhor qual que é a lógica daquele universo do Direito é...você também vai entendendo onde dá pra você estar, de que jeito você pode estar em cada um destes espaços, em cada um dos casos, das temáticas...Então acho que isso vai dando uma tranquilizada assim. Você vai...você consegue entender aí qual é o limite da sua atuação também; eu acho que vai dando uma tranquilizada.

P: Qual é o limite da sua atuação?

E1: Acho que existe um limite que é da própria profissão, né, que esbarra às vezes no que é trazido como demanda. Então...é...né, como exemplo, uma coisa que a gente, hoje, acaba atendendo muito são casos em que acontece uma perícia psicológica com uma criança vítima de abuso sexual, e que essa criança vai encaminhada pra perícia pra que se descubra se efetivamente o abuso aconteceu ou não. [...] É...o psicólogo pode entender alguns indícios de algumas coisas, mas não tem a “bola de cristal”. Você trabalha, então você...é poder devolver isso pra quem tá te demandando...

P: Esse limite?

E1: Esse limite pra quem está te demandando. É...e limite pessoal mesmo. Né, de equipe, “o que é que dá para ser feito”. Então “você precisa fazer uma visita na penitenciária tal pra acompanhar este caso”, mas você também começa a entender qual que é o seu limite de atuação. “Dá pra ir”, “não dá pra ir”, “sofre aqui se eu sair daqui para atender esta demanda”? Então você vai conseguindo se colocar mais, quando você tem mais clareza daquilo que você está falando lá.

P: Você se sente mais assim, então?

E1: Me sinto.

P: Você usou em alguns momentos a palavra “consolidar o trabalho”. Tem a ver com essa tranquilidade? O que você acha que ajudou a consolidar?

E1: Acho que tem a ver com esta sensação mais de tranquilidade, né? Um terreno menos desconhecido. Acho que na hora que você...acho que consolidar o trabalho tem a ver com “dar uma cara pra ele”. Acho que é conhecer qual é a demanda, conhecer quais são as possibilidades de encaminhamento dessa demanda. Acho que na hora que você começa a tomar mais pé das coisas, algumas coisas vão se...vão tendo uma cara, né? Você sabe por onde você pode ir, você conhece alguns casos. Como não tinha nenhum precedente deste trabalho, a gente aprendeu – especialmente nestas questões processuais – muito por tentativa e erro. A gente sabia que tinha uma demanda, a gente sabia, é...eu sabia, dentro da minha profissão, por onde eu podia abordar essa demanda, mas eu não sabia muito qual ia ser o resultado na hora que isso batesse na outra instituição: ministério público, na instituição que faz a perícia, no tribunal de justiça...

P: Que tipos de instrumentais você acha que trouxe, de experiências anteriores suas, o que você acha que te ajudou para este trabalho? Parece que você fala de alguma coisa anterior, né? Você fala “o espaço era novo, mas já tinha referências anteriores da profissão...”. O que ajudou?

E1: Olha, eu acho que ajudou muito a minha formação acadêmica mesmo, de faculdade. Foi a primeira instituição em que eu trabalhei. Né então eu tinha uma experiência de consultório, ainda muito nova, mas eu tava formada fazia um ano. Então acho que foi muito...eu brincava, eu tinha muito contato com uma supervisora minha da faculdade quando eu entrei na Defensoria, e eu brincava muito com ela que os meus estágios curriculares da PUC de “chega na instituição, leia a instituição...o que que tem”. Acho que isso me ajudou muito a pensar, a começar a construir as coisas na Defensoria.

P: Você se sentiu fazendo isso lá?

E1: Me senti no estágio. Criando, sem a supervisão pra voltar...

P: Como você vê a instituição, nesta análise que você fez? O que você viu, o que você tem visto?

E1: Tenho visto uma instituição em crescimento, que tem uma proposta bastante interessante, mas que ainda tem um caminho longo pra afinar a prática com o discurso.

P: O que, por exemplo?

E1: Na hora que você chega na prática, as coisas não são exatamente da maneira que...que...enfim, que a instituição se propõe. Acho que as questões das práticas democráticas internas, das práticas não democráticas internas. Tipo umas coisas do desenho, do espaço pro trabalho interdisciplinar, do trabalho multidisciplinar. É...acho que existe um desejo institucional de que essas coisas possam...acontecer, mas é um lugar...é um caminho que deve ser feito com cuidado assim. As práticas não são exatamente desta maneira.

P: Você diferenciou aí o multidisciplinar e o interdisciplinar. O que você vê na sua prática?

E1: Eu vejo uma prática muito mais multidisciplinar do que interdisciplinar. Acho que os casos com atuação interdisciplinar dá pra contar...não sei se nos dedos (risos), mas é uma quantidade muito menor. Acho que é muito mais...é isso que chega...pra ser olhado por várias abordagens de uma maneira separada, do que “vamos fazer todo mundo junto”, né, “vamos construir junto enquanto

instituição”. Acho que existe uma prática interdisciplinar muito mais forte dentro do CAM, mas institucionalmente, eu vejo muito mais o “multi”.

P: Você falou, em alguns momentos, sobre direito de cidadão, garantia de direitos. Você entende que a sua atuação está vinculada a isso?

E1: Sim.

P: Em que momento? Ou...conte um exemplo, se você lembrar. Em que momento você se sente contribuindo/atuando neste âmbito da garantia de direitos?

E1: Eu acho que nas duas frentes de trabalho, né? Tanto na questão do atendimento, no cotidiano da população, na tentativa de garantir o acesso às políticas públicas, nos encaminhamentos, nas políticas de saúde, de assistência...é...as políticas de atenção ao egresso, que é uma população específica de lá...é...quanto no próprio direito de uma defesa qualificada, assim. Porque o que a gente vê...são atendimentos que...que precisam de, que tem um tempo que precisa acontecer, muitos, né...Uma discussão até de...eu conversava ontem com a ...com a Primeira Subdefensoria¹⁶³, e a gente tava fazendo essa discussão, né, do atendimento de qualidade, do atendimento massificado...e foi colocado que, né, é uma discussão que é institucional. Todo mundo gostaria de pegar um caso e atender como o caso da vida e...se voltar apenas para aquele e fazer com toda a qualidade possível que possa ser feito. Mas existe uma demanda de atendimento em massa...Então de como ponderar isso, né? Porque tem expectativa de números, do serviço público, da instituição. Então, como é que você pondera? Eu entendo que a gente tem uma responsabilidade com essa qualidade do atendimento. Não dá pra...a gente tem que tratar os casos individualmente, que a gente tem que olhar pra esses casos.

P: Quando você fala “a gente” você está falando “todos”, você está falando “a gente psicólogos”?

E1: A gente Agente, com letra maiúscula (risos). Agentes psicólogos, assistentes sociais...a gente que tá um pouquinho mais descolado dessa lógica, dessa máquina do Direito. Eu acho que a gente tem um pouco dessa função...é...de olhar com uma pouco mais de calma pra algumas coisas, descolar só da função processual. Eu acho que...você pensar em qualificar o atendimento público...é...na área do Direito, acho que também passa aí por uma garantia de direitos, né, desse direito de acesso à justiça, de... de poder cuidar um pouco disso, de poder dar um olhar...diferenciado do olhar do Direito, que se complementa muito nos casos que são atendidos.

P: O que que acessar a justiça tem a ver com Psicologia?

E1: (pausa longa) ...nossa...

P: Segundo “nossa” que você fala. O outro foi na pergunta “o que o psicólogo pode fazer”...

¹⁶³ Primeira Subdefensoria-Geral: Órgão administrativo interno da instituição, composto por Defensores e servidores com outras formações. “*Compete exclusivamente ao Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, além da atribuição prevista no artigo 12, § 2º, desta lei complementar, coordenar o planejamento da Defensoria Pública do Estado, observando o cumprimento das normas técnicas de elaboração de planos, programas, projetos e orçamentos, bem como acompanhando sua execução*”. (LCE 988/2006, artigo 21).

E1: É, né?! (risos)... É...tô pensando...(pausa longa)... acho que, talvez, é...dois pontos. Na hora que eu falo “nossa”, eu penso e me vem muito a questão da lei...De uma lei que...que tá fora, né...então, fica um pouco com essa...com essa interface da Psicologia. É...algo de fora que, que vai...que pode cuidar aí de algumas resoluções de conflito, de algo que...que ajuda a organizar a sociedade. E...e acho que, de um modo geral, as pessoas...aí não é muito da área criminal também; eu acho que as pessoas que buscam a justiça, de alguma maneira elas buscam também um cuidado. [...] Acho que o acesso à justiça também tem a ver com este cuidado de...de poder pensar algumas questões de serem cuidadas assim...De...enfim...

P: O psicólogo cuida?

E1: Não necessariamente. (risos)

P: Você vinculou, então, acessar a justiça a uma maneira de ser cuidado. E a gente tava pensando um pouco “o que que o psicólogo tinha a ver com isso”...

E1: Acho que se procura muito os psicólogos pelo cuidado, mas não necessariamente que seja...a função seja, acho que cuidar sim. Não no sentido...raso do cuidado, né, acho que quando você tá com uma outra pessoa, tem uma coisa do... do ser cuidadoso com aquilo que tá chegando pra você, com...enfim, tem, acho que exige um cuidado...

P: Te incomodou vincular a Psicologia com cuidado?

E1: Talvez, um pouco (risos)...porque eu acho que era isso, de uma certa maneira, que eu estava questionando no começo, né, do psicólogo que cuida do que está chorando, do que “abraça”, que... Mas acho que tem a ver com a expectativa da...da Psicologia dentro da justiça, dentro da instituição.

P: E a sua expectativa da Psicologia dentro da instituição?

E1: Eu acho que tem a ver com ampliar as possibilidades de olhar para as...para as situações. É que eu não... não vinculo muito isso com a justiça. Não vejo a justiça como algo que...que se preocupa, na prática, em ampliar o olhar para algumas situações.

P: O que que você está chamando de justiça?

E1: ...Justiça...a lei, a prática de aplicação da lei...É...especialmente na questão criminal. Não vejo... não vejo um desejo de ampliação de...né, de olhar de um jeito mais abrangente, de olhar com...com mais cuidado (risos).

P: Cuidado...você também estava falando, em um certo momento, da Psicologia e o Serviço Social mais próximos, uma relação interdisciplinar. Em outro momento você tava comparando uma situação, o olhar da Psicologia e do Serviço Social parece mais próximos sobre algumas questões, alguns posicionamentos, comparando com o Direito. E o que é específico da Psicologia? Há algo específico da Psicologia nessa atuação?

E1: [...] Acho que dialoga muito com o que é do Serviço Social. Considerando um modelo de... de atendimento. Acho que tem uma compreensão que é outra. É...acho que, nos casos que a gente atende, acho que a Psicologia... tem um olhar...para o não dito, para o subjetivo, né que, é...como isso se relaciona com o social. Mas eu acho que, no ambiente que a gente trabalha, e nos casos que chegam

na criminal, eu acho que o diálogo é muito essencial. Acho que é muito complementar. Muito... das questões do Serviço Social, das questões que... atravessam, de alguma maneira, é... as compreensões mais “psis”.

P: Como você está se sentindo no seu trabalho?

E1: [...] Acho que num momento muito melhor do que eu já estive. É...acho que isso de “dar uma cara”, de poder bancar essa “cara”. Acho que isso contribui muito pra estar num contexto mais... tranquilo. Não sei se tranquilo é a palavra, mas acho que mais tranquilo de trabalho, assim. Ter mais liberdade para trabalhar, ter mais... Acho que na hora que você sabe por onde você pode ir, o que você pode fazer, tem uma... uma tranquilidade maior para poder dizer “qual é o limite”, “qual é a possibilidade”, né. Não me sinto mais atropelada. Começamos com dois, somos cinco. Talvez venhamos a ser oito¹⁶⁴... Antes eu sentia que tudo caía no CAM, de um jeito muito pessoal. Então...quando a gente colocava que aquilo era um limite, dava um limite quando a gente...parecia que era uma coisa muito pessoal. A “A. Psicóloga, o L. Assistente social não quer fazer”. E era muito incômodo você ter que... que tentar romper com isso, que explicar que, nem sempre era uma explicação que era aceita...

P: Em relação aos limites?

E1: É, em relação aos limites. Aos limites, às escolhas, aos caminhos... à autonomia técnica. Muitas vezes quando você colocava “aqui não dá” ou “por aqui não dá”, isso era rebatido de um jeito muito levado pro lado pessoal. Né, ou “a gente tem que fazer por aqui” ou “a gente entende que o melhor jeito de fazer é este”...vinha muito no pessoal, caía muito no pessoal, a negativa ou a ... se posicionar era uma questão muito pessoal. Acho que hoje, com o trabalho com uma cara...é... o trabalho já tem uma cara, a gente já é conhecido por uma quantidade maior de defensores...é...uma relação, com a coordenação CAM¹⁶⁵ que, que ajude a bancar alguns posicionamentos que a gente, que a gente tome, né? Consiga legitimar, de alguma maneira, aquilo que a gente, dentro do nosso conhecimento técnico, tá...colocando.

P: Tem uma relação de força, parece, aí?

E1: Tem!

P: Isso de “bancar”, de ter apoio, de ter equipe para fortalecer, né, enquanto CAM?

A: E acho que hoje isso, existe essa força um pouco mais. Isso...faz o trabalho mais gostoso. Porque você não leva a responsabilidade daquilo que você tá... tá bancando de uma maneira pessoal. Você consegue colocar isso mais no profissional. Você não carrega isso pessoalmente. Acho que antes, quando éramos poucos e, tinha umas resistências fortes por algumas coisas, essa resistência era

¹⁶⁴ A psicóloga se refere à expansão recente que houve no quadro de psicólogas/os e assistentes sociais na instituição, inclusive em sua Unidade de atendimento. No início de 2014, houve ampliação do quadro deste CAM, inicialmente com apenas 2 profissionais (uma psicóloga e um assistente social), para 8 profissionais (4 de cada formação). Na ocasião desta entrevista, apenas mais 3 profissionais haviam assumido e escolhido esta regional para atuar. Os demais cargos foram preenchidos nos meses seguintes.

¹⁶⁵ A coordenação dos CAMs é realizada por uma/um Defensora/r Pública/o, nomeado pelo Defensor Público Geral para exercer tal função. Vide Deliberação 187/2010, que “Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar”, artigo 4º, disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (consulta em 30/11/2014).

jogada na gente de um jeito muito pessoal. E era muito mais difícil de... de lidar, de dar conta, de...de se posicionar mesmo.

P: Como você vê essas relações de força que tem na instituição?

E1: [...] Eu...a...a unidade de trabalho tá dentro do tribunal de justiça¹⁶⁶. E o que eu vejo é que... dentro deste contexto jurídico estas relações de força estão muito colocadas, assim, são muito...muito cristalizadas e muito valorizadas... é... e eu acho que o que a gente vive dentro da instituição é... é fruto disso. Não acho que favorece o trabalho. Eu acho que desfavorece o atendimento à população...é... Não acho que é uma coisa que agregue a instituição, mas é – de alguma maneira – algo que tá... tá posto, assim, acho que o Direito trabalha muito com este, com este tensionamento de forças. E... e a gente tá, tá no meio disso. A gente vai tentando lidar, dentro do que cabe, do que a gente consegue, do que... do que sobra pra gente. Mas eu acho que é uma coisa que tá muito dada, assim... Acho que é um trabalho de... de desconstrução muito grande pra que possa ser diferente.

P: O que ajuda nessa “desconstrução”? O que pode ajudar?

E1: Na desconstrução deste modelo de... de forças? [...] Eu acho que a gente conseguindo – e daí Agente, aí sim com maiúscula – as equipes conseguindo é... mostrar o trabalho, mostrar os limites, mostrar... quebrar um pouco as pré-concepções do que é a Psicologia, do que é o Serviço Social... mas mostrar as possibilidades de atuação, né? Acho que a construção mesmo, que é isso que a gente vem fazendo nesses quase quatro anos... Eu acho que isso ajuda, internamente, a quebrar algumas dessas relações de poder. Conforme o CAM vai sendo mais reconhecido, mais espaço de atuação... Não necessariamente a gente precisa responder a algumas dessas relações de... de poder, de tensionamentos, de forças, “quem manda mais”, “quem pode mais”. Mas eu acho que quando a gente vai dando uma cara pro nosso trabalho a gente consegue... desconstruir um pouco isso nas nossas relações...

P: Hoje você está vendo a “cara” do seu trabalho?

E1: Tô vendo a cara do meu trabalho e tô vendo ela mudar completamente de novo, com o crescimento da equipe.

P: Como é que você está vendo esse crescimento?

E1: Como um momento de mudança. Como uma possibilidade de fazer o que a gente construiu...é...o que a gente projetou durante esse tempo que a gente tá na instituição. A gente “leu” a demanda, a gente sabe por que caminhos a gente pode atuar, a gente sabe onde a gente é requisitado e onde a gente não é e eventualmente onde seria importante. Por exemplo, a gente é muito pouco chamado pra atuar nos casos de... medida de segurança, de internação em Hospital de Custódia na área de execução criminal¹⁶⁷. E, na verdade, é um campo em que os peritos psicólogos e assistentes sociais atuam com muita frequência. [...] Só que existe um medo de se “cutucar” esse universo, por mais que

¹⁶⁶ Algumas Unidades ou Regionais da DPESP, como neste caso, não estão em sedes próprias da Defensoria e estão lotadas dentro de Fóruns, espaços estes do Tribunal de Justiça/ Poder Judiciário.

¹⁶⁷ Hospitais de Custódia são equipamentos públicos, voltados a pessoas diagnosticadas com transtorno mental que cometeu ilícito penal e necessita de atendimento/tratamento. Vide manual da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), disponível em http://www.abpbrasil.org.br/comunicado/arquivo/comunicado-104/MANUAL_FORENSE-18_10_Joao_2.pdf (acesso em 30/11/2014).

ele seja...tenha muita coisa que não tá, que não vai bem, muitas dúvidas sobre esses laudos que são produzidos etc, a gente raramente é convocado a participar dessa... dessa discussão.

P: Você acha que é um campo possível?

E1: Acho que é um campo possível. Só que é isso: agora a gente sabe onde que a gente pode atuar e a gente começa a ter uma equipe pra poder ir, pra poder sair e se lançar para essas... pra isso tudo que a gente enxerga como possibilidade de atuação. Talvez não pra isso tudo (risos)...mas pra uma parte do que a gente vê.

P: Há semelhanças do trabalho desses peritos com o seu trabalho? Semelhanças ou diferenças?

E1: Acho que há semelhanças é... no sentido da temática, de alguma maneira do olhar que pode ser oferecido para uma determinada situação. É... pode-se entender que tem uma diferença, que esses peritos estariam no lugar da isenção, sem partido...mas isso eu discordo absolutamente. Não é o que eu vejo, inclusive. Eu acho que eles partem de um lugar, de uma concepção. Mas acho que há... acho que é isso, assim. A gente fala de um lugar talvez semelhante, né, que a Psicologia também tem o seu micropoder dentro do sistema de justiça e eu acho que esse é o lugar é... de atuação desse micropoder, na hora que você, que eles elaboram um laudo que vai determinar aí o futuro de um sentenciado, de alguém sob medida...

P: Você falou agora desse papel, por exemplo, na elaboração do laudo e a influencia no futuro do sentenciado. Antes, você tinha falado um pouco sobre a contribuição que sua atuação poderia ter para a vida da pessoa. Como é que é isso para você, poder interferir/contribuir no futuro/na vida? Você vê isso na sua prática?

E1: Sim. Acho que é o meu micropoder também (risos)... e a gente tenta usar ele da melhor maneira possível, porque tem... Em alguns casos, a documentação que é feita por outras áreas, como a medicina, pela Psicologia, pelo Serviço Social, elas tem um peso grande no processo. O que eu vejo de laudos, acho que... do meu lugar, muito menos de avaliação propriamente dita, e muito mais de leituras de avaliações. Eu posso ter a possibilidade de chamar, de fazer uma avaliação psicológica enfim, mas hoje o trabalho vai muito mais no sentido de compreender as avaliações que são feitas por outras instituições. E... e acho que esta questão do micropoder assusta um pouco, né, porque... porque a gente vê as pessoas fazendo um uso disso de um modo...perigoso até e irresponsável, nos laudos que são feitos, em como...como eles vão ser usados nos processos... então acho que tem um movimento, no trabalho, de tentar atuar sobre isso, também. Acho que talvez hoje, o que a gente busca de fazer de diferença tem mais a ver em tentar minimizar um problema sério que pode ser causado por esses, nesse recorte, por estes laudos do que de... de produzir algo diretamente.

P: O que você vê como objetivo do seu trabalho? Objetivo central?

E1: [...] Acho que garantir o acesso à justiça da maneira mais qualificada possível.

P: Aí você tá falando da justiça a mesma que você falou antes? De que justiça você está falando? Você definiu justiça como sistema de leis, esse acordo social...É dessa justiça que você tá falando?

E1: Acho que essa justiça. Acho que é... trazer uma contribuição pra essa justiça ser menos... pra que ela atropete menos as pessoas que estão sendo atendidas, que estão sendo atendidas por esta justiça.

P: Tem algum caso da prática que você possa dar como exemplo, em que você sentiu isso acontecer?

E1: [...] Acho que tem um caso de juri, que foi um caso bem... bem bacana que a gente atuou, que a gente fez... [...] eu tô pensando...é que aí vão vindo outros (risos)... Esse é um caso bastante emblemático que a gente atendeu.

P: A gente quem?

E1: A gente o CAM. A gente a Defensoria.

P: Nesse caso teve o “interdisciplinar”?

E1: Teve. Acho que é o caso mais interdisciplinar que a gente teve. Não por acaso é o caso que sempre vem quando...acho que eu tenho exemplo pra tudo dentro desse caso. Que foi o caso de um réu jovem, que o defensor chega pra gente com esse caso, colocando que é um caso que ele atende com muita frequência. Casos de homicídio etc e que ele não entende que esse seria um réu que traria qualquer benefício pra sociedade... estando preso, recebendo a pena que o defensor imaginou que ele pudesse receber pelo crime que ele cometeu. Daí ele conta pra gente que era um caso de um rapaz de vinte e quatro anos, na época, que tinha... assassinado o companheiro... que era um alto executivo aqui em São Paulo. É... tinha uma relação com o réu, mas que esse réu tinha uma vida dupla. Então esse réu tinha um relacionamento com uma vida dupla. Ele mantinha um relacionamento com a namorada, de muitos anos, ele tinha o projeto de casar, enfim...montar uma família ao lado dela... e ele acabou se envolvendo com esse homem que era muito mais velho, na faixa dos cinquenta anos...que era homossexual assumido...enfim, eles se envolveram e o que o defensor traz pra gente é assim: é um caso que, quando o promotor abrir este caso para o juri, ele vai ser condenado a trinta anos, em regime fechado, no mínimo. Ele falou: “eu não acho que seja uma pessoa perigosa, que traga alguma questão mais séria pra sociedade”. Já tava solto há 4 anos, acho, depois do crime... tentando se organizar, entrar para o mercado de trabalho, vivendo as consequências do crime que tinha cometido. Falou “não acho que a lei, que a punição da lei vai trazer qualquer tipo de benefício pra sociedade ou pra essa pessoa”. Falou “e eu não sei o que é possível fazer, mas acho que...queria que vocês me ajudassem a pensar no caso, a trabalhar aí o que pode ser trabalhado, pra ver o que a gente pode fazer pra auxiliar essa pessoa”. Daí o CAM fez uma...fez um parecer da Psicologia, um parecer do Serviço Social, depois de algumas entrevistas com este réu. Depois de visita domiciliar, de algumas discussões do caso com o defensor... e foi algo que mexeu muito na estrutura ali do...do juri, né, que é um lugar extremamente estruturado, extremamente é... acho que intocável até...

P: Mexeu como?

E1: Mexeu: o juri foi cancelado. A partir da documentação que a gente produziu, né, da compreensão que a gente tava oferecendo a respeito do caso... foi juntado 10 dias antes do dia que o juri tava marcado... e o promotor cancelou o juri.

P: O que você entende dessa modificação, desse lugar tão rígido – aparentemente – como que você entendeu essa mudança?

E1: Acho que algo novo, algo que... aquele ambiente não tá acostumado, não sabe muito como lidar também...a gente não sabia. A gente não sabia qual o impacto que ia ter, se ia trazer algum benefício, se não ia... A gente foi estudar também. A gente não foi na perspectiva do “vamos bagunçar as

estruturas do... do sistema de justiça”, mas vamos entender o que é este caso e pensar, dentro das nossas profissões, como a gente pode compreender este caso e como a gente entende que seria um desdobramento talvez mais adequado pra questão, considerando tudo que tá envolvido nele. É... o juri foi cancelado; ele foi remarcado pra dali a 6 meses... Depois foi cancelado de novo, com um incômodo muito grande da promotoria... que se pegou na nossa documentação... pra atrasar o desdobramento processual... de uma maneira bastante grosseira, desqualificando o nosso trabalho, falando que o nosso trabalho tinha sido encomendado... é...

P: O que você achou disso?

E1: Achei pesado. Foi uma coisa bem difícil de ouvir porque... esbarra na minha ética profissional assim... e que é uma coisa que sempre entrou pra reflexão no ambiente que eu trabalho. Então, me “pegou” pessoalmente. Foi uma questão que me pegou pessoalmente. Tanto que depois eu esqueci o que ele tinha dito. No dia, a gente leu o documento da promotoria, dizendo que... que a gente tinha... feito um trabalho encomendado... porque daí ele pediu outras avaliações, de outras áreas do conhecimento... pediu uma avaliação médica do paci... do paciente, não; do réu... que a gente achou um absurdo, mas não tinha espaço pra dialogar com esse promotor... Né, ele queria aquilo e ele tem total direito de pedir... e ele pediu. É... enfim, de um jeito muito grosseiro e a gente foi trabalhar, também, em cima do que tinha sido solicitado pela promotoria. Depois disso, marcou-se uma outra audiência e esse promotor largou o caso, talvez porque ele não tenha sido muito correto nas colocações dele ou porque acho que ele também se sentiu “pêgo” pessoalmente ali no... no ambiente de conforto dele, com algo muito novo... Daí foi pra plenária, foi pro juri, com uma outra promotora, que, a partir da nossa documentação, fez uma proposta de tese comum pra Defensoria... entendendo também que o réu não era uma pessoa que... que traria benefícios pra sociedade ficando encarcerado por 30 anos.

P: Com essa promotora que assumiu o caso mudou a perspectiva, é isso?

E1: Mudou. E, só pra... é que você tinha perguntado e eu tava falando de um caso que parece que levou um acesso mais amplo à justiça... porque isso, na verdade, não existe, né? Essa produção de um laudo que vise trazer uma história, pra apresentar pra sociedade...isso não.. não tem. Isso não existe. A finalidade do trabalho é trazer uma coisa nova pra esse meio jurídico que é tão engessado. Que quando se apresenta uma coisa nova o promotor tem que desfazer, cancelar o juri 2 vezes pra...pra pensar, né. Acho que não é um lugar muito de reflexão, de uma reflexão mais ampla. Acho que, dentro da área deles, tem uma reflexão gigante, enfim. Mas acho que é trazer um olhar novo pra...

P: O exemplo que você trouxe mostra bem isso, né? O novo, a mudança...o desconforto, que você falou, que gerou, pode ter gerado...Talvez, então, pelo que você tá falando o objetivo da Psicologia pode ser trazer transformação desses espaços?

E1: Acho que sim. Acho que... cutucar, de alguma maneira, o que tá ali posto. Na verdade, desde o começo eu... venho falando disso, né? De romper com alguns preconceitos sobre a profissão, de ... cutucar um perito que nunca teve alguém da área lendo o seu relatório, então ele, né? Muito diferente você escrever pra alguém de outra área, de escrever pra alguém da sua área, que pode ter um olhar mais crítico sobre aquilo que tá sendo dito.

P: Isso não tinha antes?

E1: Não. Pela defesa pública não. A defesa particular pode contratar aí o seus assistentes técnicos, mas a justiça pública é novo.

P: Tem a ver com a justiça pública e com quem é atendido por ela...

E1: Acho que sim.

P: Como é para você atender essa população?

E1: [...] Acho que é uma experiência rica, interessante... de... de atuar com alguma coisa que eu acredito assim. Eu acho que...né, de tentar facilitar com que essas defesas sejam mais qualificadas possível. Que a gente possa aí esgotar algumas possibilidades, pelo menos em algumas áreas... que isso possa ser oferecido para uma população que não, que não tem acesso, via de regra, a uma atuação mais ampla, que extrapole, ali, a questão da lei, do... do olhar do Direito.

P: Você se sente trabalhando com algo em que você acredita?

E1: Eu me sinto trabalhando com algo que eu acredito.

P: Você se sente satisfeita com o local onde você está trabalhando, em geral, com a instituição, com a atuação?

E1: [...] Eu acho que eu tô num momento de estar mais satisfeita. Talvez se você me perguntasse a seis meses atrás eu ia te responder categoricamente que “não”, que não tava satisfeita com a instituição que eu tava trabalhando.

P: O que aconteceu nesses 6 meses?

E1: Acho que teve uma abertura de... chegou a equipe, a gente construiu, no nosso lugar específico de trabalho ações mais interessantes, é... então eu acho que o cenário tá num movimento de mudança. Acho que tá num movimento de mais satisfação.

P: Que expectativas você tem para o futuro?

E1: [...] Acho que de construir práticas novas, assim, de transformar isso que a gente já vem criando, dentro do que for sendo necessário... é... e acho que seguir por isso que está sendo feito, de trazer algumas provocações para um ambiente que é tão fechado, tão... às vezes até meio impenetrável assim...

P: Que sensação te dá olhar pra frente?

E1: [...] Acho que hoje uma certa sensação de otimismo assim. De achar que as coisas vão... as coisas vão fluir não, mas que a gente tá fazendo de alguma maneira as coisas fluírem...

P: Que sensação dá olhar pra trás?

E1: [...] De ter superado algumas coisas difíceis... nas relações institucionais, na construção do trabalho, de ter construído acho...de vir construindo.

P: Tem mais alguma coisa que você acha importante pra gente pensar a atuação do psicólogo na Defensoria?

E1: [...] Acho que não. Acho que são os pontos...

P: Como é que você se sentiu participando dessa entrevista, falando e refletindo sobre essas questões?

E1: [...] Acho que a reflexão não termina, né? Ela continua... depois eu vou entender porque eu liguei a Psicologia com a justiça a partir do cuidado (risos)... Acho que continua, acho que é legal pensar a prática. Acho que... às vezes a gente fica acho que tão... engolido pelo dia a dia, que falta um momento de você olhar para a sua prática. Esses momentos proporcionam isso, de alguma maneira. Você olhar para o que você está fazendo, para o que você construiu... por que caminho você está seguindo, como você pode contribuir...de trazer isso um pouco mais...

Entrevista 2 – 08/04/2014

Psicóloga, 32 anos. Na DPESP desde 2010, atuando em CAM com profissionais do Serviço Social, em Unidade da Capital.

Pesquisadora: Eu queria que você me dissesse o que você acha desta inserção dos psicólogos e psicólogas na Defensoria Pública... como é que tem sido e foi para você.

Entrevistada 2: (suspiro) São tantas coisas...deixa eu ver...por onde começar...eu acho que a inserção...do psicólogo na Defensoria...faz todo o sentido...pra pensar...o tipo de demanda que essa população demanda (risos) em termos de justiça, né, pra além do que se entende como judiciário, de processo. Eu acho que o psicólogo possibilita principalmente uma escuta... que vai permitir que essa população acesse a justiça de outra forma, a justiça num sentido mais amplo...até pensando em justiça social, justiça...aquela justiça que tem a ver com a pessoa s...ter sua dignidade humana respeitada. Eu acho que o psicólogo contribui principalmente para essa escuta da pessoa como um ser humano que vai ter...o respeito à dignidade, que vai ser escutado em uma demanda por um...no caso...o profissional da Psicologia eu acho que ele traz essa especificidade de uma escuta mais ampla.

P: Qual a relação que você vê... você falou de justiça relacionando com psicólogo...por que faz todo o sentido?

E2: eu acho que, na sociedade em que a gente vive...que é marcada por muita desigualdade, exclusão, marginalização da grande maioria da população, justiça pra mim tem sentido enquanto uma justiça que é social...que vai...de certa maneira, pelo menos...possibilitar que a pessoa se aproprie dessa sociedade da maneira como ela é, pra ter instrumentos, seja pra modifica-la, seja pra não se adaptar da forma como esperam que ela se adapte e isso pra mim é uma função que passa por uma apropriação subjetiva da realidade onde você se insere...uma função emancipatória e para mim Psicologia tem tudo a ver com emancipação, com a pessoa estar apropriada dos recursos objetivos e subjetivos pra lidar com as situações...então, quando eu falo que tem tudo a ver com justiça, porque pra mim justiça nessa sociedade tem a ver com se apropriar com as desigualdades e ações dela pra poder agir no mundo de uma forma emancipada dessas questões que às vezes tornam desiguais as possibilidades de acesso aos recursos...possibilidades de fruição mesmo do mundo, de...de ser feliz, de estar bem, depende de...você...de certa maneira...estar apropriado do mundo em que você tá e...ter acesso a esses recursos de...emancipatórios mesmo...de compreensão das formas de opressão. Acho que isso tem a ver com...compreender isso libera pra você poder fruir dos recursos do mundo. Até conhecendo as limitações pra poder não achar que, por exemplo, a sua história de frustrações tem a ver com a sua subjetividade, sua impossibilidade ou sua falta de esforço. Então, conhecer as desigualdades, conhecer os recursos possíveis eu acho que liberta no sentido que ...a pessoa pode ter a dimensão do que está ao alcance de uma subjetividade, o que é uma questão objetiva...e aí eu acho que...possibilitar essa conscientização tem a ver com justiça, né?

P: E o que o psicólogo tem a ver com essa conscientização?

E2: Tudo! (risos)

P: Por que?

E2: (suspiro) Porque o psicólogo...eu entendo...que ele possibilita... um enquadre em que a própria pessoa possa se escutar e ...o psicólogo ele oferece um espaço, eu entendo assim, um espaço... um espaço de subjetivação...que é a escuta, né, eu acho que escuta e oferece um espaço de subjetivação onde a pessoa vai poder contar sua história e eu acho que é contando a sua história...falando alto (riso) com seus dilemas e conflitos...que eles podem ser melhor elaborados, neste sentido de apropriação dessa história pra uma emancipação.

P: Você falou de enquadre com o psicólogo/psicóloga. Você sente isso na sua prática na Defensoria, você sente isso acontecer, isso que você estava descrevendo?

E2: Sim. Porque o enquadre não é físico, né? Pode não ter parede...eu acho que a gente carrega o enquadre com a gente enquanto profissional. Então eu saber que sou psicóloga e parar para escutar alguém, me apresentando como tal...abrindo essa, não sei, pra mim o enquadre tem a ver com a disposição do profissional em escutar aquela pessoa...tanto é que o AT¹⁶⁸ por exemplo, atende na padaria, na praça...

P: E você sente ser possível...

E2: Eu acho.

P: ...esse enquadre na Defensoria?

E2: Várias vezes eu atendi algumas pessoas...

P: Você pode contar uma situação em que você sentiu que isso aconteceu?

E2: (silêncio) ...Deixa eu pensar...tem exemplos mais breves, de por exemplo um contato pequeno, ou...deixa eu ver se tem...tem um. Tem um caso que eu atendi em uma das unidades, que é pequena inclusive, de uma mãe...que teve... a filha acolhida, porque ela foi no forró e deixou a filha sozinha em casa. E as pessoas viam ela como alguém que tem uma deficiência mental, uma questão assim. E ela ia na Defensoria toda a semana, querer a filha de volta. E os operadores do Direito tentavam explicar que...não podia ter a filha de volta, que a filha...tinha sido tirada e tava sob a guarda de uma prima, não tava nem no abrigo, que às vezes fica uma questão um pouco pior que a prima era uma pessoa esclarecida e tava...tava responsável pela criança. E assim, a Defensoria estava fazendo a defesa dela no processo, mas tinha que esperar. Ela precisava esperar o prazo da defesa...ela tinha que esperar o trâmite judicial e ela ia toda a semana porque ela queria a filha de volta. E aí eu acho que, por exemplo, parar e escutar essa história, ainda mais que, por ser uma pessoa que tinha essa suposta...deficiência intelectual, as pessoas já não escutavam mais. Ela dizia que queria a filha de volta e ninguém escutava mais porque já sabia disso...e ela ia lá, e ela repetia essa mesma história toda a vez e toda vez eu estava lá para ouvir (risos)...a história e...com o passar do tempo, foi se criando um vínculo que, assim, por mais que ela voltasse e contasse a mesma história, ela trazia esse reconhecimento...Ah, eu venho aqui, eu quero conversar com vocês porque vocês me entendem, vocês me escutam e...eu acho que, ao pouquinhos, apesar dela continuar indo e continuar tendo a demanda, ela se apropriou...se apropriava...a nossa escuta possibilitava que ela se apossasse do que ela estava indo buscar lá. Porque

¹⁶⁸ AT: Acompanhante Terapêutico. Dispositivo clínico e estratégia técnica alternativa a métodos tradicionais, utilizada por profissionais da área da Saúde mental, no contexto da Reforma psiquiátrica. O AT dedica-se ao cuidado de pessoas cujo sofrimento, agudo ou crônico, justifique intervenções em suas atividades cotidianas nos espaços públicos e privados, evitando o isolamento.

aos poucos ela foi entendendo essa questão do trâmite processual, sabia que tinha que esperar, foi entendendo um pouco melhor a dinâmica do processo, em que fase tava, se tinha o que dizer ainda, se não tinha. Mas assim, eu acho que a escuta...possibilitou que ela se apropriasse das limitações reais ali do processo, o que podia defender, o que não podia defender e...até pra ela conseguir explicar melhor...todo este contexto, porque veio acontecer dessa forma. Ela tanto repetia a mesma coisa que ninguém ouvia...a história toda. Eu acho que o psicólogo ali...não sei se não só o psicólogo, o assistente social também, né?que é uma dupla de verdade, também oferece uma escuta, que tem as suas especificidades...mas eu acredito que o CAM, ali, enquanto espaço de escuta, ofereceu essa possibilidade dela trazer a história dela e de se apropriar também, um pouquinho mais dessa história, ao contar e ter alguém pra ouvir.

P: Nesse exemplo que você trouxe, o que tem de justiça nisso, no sentido que você falou antes?

E2: Então...a justiça enquanto um fim nesse caso, a prima mudou para o Paraná, a juíza deixou a guarda com a prima e ela não tinha como ir visitar a filha lá. Praticamente não foi feita a justiça enquanto garantia do direito dela de mãe, foi prejudicada e eu acho que, a única justiça que teve foi ela poder ser escutada, acolhida, inclusive no sofrimento de se afastar da filha e compreender o que estava acontecendo. Porque até então, ela voltava e repetia “quero minha filha, quero minha filha”, porque ela não entendia como era aquilo possível. “Eu sou a mãe, eu tenho amor, eu quero cuidar, eu vou aprender a cuidar melhor, mas...mas tiraram a minha filha, por que tiraram, eu sou mãe”. Ela fazia promessa antes, rezava e perguntava por que que tiraram. E a gente ia, junto com o processo, explicando o que aconteceu, tentando explicar essa burocracia da justiça. E mesmo no fim, apesar dela não ter a filha, eu acho que de certa forma ela pode se apropriar do que aconteceu. Então não era algo mágico, que de repente um ser...porque ela tinha isso...”Ah, ela é mal, ela tirou a minha filha porque ela é mal”. E aí a gente pode também problematizar a função do... a... os preconceitos do conselho tutelar, que que levou a filha porque ela tava no forró, preconceito da assistente social do TJ que dizia que ela tinha muitos namorados e então ela não poderia ser uma boa mãe. Então isso a gente tava junto com ela e isso realmente é injusto, não tá certo. Mas explicava o trâmite da justiça, ao mesmo tempo que isso. Então eu acho que, nesse sentido, a gente garantiu que ela tivesse uma defesa...justa nesse sentido que ela pode compreender o que é que estava acontecendo ali. Não foi uma força do mal que levou a filha e pronto.

P: Mas nesse sentido, entender ou estar mais consciente da sua situação, seria uma maneira de justiça? É isso que você relacionou com a ideia de justiça?

E2: Acho que sim...

P: Se conscientizar e entender melhor a realidade, suas limitações, a sua vida, o que aconteceu...

E2: Até as limitações do judiciário. Eu entendo isso como justiça. Acho que é justo a pessoa ter...esse acesso. Eu acho que isso tem a ver com...garantia do direito de...garantia do direito ao diálogo, a possibilidade da troca...formal, nesse sentido, de entender a...porque que o tribunal de justiça tá ali, faz as coisas com o que faz e isso não é sinônimo da justiça nesse sentido mais amplo. E eu acho que a justiça nesse sentido mais amplo tem a ver com a garantia do...da escuta e do diálogo da pessoa que tá na sociedade e pode trocar e...

P: E essa escuta é diferente com o profissional psicólogo?

E2: Do Direito, com certeza.

P: O que tem de diferente?

E2: Eu acho (silêncio)...que a gente dá atenção...aos...às nuances subjetivas, às questões particulares, que ninguém vai ouvir assim. Você vai procurar um advogado. Por exemplo, tá isso acontece e como eu você se sente nessa situação. É...A gente quer ouvir o que é mais privado, nessa dimensão dos afetos eu acho...eu acho que muitas outras profissões não estão abertas pra escutar essa dimensão afetiva. Porque eu acho que a gente tá aberto pra o que vier. E essa questão, quando você se abre para escutar essa dimensão...pode vir um monte de coisa que as vezes é difícil de ouvir e, eu acho que a Psicologia....se formar psicólogo tem a ver com poder ouvir uma situação traumática, poder ouvir e suportar e sobreviver a àquela história, sem fechar o ouvido ou sem parar de ouvir ou sem não querer falar mais com a pessoa ou sem julgar a pessoa ou o que aquela pessoa está trazendo. Então você abre para uma escuta de uma dimensão afetiva...não sei se é afetiva, subjetiva mesmo, sem o julgamento, sem uma valorização de que ela tá certa ou tá errada, que devia ter feito diferente. Não vai avaliar isso.

P: Você falou que você, enquanto psicóloga, fica aberta para o que vier. E o que vem? O que vem, na Defensoria, quando você está nessa postura aberta?

E2: Muito sofrimento. Desde sofrimento físico... Histórias marcadas com muita violência....(suspiro)...Privação...material, afetiva, privação social, de acesso aos recursos.acho que vem muito isso.

P: Como é para você ouvir isso?

E2: (silêncio) É difícil... (risos). No começo eu lembro...mesmo no fim também, dessa atuação direta¹⁶⁹...eu ouvi certas coisas. Principalmente no começo mesmo, eu ouvia casos que envolvia abuso ou criança ou situação de violência, meio tensa assim...eu ia pra casa mal assim...

P: O que você acha que é esse mal estar, dessa demanda que chega?

E2: O que é o mal estar?

P: Por que, o que pega? O que incomoda?

E2: Incomoda... tanto...esses mal estares que são muito ligados à questão social, por exemplo, da exclusão, incomoda muito, né...o fato de saber que algumas pessoas vivem nessa privação maior. Incomoda ver como o ser humano tem dimensões assim, mais terríveis e...(risos)

P: terríveis, das violências?

E2: É, das violências...mas eu sempre ficava pensando, mesmo nessa questão da violência, como se chegou a isso e tinha sempre essa dimensão da privação excessiva...uma condição

¹⁶⁹ Ocorre que, na ocasião dessa entrevista, esta profissional estava ocupando cargo de assessoria técnica, junto à Administração da instituição, tendo deixado de atuar no atendimento direto à população. Anteriormente ficou 4 anos no atendimento em Unidade/CAM.

desumanizadora...material e social...que tinha os resultados assim, mais compreensíveis nesse sentido de... a que condições pode chegar uma pessoa, né?...que pode fazer coisas assim...

P: Na sua prática profissional, na sua formação, esse tipo de demanda, lidar com isso, te remeteu a alguma outra fase da sua atuação profissional ou da sua formação? Você acha que teve outros elementos da sua formação ou da sua prática profissional, anterior a experiência na Defensoria, que te instrumentalizaram de alguma forma para estar aberta a esta demanda, como você disse?

E2: Acho que...análise (pessoal) ajudou bastante...(risos)...eu levava muito pra análise os casos, algumas situações, que as vezes eu ficava revoltada...uma situação de revolta...

P: Revoltada com o que?

E2: Com alguém sofrer aquele tipo de coisa, sabe? Como é possível...

P: E você levava para a análise pessoal...

E2: Levava...tinha também...acho que na faculdade, toda a formação em Psicologia social ajudava a pensar um pouco isso....Mas eu acho que tem a ver com ter um espaço de reserva pessoal/subjetiva também, fazer outras coisas, tocar violão, compor, escrever poesia

P: Pra lidar com isso?

E2: Claro! Ajuda a criar um espaço de subjetividade própria pra eu poder suportar a subjetividade traumática que vem. Até lidar com os próprios traumas assim...questões da história pessoal, de saber que certas coisas acontecem na sua família também. E de certa forma isso é humano e estamos aí juntos e...

P: Você trouxe recursos extra institucionais, parece, pra lidar com isso; análise pessoal, tocar instrumento, escrever poesia. Há elementos institucionais que ajudam a lidar com isso?

E2: Reunião de equipe, discutir os casos em grupo...durante um atendimento ou outro, sempre tinha alguém ali pra conversar. Eu acho que...só que eu achava bem precário. Não tinha um espaço institucionalizado: vamos sentar para discutir casos.

P: Não tem espaço institucionalizado?

E2: Não. Não funcionava muito bem...funcionava mais discussão de caso de corredor. Teve uma pesquisadora que fez pesquisa e ajudou muito. Tinha umas reuniões que ela parava pra ouvir nossa prática então falar sobre a prática ajudava também um pouco...Eu acho que os encontros com os colegas.

P: Quando você fala de colegas, você está falando de quem?

E2: Psicólogos e assistentes sociais. Risos...

P: Como é a relação com os assistentes sociais?

E2: É ótima. A gente aprende um monte de coisa. A gente tem compartilha algumas coisas também...outros pontos de vista também. Então eu acho que tem algo que é comum.

P: O que é comum entre a Psicologia e o Serviço Social?

E2: Essa escuta eu acho que tem, assim, tem...escutar é uma coisa grande. Eu acho que o psicólogo, dentro dessa escuta, tem algo que é mais específico do psicólogo. Mas tem uma escuta qualificada que é compartilhada, eu acho, com o assistente social. Ele também tá ali pra ouvir a história da família, ouvir...é...como aquela pessoa se entende no mundo naquele momento. Ele também tá...

P: A abertura que você falou naquele momento?

E2: Isso. Ainda que ele vá, a escuta dele vá se ligar a outros que talvez não essa questão subjetiva, não sei, mas ele também tá aberto pra essa escuta e acho que tá...tem esse objetivo compartilhado da emancipação, de pensar na autonomia da pessoa. Isso eu acho que é bastante compartilhado.

P: O que não é compartilhado? O que é diferente? Ou o que dessa escuta, você falou que o assistente social estaria ligado a outra escuta, o que tem de diferente?

E2: Eu acho que psicólogo ele acaba...colocando a atenção em como essa subjetividade se organiza no mundo. Então, por exemplo, essa dimensão afetiva, essa dimensão das relações. Mas enfocando em como aquela posição subjetiva se coloca nas relações, constroem estas relações. Então eu acho que é uma escuta...que enfoca bastante essa questão subjetiva. O assistente social, eu acho que ele...ele enfoca bastante recursos...não é bem objetivos, mas mais objetivos nesse sentido que...que políticas estão ali presentes, que recursos comunitários tem, é...como que é a composição dessa família, de maneira mais objetiva. Mas tanto é que a gente trabalhando junto a gente também vai aprendendo um com o outro. Por exemplo, antes, eu fazia uma entrevista, eu não pensava muito nisso, sabe de como é composta a família, quem mora junto, como é composta essa renda familiar. Não tô falando que o assistente social vai ver só isso, mas é uma questão que...essa questão de anotar os dados. Eles ficam bastante ligados nessas questões de, por exemplo, perguntar e anotar o que a pessoa está falando, os dados objetivos, os nomes das pessoas, o endereço...Eu ia conversar com a pessoa, as vezes eu não perguntava o endereço, onde ela mora. Não sei, de repente até...não sei se isso é do psicólogo ou era meu (risos)...porque o psicólogo também vai pensar nos recursos comunitários, nas políticas. Mas eu entendo que ele vai pensar isso de uma forma diferente do assistente social, talvez um pouquinho, pela formação. Talvez de como a pessoa se coloca diante disso ao invés de...de ficar...pensando que a transformação é, se dá, no âmbito social apenas. Porque tem muito caso que, às vezes existe sim uma limitação social, uma questão ali da comunidade enfim, mas às vezes o jeito como a pessoa compreende isso e o modo como ela se relaciona também...aí trava tudo. Aí o pouco que tem ela não consegue acessar, mas por conta dessa posição subjetiva no mundo que às vezes traz dificuldades que tem a ver com a história dela de exclusão tal, mas tem a ver com uma questão psíquica, de como e que posição ela teve na família e como foi a relação dela na família...que eu acho que alguns saberes da Psicologia ajuda, entendeu, e isso às vezes dá uma mexidinha nisso também pra que ela...essa subjetividade...pelo menos dentro dos recursos dela, possa buscar o que tem aí de...não é uma questão só social, sabe?

P: No seu trabalho na Defensoria, você sente dar essa “mexidinha”, como você falou, na vida das pessoas, com as pessoas?

E2: Olha...é difícil...(pausa longa)

P: Não tem?

E2: Tem...mas não é...ah, tem sim, tem...tô aqui lembrando se vários casos de conciliação por exemplo.

P: É difícil, mas tem então?

E2: Tem. Lembrei de alguns...

P: você percebeu ter influenciado, no sentido de “mexer”?

E2: Sim, sim. Tinha um caso de uma disputa de...quer que conte o caso? Tô lembrando aqui, disputa de guarda de uma menininha, que vivia com a avó...A vó foi pedir a guarda. E aí a parte contrária era a mãe. E a mãe não foi. Acabou que elas foram em dias diferentes, e aí a mãe não se conformava assim...como assim ela tá pedindo a guarda da minha filha, mas ela já cuida da minha filha. E tinha um pedido dessa vó, na verdade, que a mãe cuidasse. Ela foi pedir a guarda para regularizar uma situação de fato, mas ela queria que a mãe cuidasse. E convocava um pouco essa mãe para cuidar da filha porque a filha morria de amores pela mãe, ficava com a vó mas fazia xixi na cama todo o dia à noite, um problema de enurese...e a vó se incomodava...a vó inclusive que, para os operadores de Direito, levava a criança...pra dizer ah, eu gosto tanto da minha mãe, eu quero a minha mãe...E...e todo mundo se sensibilizava: nossa, mas coitada dessa criança, essa mãe não quer cuidar e não vê...e a mãe foi, admirada e...ela foi, foram encontros separados, depois elas vieram conversar...e a mãe trazia um grande sofrimento...da época em que ela teve esta criança, ela já tinha outro filho e vivia com o outro filho em outra família, mas de como ela sentiu falta do apoio da mãe na época em que teve o filho e que tinha uma questão com o pai da criança. Ela não ficava com a criança porque...a vó não deixava o pai visitar...e tinha uma questão da mãe achar que a vó cuidava só de um jeito dela, então já que ela fazia tudo do jeito dela que ela que cuidasse. Ela interferia muito em como esta mãe deveria educar esta menina e não permitia que ela tivesse contato com o pai. E aí, ao longo dos encontros a gente trouxe o pai, a vó conseguiu conversar com o pai e entender o lado dele na história, que era essa história de abandono da filha, enfim... que ele se separou da mãe da criança e agora era muito ressentido com isso. A menina passou a visitar o pai, parou de fazer xixi na cama (risos)...e a avó, essa vó que nos procurou, eu senti uma mudança assim. Tá, ela tinha pobreza, tinha questões, mas o que fazia essa menina sofrer era o impedimento que essa vó colocava em relação ao pai. A mãe ainda a gente não conseguiu assessar muito, a mãe sumiu depois...mas assim, pelo menos o contato dessa avó com esse pai depois, regularizou as visitas, ele passou a ter contato depois, a participar. E assim, a posição subjetiva da avó diante desse pai e na relação com a criança...eu acho que teve sim...essa mudança. Por conta das conversas, da escuta e dos atendimentos conjuntos. E até essa menina parar de fazer xixi na cama...

P: O que você fez, que pode ter a ver com essas mudanças?

E2: Acho que promovi o espaço de escuta e de diálogo também, né? Porque as pessoas se escutassem. Tanto escutar para ajudar, junto com a pessoa entender o que estava acontecendo ali, quanto trazer as pessoas envolvidas nesses problemáticas a se escutarem...e entender que...existem perspectivas diversas e quando quando você se dispõe a ouvir a outra perspectiva você pode mudar a sua também.

P: Esse caso que você citou, você falou que chegou por uma demanda de guarda, mas você falou logo no início da exposição você achava que a avó queria um cuidado, que a mãe cuidasse. Parece que tinha uma outra coisa que aconteceu, né? É comum acontecer isso, chega por um motivo e depois é identificado um outro motivo?

E2: Sim. Muito. Então, e essa mudança da demanda...por isso que eu acho importante o psicólogo. Eu acho que a demanda tem a ver com o que você escutou daquele pedido. Porque o pedido, ele tem vários níveis. Tem o que você pede diretamente e tem os diversos níveis do que envolvem aquela demanda. Acho que é uma questão bem interessante para o psicólogo., né? Porque às vezes a gente pede o oposto do que a gente quer... (risos)...então ajudar a formular este pedido, de uma forma clara pra si mesmo é uma...uma coisa para o psicólogo, eu acho.

P: E o operador do Direito, como é que ouve? Como é que você vê os operadores do Direito em alguns momentos?

E2: É...em geral, eu acho que tem essa questão do tempo. Mas aí talvez específico da Defensoria...eu não sei como é procurar um advogado no seu escritório particular...como ele escuta...também não sei se vai ser muito diferente, mas...tem essa questão, na Defensoria, do tempo mesmo, de...a pessoa não ter tempo pra ficar ouvindo tudo que a pessoa quer dizer e disposição de escutar tudo que envolve aquele problema, porque parece que o operador do Direito busca traduzir em termos, em como a lei pode servir para ajudar esse problema. Então o que existe na lei, ele rapidamente identifica o que existe na lei e põe na situação da pessoa. Só que a pessoa não traz traduzido em termos da legislação o que ela quer. Ela vai trazer um grande problema, que envolve um monte de coisa e às vezes o operador do Direito acelera um pouco a pessoa para que ela chegue ao ponto e o ponto às vezes pra aquela pessoa não está claro o que é o ponto. Ela tá vivendo uma situação de um monte de coisa junto, complexa que traz sofrimento e o operador do Direito às vezes fica acelerando: Ah, é isso então...ah, a senhora quer se separar. Ou então, Ah, sua neta faz xixi na cama, dá muito trabalho, você quer a guarda. É isso?, porque a mãe não cuida, então...Então é uma tradução um pouco...rápida.

P: E como tem sido pra você esses 4 anos nesta instituição jurídica, à princípio de operadores do Direito?

E2: Eu acho que...uma coisa que me pega muito é a questão do tempo. Os tempos são diferentes. [...] Tanto o tempo de escuta, o tempo de...de produção de algo, assim, é diferente. Eu sinto que existe uma aceleração, a instituição que é acelerada. Todo mundo é rápido, fala rápido, e quer resolver as coisas rápido.

P: Você acha que é o tempo do Direito que está direcionando isso?

E2: Eu acho. Mas é um tempo...paradoxal, porque ao mesmo tempo que tudo é muito rápido, é tudo muito lento. A justiça é lenta! Os processos não andam, o negócio nada resolve, mas você tem que ser rápido justamente porque é lento. (risos). O processo é lento, então você tem que fazer o relatório rápido pra incluir, pra chegar porque vai demorar 2 meses para o juiz poder manifestar então...Então é muito, é muito louco isso...acho que é até um sintoma mesmo.(risos).

P: Você sente uma pressão em relação a isso do tempo?

E2: Eu sinto...

P: Como você lida com isso?

E2: (silêncio) Eu fico acelerada...(risos) Pra tentar acompanhar.

P: Gera uma preocupação?

E2: Me gera ansiedade. É que agora, também, eu tô em outro lugar¹⁷⁰...é difícil pensar assim. Mas enquanto eu atendia, eu sentia isso. Vontade de atender mais...poder atender mais vezes as pessoas, poder fazer as coisas com mais calma. Eu sentia que esse aceleração deixava o trabalho mais precário. Podia ser melhor. Mesmo numa conciliação por exemplo, quantos casos eu não queria poder atender mais vezes. Não só o tempo do Direito, mas o tempo das pessoas também, de buscarem uma solução rápida. Porque as pessoas também tem...querem uma solução. Não querem, às vezes, construir.

P: Como é lidar com esta expectativa, em relação ao que as pessoas procuram? Uma solução mais rápida, em outro tempo, em relação ao que você entende que seria.

E2: Ah...com as pessoas eu acho que é mais fácil, porque...eu ocupava um lugar em que eu também conseguia falar pra elas sobre isso. Eu tinha autoridade (risos), no sentido de dizer que “não, não é rápido assim”. As pessoas me ouviam quando eu falava isso. Agora os operadores do Direito, quando a gente fala, eles não ouvem.

P: Como é isso, de ter autoridade e ser ouvida pela população atendida. Mas ao mesmo tempo, pelos operadores do Direito você falou que não tem escuta? Não tem autoridade?

E2: Não...nem escuta e nem autoridade. Às vezes você fala uma coisa, aí a coisa ressurge e você tem que falar de novo a mesma coisa. Não...pra população, tem gente também que não quer escutar. Não quer, não quer...Quer uma solução rápida e ok também; pode. Não quer conversar, não quer resolver o conflito, amém. Faça o processo. Mas essa autoridade, no sentido de um certo respeito. De...você estar ali, representando uma instituição, que tem um certo respeito também das pessoas de ser a justiça e aí você traz um...um modo de compreender que a pessoa...de certa maneira, pára para escutar ou, não sei também se podia, ser uma questão...coercitiva, será? Só porque eu tava ali pra falar ele aceitava...não sei se...isto não é bom também... Mas essa abertura para considerar esta coisa que você propõe, eu acho que a população...tem mais. Até porque, às vezes é uma pessoa que nem queria conversar, mas começa a conversar...Pára para experimentar aquela proposta e aí percebe que faz sentido, entendeu, para os casos. Agora, os operadores de Direito não necessariamente páram pra escutar aquela proposta.

P: Você não se sente ouvida pelos operadores do Direito?

E2: ...Depende do operador do Direito. Alguns escutam sim, é...Tô sendo injusta, vai. Alguns escutam...

P: O que é mais frequente acontecer?

E2: Uma dificuldade de comunicação (risos).

P: De comunicação ou de ser escutada?

E2: ...De comunicação mesmo, porque às vezes eu acho que eles funcionam em outra chave assim...Ou que acreditam tanto naquilo, que...não é que não escutam por mal, por autoritarismo. Alguns sim. Mas alguns, realmente não...não tem esta comunicação eu acho. Mas tem alguns que sim, que

¹⁷⁰ Ocorre que, na ocasião dessa entrevista, esta profissional estava ocupando cargo de assessoria técnica, junto à Administração da instituição, tendo deixado de atuar no atendimento direto à população. Anteriormente ficou 4 anos no atendimento em Unidade/CAM.

atendia...agora eu tô lembrando de uma fase que tinha alguns defensores que eram muito interessantes nesse sentido de que havia uma comunicação.

P: Como que era?

E2: Era bem legal, viu, estes que eram legais. Tô lembrando de um defensor que, aliás, eu aprendi várias coisas com ele. Aprendi que o Direito é super subjetivo. E ele insistia nisso. “O Direito é subjetivo porque... são tudo interpretações que a gente faz”. E ele...

P: Você gostou disso, fez sentido pra você?

E2: Na época fez. Porque parece que humanizava um pouco o Direito. Que a lei tá ali, mas existe uma certa subjetividade que você pode por nela, sabe? Mas...e outra coisa que eu achava muito interessante nele, esse respeito pela pessoa, pelo que ela quer. Se a pessoa quer aquilo, é aquilo que eu vou fazer. Se ela não quer...eu não vou fazer. “Ela não quer. Ela pediu isso, é isso que eu vou fazer”. Isso eu acho que, às vezes até mais do que alguns psicólogos e assistentes sociais.

P: Isso você verificou com operadores do Direito?

E2: Sim. A primazia total da vontade da pessoa, independente do que tá em jogo. Criança, idoso... a pessoa. É isso que ela quer, vou fazer isso. Não vou fazer nada que ela não tenha pedido. Ou que ela não me explicitou como um pedido. Isso eu acho muito...eticamente falando, uma ética bastante diferente assim.

P: Isso é comum na Defensoria?

E2: Mais ou menos, porque este discurso eu já ouvi. Só que essa pessoa que eu tô falando especificamente, é uma pessoa que eu acho que...humanizava esse sentido. Tem outros que banalizam isso. “Ah não, a pessoa não disse isso, eu não vou pedir”. Que é também um respeito pelo que ela disse, mas mais estrito, mais...mais taxativo. Talvez não considerando essa...humanização da pessoa, mas considerando o que foi dito, o que não foi dito, o que foi pedido. Mas é recorrente essa questão do “você é representante do seu cliente, então você só vai pedir o que ele quiser”.

P: Você deu um exemplo de um bom encontro da Psicologia com o Direito. O que você acha que pode ajudar esse encontro ser bom?

E2: ...as pessoas pararem pra falar sobre sua prática em conjunto. Nesse caso tinha. Era uma pessoa disponível a sentar e conversar.

P: E o que torna difícil este encontro?

E2: ...falta de diálogo mesmo. Falta de tempo de diálogo... e falta de disposição, mesmo, para o diálogo. Não um tempo objetivo. Um tempo subjetivo (risos) de... disposição para conversar e tentar entender. Porque a demanda é muito grande, são muitos casos. Mas...essa busca de eficiência maluca que tem, às vezes, mascara também uma indisponibilidade. A pessoa não tá a fim. Os “mil casos” é só justificativa para não parar mas... Porque outras pessoas que tiveram “mil casos” pararam, sabe? Não é só o tempo objetivo.

P: E sobre esta disponibilidade, então, que você percebeu mais em uns do que em outros. Qual foi a disponibilidade desta instituição de, inicialmente, só operadores do Direito, de receber outros profissionais?

E2: Eu acho que foi – conhecendo a história da instituição – eu penso que teve a ver com a pressão dos movimentos sociais¹⁷¹ que exigiram a implantação da Defensoria tinham essa visão de que era importante uma atuação interdisciplinar. Os movimentos pediram isso e os Conselhos de Psicologia e o CRESS¹⁷² participaram dessa luta e eu acho que...colocaram a importância disso e eu acho que os procuradores lá da PAJ¹⁷³, que lutaram também, que conheciam esta demanda, os que se identificavam com esta questão, também entendiam a complexidade dos problemas e pensaram nisso, mas...isso forma uma parte...da...das pessoas mesmo que...fizeram com que fosse possível ter este atendimento interdisciplinar. Mas eu acho que muita gente entrou para a instituição e não vê muito sentido, ainda que tenha o discurso institucional de que o CAM é importante, “Ah, o CAM resolve os problemas mais difíceis”.

P: Mas e na prática? Diante desse histórico...

E2: Então, eu acho que existe esse discurso institucional. Alguns reproduzem esse discurso, alguns têm experiências que fazem reproduzam este discurso de forma apropriada “Ah, realmente, este caso aqui, se não fosse o CAM, teria sido diferente”. E existem uns que não entendem, simplesmente.

P: Esses que têm expectativas, que vem casos que são para o CAM, o que eles esperam? O que eles encaminham?

E2: [...] Situações que estão pra além do que o Direito pode resolver sozinho. Seja dessa ajuda de compreensão, que é uma demanda tão complexa que às vezes, pro Direito...isso muito, né? De situações complexas que a lei até tem algumas soluções, mas que não vão ajudar aquela pessoa. Às vezes até prejudica. E outros casos de que...que...até eles entendem a demanda, entendem o caso, e precisam de outros meios, seja de solução extrajudicial ou um jeito de conversar com todos os envolvidos naquela história. Seja de acessar políticas, acessar rede de uma maneira mais apropriada que o, às vezes que o defensor pode acessar...

P: Você citou entre as demandas, casos que a lei não ajuda e às vezes até prejudica. Isso é um caso que demanda outros profissionais?

E2: Sim. Porque se a lei não vai ajudar, vai prejudicar, que outras formas a gente tem para lidar com a situação.

P: O que, pra você, marca estes primeiros anos do psicólogo na instituição?

E2: [...]

P: Um momento ou uma ideia ou uma análise...

¹⁷¹ A entrevistada se refere ao Movimento pela criação da Defensoria Pública paulista. Vide capítulo introdutório deste trabalho.

¹⁷² CRESS: Conselho Regional de Serviço Social.

¹⁷³ PAJ: Procuradoria de Assistência Judiciária. Vide capítulo introdutório deste trabalho.

E2: [...] De forma curta assim, como assim?

P: O que te vem em mente ao pensar nestes 4 anos?

E2: [...] que coisa (risos) [...]

P: Não tem algo que resuma?

E2: [...]

P: Se fosse pra marcar essa etapa inicial dessa atuação, vem uma imagem, um momento que possa representar isso?

E2: Ah...muitos atendimentos na memória assim... essa escuta, acho que escuta (risos)...comunicação...

P: O que você imagina pra frente, olhando o futuro dessa atuação?

E2: [...] Acho que uma mudança de paradigma da justiça mesmo. [...] Talvez... uma percepção de que o Judiciário, como é, não vale a pena (risos)...Pensar que existem outras formas de justiça...Muitas outras, acho, fora do Judiciário e dentro do Judiciário. Pouquíssimas pessoas, assim... quer dizer, é que os casos que chegam pro CAM. Não dá pra dizer que os casos que chegam pra Defensoria. Mas a maioria dos que chegaram pro CAM...não tiveram uma solução judicial que tenha resolvido a vida das pessoas. Tem uma grande insatisfação, assim...com os processos judiciais, o jeito como é, o tempo que demora, a burocracia dessas leis..."Mas como?", sabe? Você até entende que tá lá na lei, mas é...não necessariamente faz sentido pra quem tá vivendo aquela situação. Então, acho que essa desburocratização do Judiciário e trazer, buscar outras soluções para os problemas que as pessoas vivem. E eu acho que o psicólogo pode contribuir nisso.

P: Como é trabalhar com a perspectiva de uma mudança de paradigma?

E2: É...dá ânimo! (risos). É...acho que é, assim, o que alimenta, pensar "Nossa, pode ser diferente".

P: Você sente compartilhar com outros isso?

E2: Sim! Alguns colegas...Mas parece que é uma coisa muito grande. E que para uma geração, gerações...como alguém falou hoje que "o CAM era a semente subversiva na Defensoria" e a "Defensoria é a semente subversiva na Justiça". Acho que...isso dá uma perspectiva de que, daqui a alguns anos, as coisas possam ser diferentes.

P: O que você acha que pode ajudar nesse projeto?

E2: [...]que ação, assim? [...] Ah, eu acho que continuar uma prática que faça sentido pra população e que... as próprias pessoas percebam que...que é através do diálogo que elas vão resolver seus problemas e não...

P: No dia a dia, nos atendimento, você sente isso, que faz sentido para as pessoas?

E2: Alguns casos sim. Não todos.

P: Essa ideia de outra Justiça, outro conceito de Justiça?

E2: Sim.

P: Faz parte do trabalho também?

E2: Como assim?

P: trabalhar essa mudança de paradigma...

E2: Então, às vezes sim. Dá um certo cansaço porque às vezes você repete mil vezes aquela...essa disposição do que é esse trabalho. E é muita gente, é tudo muito grande...então...às vezes parece um trabalho de formiguinha, sabe? Às vezes dá um desânimo...

P: O que faz desanimar?

E2: [...] Falta de reconhecimento, a desigualdade da instituição em termos de salário, as contradições...essas contradições da instituição...faz desanimar muito.

P: Quais são as contradições da instituição? Salário...

E2: Garantir acesso a direitos...a pessoas muito pobres...e, pra garantir o Direito a pessoas que estão totalmente despojadas dos recursos econômicos, você investe um monte de dinheiro...pra garantia de direitos (risos) dessas pessoas que...que estão...e aí...e aí a missão da instituição é diminuir a desigualdade, injetando um monte de dinheiro numa determinada classe. Pra mim esta é uma grande contradição. E eu penso nisso, eu sei que não faz nenhum sentido, mas eu penso. “Nossa, se todo o dinheiro que é investido na instituição pra...na Justiça mesmo, não só na Defensoria, na Justiça até mais...pra isso parar de pé, se você distribuisse essa renda, resolveria melhor muito problema do que pagar o juiz, pagar o advogado...Então isso, a própria existência da Justiça como ela é pra mim é um absurdo. Então o novo paradigma, pra mim, é acabar com essa justiça como ela é. Pra mim, o Judiciário é...sustentar uma máquina burocrática gigante. Um monstro burocrático (risos)...que a gente alimenta e faz com que várias pessoas vivam ali, no sentido, na sua vida, mas ...que de fato... é, mas de fato regula. É que às vezes a gente até esquece que é importante ter a lei para recorrer. Tem casos que precisa mesmo. É que a maioria parece que não. [...] Porque o que que é a justiça, o Judiciário. É a institucionalização de um lugar de poder que pode dizer o que é certo e o que é errado, né? Então, uma sociedade que pudesse, através do diálogo, chegar às regras entre certo e errado e poder conversar sobre isso, ser flexível quanto a isso e pensar nos caso a caso, não precisaria investir tanto dinheiro, para criar um lugar de poder pra alguém que pode dizer o que é certo e o que é errado.

P: Pelo que você falou, então, a sua atuação tem a ver com fortalecer este outro espaço?

E2: É. Fortalecer essa emancipação das pessoas desse lugar que eu preciso de alguém que vai dizer se eu tô certa ou tô errada ou ele tá certo e eu tô errada.

P: Você acha que sua atuação tem a ver com estimular as pessoas a resolverem sem passar por essa máquina do Judiciário como um todo?

E2: Daí que eu falo da emancipação, de se apropriar...pra poder escolher, na sua própria vida. Mas escolher junto com o outro também, porque às vezes as pessoas também sabem o que elas querem, mas não conseguem negociar isso com os outros, então é o juiz que vai dizer...então não só quem procura, mas quem é procurado (risos) pra resolver. É uma questão de uma...eu acho que é uma...uma

habilidade, uma...um ganho de civilização assim pras pessoas poderem falar sobre os problemas e resolverem os problemas através do diálogo e não através da força. A justiça, pra mim, ainda é muito pouco civilizada nesse sentido. Precisa de uma força, no caso o juiz tem que ter o poder do juiz pra dizer que aquilo não pode. Isso é muito romano, né, se pensar (risos)... é muito...imaturo...como é que chama isso? Rudimentar, né?

P: Você, ao mesmo tempo, em outro momento falou de autoridade, né?

E2: É...falei...

P: Parece que é exatamente o que você está combatendo agora...Você falou de autoridade em relação ao psicólogo ser escutado pela pessoa, ter respeito...

E2: [...] É que eu acho que existem vários graus de autoridade. Tem a autoridade...Porque assim, é óbvio que as pessoas precisam de limites para os seus desejos e...todo mundo não vai conseguir o que quer imediatamente. E eu acho que essa aquisição da possibilidade de comunicação, de diálogo, é tudo um trabalho de...lidar com estas frustrações e...e passar a tratar a coisa num nível do diálogo, não da força. Nesse sentido, eu acho que tem uma lei...que atravessa, que regula essa comunicação, né, através da...não é que todo mundo pode fazer o que quer...mas tem uma lei, que não só regula essa comunicação, mas ela ocupa a sua subjetividade e dá o resultado nessa disputa. É diferente você...ter uma lei para possibilitar uma comunicação e uma lei que vai dizer o resultado de uma coisa, sabe? Eu acho que o próprio enquadre, seja de uma conciliação, seja...é...seja de poder ouvir, escutar...pra que o outro fale e você escute, você tem que parar de falar, né? Isso é uma regra, né? Não é que tem que abolir todas as regras. Tem que existir regras, só que tem uma regra que vai organizar e uma regra que vai...decidir. Mas quando eu falei de autoridade, realmente...não sei explicar muito bem...porque eu acho que falei mais no sentido de...existir algo que a pessoa se disponha a te ouvir, mas mais nesse sentido da autoridade mesmo de...que, em certos casos, as pessoas não estão a fim de conversar, preferem resolver na força (risos)...então, uma autoridade que...limite a resolução na força e obrigue, de certa forma, o diálogo...pode proporcionar uma experiência de que a pessoa veja que é possível resolver pelo diálogo, entendeu? Mas quando eu falo...não sei. Tem algo aí de...não sei. Tudo não fecha muito bem. Tem coisas que não fecham.

P: Tem mais alguma coisa que você acha importante falar sobre a atuação de psicólogos na Defensoria?

E2: Na hora que você falou das coisas que chegam, o que chega...Me passou vários casos e eu acabei não falando da questão do transtorno mental, né?

P: É algo que chega?

E2: É algo que chega muito e é algo que chama muito a atenção.

P: O que chama a atenção?

E2: Como os ...os transtornos mais graves, envolvendo delírios, envolvendo persecutoriedade bastante forte...Eu, por exemplo, enquanto psicóloga, nunca tive tanto contato com tanta gente nesta situação como na Defensoria. Mesmo na Clínica da USP, em vários lugares...mesmo no consultório, não tem contato com este tipo de público. Na Defensoria tem muito, então é uma experiência super

interessante e faz sentido. Mas chama a atenção, né? “Nossa, como essas pessoas procuram a lei pra ter justiça, pra lidar com essas situações”.

P: O que você está entendendo sobre isso agora?

E2: Ah, o que é mais interessante é essas pessoas chegarem e o contato com elas. Mas ...o que a gente tem feito não sei...Acho que é uma coisa que os psicólogos poderiam discutir mais sobre isso. Porque tem essa coisa de encaminhar para o CAPS¹⁷⁴, encaminhar para o serviço de Saúde, mas eu não sei se é só isso que a gente poderia fazer. Tem outras coisas.

P: O que mais você acha que dá?

E2: Não sei. [...]talvez estudar isso, né? O que as pessoas com transtorno mental tanto buscam na Defensoria. E porque que mesmo oferecendo CAPS, mesmo elas indo ao CAPS elas às vezes não gostam. Elas querem voltar na Defensoria. Essa...representação do poder, do juiz...como que isso impacta nessas pessoas que estão nessa situação. Elas não querem falar com o psicólogo, geralmente. Elas querem falar com o advogado. Então, o que eles buscam? Acho que é um tema interessante, né? O que eles buscam e o que eles acham, o que eles encontram. Ou então aquela pessoa tem aquele delírio tão forte e acredita que, que é aquilo mesmo e...e acha que o advogado vai...assim, esse sentido da realidade, do delírio, me chama muita atenção. Esperança de que a justiça vai resolver. Isso que eles buscam, sabe? É isso que eu acho.

¹⁷⁴ CAPS: Centro de Atenção Psicossocial. Equipamento central na Rede substitutiva de atenção à Saúde Mental, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Entrevista 3 – 19/11/2014

Psicólogo, 32 anos. Na DPESP desde 2010 em Unidade do Interior, sendo que nos primeiros 4 anos (até fev/2014) em CAM que não contava com profissional do Serviço Social.

P: Como é, para você, a atuação do psicólogo nessa Defensoria?

Entrevistado 3: Olha, eu gosto de trabalhar na Defensoria. Me identifico bastante com o trabalho. Principalmente no sentido de poder propiciar alguma forma de reflexão...para as pessoas que são pobres. E aí... por conta dessa condição, não tem acesso a políticas públicas de qualidade. Provocar um pouco de reflexão e atuar para garantir direitos das pessoas é algo que me agrada.

P: Você falou que se identifica bastante. Com que tipo de característica dessa atuação você se identifica, você enquanto profissional?

E3: Justamente esta questão de poder com o meu trabalho oferecer algo que as pessoas não teriam acesso.

P: E como é para você trabalhar com a população pobre, como você falou?

E3: Então, é...por conta dessa identificação mesmo dessas pessoas que não tem acesso eu acho que eu me sinto mais confortável de trabalhar com esse público do que se fosse um outro público. Porque eu entendo que as pessoas que tem um certo acesso a recurso financeiro consegue também acesso a profissionais de Psicologia; em outros contextos talvez, mas conseguem acesso. O que não acontece com o nosso público. Então é nesse sentido, especialmente... nesse contexto específico: de pessoas que estão com questões no sistema de justiça, seja processos formais ou não, mas estão envolvidas em alguma questão de justiça. Nesse sentido, eu me identifico por conta disso.

P: Você falou que é mais confortável atender a população mais pobre? Em que sentido esse “confortável”, que em geral fica remetido a uma situação em que você está mais à vontade...o que é esse “confortável de trabalhar com essa população”?

E3: Confortável no sentido de... entender que o trabalho é benéfico para as pessoas. Nesse sentido. Talvez de uma satisfação.

P: Como é ouvir a história que eles trazem?

E3: [...] então, nem sempre é fácil. E aí eu não acho que é por conta de ser a população pobre. Mas é porque são pessoas que estão sofrendo, independente da questão econômica. Às vezes as pessoas trazem... sofrimento delas que nem sempre é legal escutar. E nem sempre a gente tá a fim de ... de entrar em contato com aquelas histórias. Mas a gente acaba fazendo porque faz parte da função... E no primeiro momento a gente não sabe que história a pessoa tem, antes dela começar a falar. E a gente tem que, eu pelo menos tento fazer isso.

P: Você falou que é difícil não só em relação a esta população, né, ouvir esse sofrimento. Tem alguma coisa que é específico dessa população, para você, ou não?

E3: [...] é, acho que é específico a própria situação de exclusão social. Então as pessoas tem dificuldade de acesso às políticas. Então, por exemplo, uma mãe que tem filhos pequenos e não consegue vaga em escola de educação infantil. Ela tem um sofrimento que ela precisa cuidar da criança, precisa trabalhar enfim, precisa sobreviver e não tem acesso. Nesse sentido que talvez seja específico, um exemplo do que seja específico dessa população, que não aconteceria, por exemplo, com alguém que teria condição de pagar uma escolinha particular. Uns exemplos dessa população.

P: Você falou em reflexão, né, propor espaço de reflexão. Você costuma ver isso na prática?

E3: Sim. É... evidentemente que é um tanto quanto frustrante, na medida que o trabalho é bastante limitado, né? Especialmente quando a gente atende as pessoas uma única vez. Então a gente tenta algum movimento de reflexão, mas que eu entendo que não é o suficiente pra ninguém. Muito menos para as pessoas que estão com um sofrimento específico num contexto jurídico. Mas é o que a gente tenta fazer e o que a gente pode oferecer também.

P: Às vezes acontece?

E3: Eu acho que sempre acontece. Talvez o que mudaria aí seria a intensidade e a quantidade da reflexão. Mas a provocação da reflexão eu acho que sempre acontece.

P: O que limita esse trabalho? Você falou que é um trabalho limitado.

E3: ...eu acho que limita a... quantidade de pessoas que a gente atende. E aí a gente acaba atendendo menos vezes as pessoas. Tem uma questão de quantidade de atendimento. E tem também uma questão de disponibilidade da pessoa de vir ao atendimento. Seja por questões que ela não pode faltar no trabalho ou porque ela não se sente confortável de vir mais vezes... então tem um limitador.

P: Então tem limites das pessoas e limites da instituição...

E3: Isso. E tem uma questão específica do contexto de trabalho. Dependendo da questão que a gente tá discutindo, se a gente for pensar, por exemplo, na questão da composição extrajudicial de conflitos... às vezes as pessoas, em um atendimento, refletem sobre a situação e encontram a possibilidade, naquele momento, de resolução, e não querem discutir outras coisas que sejam mais profundas ou outros temas da vida delas. E aí fica limitado o trabalho da reflexão àquele pequeno pedaço da vida delas. Acho que tem isso pelo contexto mesmo do atendimento.

P: No caso da limitação, quando é institucional, no caso do tempo. Tem essa imposição, essa cobrança?

E3: ... Não é uma cobrança explícita direta. É...tipo “você tem que atender tantos casos na semana, no mês”, enfim, isso não é direto. Mas tem uma demanda de pessoas que chegam para o atendimento, que a gente sabe que é um número significativo de pessoas... e, com poucos profissionais, a gente acaba tendo que... Na verdade é uma cobrança que não é só institucional. Talvez seja interna também, particular minha. Para atender as pessoas que estão pedindo atendimento. Talvez eu compre essa ideia da instituição de produção, enfim, e aí... existe um certo conflito entre número de atendimentos e... intensidade da reflexão que a gente pode proporcionar.

P: Tem essa cobrança institucional por produção, em geral? Você falou, bem específico, no seu caso e em como isso pode interferir até na sua rotina de trabalho. Tem uma cobrança, em geral, à Instituição?

E3: Acredito que sim, que tem uma cobrança, que não é específica do profissional de Psicologia, mas é uma cobrança de todos os servidores... e defensores que fazem parte da instituição.

P: E o que você acha disso?

E3: ...então, eu acho que ficaria um pouco estranho se não tivesse nenhum tipo de cobrança nesse sentido. Se o profissional não fosse nem um pouco cobrado, não fosse nem um pouco questionado sobre o que ele faz na instituição. Por outro lado, acho que o extremo disso, de enxergar... quantidade de atendimentos mais do que qualidade dos atendimentos também é um problema. Acho que tem que encontrar um equilíbrio aí, entre essas duas coisas.

P: Você falou de limitações, então, trabalho limitado. Tem outras limitações, além dessas de “tempo” ou de “retorno”, ou por conta da demanda. Tem outras limitações, que agem no seu trabalho?

E3: ... sim, tem limitações. Eu acho que uma dificuldade... acho que minha, não sei se dos outros colegas também, é a questão de trabalhar sozinho. Sozinho no sentido de único profissional psicólogo. Porque agora tem colega assistente social. Mas no sentido de ser sozinho, na unidade, quer dizer que todos os atendimentos que dizem respeito, especificamente, a esta disciplina, a essa profissão, tem que ser prestados por mim. E aí eu atendo tudo e às vezes não consigo me aprofundar em nada. Tenho que atender tudo que vem e aí a limitação é de que, às vezes, há temáticas que eu não quero lidar ou que eu já lidei e tô de “saco cheio” de falar... Mas tenho que atender porque sou eu e não posso dizer que não vou atender mais aquilo. Ou não estou a fim, enfim...

P: São muito comuns essas demandas que vem específicas para o psicólogo?

E3: Não. Específica não. Direcionado para o profissional psicólogo... é mais específico, por exemplo, as questões de... atuar como assistente técnico... geralmente em processos em que há laudo... elaborado por profissional psicólogo, em geral do tribunal de justiça. E aí é mais específico da Psicologia, de refletir sobre o... os instrumentos utilizados, a metodologia enfim. É... mas as outras demandas eu entendo que são multidisciplinares mesmo.

P: Esse tipo de produção de laudo é uma dessas demandas que você falou que está cansado?

E3: Não, não. Até porque a gente tem pouca demanda desse tipo de atuação. O que me cansa, por exemplo, é questão da internação compulsória. Que é uma temática que a gente discute desde que a gente ingressou na Defensoria... e não vai parar de refletir sobre isso e em XXXXXX (nome da cidade em que o profissional atua, aqui omitido por questões de sigilo da pesquisa), especificamente, a gente vê pouco avanço assim. Quando a gente percebe que está avançando, no sentido de política pública, a gente percebe que tem uma série de retrocessos. E aí cansa porque as pessoas pedem atendimento e...estão sofrendo e a gente percebe que pouco a gente pode fazer pra... melhorar o sofrimento daquelas pessoas. Porque a gente não tem serviço de saúde dentro da Defensoria e nem é o objetivo ter. A gente conta com um serviço de saúde que é externo e aí vai depender de outros colegas, de outras instituições...que nem sempre dá essa... atendimento satisfatório. As pessoas voltam, estão sofrendo e reclamam...e aí esgota assim. Tem dias que eu falo “não quero atender isso aí não”, “tô de saco cheio”, “isso não é mais pra mim”. Mas não posso dizer isso, porque a pessoa tá pedindo um atendimento e tenho que enfrentar isso.

P: Então é uma limitação também, depender de outros...

E3: É... é uma limitação no sentido de depender dos outros e no sentido de que eu não posso escolher o que eu quero atender... e eu nem sei se tivesse outros psicólogos eu poderia fazer isso, mas é uma frustração de ficar sozinho como único profissional psicólogo. Acho que deve ser semelhante aos assistentes sociais também. Porque a gente atende tudo de tudo. Não tem uma especialidade de temática, nem de área.

P: E como é o trabalho com o Serviço Social?

E3: ... acho que é interessante. É... é a minha segunda experiência de trabalho multidisciplinar, especificamente com profissional do Serviço Social. E nas duas experiências, eu percebi que não fica muito limitado essa questão “olha...essa discussão ou essa temática quem discute ou quem pode discutir sou eu, porque isso é da minha profissão”; “aquela temática é da sua profissão, então você é quem pode discutir”. Eu não percebo essa divisão... limitadora das discussões. Acho que as discussões acontecem, de todos os temas e o que difere é a formação e o olhar do profissional. E aí é legal que enriquece a discussão, sem essa coisa de “se sentir dono daquela temática” enfim, específica. Talvez o que a gente entenda que é mais específico, de novo é aquela questão dos documentos escritos: relatório ou laudo psicológico é específico do psicólogo e o estudo social é específico do assistente social.

P: A questão da internação compulsória, que você falou, não é um desses específicos?

E3: Não... então... pelo que eu me recordo agora, eu acho que a única especificidade é essa questão do laudo, da produção dos documentos escritos.

P: Porque você falou que “está cansado dessas demandas que chegam só para os psicólogos” e você é o único psicólogo, mas aí o exemplo que você deu... você está cansado por outros motivos, como depender da rede?

E3: Sim... acho que no “mundo ideal”, deveria ter vários psicólogos e cada um dos psicólogos atenderia a demanda que se identificasse. Nesse sentido. No sentido de não poder fazer isso, porque é um único profissional. Mas acho que isso acontece, como eu falei, com o assistente social. Acho que não é específico da Psicologia. Então, trabalhar com o assistente social, nesse sentido, é enriquecedor.

P: Qual foi a outra experiência que você teve de trabalhar com assistente social?

E3: A outra experiência foi na... quando eu trabalhava no Paraná, antes da Defensoria. Lá era Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. Não era um trabalho de atendimento direto à população. Era um trabalho de gestão. Então mais no sentido de levar possibilidade de reflexão para os profissionais... da rede de atendimento e da política de proteção da criança e do adolescente. E aí a gente fazia isso em conjunto. Eu, psicólogo, e um colega assistente social. É a outra experiência de trabalho...interdisciplinar.

P: Você tava falando das demandas e que “no mundo ideal” seria cada profissional escolher uma demanda que se identificasse mais. O que você escolheria?

E3: Eu não pensei nisso ainda (risos)...

P: Pensa agora...

E3: (risos)... eu talvez escolheria a questão da composição extrajudicial de conflitos, que eu gosto de fazer. E educação em direitos, que eu gosto de fazer também. É... não escolheria a questão da saúde mental hoje, gostei muito desse tema, enfim...hoje, me satura discutir isso. E aí, se eu tivesse a possibilidade de escolher eu não escolheria. E por incrível que pareça, apesar de ter sido o tema da minha dissertação de mestrado, hoje eu não escolheria trabalho com violência; nenhuma das violências específicas. Embora...elas apareçam nos outros contextos, né? As pessoas não são compartimentalizadas/ fragmentadas enfim...

P: Por que?

E3: Talvez por conta de estar saturado mesmo, por ser uma temática que eu estudei no mestrado e que vou ficando de saco cheio, não quero mais discutir isso enfim...e aí, nesse sentido.

P: O que tem e que você acha interessante da composição extrajudicial?

E3: ... eu acho interessante no sentido de empoderar as pessoas para que elas reflitam e encontrem, elas próprias, soluções para aquelas questões que elas trazem, que é, quase sempre, um problema de convivência. E eu acho que essa...esse... esse movimento de... retornar o poder para que elas decidam e não um terceiro, juiz ou qualquer outra pessoa é o que é mais interessante, que eu entendo, na composição extrajudicial de conflitos.

P: E de “Educação em Direitos”, o que você acha interessante de trabalhar?

E3: De educação em direitos é também nesse sentido, embora não seja especificamente da questão do convívio das pessoas... mas é no sentido mesmo das pessoas terem informação sobre os seus direitos e poder... exigir o cumprimento dos seus direitos de melhor qualidade de vida para elas, se organizarem coletivamente. Eu acho que isso é que... que eu gosto na Educação em direitos e que eu acho que a educação em direitos pode oferecer.

P: Como que é o trabalho com os defensores e defensoras?

E3: Então, aqui em XXXXXX (nome da cidade em que o profissional atua, aqui omitido por questões de sigilo da pesquisa), especificamente, eu não percebo muito abuso de poder, que outros colegas em outras unidades vivenciam. Existe, mas é bem menos intenso. É... o que... eu vejo como positivo é que alguns defensores, quase todos, entendem como importante a visão multidisciplinar, além do Direito. Psicologia, Serviço Social e outras áreas.

P: Você sente um reconhecimento?

E3: Sim. Eles gostam de... a maioria gosta de discutir casos, de pensar junto. Isso é bem legal. Eu me sinto satisfeito com isso. É... o que eu não gosto, muitas vezes, é quando os defensores ou enxergam o nosso trabalho limitado, por exemplo como uma fábrica de acordos. Então “manda pro CAM isso aqui, que o CAM nos devolve pacificado, com o acordo pronto”. E quando o caso não comporta, naquele momento, um acordo, parece que a gente não tá se esforçando pra que o acordo fosse produzido. Isso me incomoda em alguns defensores.

P: É como se criasse uma expectativa, é isso? Tem uma expectativa em cima do resultado do trabalho.

E3: Sim, mas não no sentido de que “para as pessoas aquilo é melhor”, mas no sentido de que “vai aliviar o meu trabalho de ficar tocando, judicialmente, aquele processo”. O que me incomoda é isso, não é entender que para aquelas pessoas aquilo foi bom ou, às vezes, quando é infrutífero... para as pessoas, naquele momento, era melhor que fosse infrutífero. E o que me incomoda é não entender o que é melhor para as pessoas. Ficar nessa perspectiva de “o que é melhor para diminuir o meu trabalho” e isso me incomoda. E me incomoda também... algumas posturas de defensores que... entendem que a gente existe na instituição, mas que não quer saber do que a gente faz, do que a gente deixa de fazer... como se a gente fosse um órgão que não conversasse com o Direito, com os defensores, com as bancas enfim...

P: Acaba não interagindo?

E3: É. Tipo “eu sei que tem psicólogo e assistente social lá, mas não me interessa o que eles fazem enfim...para conversar”, “deixem que eles façam o que eles quiserem, porque eu já não entendo mesmo daquilo, também não vou questionar”. E fica naquela posição... “fica aí que eu fico aqui e tá tudo certo”, não tem interação nenhuma nesse sentido.

P: E como é que você lida nesses casos, quando eles não buscam aproximação?

E3: Olha, sinceramente, eu também não busco aproximação nenhuma não...(risos)... Eu atendo e gosto de atender e discutir casos com aqueles que estão abertos a fazer isso. E aqueles que não estão a fim eu também não vou lá provocar...buscar e...

P: Acaba trabalhando com os que estão mais próximos?

E3: É. Me incomoda nesse sentido, mas também não me incomoda a ponto de falar “olha, vem cá que eu quero você junto”. Talvez seja uma coisa de “você não quer, eu também não quero e...pronto”.

P: Me chamou atenção, quando eu te perguntei sobre o trabalho com os defensores, a primeira coisa que você falou foi “o que você não percebe aqui”. Você começou pelo que você não vê aqui, né, que você falou que são as “relações de poder”. Mas você ter trazido ela primeiro, dizendo que não tem... fiquei pensando: ela acontece em algum lugar? Você vê assim?

E3: Aqui acontece, mas é em menor intensidade do que... Eu não vivi o que os outros colegas vivenciam... nas outras unidades, mas o... o que eu tô comentando é sobre o que se relata. Tem relatos de abuso de poder mesmo. E nesse sentido, daquele jeito que os colegas relatam, aqui não acontece.

P: Você falou também sobre essas expectativas em relação ao que o psicólogo vai fazer, que “vai resolver e vai me aliviar do trabalho”, enfim, naquele caso... Mas também, fiquei pensando, que expectativas você acha que os defensores tem, esses que encaminham, quando eles encaminham? O que se espera do psicólogo?

E3: Então... é... há um entendimento, uma expectativa, não de todos, mas de uma boa parte dos defensores de... de limitar o entendimento. Então “eu entendo de processo judicial”. Então “para além do que eu posso fazer processualmente, eu encaminho para o CAM”, e aí não só psicólogo, mas assistente social, porque dá a impressão e a expectativa que o CAM tem técnicas “altamente mágicas” de resolver o problema e tá tudo certo. Como se a gente tivesse uma “varinha de condão” para resolver as questões. E quando a gente – óbvio que a gente não tem isso – é... e quando a gente precisa de uma

atuação judicial mesmo, que a gente não pode fazer; quem tem que fazer são os profissionais do Direito, a gente sente uma certa resistência. “Como assim vocês não resolveram? Vocês estão querendo que eu também faça alguma coisa para contribuir nesse caso?”, “Vocês não são os banbanbans do atendimento psicossocial que resolve tudo?”. É nesse sentido.

P: Entendi... quando você devolve para construir junto...

E3: É... e trazer junto e dizer que o atendimento é multidisciplinar e que a disciplina dele tá aqui junto com a gente, que a gente não vai fazer o que é dele, da disciplina específica dele. Mas aí existe uma coisa tipo “ah, então, para que que serve o CAM se não é para resolver as coisas?”. A gente parece uma sala mágica assim... sei lá, um reino da fantasia, onde tudo se resolve. (risos)

P: Você falou agora então da questão quando é judicial, né? Como é para você trabalhar nesses dois âmbitos, judicial e extrajudicial, tem alguma diferença?

E3: Sim. Eu não gosto de trabalhar na esfera judicial. Porque...pelo menos pela minha experiência, a gente tem muito pouco alcance na esfera judicial. Que é de produzir parecer como assistente técnico, de questionar um laudo ou outro, enfim. E eu não vejo muita efetividade no trabalho.

P: O que, por exemplo? Você lembra de algum caso para citar? O que é esse alcance, essa limitação?

E3: É, os casos, por exemplo, de crianças acolhidas institucionalmente. Que existe um processo, né, execução da medida de proteção, que os colegas do TJ produzem avaliações e a gente entra como assistente técnico pra poder questionar e lançar um olhar sobre informações do caso... que o colega entende de outra forma ou que não estava contemplado no laudo enfim. É... nesse sentido que eu tô falando da atuação judicial. Eu percebo que tem muita pouca efetividade. A gente atende a demanda, é uma demanda de certa forma trabalhosa, que a gente vai produzir um documento, vai fazer atendimentos, entrevistas, aciona rede enfim. E a gente produz um outro olhar sobre a mesma situação e... parece que aquele nosso olhar é um olhar que pode ser descartado porque é parcial enfim. O que vale mesmo é o laudo do perito psicólogo, perito assistente social. Então a gente trabalha muito para ter quase nenhum resultado. O que eu acho diferente na atuação extrajudicial. Que a gente não depende da regra processual em si, como é o caso da composição extrajudicial de conflitos ou do caso da articulação de rede enfim.

P: Você acha mais frutífero?

E3: É. A gente consegue, no meu entendimento, mais benefícios para a pessoa atendida do que atuar na esfera judicial.

P: Interessante. Você, embora tenha dito que ainda não havia pensado sobre que demanda iria preferir para atender, as duas que você citou são extrajudiciais. Foi a composição extrajudicial de conflitos e educação em Direitos.

E3: É... eu acho que tem a ver um pouco com isso mesmo. De ver algum resultado no trabalho assim. O que eu vejo muito pouco quando é na esfera judicial. E aí não é só especificamente na produção de documentos. Por exemplo, as audiências concentradas¹⁷⁵, é o mesmo movimento que tem na

¹⁷⁵ Audiências concentradas: trata-se de estratégia que pode ser utilizada por juíza/juiz no acompanhamento de processo judicial na área da Infância e Juventude. A/o magistrada/o tem a opção de realizar reavaliações por

produção de laudos. As audiências concentradas são feitas para discutir os casos de acolhimento institucional com a rede, com a equipe do TJ¹⁷⁶, com a equipe do MP – o que eu nunca vi por aqui, nas audiências concentradas – e o defensor e a equipe técnica, digamos assim, da Defensoria. A gente discute, a gente levanta questões, questionamentos, mas parece que a nossa opinião é meio “deixado de lado”, porque quem vai decidir não é nem o juiz, mas é o técnico do juiz. A gente tem todo um “trabalhão” de ir lá, discutir, levantar questões e... tem pouca efetividade. E quando a gente não depende deste contexto rígido, do processo, eu acho que os resultados são melhores.

P: É muito diferente ou tem sido muito diferente as perspectivas dos psicólogos da Defensoria dos psicólogos do TJ?

E3: Boa pergunta essa! ... eu acho que não. Não muito assim. Pelo menos com o que eu converso com os colegas do TJ, não difere muito no que eles entendem como... deveria ser o trabalho, o que deveria produzir...de benefício para as pessoas. Até as discussões são bastante semelhantes. O que eu acho é que... o que diferencia, mais nitidamente, é a... a demanda institucional. Enquanto a gente tem várias frentes de trabalho, que a gente pode atuar, com resultados diferentes, eles quase sempre tem uma única frente de trabalho que é a avaliação psicológica. E aí eles têm que atender a demanda institucional do TJ, a produção de laudos, enfim, a avaliação de casais para a adoção... este tipo de atendimento, que limita o trabalho. Eu acho que isso na... no entendimento dos psicólogos da Defensoria e do TJ, pelo menos na minha experiência, não tem muita diferença. Tem bastante semelhança. O que limita é a demanda institucional.

P: Você deu exemplo dessa audiência concentrada, mesmo no momento em que você fala do processo, você falou que o juiz “não dá muita bola”, porque acha que é parcial a visão dos técnicos da Defensoria. Mas você falou que ele “dá bola” então, para o perito. “O perito é quem decide”, você falou. “Não é nem o juiz, é o perito que vai decidir”.

E3: Sim.

P: Por isso que eu fiquei pensando se é muito diferente o que ele decide ou não. Só partiu a ideia dele, mas tem a mesma lógica que tenha sido proposta pelo técnico da Defensoria....aí o perito propõe a mesma lógica e o juiz vai aceitar. Você tem essa sensação de ter sido descartado?

E3: Sim. Quando há consenso, é... aí dá a impressão que todos estão concordando ali com aquela medida enfim. O problema é quando há... quando não há o consenso; quando há divergência de entendimento. Ai o que vale é o perito.

P: Nesses momentos de divergência em relação aos casos, quando você acompanha e são manifestados entendimentos de cada um dos técnicos, mais específico até – se a gente puder pensar – dos psicólogos, você acha que parte de perspectivas diferentes ou não?

intermédio de reuniões com integrantes da rede de serviços que acompanham o caso. Nessas reuniões, são colhidas as opiniões técnicas (de que o magistrado evidentemente não dispõe em face de sua formação específica) para nortear os rumos do processo de acompanhamento da criança ou adolescente em situação de acolhimento.

Mais informações em <http://www.tjpr.jus.br/documents/116858/2450301/Guia%2BPr%25C3%25A1tico%2Bsobre%2BAudiencias%2BConcentradas+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>

¹⁷⁶ TJ: Tribunal de Justiça

E3: Sim. Aí quando há essa divergência de entendimento do caso, o nosso entendimento acaba ficando descartado.

P: E isso é comum acontecer, de divergir a opinião?

E3: É... não vou dizer que é comum. Eu acho que tem uma... a maioria da... dos casos há uma convergência... tem uma minoria que há uma divergência. Não digo que aconteça sempre não. Mas acontece algumas vezes e quando acontece... a gente... nossa – técnicos da Defensoria – meio que não vale assim.

P: Quando você entrou na Defensoria, como é que foi essa chegada, começar a entrar nisso?

E3: Então, quando eu cheguei na Defensoria eu cheguei na Unidade de XXXXX (Nome da cidade e respectiva Unidade da Defensoria na qual o psicólogo atuou primeiramente, diferente da que ele se encontra na ocasião da entrevista. Dados omitidos devido questões de sigilo da pesquisa). E... pra mim foi diferente assim. Porque lá... não sei como que tá hoje lá, mas na época o atendimento... do psicólogo era só composição extrajudicial de conflitos, que nem tinha esse nome. Tinha o nome de mediação e conciliação mesmo. E muitos casos, agenda lotada e casos... muito simples assim. Casos de só pensar pensão alimentícia, sem nem discutir visita... e aí a gente ficava discutindo valor de pensão, pra mais, pra menos, enfim. Era... era bom, porque eu nunca tinha trabalhado com esse tipo de... atuação. Mas era ruim que eu ficava “de saco cheio” fazendo essas coisas e sentir que estava sendo sub-aproveitado assim, enquanto questões técnicas.

P: Por que você acha que isso acontecia?

E3: Isso acontecia porque... é... acho que os defensores não entendiam muito o que... a gente poderia oferecer enquanto... profissional e por conta do... da atuação da ONG anterior¹⁷⁷. Tinha psicólogos e assistentes sociais contratados por esta ONG que quase sempre ou sempre faziam este tipo de atendimento. Quando nos chegamos, havia um entendimento quando que unânime de todos os defensores que a gente faria a mesma coisa, só que dessa vez enquanto servidores e não... enquanto profissionais contratado, terceirizados. E aí, acho que os defensores não... visualizavam muito bem o que a gente podia oferecer tanto para a questão da mediação de conflitos quanto para outras... outros tipos de atuação.

P: E como é que você foi enxergando outras possibilidades?

E3: ...é, no decorrer do trabalho mesmo. Quando os casos diversos iam chegando... os casos de atendimento de saúde mental, os casos de infância e juventude... e aí fui entendendo que há outras possibilidades de atuação... que não a mediação e a conciliação de conflitos. E também de outras formas de atuar na própria mediação de conflitos que não só “discutir valores”...de pensão alimentícia. No sentido de que a gente poderia... oferecer outras possibilidades de reflexão... que não ficassem

¹⁷⁷ Psicólogo se refere à Organização Não Governamental (ONG) “Pró-mulher, família e cidadania”, que tinha convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo até meados de 2008, para prestar atendimento interdisciplinar, anteriormente à contratação via concurso de profissionais dessas áreas. Ocorre que em muitas das unidades da Defensoria nas quais esta parceria aconteceu, o trabalho dos psicólogos ficava limitado a atuação em composições extrajudiciais de conflitos, com técnicas de mediação e conciliação, por exemplo. Mais informações em: MUSZKAT et al., “MEDIÇÃO FAMILIAR TRANSDISCIPLINAR”. EDITORA SUMMUS.

limitadas a uma questão matemática. Que outras questões poderiam ser trabalhadas, especialmente quando se tratava de... de cuidados, né, com os filhos, enfim, ou quando se tratavam de idosos, cuidado com familiares idosos, pais e mães idosos enfim. Tem outras questões pra discutir que... não só a questão de “você vai pagar 30% de um salário mínimo”.

P: E pra frente, você acha que tem outras possibilidades? Você falou que foi construindo outras possibilidade com o trabalho, na sua entrada. Hoje, depois desses anos, você – pra frente – vê o que?

E3: Então, acho que pra frente, aí... temos quase cinco anos, né, de atuação... É... acho que, pra frente, cada vez vai ficar mais claro essas várias frentes de trabalho que a gente tem, não limitada a composição extrajudicial de conflitos. E aí a gente vai poder pensar formas de atuação mais... efetivas em cada uma das frentes de trabalho. Eu acho que disso depende consolidar essas frentes de trabalho e isso ficar muito claro para a instituição, essas várias frentes de trabalho que a gente pode fazer. E também no sentido de ampliar o quadro de profissionais. Porque eu acho que a gente vai melhorar a qualidade da... do trabalho, quando a gente também tiver condição de refletir especificamente sobre as frentes de trabalho. E não ficar sufocado no cotidiano de atender vários casos, tudo que chega e... enfim. Eu acho que isso limita um pouco o trabalho. Acho que nesse sentido de... tornar claro as várias frentes de trabalho para a instituição, para os defensores, os servidores enfim... e ampliar o quadro, eu acho que a gente tem a perspectiva de melhorar o trabalho.

P: Da sua formação em Psicologia, o que você vê – ou não - de elementos que te ajudaram a, hoje, construir ferramentas para lidar com a demanda aqui da Defensoria? Você consegue identificar?

E3: ... Sim. Eu acho que especificamente a formação... parte da formação que diz respeito à Psicologia Social. Na minha formação... aliás, eu ia falar “na minha formação de graduação...”, mas na minha formação inteira eu não tive... nenhuma disciplina que fosse específica de “Psicologia jurídica”. Não tive na grade da graduação nem quando eu fiz especialização, não tive nada disso. Específico. Embora a gente discuta questões no âmbito jurídico, que... que são discutidas também em outras áreas da Psicologia. Então a Psicologia jurídica não tive. Mas a formação em Psicologia social especificamente, particularmente a Psicologia social comunitária, acho que contribuiu bastante pra gente entender... e atuar nas demandas que a gente tem na Defensoria Pública.

P: E a Psicologia jurídica que você falou que não teve, né, você acha que deveria ter?

E3: Sim. Ajudaria bastante. E é engraçado, né, porque... a prática e a reflexão sobre a prática contribuiu pra que eu lesse um pouco e aprendesse um pouco do contexto da Psicologia jurídica. Porque na faculdade eu fui orientar estágio da Psicologia jurídica. Na época em que eu estive lecionando. E aí eu fui orientar um estágio de Psicologia jurídica, de uma disciplina que eu nunca fiz. Então, assim, essa reflexão do cotidiano do trabalho... acho que contribuiu pra acessar esse tipo de conhecimento também. Eu acho que hoje tem nos cursos de graduação... não sei bem ao certo. Mas acho que é disciplina obrigatória da grade ter a disciplina de Psicologia jurídica. Acho que é importante sim pra formação. Deveria ser...

P: E você falou então que acabou construindo essas reflexões depois, com a prática. Teve espaço pra isso? Em que espaço você foi construindo essas reflexões?

E3: Então, foi um caminhar... acho que em dois sentidos: um caminhar solitário, que foi procurar referência e lendo sobre isso, enfim. E o caminho das discussões que a gente... tem, não digo que

cotidianamente, porque a gente não está junto com os outros colegas... Mas que a gente teve em vários momentos da caminhada, né? Principalmente quando a gente tinha... as formações a cada bimestre, numa atividade de formação... promovida pela EDEPE¹⁷⁸ e tal... e aí a gente conseguia, eu conseguia... me apropriar um pouco da discussão que os outros colegas estavam fazendo, sobre a Psicologia jurídica e sobre a Psicologia jurídica, especificamente, no contexto da Defensoria Pública. Então acho que foi nesse sentido: caminhar, buscar referências e no sentido de aproveitar discussões com os colegas.

P: Eu queria que você me contasse uma situação ou um caso ou um contexto em que você acha que fez diferença e que a formação em Psicologia pode ter influenciado, né, você ser formado ajudou, te trouxe alguma ferramenta para lidar com a situação aqui.

E3: Então... acho que não dá para elencar um caso específico, nenhum me vem a memória neste momento. Mas acho que em quase todos os casos ou em todos os casos a gente consegue entender o quanto a formação em Psicologia é importante. Quando a gente vai falar... da composição extrajudicial de conflitos, é importante a formação que a gente tem sobre o conflito humano, sobre a comunicação, como as pessoas se expressam ou deixam de se expressar... quando há situação de violência ou quando as pessoas ficam, muitas vezes, silenciadas diante da situação e não conseguem, naquele momento, romper com o ciclo de violência. Enfim, acho que isso faz parte da formação em Psicologia que contribui com a atuação específica, né? Também nas questões de saúde mental, por exemplo, eu acho que... pra mim, seria muito mais difícil atuar nessas demandas se não tivesse a formação. Primeiro em psicopatologia, pra entender do que se trata, os quadros específicos psicopatológicos. E a questão de formação política, no sentido de luta antimanicomial, reforma psiquiátrica. Se eu não tivesse tido isso na minha formação eu acho que minha atuação, meu entendimento e atuação sobre esses casos seria bem diferente do que é hoje.

P: E considerando isso, então, essas especificidades que você identificou na sua formação de Psicologia, você acha que é diferente da formação do Serviço Social e do Direito, que são as outras áreas que se articulam aqui cotidianamente?

E3: Então, é difícil a gente falar de outras áreas, né? Eu não sei como pe a formação específica do Direito e do Serviço Social...

P: Do que você percebe, da sua perspectiva... Se você sente embates, por exemplo, no seu dia a dia, por ser diferente ou não. Você acaba se identificando...

E3: Então, eu acho que é diferente a formação. Eu acho que a gente oferece um olhar... da ciência psicológica que é diferente do olhar do profissional do Direito e do profissional do Serviço Social. E a gente acaba, também, aprendendo com os olhares deles. Mas, sem dúvida, é diferente. Se a gente for pensar, mesmo nessa questão que a gente tava falando agora de saúde mental, a gente, psicólogos, a gente tem formação bastante específica tecnicamente das questões psi, né? Que os outros profissionais, a priori, não teriam. Então acho que eu percebo bastante diferença.

P: Você consegue me dizer algo que você tenha aprendido com as outras profissões, nesse contexto?

¹⁷⁸ EDEPE: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que organiza cursos de capacitação e formação para o público interno e externo da instituição.

E3: Então, do Direito, especificamente, eu acho que entender como é que funciona o sistema de justiça, as leis enfim. O que pode ser feito, legalmente, numa situação, ou não. Isso contribui bastante com a nossa formação. Com os assistentes sociais, de entender mesmo essa questão tanto da organização política, social, das questões coletivas, dos movimentos sociais, quanto na perspectiva dos... dos direitos, né? Especialmente os direitos sociais, as políticas de assistência social, as políticas de habitação enfim. Que nós temos, psicólogos, muito pouco na nossa formação e que os colegas assistentes sociais tem muito mais. E aí eles tem muito mais propriedade para contribuir conosco neste sentido.

P: Tem mais alguma coisa que você acha importante falar sobre o trabalho na instituição?

E3:... não... Acho que é isso.

Entrevista 4 – 01/12/2014

Psicóloga, 37 anos. Na DPESP desde 2010 em Núcleo Especializado.

P: Eu gostaria que você me falasse o que você acha sobre a atuação dos psicólogos e psicólogas na Defensoria Pública aqui de São Paulo.

Entrevistada 4: De uma forma geral? Acho que a entrada das psicólogas e psicólogos na instituição foi um marco histórico, algo que vem trazendo uma contribuição. Marcou, a nossa presença, mas ela ainda... não tá completa. Acho que a gente tem muito ainda a contribuir. Já de cara, já teve um efeito... a nossa entrada. Já teve... já possibilitou mudanças, mas eu sinto que a gente ainda tá entrando, sabe? Apesar de já fazerem 5 anos, né? Vai fazer 5 anos...em abril do ano que vem, mas eu sinto que a gente ainda tá... é... buscando o nosso espaço, conquistando o nosso espaço a nossa voz aqui dentro. Acho que a gente ainda tem muita potencialidade de trabalho. Então a coisa já aparece... mas muita coisa ainda pode surgir de bem interessante.

P: Quando você fala assim do “marco”, da “entrada”, de “mudanças que já aconteceram”, que aconteceram a partir da entrada e conquistas que foram aparecendo... do que você está falando? O que mudou, o que conquistou?

E4: ... acho que é uma instituição que tinha um trabalho, que tem um trabalho muito forte de operadores do Direito, com uma formação muito específica... E é uma formação que eu não tinha muito ideia, não tinha antes de entrar aqui, né? Acaba ficando muito fechada, né? Porque são tantas leis, regras e... estudar Direito é como estar num universo paralelo assim (risos), eu penso. É um outro mundo. Então eles acabam um pouco perdendo esta visão social, um pouco da visão das subjetividades... das individualidades. Acho que isso pela formação dele, né, é diferente. E é difícil eles darem conta de tudo. Eles tem que focar, então eles estão escutando uma história, já estão pensando no processo, em caminhos técnicos ali, jurídicos. Eles estão com este olhar, que é a contribuição deles. Então na medida que a gente entra, que a gente... é difícil falar de psicólogos e não falar de Serviço Social. Mas vai, vou tentar focar: psicólogos...

P: Por que é difícil falar?

E4: Porque é uma atuação muito... conjunta, né? A visão social que o Serviço Social traz, que a gente trabalhando com assistentes sociais a gente aprende também. A gente incorpora, junto na nossa prática. A própria visão do Direito a gente incorpora algumas coisas. Então o psicólogo entra... bom, eu vou falar também um pouco mais de mim... entra primeiro pra fazer essa escuta, esse acolhimento, eu acho. O meu papel, trabalhei mais em Núcleo até hoje... que tem uma demanda, um fluxo de entrada diferente. A gente não atende muito, é, não tem muitos atendimento presenciais. Então são poucos. Tem, mas são poucos. Tem muito atendimento por telefone. E... de vários lugares, né? Mas quando vem, então, uma pessoa... procurar o Núcleo, ela então pedia uma referência numa temática específica. Então ela já vem com uma demanda, já vem com muita angústia e você faz esse primeiro acolhimento, essa primeira escuta pra além da dúvida jurídica, lógico. Eu tô trabalhando aqui eu já, também, tento focar o que o Núcleo pode ajudar, o que a Defensoria pode ajudar. Mas eu consigo escutar muito mais. Acho que essa escuta ampliada, que o psicólogo – o Serviço Social também – mas Psicologia também traz pra Defensoria. “Tá, você tá me falando...”. E às vezes vem uma fala muito confusa, uma fala muito... cheia de sentimentos e então você conseguir acolher também isso e ao

mesmo tempo filtrar um pouco, ajudar a pessoa a organizar a fala, né? Eu acho que isso a gente traz também. Mas com esse olhar, pra olhar além daquela dúvida jurídica. Então tem outras coisas ali.

P: Você falou em “atendimento pelo telefone”? Como é que é isso?

E4: Tá, tem...um lugar onde eu atuava, agora eu atuo em um outro setor que não tem mais tanto isso, mas as pessoas tem dificuldade de vir pessoalmente. Então, elas se utilizam muito do telefone pra buscar informações, orientações... E, então, é um atendimento que eu achava que não seria tão efetivo, mas ele é bem interessante. A pessoa consegue se vincular sim. Então, alguns casos, que eu acabei acompanhando por um tempo, até conseguir encaminhar. Porque também... isso. Então, a demanda vem, a pessoa liga... ou aparece ou manda um email ou vem via outro serviço, encaminhada pra cá. E aí você começa a atender:liga, ou atende aquela ligação e começa a fazer a escuta, o acolhimento, essa primeira coisa que eu fazia. Primeiro acolher. Então a pessoa se sente escutada, se sente acolhida e começa... Então eu vou começando: “então tá”. Então “como que a Defensoria trabalha”, já vou pontuando, dando algumas orientações, “o que eu acho que a gente pode te ajudar...”, se eu tenho alguma dúvida jurídica eu fico de retornar depois. É... mas muitas vezes a pessoa acaba depois se vinculando a você, mesmo sendo por telefone.

P: Tem semelhanças com o atendimento presencial então?

E4: Sim. Eu já vinha de uma experiência fora daqui de atendimento... Eu trabalhava numa empresa, num convênio médico. E a gente... eu era estagiária de Psicologia e o nosso trabalho era ligar para os pacientes, com vários tipos de doenças crônicas, pra fazer o acompanhamento, pra ver se tava... Engraçado... Então eu já tinha, era por telefone.

P: De certa forma, parece que você trouxe isso da sua experiência anterior.

E4: Então pra mim foi tranquilo, assim. Eu acho que, por telefone, ele traz uma coisa assim de “ter uma distância”. Tem uma distância física, mas a proximidade é muito grande. A pessoa percebe se você tá no computador, por exemplo. Sei lá, ela tá muito sensível, tem uma demanda muito difícil pra ela. Ela tá ali em busca de ajuda, aí você tá distraído... no computador, pensando em outra coisa, você vai fazer um “ãh, ãh...”. Pra mim, então, eu trouxe isso muito forte. Então quando eu tava atendendo, eu tava atendendo. Não tava só ali, fazendo outras coisas. Eu tô atendendo, tô escutando...e prestando atenção e mostrando pra pessoa que eu tô ali presente. Então acho que aí tem... cria esse vínculo, né?

P: Um pouco antes, só voltando um pouquinho, você falou que era até “difícil separar do Serviço Social”, a prática, enfim, o que faz. E você falou que aprendeu muito, que “a gente aprende muito com o Serviço Social”. O que se aprende com o Serviço Social?

E4: Bom, acho que... eu comecei a trabalhar... eu trabalhava muito sozinha. Eu trabalhava só eu na equipe. Apesar de ter a vaga... acho que nem tinha ainda, né? Não tinha a vaga, mas teoricamente eu tinha que trabalhar com uma assistente social e trabalhava sozinha. Mas aí eu encontrei a companhia das assistentes sociais dos outros Núcleos. Muito. Eu acho que os encaminhamentos, também, para os serviços, muitos serviços de referência são inclusive da pasta da Secretaria de... desenvolvimento, assistência e desenvolvimento social... As reuniões pra discutir caso, vinham muitas assistentes sociais dos serviços e eu, ali, de psicóloga. Então eu fui me aproximando, né? Da questão social, das... do trabalho em rede... Eu acho que, na Psicologia – na minha prática, antes, na minha experiência – não

tinha, não era tão forte. Talvez hoje a formação... eu me formei faz tempo já... Talvez na formação atual tenha, isso esteja mais presente. Talvez um pouco mais isolado...

P: Você não teve isso na formação?

E4: Não tive tão forte quanto eu tive na minha prática. Hoje o meu trabalho é muito de rede. Esse trabalho de rede é o que potencializa o meu trabalho. O trabalho com o Serviço Social também assim. Imaginar o trabalho de psicólogo puro na Defensoria, ao menos de Núcleo, não consigo.

P: O que é o trabalho de “psicólogo puro”?

E4: Puro, assim, tradicional. Tipo de clínica, de aplicação de teste, de elaborar laudos psicológicos... uma coisa descolada de uma discussão do caso com outros profissionais. É isso que não dá pra fazer aqui.

P: E isso que você não viu na sua formação? Viu pouco?

E4: Pouco... acho que tava começando, não tive estágios interessantes nesse sentido, mas pouco.

P: Teve algo da sua formação que você acha que teve a ver com a sua prática aqui?

E4: Ah, os estágios... eu fiz alguns estágios em Psicologia social, eram eletivos, né? Estágio em UBS¹⁷⁹, QUALIS, na época, era o programa saúde da família... Hoje, eu vejo um pouco, que é esse contato com essa população, né? Com mais dificuldade econômica, com mais dificuldade de serviços, de estrutura social assim.

P: Como é pra você trabalhar com essa população?

E4: Ai... (profissional fica emocionada, com voz embargada), é um aprendizado diário, assim. Eu acho que eu vivo num mundo onde eu não tenho contato com essas pessoas, não partilho com o usuário. Profissional, também...

P: No mundo pessoal, você diz?

E4: Pessoal. E mesmo profissional antes daqui. Eu trabalhava em colégios particulares, eu trabalhava em convênios de saúde. Tinha até uma população um pouco mais... economicamente... uma renda mais baixa, mas tinha alguma renda pra contratar um convênio e eu trabalhava com essas pessoas. No estágio da faculdade eu já tive contato com essa população que hoje é, eu atendo na Defensoria. Então isso me ajudou. Então eu subia morro, ia na favela num estágio da faculdade, trabalhei... não era Fundação Casa ainda, fiz estágio na “SOS criança”¹⁸⁰, que era na periferia, alguns estágios voluntários

¹⁷⁹ UBS: Unidade Básica de Saúde, vinculada a política pública de saúde e Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Programa Saúde da família citado pela entrevistada.

¹⁸⁰ “SOS criança”: é um serviço de atendimento telefônico, vinculado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, para ajudar na resolução de qualquer circunstância de dificuldade ou perigo que envolva crianças e jovens. Funciona através do telefone 1407, mantendo sigilo sobre os usuários. Esse serviço orienta e agiliza a resolução de dificuldades referentes à procura de crianças perdidas, denúncias de maus-tratos, abandono, adoção, exploração do trabalho infantil e, ainda, fornece endereços dos serviços públicos destinados à infância e à adolescência, como escolas, postos de saúde, hospitais. O SOS Criança foi criado pela ex-Secretaria do Menor do Estado de São Paulo e funciona desde junho de 1987.

que eu fiz com pessoas em situação de rua. Isso que já nem era da faculdade, isso que eu fui me envolvendo.

P: Você foi falando de experiências, parece até... eletivas mesmo, né? Você falou de estágio voluntário enfim...

E4: Sim. E outras que eram eletivas: estágios...

P: Parece que alguma coisa foi te chamando atenção disso, né?

E4: Sim...

P: O que?

E4: E isso eu só tive mesmo nesses estágios e na Defensoria. Eu buscava. Eu queria... de alguma forma, trabalhar com essas pessoas, ajudar de alguma forma...

P: O que te mobiliza ou mobilizou para querer trabalhar com essa população?

E4: ...hum... é isso de perceber que eu tenho tanto e outros que tem tão pouco... De perceber que, pra mim, um trabalho, um meio de vida, só faz sentido ... se, de fato, eu estiver ajudando as outras pessoas. Acho que é mais do pessoal mesmo. Sensibilizada... eu ver certas situações e querer... querer ajudar, mas não saber como. Hoje eu ainda sinto isso, acho que posso fazer tão pouco... mas eu brinco que eu tô numa instituição que... a missão da Defensoria, enfim, pra que ela veio, é algo que eu faria um trabalho voluntário. Faria um trabalho sem ganhar pelo objetivo em si. Mas...

P: Você ia ganhar o que? Ou o que você ganha...

E4: Além, né? Além do meu salário. Lógico que preciso e acho que a gente tem que ganhar, pensando no histórico, né, até uma vez eu vi sua fala¹⁸¹ que começou voluntário, né? Que é isso: a gente tá... a gente trabalha pra além do salário. É... mas também pelo salário também. A gente não pode ficar só no voluntário e tudo bem, tô feliz assim. Não; a gente precisa ganhar, ganhar bem. Cada vez mais, correspondente a contribuição que a gente tá aqui.

P: Mas esse outro retorno, fiquei pensando...

E4: Acho que é um retorno... é

P: Você tem sentido esse outro retorno, aliás, depois de estar aqui nestes quase 5 anos?

E4: Sinto... um pouco. Sinto que estou sendo útil... pra sociedade. Mas como eu disse: acho que ainda é pouco. Acho que eu poderia fazer mais, sempre nessa busca assim... mais efetividade. Apesar que eu acho que às vezes, a gente fala, né, “eu só ouvi aquela pessoa”... Eu não acho que é “só”. Eu acho que, às vezes, aquilo fez muita diferença. Acho que é isso. Eu sinto que, às vezes, não sempre, eu consigo fazer diferença pra melhor. Então eu lembro... assim, só um exemplo de um caso de uma pessoa que veio, ela já tinha ido várias instituições, ela veio aqui. Era uma senhora de 80 anos e ela veio presencialmente. E era tipo “cinco da tarde” ela chegou... exausta. Tinha andado, tinha ido em

¹⁸¹ Entrevistada refere-se a ocasião em que assistiu palestra desta pesquisadora, em que houve explanação sobre histórico de atuação de psicólogas/os no Sistema de Justiça na qual foi relatado que inicialmente este trabalho era voluntário.

vários lugares e ela precisava uma informação da receita¹⁸², da Defensoria da União... Eu não podia falar pra ela “desculpa, não é aqui”. Porque ela já tinha ouvido isso o dia inteiro. Então eu primeiro escutei. No começo da fala eu já vi que, provavelmente não era, mas enfim, deixei ela terminar de falar. E cheia de pasta, de documento, de papel e aí eu fui organizando, fui colocando junto com ela em ordem, em ordem um pouco cronológica, até pra ela conseguir explicar, pra ter certeza. Enfim, e no final, nem durou tanto esse atendimento, sei lá uma hora... e no final, ela me agradecia tanto. Aí eu liguei, eu vi que era na receita, eu entrei no site, vi o endereço, o horário de atendimento, liguei... Ela era bem idosa assim. Pra ela não era “ó, vai lá. Se não der, depois você volta”. Não, tinha que ser bem certo assim. Liguei, falei com uma pessoa. Realmente, naquele dia não dava mais. Já marquei pra outro dia e... e ela ficou tão feliz, tão agradecida, tão... Ela tava muito angustiada, tava muito nervosa quando ela chegou. Muito irritada, até meio... assim, meio grossa com as pessoas. As pessoas que atenderam ela, já estavam irritados com ela, já queriam despachar... e ela saiu muito satisfeita. Então, assim, esse tipo de atendimento... parece que eu fiz pouca coisa, mas eu acho que eu fiz... Falou “eu tô cansada de ser jogada pra lá e pra cá”, que pra mim é a violência institucional também, né? Não sei, atender as pessoas com amor, não de qualquer jeito... sem paciência. Então quando você consegue fazer isso, escutar, atender, eu acho que dá diferença. As pessoas saem “ah, agora eu entendi o que é pra fazer, onde eu tenho que ir...”. Ela é um caso que eu atendi assim uma hora, não voltou mais. Espero que tenha resolvido. Mas ela saiu agradecendo, saiu elogiando...

P: E muito diferente do que ela chegou...

E4: E mesmo não tendo resolvido o problema dela. Porque não era lá. Mesmo eu não tendo dado a solução para o problema concreto e ela ainda ia ter que esperar, um dia, dois dias... Não sei se era uma sexta. Enfim, eu sei que ela ia ter que esperar um tempinho, mas ela saiu tão bem. Assim...

P: O que você fez?

E4: Eu escutei. Eu acolhi. Eu tentei ajudar de verdade. Eu acho que...nem sempre as pessoas que trabalham na instituição... às vezes querem mais se livrar, sabe? Também porque estão sobrecarregadas, mas assim. Até “aqui acabou. Não posso te ajudar, tá? Tchau!”. Não... “não sei. Não é aqui, mas será que eu posso te ajudar em alguma coisa?”. “Será que eu posso, eu consigo?”. Pelo menos tentar. Faz a diferença.

P: Então nesse caso você se sentiu útil. Fez diferença. E aí você falou que dá para fazer mais também. O que é esse mais que dá para fazer?

E4: ... Então, como eu acabo trabalhando, desde que eu entrei, nos Núcleos Especializados, tem essa... atuação coletiva. Então sempre que eu atendo. Eu atendi essa senhora, mas eu já tô, também, pensando: “Bom, nesse caso, se fosse uma demanda da Defensoria...”. Eu estaria pensando nela, em como encaminhar – de uma forma efetiva - a questão pessoal dela, mas eu também estaria pensando na abrangência maior. De outras idosas, de outras pessoas naquela situação. Isso eu acho que dá pra fazer mais. Dá pra gente... a Psicologia pode contribuir muito ainda na formação de políticas públicas, na efetivação...nas propostas...

P: Nesse âmbito, o que a Psicologia pode fazer, nessa demanda coletiva?

¹⁸² Aqui a psicóloga se refere ao órgão da Receita Federal.

E4: Eu acho que ajudar a pensar... a formular essas políticas, contribuir... Aí, de novo, tem que ser sempre em equipe. E como tornar essas políticas efetivas. Porque tem muita coisa no papel, muita coisa bacana no discurso ou em projetos. Na prática... é... na prática, não tem tanta efetividade, não tem tanto resultado. É que é difícil falar assim, sem ser um tema, né? Mas de uma maneira geral, acompanhar essas políticas, monitorar, ir lá perto, ver o que está acontecendo, identificar as dificuldades... Identificar as dificuldades dos atores daquela política, né? Dos profissionais que estão ali, na ponta, trabalhando. Às vezes desgastados. Então pensando saúde mental, o trabalho com álcool e drogas... Porque às vezes tem toda uma rede, tá tudo certinho, tudo lindo, mas não tá funcionando. As famílias estão... estão muito insatisfeitas com os serviços, os profissionais estão muito cansados enfim. Acho que a Psicologia pode ter este olhar de fora e, ao mesmo tempo, olhar... pra cada um que tá ali...

P: Você falou um pouco da relação com o pessoal do Serviço Social, como é que é trabalhar junto, nesse tempo. E com o pessoal do Direito, como é que é?

E4: Hum... acho que é um desafio maior. Com o Serviço Social eu acho que a gente tem uma... mais pontos em comum, uma linguagem mais comum... O profissional do Direito eu sinto, com a própria formação deles, já... muito um mundo a parte esse universo do Direito. A própria lógica de raciocínio que eles têm que fazer. Sinto um pouco de dificuldade de trabalhar com eles.

P: Como se fosse de outro mundo?

E4: É... como se fosse um “mundo do Direito”, a “lógica do Direito”. Eu escuto muito isso do discurso deles também. “Mas pela lógica do Direito... isso não dá, não é possível”. “No universo do Direito...”. Tem isso até nas falas. Eu acho difícil, não acho nada impossível. Acho que já acontece muito, na Defensoria...

P: Acontece o que?

E4: Esse trabalho conjunto, esse aprendizado conjunto já acontece. Mas eu acho que um desafio um pouco maior pelas... Porque você vê: Serviço Social e Psicologia já costumam ser duplas, né, em muitos lugares. Psicólogo e assistente social já tem um trabalho... conjunto, já histórico já. Estabelecido. Com o Direito a gente tá criando isso aqui. Um... a Defensoria é uma das instituições que tá... trazendo isso mais forte, das instituições do Direito. Mais do que o Judiciário.

P: Mais forte em que sentido?

E4: De aproximar mais, assim. De ter que trabalhar junto, ali, na prática, no dia a dia discutir casos... pensar junto. Nem todos conseguem. Nem todos os profissionais de Direito conseguem. Eu acho que, pra Psicologia e pro Serviço Social tem uma abertura maior. Acho mesmo, assim. Vejo que é mais fácil, mais óbvio, sabe? Que eu tenho que escutar outra disciplina, que eu tenho que... somar. Acho que a gente já faz isso muito naturalmente. Pro Direito, para alguns profissionais é bem difícil, para outros precisa de um esforço... Mas isso já acontece aqui.

P: Na sua prática, o que você viveu disso? O que você mais viveu?

E4: ... Eu vivi... defensores se esforçando pra se aproximar. Foi o que eu mais vivi.

P: Mas parece que é um “esforço” pra se aproximar? Não é natural?

E4: Eu acho... é mais uma disponibilidade nova. “Vou tentar entender” e isso já não vem muito dado, né? É assim pra alguns. Pra maioria, pelo menos, que eu tive contato.

P: Porque você acha que com o Serviço Social é natural e com o Direito é “esforço”?

E4: ... Talvez pela formação. A formação do Serviço Social deve ser (risos)... não sei, como deve ser exatamente... Mais ampla, mais interdisciplinar, né? Acho que o Direito fica muito fechado... e tem a coisa um pouco desse ranço do... desse mundo jurídico, dessas hierarquias... Acho que em uma instituição isso aparece muito mais, né? Você pega uma instituição como o Judiciário. Eu trabalhei no TJ também. Pouco tempo, mas trabalhei. E tenho muitas amigas que trabalham lá até hoje. Então por isso que eu acho que na Defensoria tá muito mais próximo. Muito mais próximo os Agentes de Defensoria psicólogos e assistentes sociais com os Defensores do que um juiz com a equipe técnica. Muito mais próximo. A gente tá mais próximo. Tanto fisicamente quanto ali, no dia a dia, no trabalho, de pensar junto. No TJ fica separado juiz. Às vezes tem um setor de entrada diferente, bem diferente, banheiro é diferente, tudo é diferente. E aqui alguns defensores tentam reproduzir este modelo. E aí que fica bem difícil de trabalhar... Outros já são mais novos, já vem com uma carga assim “quero ouvir vocês”, “quero aprender com vocês”, “quero dividir com vocês porque eu não sei, eu sou limitado”. Alguns reconhecem isso e se abrem mais. Outros ficam “eu faço o meu, você faz o seu”, não tem tanta troca.

P: O que você acha que pode ajudar pra essa aproximação ou algo que tenha ajudado na sua prática?

E4: Eu acho que são... é... casos ou discussões de casos ou projetos comuns. É... uma discussão de casos que é da equipe. Acho que trabalhar em equipe tem isso muito claro. Tem isso mais claro. Hoje tem muito um discurso lindo, de trabalho em equipe, interdisciplinar, que é só discurso. Na prática... E isso precisa ser bancado pela instituição. Bancado, cobrado, sabe?

P: Pra aproximar?

E4: Pra aproximar! De falar “ó, somos uma equipe e esse objetivo”, seja conseguir encaminhar um caso da melhor forma possível, “eu tenho uma solução ótima para aquela pessoa, ou para uma política pública, desenvolver um projeto tem que ser da equipe”, de igual forma. Todos ali estão ali pra escutarem e aprenderem e trabalharem juntos e não “eu sei, eu quero que você me ajude só”. E “o trabalho é meu, o projeto é meu... não é nosso”. “Eu só quero o seu apoio naquilo que eu acho que você tem que fazer”. Isso ainda acontece. Eu acho que tinha que ser uma política institucional mesmo e interdisciplinar. O foco é nisso. Aí tem a confusão: o que é a hierarquia funcional? O que é trabalho em equipe? Eu acho que ainda aqui... não é muito claro para a instituição. Acho que se tivesse isso mais forte, como meta da instituição, ia... o trabalho ia até dar uma acelerada assim.

P: Você falou dessa sua experiência no Tribunal de Justiça. Em relação a atuação do psicólogo, você acha que é semelhante, é diferente?

E4: Então, lá fica mais isolado, né, um pouco... Tem até setores que são só de Psicologia, só de Serviço Social. Onde eu trabalhei era junto. Então já tinha esse contato, essa ligação com o Serviço Social. Então tinha psicólogo que fazia visita domiciliar. Então a gente dizia “mas isso é do Serviço Social?”, “é, não é...”. Tinha essa discussão já, nesse lugar. Tinha psicólogos que ficavam mais voltados a estes questionamentos da “Psicologia pura”, sei lá, mais “tradicional”... ficava lá, só atendia sozinho, sem assistente social, só atendia pra fazer avaliação psicológica e fechava, fazia seu laudozinho e entregava.

E já tinham psicólogos que já... não conseguiam conceber a sua prática, o seu trabalho, até elaborar o seu relatório sem, ali, discutir o caso com alguém do Serviço Social, pensar junto... e até – como eu falei, fiquei pouco tempo – mas nesse lugar que eu fiquei, o juiz tinha uma abertura. Diferente de outros lugares. Não é a regra. Acho que ele era até uma exceção mesmo. De chamar pra conversar, conversar de uma forma geral do trabalho, mas eu sentia que ali poderia ter uma abertura. Se eu tivesse ficado mais eu acho que eu teria acessado bastante o juiz assim (risos).

P: E por que você saiu e veio pra Defensoria?

E4: Então, eu brinco que eu sai, eu vim pra Defensoria pra ganhar menos – porque lá era maior o salário – e trabalhar mais, porque lá eram 6 horas¹⁸³ (risos). Muito assim: quando eu comecei a estudar para o concurso da Defensoria me pegou, assim, na alma, essa missão de trabalhar com essa população. Era algo que eu já vinha da faculdade, trabalhar com essa população. Eu falei: “é isso. Nossa, existe!”, “Eu posso ganhar dinheiro, me sustentar com isso!”. Sabe, pra mim foi um achado.

P: O que é a missão desta instituição, então, que te tocou quando você foi estudar pra prova?

E4: De trabalhar... em prol das pessoas hipossuficientes. Como que é...(risos)... de combater a miséria, de... melhorar as condições de vida, do acesso a essas pessoas aos seus direitos de fato, de estar ali auxiliando essas pessoas... de forma, até mais concreta também. Porque eu acho que sozinha, a Psicologia... Eu trabalhei em consultórios sociais, em projetos... como chamava... faz tanto tempo... “semear”... era um projeto que eu atendia crianças que estavam em acolhimento, no seu consultório. Não cobrava. Você tinha a supervisão. Você ganhava a supervisão. Mas assim era aquele trabalho que... Eu sentia que assim não tinha, na prática... eu queria uma coisa mais palpável, mais... e não queria trabalhar sozinha também. Então eu acho que a... quando eu li, quando eu comecei a estudar o trabalho da Defensoria eu me identifiquei muito em vários aspectos. E tinha também, outra coisa que me atraiu bastante por ser uma instituição nova. O Judiciário é uma instituição bem antiga, então tudo muito cristalizado, muito difícil de mudar...pra você conseguir alguma coisa era um esforço enorme. E aqui já... tudo foi mais...o próprio concurso foi rápido, já me chamaram rápido. No TJ eu esperei 4 anos pra ser chamada. Cheguei lá... não tive capacitação nenhuma. Cheguei lá já tinha uma pilha de processos pra eu atuar. Falei: “Como assim!?”, “eu quero acompanhar uns casos pelo menos, eu não sei o que fazer ainda, exatamente...”. Não teve nada, nenhuma capacitação. E aqui, já temos um supercurso de acolhimento... um cuidado, né, muito maior, nossa capacitação... Até hoje, apesar das dificuldades que a gente sabe que tem aqui, tem muito mais... você não acha?

P: E o que te atraiu em relação a ser uma instituição nova?

E4: Isso: essa possibilidade de... de estar mais viva assim. De não estar tão cristalizada, de estar...

P: Você se sente viva no seu trabalho?

E4: Aqui sim. Acho que tem mais possibilidade de propor e de, das coisas acontecerem... de eu não ficar submetida a rotinas, a procedimentos que a gente não vai mudar, “que é assim mesmo”. Acho que os profissionais aqui são mais motivados também por isso. É tudo muito novo, a gente tá criando, a gente tá propondo, a gente está construindo.

¹⁸³ Atualmente a jornada de trabalho das/os psicólogas/os e/ou Agentes de Defensoria é de 8 horas diárias.

P: Como é estar nesse lugar de quem cria, de quem constrói?

E4: ... é muita responsabilidade... mas é muito positivo. Eu acho que faz sentido, assim... Por exemplo, comparando com o Judiciário, a gente tinha... os processos em que eu tinha que dar conta. Era a ordem judicial. Tinha que fazer aquilo e acabou. Mas aí você tá vendo que várias comunidades, várias famílias daquela comunidade que você tá atendendo estão com os mesmos problemas e elas não conseguem serviços, não tem onde recorrer, estão perdendo a guarda dos filhos então... mas aí, e não tem política pública pra elas, não tem ajuda enfim. Você fica muito engessado assim. Eu acho que... você poder ter esse olhar de que “olha, tem que propor, tem que... tem algo maior aí que envolve todas essas famílias”. É que Núcleo tem muito essa visão, né? A gente pode trabalhar pra ampliar, pra ampliar esses serviços, ampliar esses acessos... E aí você pode ir fazendo propostas e... contribuindo bem mais do que ficar só “enxugando gelo”. Não que eu não sinta. Às vezes aqui eu também sinto que estou só “enxugando gelo”. E aí eu tenho que parar e falar: “não. Tem que pensar além”. Tem o que é enxugar gelo que, pra mim, é atender de novo aquela demanda, de novo aquele caso, aqueles impasses, mas que são problemas individuais e que tem que ser acolhidos. E encaminhados. Mas tem que parar pra também olhar o todo e tentar fazer propostas.

P: Tem esses 2 movimentos então. Olhar individualmente, uma realidade recortada. Mas olhar o todo...

E4: É. E aqui (DPESP) isso é possível.

P: Quando você lembra como é que foi a entrada na instituição, que sensação que vem? Que lembrança marca mais?

E4: ... Esse início? ... Muito positiva, assim. Uma lembrança muito positiva... A gente foi muito bem acolhido, eu me senti muito bem acolhida... Mas com promessas de atuação que, na prática, não... não foi bem assim.

P: Que promessas que fizeram?

E4: Eu achei que o discurso... (risos) ... tinha um discurso muito mais bacana. “Puxa, nossa, que legal”, “A Defensoria como um todo pensa assim...”. E aí eu vi que, na prática, não. Não era bem assim. Nem todos os defensores pensam assim. Nem todos os Defensores entendem... Tem muita divergência interna...

P: Em relação a que, por exemplo?

E4: Até projetos institucionais, né? Mas a nossa atuação também. Qual é o nosso espaço? Se a gente tem mais restrito ou se a gente pode... é... ampliar nossa atuação. Ou não... Acho que isso varia muito de defensor pra defensor. Tem entendimentos... mais individuais assim. Não sei, eu tô falando mais pensando até em relatos, dos colegas, que se sentiram tolhidos, né?

P: Da possibilidade do que fazer?

E4: Do que fazer... como atuar... de como trocar também com os defensores, os defensores com escuta... Vontade de aprender outros não, enfim.

P: Então essas promessas iniciais é que você tava com boas expectativas, mas depois na prática você foi ver que tinha gente que pensava diferente, se colocava diferente.

E4: Decepcionante... Mas acho que... como instituição é muito difícil também, se manter essa vitalidade, essa... esse poder, vai, assim... isso de forma dinâmica. Acho que o trabalho e instituição às vezes, pela própria dinâmica da instituição, tem coisas que dá uma paralisada... e aí a gente tem que estar atento pra... pra não cair nisso também, né?

P: Teve momentos em que você se sentiu, no seu trabalho, paralisada?

E4: Sim...

P: Você consegue contar um exemplo, mais ou menos?

E4: ... Isso, quando... quando eu me sentia muito sobrecarregada, sozinha... não tinha uma equipe. Teve momentos em que... onde eu tava... que eu brinco: “a equipe sou eu, né?”. E era eu. Tinha uma pessoa da administração... e o pessoal de Direito não tinha muito contato diário. Vinha de vez em quando. Aí eu me via sobrecarregada, cansada, exausta e aí... me via tentando dar conta só do mais urgente, sem conseguir ter muito esse pensamento maior, vivia enxugando o gelo... cansada e...

P: Cansada do que você estava?

E4: ... de ter tanta demanda e... tentar dar conta e... perceber que dava conta de... de uma parte. Não estava conseguindo fazer nada muito bem. Não tinha tempo, não tinha... com quem dividir, com quem pensar... com quem discutir...

P: Aí se sentiu paralisada?

E4: Acho que sim. ...Foi muito difícil. E, depois, mesmo com a equipe, eu senti também uma... me senti muito paralisada, assim... de pessoas querendo controlar muito o trabalho e não dividir o trabalho e não “vamos trabalhar juntos, em equipe”. Era um trabalho de uma pessoa só, que você tinha que se... que queria que você fosse um consultor só. Não queria te envolver no trabalho. Nesse momento, também, eu me senti muito paralisada. Porque eu não sabia se eu podia ter iniciativas, que eu sempre tive, eu não podia mais. Se eu fizesse uma proposta era entendida como um... uma intromissão, um trabalho que pra sempre foi de todos, de repente passou a ser de uma pessoa só. E eu me sentia uma... uma intromissão ali na... Ai, uma pessoa de fora e não uma pessoa dali.

P: Como se fosse de fora da instituição?

E4: Não da instituição, mas daquele...daquele lugar. Como se eu fosse estranha ali, entendeu? Eu tava ali mais pra contribuir, pra somar. Não me viam mais daquela forma. Me viam como uma pessoa alheia, um pouco, do trabalho. Eu sentia assim. Aí me senti paralisada. “Não sei o que eu faço. Qual que é o meu papel agora...”. Mudou tudo de repente. O trabalho que já vinha sendo construído há quatro anos. Acho que foi o momento mais difícil pra mim. Mais do que quando eu entrei.

P: E tem a ver com aquelas hierarquias que você tava falando?

E4: É. Com essa confusão de hierarquia funcional, com... hierarquia... até na formação...um autoritarismo. A diferença entre você ser um a referência, um responsável por aquele setor e você ser o ... tô escolhendo as palavras (risos)... deixa eu pensar... o... a diferença entre você ser um chefe,

quem manda, e você ser um coordenador. Que, pra mim, eu acho que a Psicologia pode contribuir ainda. Pra mim, eu entendo que o coordenador coordena junto com outras pessoas. Lógico que ele vai ter responsabilidades específicas. Ele vai ter que ser muitas vezes a pessoa que decide, porque ele tá nesse papel. Ele tem essa atribuição. Mas ele está ali, muito mais junto com as outras pessoas, do que numa ordem direta “eu mando, você obedece”. Não “eu quero ouvir você, vamos pensar junto? Vamos construir junto”; “eu estou aqui só pra organizar. E eventualmente eu vou ter que decidir essa prioridade agora”, enfim. Eu tinha muito essa visão. E eu encontrei coordenadores assim. Uns mais, outros menos. Mas eu encontrei.

P: Você acha que a Psicologia pode contribuir nisso também?

E4: Porque um coordenador hoje, na Defensoria, ela é uma coordenação que é feita por operadores do Direito, por defensores. Tem uma visão, de um universo, muito restrito à área do Direito. Já não tem isso, já não trazem muito isso da formação. De trabalho em equipe... interdisciplinar, não sei... não tô estudando isso, mas eu tenho essa impressão. Não vejo estágio de Direito... numa comunidade, numa reunião de equipe, sabe? Não vejo. Eu vejo estágios de Direito em escritórios, em... instituições de Direito, mas, enfim... no TJ. Não vejo o estagiário de Direito numa comunidade, igual o estágio que eu fiz, que tinha psiquiatra, lá tinha... assistentes sociais, tinha outras disciplinas. Enfim, aí ele vem pra coordenar uma equipe... Então eu sinto eles muito perdidos. Eles estão coordenando pessoas, muito mais que... PAs, processos administrativos ou atuações jurídicas. Estão coordenando pessoas, profissionais, outros profissionais, que estão no mesmo nível... funcional... mesmo nível... que eles. Podem estar, hierarquicamente diferentes. Mas mesmo patamar. Só que conhecimentos distintos... Direito não tem que ser o saber... acima. Mesmo em uma instituição que é de Direito, como a Defensoria. Tem o seu saber, que está acima dos outros e... que coordena os outros de cima pra baixo. Tem que estar ali num mesmo nível, pensando junto e tal. Então eu penso que a Psicologia pode contribuir nisso... pode dar exemplos de trabalhos nesse sentido.

P: Você vê espaço pra trabalhar isso?

E4: Atualmente sim. Onde eu tô. Mas a gente também tá escrevendo projetos, né? Coordenação por Agente de Defensoria e aí você, psicólogos, assistentes sociais coordenando de forma técnica equipes... E com esse olhar nas pessoas, no potencial que cada um tem. Tanto pessoal, profissional, né, mas da sua área específica.

P: Você relatou até, dentro dessa situação dessas hierarquias, você falou que foi “o pior momento” ou “um dos piores momentos” seus aqui. Você consegue lembrar um “melhor momento”? O que te vem em mente se você pensar “um melhor momento” ou “o melhor momento”?

E4: ... nossa... eu pensei vários assim... (pausa)... disso, né, quando vira pra você e fala “olha, aqui somos todos profissionais, somos todos adultos e estamos aqui pra trabalhar juntos... pra criar juntos um serviço novo, né”. Então, quando reconhece o seu trabalho, quando valoriza até publicamente... quando você não espera (psicóloga emociona-se ao relatar)... Não que eu trabalho esperando reconhecimento. Aliás, eu detesto – e aí já é pessoal – eu adoro os bastidores, tô feliz. Não quero...(risos) “pago” pra não aparecer. Mas ao mesmo tempo é bom, quando alguém reconhece o seu esforço, o seu trabalho. ... que não é da boca pra fora, só pra reconhecer, pra agradecer... sabe, que está te enxergando ali, enxergando seu esforço, sua... vontade de trabalhar... então acho que, pra mim, esse é um bom momento.

P: Você tá emocionada até, né, lembrando disso. O que você acha que te tocou agora?

E4: ... Isso de eu... o que me tocou? ... é isso, dessa sensibilidade, de perceber “poxa, é uma pessoa que tá aqui, tá trabalhando comigo, tá se esforçando, tá... tentando pensar além, tentando somar”. Disso assim, acho que o reconhecimento faz diferença. É... você ser vista e reconhe... e falar, né? Reconhecimento é isso. Você olha e você vê que está fazendo fala aqui.

P: Hoje você vive isso?

E4: Um pouco. Eu tô começando¹⁸⁴. Trabalho novo, ainda tô... mas tem. É como eu te falei: eu não espero isso. Se isto vier, bacana, veio. Não espero. O que eu espero mais é abertura... pra eu poder trabalhar, ter iniciativa, propostas. Isso eu tenho. Eu tô satisfeita. Se vier um reconhecimento, legal. Vai ser um “a mais”, vai ser um “melhor momento”, como você falou. Mas... eu percebo que tem... tô me vendo, sabe. Estão vendo... pelo menos o meu esforço, estão me dando abertura, tão... levando em consideração o que eu faço. Acho que isso é também muito importante. A proposta que eu fiz pode até nem dar em nada, nem dar resultado, mais pra frente. Mas foi , foi considerado. Minha fala está sendo considerada.

P: A gente lembrou do início, da entrada na instituição... você agora está falando de coisas presentes, né, do setor onde você está hoje. E pra frente, o que você sente olhando pra frente? Para o futuro, o que você acha que... nos espera?

E4: ...Ah, eu acho que... acho que a gente está no momento de construir uma... agenda mais afirmativa dos psicólogos, sabe? A gente já tá contribuindo muito, acho que isso tem que ser... Agora, falando no geral, não só de mim. Tem que ser mais reconhecido, tem que ser mais valorizado... Tem que ficar mais claro que isso faz a diferença para o trabalho da instituição. Porque eu acho que não dá mais pra pensar a atuação da Defensoria sem os psicólogos. Eu acho que isso tem que ficar mais claro.

P: Como deixar mais claro?

E4: Uma das coisas é a valorização do profissional, tanto em termos de... de lugar. Por exemplo, coordenando uma equipe, porque tem capacidade técnica e profissional para aquilo. E não porque... só porque é defensor. Porque hoje é... estruturado, né, pra isso estar... Está até na lei, já tá tudo fechadinho: só coordena, só dirige quem é defensor. Mas a capacidade técnica e profissional. Muitos profissionais excelentes aqui, poderiam coordenar muito melhor do que muitos defensores que podem ser excelentes defensores, mas como coordenadores, deiam muito a desejar. E profissionais que são ótimos também, psicólogos, né, que é o recorte aqui, e que poderiam ser ótimos coordenadores.

P: Você acha que seria uma maneira de reconhecimento?

E4: Eu acho. É uma das maneiras... É... passa pela atualização salarial também. Acho que sim. Acho que existe aqui dentro uma diferença gritante, não só pra Psicologia, pra o Serviço Social, pra todas as outras áreas... pra oficiais também. A parte administrativa, eu acho que... não sei, eu não entendo pra que tanta discrepância de valores. Isso já parece, dá a entender que somos melhores, mais

¹⁸⁴ A profissional havia mudado de setor há poucos meses, internamente na DPESP.

importantes, mais essenciais do que os outros. Tem um simbolismo muito forte! Não é só o dinheiro, né? O dinheiro é muito simbólico...

P: Você falou de ações mais afirmativas da parte dos psicólogos. O que poderiam ser estas ações?

E4: ... Isso, de ir marcando mais seus espaços... de não aceitar qualquer coisa, qualquer tratamento... de não aceitar, por exemplo, autoritarismos em relações hierárquicas... desnecessárias, né? De não aceitar um trabalho... que não seja valorizado, que não seja escutado.

P: Você acha que precisa ir mais nessa direção?

E4: Eu acho que sim. Se fortalecer mais assim... também tem a associação¹⁸⁵, que vai ajudar nesse fortalecimento, mas... internamente também. O trabalho da ATP¹⁸⁶ que é chave, né? Trabalho... muito importante, com ações afirmativas... mas que dá pra ir também além...

P: E pra frente você acha que vai ser possível se aproximar mais dessa perspectiva?

E4: Acho que sim. A gente tá caminhando pra isso. É que é difícil, porque tem que dar conta de todo o trabalho e mais... fazer propostas, pensar, pensar coletivamente. Então tá todo mundo muito esgotado e... Eu sinto muito isso. Igual a gente tava fazendo uma proposta pra coordenador de CAM, que é um setor técnico, ser coordenado por técnicos. Essa é uma proposta bem... óbvia, né? ... Mas tá dando muito trabalho, porque ninguém tem tempo, ninguém consegue sentar, parar, discutir... tá todo mundo correndo... mas a gente tá avançando... bem mais lentamente do que eu gostaria, mas acho que a gente tá nessa busca.

P: Como é que foi pra você pensar em tudo isso, falar sobre isso, lembrar?

E4: Foi bom... estou pensando aqui enquanto eu falo, né? (risos) Muita coisa eu já pensava, mas não... não tinha... verbalizado. Tô achando que tá ficando muito solto, muita coisa jogada assim, mas... É...

P: Como você está se sentindo, falando sobre isso?

E4: Ah, muito bom. Bom... Poder falar disso, pensar nisso, fazer essa... esses resgates da minha história aqui... Nesse curto período, mas... acho que eu tô gostando bastante. Tem que pensar.

P: Tem mais alguma coisa que você acha importante falar sobre a atuação dos psicólogos na Defensoria?

E4: ... acho que, ainda, a gente tem que se unir mais, a gente tem que – enquanto categoria: psicólogos da Defensoria – a gente tem que se... pensar mais na nossa prática, pensar mais nas nossas potencialidades aqui dentro. Acho que a gente tem que... e, de novo, eu não consigo pensar “nossa união” só dos psicólogos. Também. Acho que teve o seminário “Psicólogos na Defensoria”. Ter mais, ter sempre estas atividades... Talvez não só uma vez por ano, mas... É... acho que a gente tem que se

¹⁸⁵ Referência à Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP), recém criada.

¹⁸⁶ ATP: Assessoria Técnica Psicossocial, composta por psicólogas/os e assistentes sociais do quadro da instituição. Tais profissionais ficam afastados dos locais de origem e prestam serviços junto à Administração da Instituição, além de prestar suporte técnico às psicólogas/os e assistentes sociais das equipes no estado.

unir mais, pensar mais junto. Pensar projetos comuns pra crescer aqui dentro. A gente tá só começando.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: A atuação de psicólogas e psicólogos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa **A atuação de psicólogas e psicólogos na Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a inserção do psicólogo (a) na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e levantar **quais são as possibilidades de atuação de psicólogos (as) na Defensoria Pública**.

Sua participação é voluntária. Ela não envolve riscos à sua saúde. As suas informações individuais serão mantidas em sigilo. A sua participação não envolve despesa de nenhum tipo. A sua colaboração com esta pesquisa será participar de uma entrevista com a pesquisadora, que será iniciada após a leitura deste Termo de Consentimento.

Você assinará este termo em duas vias, sendo que receberá uma via e a outra ficará com a pesquisadora. Poderá tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento durante o período de realização da pesquisa, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora Paula Rosana Cavalcante pelo e-mail prcavalcante@usp.br, ou com o Professor Luis Guilherme Galeão da Silva no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – São Paulo; Telefones: (11) 3091-4184 e 3091-4362), ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH-IPUSP) do Instituto de Psicologia (Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco G, 2º andar, sala 27. CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP. E-mail: ceph.ip@usp.br. Telefone: (11) 3091-4182. Atendimento das 8h30 às 12h e das 13h30 às 16h).

Eu, _____, declaro que estou ciente dos objetivos, riscos e benefícios deste estudo, como também do procedimento que será realizado, tendo sido informada sobre a garantia de desistência de participação sem qualquer prejuízo e da confidencialidade das informações prestadas. Diante do que foi exposto, concordo em participar.

São Paulo, ____ de _____ de 20__.

Aplicador da Pesquisa

Eu, Paula Rosana Cavalcante, declaro que li e esclareci todas as dúvidas sobre este Termo de Consentimento e sobre a entrevista relacionada a esta pesquisa.

ANEXO C – Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010, que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar.

Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010.

Disciplina a estrutura e funcionamento dos
Centros de Atendimento Multidisciplinar

Considerando que a concretização dos princípios da integralidade e efetividade na prestação da assistência jurídica reclama a intervenção interdisciplinar;

Considerando o disposto nos artigos 69 a 71 da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006;

Considerando a necessidade de padronização dos serviços interprofissionais nas áreas de Psicologia e Serviço Social na Defensoria Pública;

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, com fundamento no Artigo 31, incisos III, da Lei complementar n.º 988, de 09 de janeiro de 2006, Delibera:

Seção I – Dos Princípios

Artigo 1º. São princípios que informam os serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar: (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

I - Humanização do atendimento;

II – Instrumentalidade da atuação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar em relação à missão institucional da Defensoria Pública, prevista na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e na Lei Complementar Estadual nº 988, de 9 de janeiro de 2006;

III – não substitutividade da rede de serviços das políticas públicas; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IV - Não substitutividade do atendimento jurídico cabível, em cada caso, ao Defensor Público;

V - Estrita obediência aos códigos de ética e demais normas que regulam o exercício das atividades dos profissionais integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar;

VI - Preservação da independência técnica na área de atuação;

VII - Fundamentação do trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano;

VIII - preservação prioritária dos interesses do usuário atendido pela Defensoria Pública ou pelo Defensor solicitante da intervenção profissional, sem prejuízo da independência técnica; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IX – Preservação da privacidade nos atendimentos;

X - Intercâmbio de informações entre os profissionais que atuam no caso, garantindo-se o sigilo de informações colhidas;

XI - Respeito à autonomia do usuário, considerando suas potencialidades e limitações individuais;

XII – não obrigatoriedade da submissão do usuário ao atendimento multidisciplinar como condição à assistência jurídica; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XIII - diretriz de interdisciplinaridade e de intersetorialidade da intervenção profissional; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XIV - informação ao usuário em relação à existência, ao propósito e natureza da intervenção multidisciplinar; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XV - prestação no atendimento das solicitações; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XVI – adoção da perspectiva preventiva, socioeducativa e emancipatória da cidadania; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XVII – Articulação com a rede de serviços e de políticas públicas (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014).

Seção II – Da Estrutura Organizacional e das Atribuições Funcionais

Artigo 2º. Cada Defensoria Pública Regional contará com um Centro de Atendimento Multidisciplinar. Parágrafo único. Os Agentes de Defensoria que compõem os Centros de Atendimento Multidisciplinar serão lotados na respectiva Unidade de atuação, sem prejuízo da possibilidade de alteração da classificação ou de designação decorrente da necessidade de serviço. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

Artigo 3º. Os Centros de Atendimento Multidisciplinar, vinculados às Coordenadorias Regionais da Defensoria Pública, serão compostos de Agentes de Defensoria e coordenados por Defensores Públicos designados pelo Defensor Público-Geral do Estado. Parágrafo Único. Nos períodos de afastamento do Coordenador de Atendimento Multidisciplinar suas atribuições serão exercidas pela Coordenadoria Regional. Artigo

4º São atribuições do Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar:

I - Organizar, em conjunto com os Agentes de Defensoria da Regional, os plantões de atendimento aos usuários, sem prejuízo do apoio ao atendimento inicial, que seguirá o plantão estabelecido, em escala própria;

II – Organizar os agendamentos mediante consulta aos Agentes de Defensoria da Regional, observando as diretrizes a serem estabelecidas nos procedimentos técnicos, de acordo com a natureza da demanda;

III – Fazer a gestão local dos convênios, projetos e parcerias afetos à atuação do Centro de Atendimento Multidisciplinar, com a participação do Agente de Defensoria da área correspondente e dos núcleos especializados, quando for o caso;

IV – Definir, com a participação dos Agentes de Defensoria, escalas, prioridades e critérios de atendimento multidisciplinar, no âmbito da Regional, observando-se as diretrizes traçadas pela Comissão de Estudos Interdisciplinares, prevista no Artigo 7º desta deliberação.

V – proceder à avaliação especial de estágio probatório e avaliação periódica de desempenho dos Agentes de Defensoria atuantes no CAM de sua Regional, ouvido o Coordenador Regional, dispostas na Deliberação n.º111, de 9 de janeiro de 2009, do Conselho Superior da Defensoria Pública. (Redação acrescida pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

Artigo 5º. São atribuições gerais dos Agentes de Defensoria dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, respeitada a respectiva área do conhecimento: (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

I – Sugerir propostas de regulamentação de procedimentos técnicos à Assessoria Técnica Psicossocial;

II - prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, Servidores, estagiários, à Ouvidoria-Geral e aos demais Centros de Atendimento Multidisciplinar; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

III - Interpretar documentos técnicos e elaborar discussão de casos e demandas com Defensores Públicos; III – (revogado); (Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IV – Elaborar perícias e laudos periciais, respondendo aos eventuais quesitos formulados pelos Defensores Públicos; IV – (revogado); (Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

V – (revogado); (Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

VI - contribuir na elaboração de projetos e de procedimentos técnicos de atuação; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

VII – fomentar estratégias alternativas de composições de conflitos na comunidade; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

VIII - Atuar como conciliador, facilitador e mediador;

IX - Fortalecer a integração entre os diversos Núcleos Especializados e os demais órgãos da Defensoria e as entidades conveniadas de modo a evitar a fragmentação do atendimento;

X - Mapear e se articular com a rede de serviços da respectiva Regional, assegurando-se, quando do encaminhamento do usuário, da contra-referência em conformidade com os procedimentos técnicos a serem estabelecidos;

XI – Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, Servidores e Estagiários, encaminhando-o à Assessoria Técnico Psicossocial;

XII - compor grupos de trabalho, de estudos, de gerenciamento ou referenciamento de rede, sendo estes institucionais, interinstitucionais e intersetoriais nas suas áreas de atuação e interfaces competentes; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XIII– Receber dos Defensores Públicos e da Ouvidoria-Geral os pedidos de intervenção, cabendo-lhes, conforme escala pré-definida, registrá-los e atendê-los, observando as prioridades e os critérios definidos pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar;

XIV – Auxiliar, em sua respectiva área temática, o Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar na definição de escalas, prioridades e critérios de atendimento multidisciplinar, no âmbito da Regional;

XV - Prestar apoio ao serviço de atendimento especializado ao público;

XVI - Participar das atividades de educação em direitos em suas respectivas Regionais, de eventos promovidos pelos Núcleos Especializados em suas respectivas áreas de atuação e fortalecer a articulação com a sociedade civil;

XVII – manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações em sistema indicado pela Assessoria Técnica Psicossocial e arquivos seguros, bem como preservar o sigilo das informações contidas nos arquivos físicos próprios do Centro de Atendimento Multidisciplinar; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XVIII – orientar e supervisionar tecnicamente estagiários; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XIX - participar de fóruns de discussão, supervisões em grupo e encontros presenciais periódicos, com o intuito de aperfeiçoamento e troca entre profissionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XX - acompanhar e participar, quando possível, das deliberações das Conferências, dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais afetos às funções institucionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XXI - realizar atividades externas, quando necessário, no âmbito de suas atribuições; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XXII – Elaborar relatórios estatísticos, quantitativos e qualitativos das atividades mensalmente desenvolvidas, de acordo com modelo a ser definido pela Assessoria Técnica Psicossocial, encaminhando-os a tal órgão.

XXIII - atuar junto ao Defensor Público, quando necessário, para a melhoria dos serviços prestados por instituições ou programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, em observância à garantia de seus direitos; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XXIV – atuar junto com o Defensor Público, quando necessário, em visitas, reuniões e demais atividades externas em instituições e em programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, bem como em instituições e programas pertencentes ou ligados ao sistema prisional; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XXV – atuar em todas as áreas de intervenção da Defensoria Pública. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014) Parágrafo único. A Escola da Defensoria Pública deverá oferecer, periodicamente, curso de formação para a atuação na facilitação de composições consensuais de conflitos. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

Artigo 5º-A. São atribuições específicas dos Agentes de Defensoria Assistentes sociais e Psicólogos dos Centros de Atendimento Multidisciplinar: (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

I - os Agentes de Defensoria Assistentes sociais devem realizar manifestações técnicas, estudo social, formulação e resposta de quesitos, interpretação de documentos técnicos, discussão de casos e demais intervenções profissionais na área do Serviço Social a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, assegurada a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

II – os Agentes de Defensoria Psicólogos devem utilizar métodos e técnicas psicológicas para realização de estudos, avaliações ou intervenções psicológicas, bem como manifestações técnicas, laudos, formulação e resposta de quesitos, interpretação de documentos técnicos, discussão de casos, e demais intervenções profissionais na área do conhecimento Psicologia, a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, tendo garantida a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

III - assessorar e construir plano de intervenção junto ao Defensor Público para garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes com pais e mães privados de liberdade ou submetidos a medidas de segurança, seguindo demais normativas institucionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IV - atuar para garantir, junto às entidades de atendimento das medidas socioeducativas e de proteção, a efetivação do Plano Individual de Atendimento (PIA). (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

Artigo 6º. A Assessoria Técnica Psicossocial constitui função de confiança do Defensor Público-Geral, voltada à reflexão sobre o papel e atribuições dos assistentes sociais e psicólogos, e à construção de parâmetros de atuação nestas áreas, devendo, na medida do possível, exercer suas atribuições de forma articulada com os respectivos conselhos profissionais.

§ 1º. A Assessoria Técnica Psicossocial será constituída por Agentes de Defensoria Psicólogo e Assistente Social.

§ 2º. Para os fins do disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 1.050 de 24 de junho de 2008, o exercício da função de Assessor Técnico Psicossocial, constitui função de gerência a ser retribuída gratificação “pro labore”.

§ 3º. Os Agentes de Defensoria Pública das áreas da Psicologia e Serviço Social são vinculados, nos limites de sua atuação técnica, à Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública-Geral.

§ 3º. Os Agentes de Defensoria são vinculados, nos limites de sua atuação técnica, à Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública-Geral. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

§ 4º. São atribuições da Assessoria Técnica Psicossocial:

I - Assessorar a Defensoria Pública Geral sempre que necessário, nas questões relativas às matérias do Serviço Social e da Psicologia;

II - sistematizar as sugestões oriundas dos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e organizá-las na perspectiva de contribuir para a melhoria do exercício profissional nas Unidades; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

III – regulamentar os procedimentos técnicos concernentes às respectivas áreas do conhecimento, respeitada a competência do Conselho Superior da Defensoria Pública; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IV – Formular propostas á Comissão de Estudos Interdisciplinares, prevista no Artigo 7º desta deliberação;

V – Auxiliar na organização, planejamento e publicação da escala de plantões;

VI - Coletar e analisar dados referentes ao atendimento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar para subsidiar propostas de políticas de atendimento e políticas públicas;

VII - elaborar formulários-padrão para utilização nas intervenções profissionais com vistas à demanda administrativa, sistematização e organização do trabalho dos agentes das áreas de Psicologia e Serviço Social, assegurando a participação dos agentes na sua elaboração e teste; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

VIII - elaborar estudos, projetos e propostas de parcerias e convênios voltados ao fortalecimento da intervenção multidisciplinar e interdisciplinar, bem como o aprofundamento teórico e a formação profissional dos Agentes de cada área do conhecimento; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IX - propor à Escola da Defensoria Pública e auxiliar na implementação de programas de formação e capacitação profissional voltado aos integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar,

Defensores Públicos, Servidores e estagiários, respeitado o pluralismo teórico e técnico dos profissionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

X - Sugerir a compra de material técnico, respeitando o pluralismo teórico e técnico dos profissionais;

XI - Propor e estabelecer o intercâmbio de experiências com outras instituições e entidades;

XI – propor e acompanhar o intercâmbio de experiências dos Agentes de Defensoria com outras instituições e entidades; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XII - Elaborar e manter atualizado cadastro de recursos da comunidade, bem como oportunizar atividades integradoras para o fortalecimento de vínculos entre Defensoria e comunidade;

XIII – Colaborar em trabalhos de análise institucional das unidades da Defensoria;

XIV - Elaborar mensal e anualmente relatório estatístico, quantitativo e qualitativo sobre as atividades desenvolvidas pelo setor psicossocial, bem como pesquisas e estudos, com vistas a manter e melhorar a qualidade do trabalho, encaminhando-o à Defensoria Pública-Geral;

XV - Planejar e coordenar sistema de supervisão técnica, com a realização de encontros periódicos para intercâmbio de informações técnico-operativas e discussão de casos, entre os profissionais da área psicossocial;

XV - planejar e coordenar sistema de supervisão técnica, com a realização de encontros periódicos para intercâmbio de informações técnico-operativas e discussão de casos entre os profissionais de cada área do conhecimento; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XVI - planejar e coordenar grupos de estudos e de trabalho entre os profissionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

XVII - Avaliar e propor à Assessoria de Qualidade de Atendimento e à Coordenadoria Geral de Administração as modificações arquitetônicas e de infraestrutura nos espaços ocupados pela Defensoria Pública.

XVIII – Disponibilizar o registro do mapeamento da rede de serviços aos Núcleos Especializados, à Coordenadoria de Comunicação Social e à Ouvidoria-Geral;

§ 5º. Para o desempenho de suas atribuições em consonância com as peculiaridades regionais, a Assessoria Técnico Psicossocial deverá estabelecer cronograma de visitas às Defensorias Públicas Regionais e Unidades.

Artigo 7. A Defensoria Pública-Geral constituirá Comissão de Estudos Interdisciplinares, composta por Defensores Públicos e Agentes de Defensoria que terá por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação e apreciar propostas formuladas pela Assessoria Técnica Psicossocial.

§1º A Comissão Interdisciplinar terá a seguinte composição:

I - 2º e 3º Subdefensores Públicos-Gerais ou assessores por eles designados;

II - 3 (três) Defensores Públicos, escolhidos dentre os Coordenadores de Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital, sua Região Metropolitana e interior do Estado;

III - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital ou Região Metropolitana, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

IV - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar do Interior ou litoral, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

V – 1 (um) Agente de Defensoria que officie junto aos Núcleos Especializados, priorizando-se a cada gestão da Comissão, profissional de diferente área do conhecimento, respeitados o interesse e candidatura dos Agentes; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

§ 2º. Os representantes indicados no inciso II serão escolhidos mediante eleição direta pelos Defensores Públicos Coordenadores dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. Na ausência de candidatos representando um dos Centros de Atendimento Multidisciplinar constante no referido inciso, a vaga ficará disponível para interessados dentre os coordenadores dos demais CAMs; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

§ 3º. Os representantes indicados nos incisos III, IV e V serão escolhidos por eleição direta pelos Agentes de Defensoria;

I – A ocupação das vagas pelos Agentes que compõem os CAMs e Núcleos Especializados será alternada entre as diferentes áreas do conhecimento representadas por estes profissionais. Em cada votação, existindo candidatos de diferentes áreas que excedam o número de vagas, serão eleitos os mais votados que representem disciplinas que ainda não estiveram presentes em nenhuma gestão ou diferentes da formação anterior;” (Redação acrescida pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

§ 4º - As eleições serão organizadas pela Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas e os mandatos terão duração de dois anos, com início dois meses após a posse do Defensor Público-Geral. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 265, de 07 de março de 2013)

§ 5º. O Defensor Público Assessor da Qualidade do Atendimento e os Agentes de Defensoria Pública que integram a Assessoria Técnico Psicossocial terão assento na Comissão Interdisciplinar, com direito a voz.

Artigo 8. É vedada a utilização dos serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar para avaliação econômico-financeira dos usuários.

Seção III - Disposições finais e transitórias

Artigo 9. No prazo de 60 (sessenta) dias deverá ser editada deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública fixando o número de estagiários dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, que disciplinará a forma de seleção e fixará o valor de sua bolsa de estudos.

Artigo 10. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a Comissão de Estudos Interdisciplinares deverá apresentar ao Conselho Superior da Defensoria Pública proposta de regulamentação da política interna de composição extrajudicial de conflitos, a ser observada pelas Coordenadorias Regionais e pelos Centros de Atendimento Multidisciplinar.

Artigo 11. A Escola da Defensoria Pública deve implementar programa permanente voltado ao aprimoramento e qualificação profissional dos Agentes de Defensoria Pública, bem como ao intercâmbio de conhecimentos entre os profissionais da instituição.

Artigo 12. Nas unidades em que o sistema de informações apropriado para o registro de atendimentos ainda não estiver implantado, o acompanhamento das sessões de conciliação, facilitação e mediação deverá ser documentado mediante instauração de Processo Administrativo próprio, que deverá ser remetido ao Defensor Público Natural, caso necessária a propositura de ação judicial. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)

Artigo 13. Esta deliberação aplica-se aos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes sociais que atuem nos Núcleos Especializados. Parágrafo Único. Aos demais Agentes de Defensoria a presente deliberação aplicase no que couber.

Artigo 14. Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Disponível em:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CSDP%20n%C2%BA%20187.pdf> (acesso em 20/01/2015).

ANEXO D – Autorização institucional para a realização da pesquisa.

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Primeira Subdefensoria Pública-Geral

Processo: 2839/2014

Interessada: Paula Rosana Cavalcante

Assunto: Autorização para realização de pesquisa de pós-graduação
sobre a Defensoria Pública de São Paulo

Versam os autos sobre pedido de autorização formulado pela Psicóloga e Agente de Defensoria Pública Paula Rosana Cavalcante, lotada na Assessoria Técnica Psicossocial (ATP), para realização de pesquisa de Pós-Graduação, Nível Mestrado, junto ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), tendo a Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) como objeto de estudo.

A solicitante necessita de autorização para fins de aprovação junto à Universidade de São Paulo, tendo como escopo desenvolver pesquisa vinculada ao Mestrado em Psicologia Social, intitulada “A atuação de psicólogos e psicólogas na Defensoria Pública do

Estado de São Paulo”, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Guilherme Galeão da Silva.

Em ofício endereçado à Primeira Subdefensoria (fls. 04/05) informa que para a abordagem dos objetivos traçados utilizará a análise bibliográfica, a avaliação de normativas técnicas do campo sociojurídico, além da realização de entrevistas. No que tange às entrevistas, serão entrevistados psicólogos e psicólogas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ingressantes do primeiro concurso público para esse cargo na instituição.

Ressalta a solicitante que a participação será voluntária e que tais profissionais serão devidamente esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre o sigilo dos seus dados pessoais e sobre a necessidade de assinatura de termo de consentimento, na hipótese de concordarem com a participação.

Para instruir a solicitação, fez juntar: a) Declaração de que está regularmente matriculada no Curso de Mestrado, no Programa de Psicologia Social (fl. 06) e b) Projeto de Pesquisa intitulado: “A inserção do psicólogo na Defensoria Pública: possibilidade de intervenção social e política” (fl. 07/21).

Contextualizada a solicitação, cumpre-se registrar que a documentação acostada aos autos é suficiente para a análise da presente solicitação.

No que tange à proposta de pesquisa, tem-se que ela é deveras importante no âmbito institucional, por levantar e analisar informações de extrema relevância para a Defensoria Pública, notadamente por reforçar a abordagem multidisciplinar e contribuir para

ampliar o entendimento sobre a atuação dos psicólogos e seu papel no fortalecimento de nosso trabalho.

Ante todo o exposto, AUTORIZA-SE a solicitante a realizar a pesquisa de Pós-Graduação, condicionando a autorização à preservação do sigilo das informações disponíveis na Defensoria Pública, especialmente aquelas que envolvam assistidos, bem como a impossibilidade de divulgação de qualquer referência nominal, sem que haja a prévia anuência da pessoa envolvida, seja ela membro, servidor ou usuário da Instituição.

Encaminhem-se cópia da presente manifestação à solicitante, reforçando a imprescindibilidade de que a Defensoria receba um exemplar da versão final da Dissertação de Mestrado, para continuidade do aperfeiçoamento institucional. Após, arquivem-se estes autos.

São Paulo, 07 de julho de 2014.

RAFAEL MORAIS PORTUGUÊS DE SOUZA
Primeiro Subdefensor Público-Geral

AUTORIZAÇÃO

Sirvo-me do presente para informar que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo AUTORIZA a Sra. Paula Rosana Cavalcante, Psicóloga, Agente de Defensoria, lotada na Assessoria Técnica Psicossocial (ATP) a realizar pesquisa de Pós-Graduação, Nível Mestrado, junto ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), intitulada "A atuação de psicólogos e psicólogas na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Guilherme Galeão da Silva.

A presente autorização está condicionada à preservação do sigilo das informações disponíveis na Defensoria Pública, especialmente àquelas envolvidas na relação entre Defensor e pessoa assistida, bem como a impossibilidade de divulgação de qualquer referência nominal, sem que haja a prévia anuência da pessoa envolvida, seja ela membro, servidor ou usuário da Instituição.

São Paulo, 07 de julho de 2014.

RAFAEL MORAIS PORTUGUÊS DE SOUZA
Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado